

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA — UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO — FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CARLOS ALBERTO LOURENÇO NUNES

**CRÔNICAS DE UMA MORTE ANUNCIADA: O PARTIDO COMUNISTA
BRASILEIRO ENTRE A DEMOCRACIA E A REVOLUÇÃO (1975 – 1984)**

FLORIANÓPOLIS

2023

CARLOS ALBERTO LOURENÇO NUNES

**CRÔNICAS DE UMA MORTE ANUNCIADA: O PARTIDO COMUNISTA
BRASILEIRO ENTRE A DEMOCRACIA E A REVOLUÇÃO (1975 – 1984)**

Tese apresentado ao programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Löhn.

FLORIANÓPOLIS

2023

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Nunes, Carlos Alberto Lourenço
Crônicas de uma morte anunciada : o Partido Comunista
Brasileiro entre a democracia e a revolução (1975-1984) / Carlos
Alberto Lourenço Nunes. -- 2023.
265 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo Löhn
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

1. PCB. 2. Democracia. 3. Marxismo-Leninismo. 4. Socialismo.
5. Práxis revolucionária. I. Löhn, Reinaldo Lindolfo. II.
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências
Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História.
III. Título.

ATA DE DEFESA

No décimo terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às treze horas e trinta minutos, em evento realizado no Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC, compareceu **Carlos Alberto Lourenço Nunes**, do Programa de Pós-Graduação em História/Doutorado da Universidade do Estado de Santa Catarina, para a defesa de sua tese intitulada **“Crônicas de uma morte anunciada: o Partido Comunista Brasileiro entre a democracia e a revolução (1975 – 1984)”**, perante a Banca aprovada pelo Colegiado do Curso, constituída pelos Professores doutores Reinaldo Lindolfo Löhnn, da Universidade do Estado de Santa Catarina, Mateus Gamba Torres, da Universidade de Brasília, Adriano Luiz Duarte, da Universidade Federal de Santa Catarina, Caroline Jaques Cubas, da Universidade do Estado de Santa Catarina e Emerson César de Campos, da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob a presidência do primeiro membro citado. Após a apresentação das considerações e sugestões da Banca Examinadora, o Professor doutor Reinaldo Lindolfo Löhnn anunciou o parecer da Banca, considerando a tese APROVADA.

Observações:

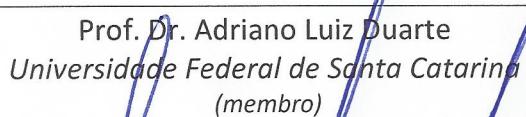
A banca ressalta a análise detida das fontes históricas empregadas no trabalho e indica que o texto seja revisado e que incorpore as observações das diferentes arquivações.

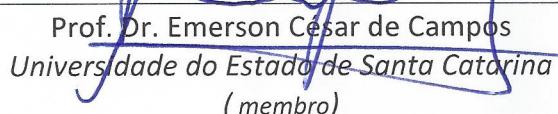
Florianópolis, 13 de junho de 2023.


Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Löhnn
Universidade do Estado de Santa Catarina
(orientador)

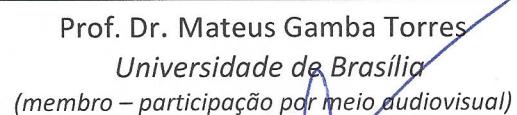


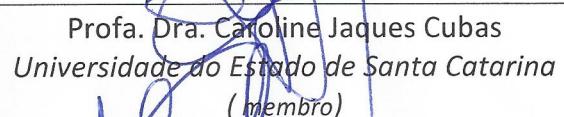
Documento assinado digitalmente
Adriano Luiz Duarte
Data: 14/06/2023 11:40:48-0300
CPF: **.451.088-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

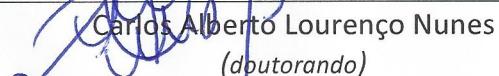

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte
Universidade Federal de Santa Catarina
(membro)


Prof. Dr. Emerson César de Campos
Universidade do Estado de Santa Catarina
(membro)

Documento assinado digitalmente
gov.br MATEUS GAMBA TORRES
Data: 13/06/2023 18:04:47-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>


Prof. Dr. Mateus Gamba Torres
Universidade de Brasília
(membro – participação por meio audiovisual)


Prof. Dr. Caroline Jaques Cubas
Universidade do Estado de Santa Catarina
(membro)


Prof. Dr. Carlos Alberto Lourenço Nunes
(doutorando)

AGRADECIMENTOS

Minha trajetória na universidade começou em 2012, aos 32 anos. Foi um processo de transição difícil, pois eu havia escolhido deixar de ser comerciante para me tornar um professor. No início, contei com a renda que meu estabelecimento comercial me legava para me manter na universidade. Apesar de trabalhar muito e do desejo de mudar de profissão, tinha que zelar pelo bom funcionamento do meu estabelecimento. Entretanto, no dia 13 de fevereiro de 2013, deu-se a conclusão de uma ação judicial movida pelo Ministério Público de Santa Catarina requerendo a área onde estava localizado o comércio de caldo de cana que eu mantinha no extinto Direto do Campo do Aterro da Baia Sul em Florianópolis. Além do fim do comércio, eu e minha companheira passávamos por uma crise e nos encontrávamos separados. Foi um duro golpe que, devido à necessidade de encontrar meu sustento, quase me levou a abandonar a universidade.

Felizmente, consegui um trabalho como educador social no Instituto NEXXERA, que me rendia R\$ 600,00 reais por mês. Com esse trabalho, pude permanecer no curso de História, com amigos como a Rosana, a Silvana e a Kelly, que foram muito importantes, por todo o carinho e apoio que proporcionaram a mim. A elas, o meu muito obrigado.

Em novembro de 2013, o projeto conduzido pelo Instituto NEXXERA acabou. Para continuar minha formação, em 2014, consegui um trabalho em um Pet Shop de meio período que pagava R\$ 550,00 mensais. Permaneci nesse trabalho até julho de 2017. Foram anos que minha vida começou a se estabilizar e o primeiro e mais importante foi a reconciliação com minha companheira. As dificuldades não desapareceram, mas o restabelecimento dos laços afetivos, minha família, foi o mais importante de todos. Por isso, sei que não teria chegado aqui sem a compreensão e o apoio de minha esposa, Micheli, e da minha filha, Camila. A elas, o meu muito obrigado.

Não posso esquecer de meus pais e irmãos, que me apoiaram como puderem em um dos momentos difíceis da minha vida, por isso agradeço ao meu pai, Edson, a minha mãe, Nair, e a meus irmãos, Edson, Alexandre e Fernando. A eles também devoto meus agradecimentos.

No posso esquecer da professora Marlene, que me orientou no TCC e me apresentou meu orientador, Reinaldo Lindolfo Lohn.

Em 2017, consegui entrar no Mestrado em História, que contou com uma bolsa CAPES. Foram dois anos maravilhosos, em que não só aprendi muito e estudei muito, mas conheci amigos queridos, como o Hudson, a Cris e o Geovâni. Com certeza, não foram apenas essas três pessoas que conheci durante o Mestrado, houve outras pessoas maravilhosas, mas essas

três tiveram uma influência mais marcante na minha trajetória. Hoje percebo, mais do que antes, como o afeto das pessoas é importante para administrar as pressões impostas por uma pós-graduação. Portanto, aos meus amigos, Hudson, Cris e Geovâni, o meu muito obrigado.

Enquanto me encontrava no estágio final de conclusão da dissertação de Mestrado, eu consegui ser aprovado na seleção de Doutorado em História pela UDESC. Além da realização de um sonho, não posso negar que foi um grande desafio. Foi durante o doutorado que iniciei minha carreira profissional como professor de História. Não foi fácil conciliar o trabalho de 40h como professor com as aulas e a pesquisa. Foram várias noites insônes e vários os finais de semana em frente ao computador e na leitura das fontes. Foi um período sem férias ou descanso devido à demanda de trabalho. E, é aqui que eu gostaria de agradecer de forma especial ao meu orientador. Ele foi parte fundamental na realização desta investigação, com suas observações, indicações, leituras atenciosas do meu texto. Sempre se mostrou generoso e gentil no trato e compreensivo nas minhas limitações. A ele, o meu muito obrigado.

Por fim, agradeço aos meus sogros, ao Juninho e à Patrícia e a todos os que eu não citei, mas que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui.

A todos, os meus agradecimentos!

RESUMO

Este trabalho resulta da investigação de registros históricos dos debates sobre a chamada questão democrática, entre 1975 e 1984, no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Defende-se que tal discussão contribuiu tanto para os projetos políticos do partido em meio à ditadura militar, quanto teria sido decisiva para sua lenta desestruturação interna. Durante esse período, quando foram frequentes as acusações de desvio do modelo revolucionário marxista-leninista e deturpação do socialismo, surgiram diferentes posicionamentos sobre a questão democrática, cujos contornos finais traduziriam a disputa entre distintas coalizões em torno da imposição de uma linha política ao partido. As teses aprovadas no VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro, de 1984, consolidariam a vitória da coalizão liderada por Giocondo Dias. Entretanto, apesar desse controle partidário, a questão democrática ficou sem uma definição que conciliasse harmonicamente a chamada *práxis* revolucionária e a democracia política. As fontes que dão suporte à investigação consistem na análise e interpretação de Resoluções, Planos, artigos e entrevistas publicadas na imprensa oficial do PCB (*Voz Operária* e *Voz da Unidade*), jornais (*O Globo* e *Jornal do Brasil*), revistas, entrevistas impressas, livros de memórias e coletâneas de documentos.

Palavras-chave: PCB; Democracia; Marxismo-Leninismo; Socialismo; *Práxis* revolucionária.

ABSTRACT

This work results from investigating historical records of debates on the so-called democratic question, between 1975 and 1984, within the Brazilian Communist Party (PCB). It is argued that such a discussion contributed as much to the political projects of the party during the military dictatorship as it would have been decisive for its slow internal disorganization. During this period, when there were frequent accusations of deviating from the Marxist-Leninist revolutionary model and misrepresenting socialism, different positions emerged on the democratic question, whose final contours would translate the dispute between various coalitions around the imposition of a political line to the party. The theses approved at the VII Congress of the Brazilian Communist Party in 1984 would consolidate the victory of the coalition led by Giocondo Dias. However, despite this party control, the democratic issue was left without a definition harmoniously reconciled the so-called revolutionary praxis and political democracy. The sources that support the investigation consist of the analysis and interpretation of Resolutions, Plenums, articles, and interviews published in the official press of the PCB (*Voz Operária* and *Voz da Unidade*), newspapers (*O Globo* and *Jornal do Brasil*), magazines, printed interviews, memoirs and collections of documents.

Keywords: PCB; Democracy; Marxism-Leninism; Socialism; Revolutionary praxis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB	– Aliança Anticomunista Brasileira
AI	– Ato Institucional
AIB	– Associação Brasileira de Imprensa
ALN	– Aliança de Libertação Nacional
ARENA	– Aliança Libertadora Nacional
CAME	– Conselho de Ajuda Mútua Econômica
CC	– Comitê Central.
CIA	– Agência Central de Inteligência
COLINA	– Comando de Libertação Nacional
FFAA	– Forças Armadas
IMBEL	– Indústria de Material Bélico
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
MOLIPO	– Movimento de Libertação Popular
MR-8	– Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT	– Movimento Revolucionário Tiradentes
OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil
OCML-PO	– Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária
ONU	– Organização das Nações Unidas
PC do B	– Partido Comunista do Brasil
PC do B — Ala Vermelha	– Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PCBR	– Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCR	– Partido Comunista Revolucionário
POC	– Partido Operário Comunista
POLOP	– Política Operária
PPS	– Partido Popular Socialista
REDE	– Resistência Democrática
VAR-Palmares	– Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares
VPR	– Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	UM PARTIDO EM RECONSTRUÇÃO	28
2.1	AS DEBILIDADES: DESCUIDO DA EDUCAÇÃO IDEOLÓGICA NO PREPARO DOS QUADROS	29
2.2	DETERMINADO PELA HISTÓRIA	41
2.3	UM COMUNISMO STALINISTA	51
2.4	A PUJANÇA DO SISTEMA SOCIALISTA	55
2.5	TUDO A FAVOR.....	60
2.6	AS ELEIÇÕES CONFIRMAM A BOA CONJUNTURA	65
2.7	O PROLETARIADO DESPERTA	79
2.8	O PROLETARIADO SE FORTALECE.....	98
3	DIVISÃO NÃO FAZ REVOLUÇÃO.....	112
3.1	QUEM ESTÁ NO CONTROLE?	112
3.2	O MARXISMO-LENINISMO ENCONTRA A TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....	121
3.2.1	É marxismo-leninismo, mas não só marxismo-leninismo	123
3.3	AS DIVERGÊNCIAS DE PRESTES SOB A PERSPECTIVA DE DINARCO REIS	145
3.4	UMA DEMOCRACIA SOCIALISTA.....	162
4	SOCIALISMO DEMOCRÁTICO (?).....	176
4.1	AS POSIÇÕES DE ARMÉNIO GUEDES	176
4.2	DEMOCRACIA: O CAMINHO UNIVERSAL PARA O SOCIALISMO	185
4.3	AS TESES EUROCOMUNISTAS NA IMPRENSA PARTIDÁRIA	205
4.3.1	O diálogo com todos os democratas	208
5	CONCLUSÃO	239
	REFERÊNCIAS	241
	FONTES.....	247
	ANEXO I – PARTICIPANTES DA COALISÃO PRESTISTA.....	250

ANEXO II – PARTICIPANTES DA COALIZÃO PRAGMÁTICA.....	251
ANEXO III – PARTICIPANTES DA COALISÃO RENOVADORA.....	253
ANEXO IV – MEMBROS DO COMITÊ CENTRAL	255

1 INTRODUÇÃO

O Teórico político e historiador Antônio Gramsci deixou-nos a reflexão sobre a importância de estudar um partido político, destacando que “[...] a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico”. (GRAMSCI, 1980, p. 24).

A partir dessa concepção, entendemos que o Partido Comunista Brasileiro nos deixou um legado político e ideológico que sobrevive sob as mais diversas formas e manifestações. Tanto que, em 2018, foi comemorado o bicentenário de Karl Marx e, obviamente, a celebração não contou apenas com loas ao legado do filósofo e ativista germânico, pelo contrário, estiveram presentes as mais variadas formas de discussões críticas e, inclusive, de condenação ao legado marxista. Em uma das manifestações de rechaço à memória de Marx mais inusitadas, no dia 5 de maio, uma superfície do Morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, amanheceu com uma bandeira com dizeres anticomunistas que, de tão grande, era possível visualizar “[...] da Avenida Borges de Medeiros, na Lagoa, e da Rua Jardim Botânico”¹. Uma ilustração trazia o conhecido símbolo da foice e do martelo cruzados por uma tarja preta, como a indicar uma proibição, e as frases: “o Brasil jamais será vermelho” e “fora comunistas”. O mais surpreendente, contudo, ocorreu quando grupos organizados de extrema-direita na Internet associaram os ex-presidentes Dilma Rousseff, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva ao comunismo. Uma categoria de narrativa que pode ser fruto de uma “indústria” desenvolvida e aplicada por muitos anos no cenário político-social brasileiro, em que a “[...] aplicação indiscriminada da expressão comunista” busca “[...] desacreditar todo e qualquer processo de mudança social”. Essa forma de agir almejava a criação de condições favoráveis à intervenção autoritária na vida política nacional. (MOTTA, 2002, p. 74).

De algum modo, os atos em questão pareciam remeter ao passado, tendo sido frequentes no Brasil ao longo do século XX, principalmente entre as décadas de 1930 e 1960, estruturando-se em âmbito estatal e das forças armadas, a partir do levante comunista de 1935 (a “intentona”), não havendo desaparecido desde então (MOTTA, 2001). Essa longa trajetória do anticomunismo no Brasil ganhava ares renovados no início do século XXI. É possível considerar que a mensagem contida na faixa instalada no Morro do Corcovado obtivesse aceitação em diferentes setores da sociedade brasileira. Tanto os citados, quanto outros notórios

¹ KALICHESKI, Daniela. Bandeira contra o Comunismo é colocada no Morro do Corcovado. **O Globo**. Rio de Janeiro, 06 maio 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bandeira-contra-comunismo-colocada-no-morro-do-corcovado-22656732>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

líderes partidários, seriam comunistas disfarçados e infiltrados em nosso sistema político, com vistas a conduzir o Brasil para a imposição de um regime considerado nocivo. Nessas manifestações do passado recente é possível, ainda, perceber outras conotações: é frequente a associação entre democracia e liberalismo, o que se estende para um sistema econômico capitalista ou “de mercado”. Ideias ou proposições políticas consideradas socialistas são geralmente ligadas ao autoritarismo e à repressão. Essa noção, além de narrar o passado e escrever a História, de certa forma, visa demonstrar a incompatibilidade com a democracia de qualquer projeto social alternativo ao livre mercado. Por outro lado, não é apenas no senso comum que tais assertivas são encontradas.

O desejo de manter uma investigação sobre o Partido Comunista Brasileiro surgiu durante o processo de elaboração da minha Dissertação de Mestrado, na qual investiguei a trajetória política do PCB na Florianópolis dos anos 1930. Em um primeiro momento, tinha o propósito de estudar as relações entre o PCB e o MDB em Santa Catarina entre 1965 e 1985. Nesse intuito, iniciei a análise do processo criminal gerado pela prisão de militantes do PCB/SC na Operação Barriga Verde, realizada em 1975, de aproximadamente quatro mil páginas. Foi durante a leitura do processo e em conversas com meu orientador que minha atenção se voltou para a compreensão de como o PCB percebeu a democracia e como a democracia se encaixaria na doutrina revolucionária marxista-leninista. Nesse ínterim, comecei a ler trabalhos que me ajudassem a pensar a questão, entre eles *Camaradas e Companheiros*,² de Dulce Pandolfi, principalmente os capítulos VIII, IX e X, que tratam da trajetória do PCB entre 1958 e 1992, em que a autora mesura um clima de crise que acompanharia o PCB até seu ocaso e a mudança do nome da sigla para Partido Popular Socialista (PPS). Entre outras obras que li, cito como as mais importantes para minha investigação, *Combate nas Trevas*,³ do ex-militante do PCB, Jacob Gorender. No livro, Gorender narra os dilemas e as divisões que surgiram no PCB a partir do Governo João Goulart e as críticas à linha política do PCB assumida na Declaração de Março de 1958, que definiria a via pacífica para a condução do processo revolucionário. A dissertação de Mestrado em Ciência Política, de Marcos Vinicius Bandeira de Menezes, *Estratégias e táticas da revolução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB*,⁴ que analisou as

² PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 1995.

³ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

⁴ MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira de. **Estratégias e táticas da revolução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB**. 2002. 391 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Pós-Graduação em Ciências Políticas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2002.229764>. Acesso em: 15 fev. 2019.

concepções tático-estratégicas do PCB que levaram à ruptura de Luiz Carlos Prestes. A dissertação de Mestrado em Ciências Sociais de Milce Ferreira de Moura, *A questão democrática no Contexto da Crise Orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB): 1979-1987*,⁵ na qual a autora estuda, a partir da perspectiva sociológica, como a questão democrática passou a ocupar a centralidade das estratégias do PCB. Por último, a dissertação de Mestrado em Ciências Sociais de Paulo Moraes Taffarello, *A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “socialismo real”*,⁶ em que o autor interpreta a crise do PCB a partir de interpretações ilusórias da força do socialismo internacional e da crise da URSS. Esses autores ajudaram-me a atender o contexto e várias situações que permearam as relações políticas entre os membros do Comitê Central (CC), a existência de grupos divergentes, que classifiquei como coalizões, e o papel que a questão democrática teria exercido nas divisões internas. A minha contribuição, portanto, seria trazer, a partir de uma perspectiva histórica, a dificuldade, as inconsistências ou mesmo a impossibilidade de o PCB compatibilizar a ideologia revolucionária marxista-leninista e a democracia política.

No âmbito da teoria política, um autor que nos ajuda a pensar a refletir sobre a questão é Ângelo Panebianco. Panebianco é um politólogo italiano, professor de Ciência Política na Universidade de Bolonha e autor de vários livros sobre partidos e teoria política. Segundo Penebianco, uma das formas de compreender um partido seria mapear o preceito teleológico da organização. O preceito teleológico consistiria

[...] em atribuir *a priori* alguns “objetivos” aos partidos; objetivos esses que, segundo o observador, representam a razão de ser do partido em exame, dos partidos em geral ou de outra “família ideológica”. Individuados os objetivos considerados próprios do partido, as suas atividades e as suas características organizativas serão “deduzidas” desses objetivos. Isto é, será medido o eventual desvio entre os objetivos e os comportamentos efetivos. Na origem desse modo de proceder existe a ideia de que os partidos são organizações constituídas em vista de objetivos específicos e voltadas à sua realização.⁷

Se tomarmos o próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB) em uma trajetória histórica, que nunca foi linear e cuja continuidade é frequentemente questionada, desde 1922 até 1992 — a qual seria mantida posteriormente por um grupo que refundou a sigla e manteve suas

⁵ MOURA, Milce Ferreira. **A questão democrática no Contexto da Crise Orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB): 1979-1987.** 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pós-Graduação Em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/88793>. Acesso em: 19 fev. 2019.

⁶ TAFFARELLO, Paulo Moraes. **A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “socialismo real”.** 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pós-Graduação Em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/88782>. Acesso em: 10 fev. 2019.

⁷ PANEBIANÇO, Ângelo. **Modelos de partido:** organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 6.

simbologias —, perceberemos que, por um longo tempo, as teses da organização concebiam a democracia nos países capitalistas como uma ditadura da classe burguesa e instrumento de controle do Estado, funcionando para a manutenção do *status* da classe dirigente. A “democracia socialista” só poderia existir via mudança radical da orientação das instituições. Dito de outra maneira, somente uma revolução proletária poderia instaurar ditadura da maioria, isto é, em tese, “ditadura do proletariado”. Grosso modo, essa concepção dominou o Partido Comunista Brasileiro ao longo da sua existência.

O valor estratégico da democracia se consolidou nos debates abertos em 1956 e obteve consagração formal no documento intitulado Declaração de Março de 1958 e, finalmente, nas resoluções do V Congresso do partido, em agosto de 1960 (KONDER, 1980). Contudo, mesmo quando os ventos sopravam para uma mudança em relação à questão democrática, não houve consenso sobre o tema. O periódico *Voz da Unidade*, um dos veículos oficiais de imprensa do PCB, afirmava o seguinte na década de 1980:

Hoje, mais do que nunca, é preciso reconhecer que a linha política, cujo marco inicial foi a Declaração de Março de 1958, nem sempre foi defendida com a devida firmeza pelos comunistas. Em 1964, ela foi relegada a segundo plano e as teses golpistas acabaram prevalecendo.⁸

O Congresso partidário de 1960 reviu muitos dos posicionamentos doutrinários do partido. Um passo adiante no reexame da questão teria sido dado pelo então secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes,⁹ apresentando aos comunistas brasileiros, em agosto de 1961, o novo projeto de estatutos da agremiação por ele dirigida, que abandonava o nome de Partido Comunista “do Brasil” e assumia a expressão Partido Comunista “Brasileiro”. Tratava-se de um esforço para conseguir a legalização da entidade junto à justiça eleitoral, adaptando a agremiação às acusações que lhe foram realizadas quando da cassação de seu registro, em 1947, a de que seria apenas um braço de uma organização estrangeira, a Internacional Comunista.

⁸ LINS, Rômulo. Nos erros do passado, comunistas devem buscar lições para o futuro. *Voz da Unidade*, São Paulo, 13 a 19 fev. 1981. Política, p. 6. Semanal.

⁹ Luiz Carlos Prestes (1898-1990): Nasceu em Porto Alegre, RS, filho de Antonio Pereira Prestes, um oficial do Exército, e de Leocádia Felizardo Prestes. Em agosto de 1934, foi admitido no Partido Comunista do Brasil. Em 1943, ocorre a II Conferência Nacional do PCB, que elegeu Prestes, mesmo preso, seu Secretário-Geral. Em abril de 1945, com a anistia, Prestes foi solto após passar nove anos na cadeia. Empenhou-se na campanha de legalização do PCB, o que ocorreu em novembro de 1945, e elegeu-se senador pelo Partido em dezembro do mesmo ano, com mais de 160 mil votos, sendo o mais votado da República. Casou-se em janeiro de 1948 e ingressou na clandestinidade, que durou até março de 1958. Em 1964, após o golpe e a implantação da ditadura militar, voltou à clandestinidade, tendo, em 1971, se exilado na URSS, onde permaneceu até 1979, ano em que retornou ao Brasil após a decretação da anistia política. Em março de 1980, rompeu com o Partido, através da sua “Carta aos Comunistas”. Em 1980, perdeu o cargo de Secretário-Geral e deixou o PCB. Em 7 de março de 1990, faleceu no Rio de Janeiro com 92 anos de idade. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/prestes_luiz_carlos.htm. Acesso em: 07 fev. 2022.

Além disso, o partido procurava afastar-se do legado stalinista, depois que na própria União Soviética a figura de Josef Stalin fora alvo de revisão histórica. Prestes emitiu a seguinte nota:

Os comunistas brasileiros reafirmam ainda uma vez que não são contra o regime democrático. Ao contrário, lutam pela democracia e são favoráveis à pluralidade de partidos, que exprime os diversos interesses e tendências do povo brasileiro.” E acrescentou: “Reconhecem os comunistas que o povo brasileiro é herdeiro de um rico patrimônio de tradições liberais. Essas tradições são valores que os comunistas querem enriquecidos para todo o povo e não apenas para as camadas mais afortunadas, como, de fato, tem ocorrido na nossa história.¹⁰

Pretendendo a participação do PCB na política brasileira e o retorno à legalidade, o Comitê Central manobra para descaracterizar sua vinculação internacional e retira dos estatutos a serem registrados a afirmação de que se orientaria pelos princípios do marxismo-leninismo, da “ditadura do proletariado” e do internacionalismo (GORENDER, 1987, p. 33). Os novos posicionamentos foram entendidos como “revisionistas” e “conformistas” por um número considerável de militantes e resultaria nas primeiras rupturas e consequente formação de outros partidos e grupos de orientação “marxista”. Somado à desmoralização política da direção pela incapacidade de reagir ao golpe de 1964, isso resultaria na fragmentação da esquerda brasileira em várias denominações que confrontariam a ditadura militar.

A longa vigência da ditadura resultou, ainda, em mudanças mais profundas em relação à questão democrática no PCB. Depois do Ato Institucional n.º 5, em 1968, houve uma escalada nas prisões. Em 1974, a situação se tornou insuportável, levando ao refluxo da militância e ao exílio de lideranças que se somaram aos que já haviam deixado o país, sendo então estabelecido o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro no exterior. Esse momento traumático na vida dos indivíduos exilados proporcionou diferentes experiências:

[...] depois de viverem o socialismo de Allende, no Chile; o peronismo argentino; o liberalismo uruguai, a maioria se refugia na Europa — França, Itália, Portugal, Suécia, Espanha, etc.; outros vão trabalhar nos jovens países socialistas da África, Argélia, etc. Agora a experiência se enriquece, os modelos vividos são variados. Pela primeira vez o militante brasileiro pode refletir sobre as diversas vias do socialismo, compará-las, analisá-las em relação à realidade brasileira. Como todos os outros, os do PCB vão sentir a mudança da tática e estratégia elaboradas pelo Eurocomunismo, movimento defendido pelos partidos comunistas da Itália e da Espanha, com ênfase no pluripartidarismo, na ideia da democracia e do socialismo democrático. (CARONE, 1982, p. 9).

A partir desse acontecimento, nos anos entre 1975 e 1984, a questão democrática pareceu ocupar a centralidade nos debates internos do partido. Durante esse período, acusações de desvio do modelo revolucionário marxista-leninista e deturpação do socialismo, originaram

¹⁰ KONDER, Leandro. Os comunistas brasileiros e a democracia. *Voz da Unidade*, São Paulo, 27 março a 2 abril 1981. Política, p. 7. Semanal.

ao menos três concepções diferentes sobre a questão democrática, cujos contornos finais traduziriam a disputa entre três coalizões para ver qual delas imprimiria a sua visão de mundo na linha política do PCB. As teses aprovadas no VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro, de 1984, consolidariam a vitória da coalizão liderada por Giocondo Dias. Entretanto, apesar da “vitória”, a questão democrática ficou sem uma definição que conciliasse harmonicamente a práxis revolucionária e a democracia política. Apesar de a estratégia do PCB, oficialmente, ser a do acúmulo de forças, da defesa da abertura política e do combate ao imperialismo e ao latifúndio, a questão democrática gerou debates intensos e tornou-se um ponto de divergências internas. A partir dessas divergências, formulamos algumas questões que suscitam a elaboração deste trabalho: seria possível a um partido que se definia como “marxista-revolucionário” defender o socialismo e a democracia em simultâneo? Qual socialismo seria proposto a partir dessa conjunção?

A investigação que orienta este trabalho explora as possibilidades então abertas por tais questões, apontando que os posicionamentos de segmentos influentes no interior do partido almejavam afastá-lo da órbita da então, ainda existente, União Soviética. Contudo, pretende-se aqui apontar que houve um esforço para construir um difícil e estreito caminho que evitasse à organização a simples adesão à chamada socialdemocracia. Os socialdemocratas constituíam, então, tanto um movimento político com história própria, quanto uma forma de exercício do poder de Estado no capitalismo que atraía atenções entre setores moderados da esquerda. Este difícil caminho do meio foi alvo de disputas que podem ser identificadas nos veículos de imprensa mantidos pelo partido, especialmente a *Voz Operária* e a *Voz da Unidade*, da qual extraímos as Resoluções Políticas, Declarações, Notas do Partido, entrevistas e artigos. Também foram analisados os jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Correio Braziliense*. Livros de memória: *Vale a Pena Sonhar*, Apolônio de Carvalho;¹¹ *Memórias de um Stalinista*, Hércules Corrêa;¹² *A classe operária e o seu partido*, Hércules Corrêa,¹³ *A luta de classe no Brasil e o PCB*, Dinarco Reis;¹⁴ *Formação do PCB 1922-1928*, Astrojildo Pereira.¹⁵ Biografia: *Giocondo Dias: A vida de um revolucionário*, João Falcão.¹⁶ Revistas:

¹¹ CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

¹² CORRÊA, Hércules. *Memórias de um Stalinista*. Rio de Janeiro: Opera Mostra, 1994.

¹³ CORRÊA, Hércules. *A classe operária e o seu partido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

¹⁴ REIS, Dinarco. *A luta de classes no Brasil e o PCB*. vol. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2011.

¹⁵ PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB, 1922-1928*. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

¹⁶ FALCÃO, João. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário*: meio século de história política do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

Encontros com a Civilização Brasileira, ano 1979, vol. 9;¹⁷ *Novos Rumos*, ano 1982, n.º 33;¹⁸ *Perfil do Pensamento Brasileiro*, ano 1988, s/n.¹⁹ Depoimentos: *Prestes: lutas e autocríticas*, Dênis de Moraes.²⁰ Coletâneas: *Prestes com a Palavra*, Dênis de Moraes;²¹ *O marxismo político de Armênio Guedes*, Raimundo Santos;²² *PCB: vinte anos de política (documentos) 1958-1979*,²³ *O PCB 1964 a 1982*, Edgard Carone.²⁴ Foi realizada uma leitura atenta, considerando a conjuntura em que as fontes estavam imersas, uma leitura a contrapelo para perceber as minúcias tão importantes e tão caras ao historiador no estudo e análise das fontes. As partes que interessavam à investigação foram fichadas e arquivadas em pastas para serem relidas e utilizadas à medida que a investigação fosse demandando sua utilização.

Os jornais *Voz Operária* e *Voz da Unidade* foram acessados a partir da página de Internet da Fundação Astrojildo Pereira.²⁵ Diferentemente do jornal *Voz Operária*,²⁶ que procurava manter uma periodicidade mensal, *Voz da Unidade*²⁷ era semanal. Os jornais *O*

¹⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como valor Universal. In. **Encontros com a civilização Brasileira, v. 9**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 33-47

¹⁸ CARONE, Edgard. Entrevista: Luís Carlos Prestes. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, n. 33, 22. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.15.v0n33.2179>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

¹⁹ HOUAIS, Antônio *et al.* **Perfil do pensamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Correio da Serra, 1988, p. 111-143.

²⁰ MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes: Lutas e autocríticas**. Petrópolis: Vozes, 1982.

²¹ MORAES, Dênis de. (Org.). **Prestes com a palavras: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista**. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

²² SANTOS, Raimundo. **O marxismo político de Armênio Guedes**: seleção de textos. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2012.

²³ **PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)**. São Paulo: Lech, 1980.

²⁴ CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1964 a 1982**. vol. 3 São Paulo: Difel, 1982.

²⁵ Fundação Astrojildo Pereira. Disponível em: http://www.fundacaastrojildo.com.br/2015/wp-content/uploads/2020/Voz_oper%C3%A1ria.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

²⁶ A leitura e coleta de dados de *Voz Operária* permitiram a análise das seguintes edições: setembro de 1975 edição especial, 8 páginas. Edição n.º 123, abril de 1976, 8 páginas. Edição n.º 124, maio de 1976, 8 páginas. Edição n.º 125, junho de 1976, 8 páginas. Edição n.º 126, julho de 1976, 8 páginas. Edição n.º 127, agosto/setembro de 1976, 8 páginas. Edição n.º 128, outubro/novembro, 8 páginas. Edição n.º 129, dezembro de 1976, 8 páginas. Edição n.º 130, janeiro de 1977, 8 páginas. Edição n.º 131, fevereiro de 1977, 8 páginas. Edição n.º 132, março de 1977, 8 páginas. Edição n.º 133, abril de 1977, começa na página 1, faltam as páginas 2 e 3, retorna na página 4 e vai até à página 8. Edição n.º Especial de abril de 1977, 4 páginas. Edição n.º 134, maio de 1977, 8 páginas. Edição n.º 135, junho de 1977, 8 páginas. Edição n.º 136, julho de 1977, 8 páginas. Edição n.º 137, agosto de 1977, 8 páginas. Edição n.º 139, outubro de 1977, 8 páginas. Edição n.º 140, novembro de 1977, 8 páginas. Edição n.º 141, dezembro de 1977, 8 páginas. Edição n.º 142, janeiro de 1978, 8 páginas. Edição n.º 143, fevereiro de 1978, 8 páginas. Edição n.º 144, março de 1978, 8 páginas. Edição n.º 145, abril de 1978, 8 páginas. Edição n.º 146, maio de 1978, 8 páginas. Edição n.º 147, junho de 1978, 8 páginas. Edição n.º 148, julho de 1978, 8 páginas. Edição n.º 149, agosto de 1978, 8 páginas. Edição n.º 150, setembro de 1978, 8 páginas. Edição n.º 151, outubro de 1978, 8 páginas. Edição n.º 152, novembro de 1978, 8 páginas. Edição n.º 153, dezembro de 1978, 8 páginas. Edição n.º 154, janeiro de 1979, 8 páginas. Edição n.º 155, fevereiro de 1979, 8 páginas. Edição n.º 156, março de 1979, 8 páginas. Edição n.º 157, abril de 1979, 8 páginas. Edição n.º 158, maio de 1979, 8 páginas. Edição n.º 159, junho de 1979, 8 páginas. Edição Suplemento ao n.º 159, junho de 1979.

²⁷ Do jornal *Voz da Unidade* foram analisadas as edições n.º 1 de 30 de março a 5 de abril de 1980, ano I ao n.º 279 de 13 a 19 de dezembro de 1985, ano VI. Totalizando em 4.692 páginas analisadas.

*Globo*²⁸ e *Jornal do Brasil*²⁹ também foram acessados da Internet nos sítios de seus respectivos repositórios. As demais fontes foram adquiridas pela compra. Foi analisado, ainda, o conjunto de documentos reunidos no livro “O PCB - 1964 a 1982”, volume 3, de Edgard Carone.³⁰ Outros conjuntos documentais foram explorados, um deles reunido na coletânea “PCB, vinte anos de política: documentos 1958-1979”.³¹ Mencione-se, ainda, a documentação reunida em “O PCB em São Paulo: documentos 1974-1981”, além de artigos e entrevistas publicados nas revistas “Encontros com a civilização Brasileira” e “Civilização Brasileira”. Outras publicações importantes são “As 49 Teses para um Debate Nacional de Comunistas pela Legalidade do PCB”, de 1981, e a “Resolução do VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro: uma alternativa democrática para a crise brasileira”, de 1984.

A parte sensível é que, nos meios oficiais do PCB, constituídos por manifestações do Comitê Central, nas resoluções, artigos, opiniões, entrevistas publicadas na *Voz Operária* e *Voz da Unidade*, o assunto não é debatido francamente, mas de forma melindrosa e indireta. Para acompanhar o debate, é preciso ler as entrelinhas, na linguagem utilizada, nos termos como: “reformismo”, “revisionismo”, “oportunistas”, “esquerdistas”, “ultra esquerdistas”, “aventureiros” etc., adjetivos desqualificadores de qualquer posicionamento ou estratégia

²⁸ Secretario do PCB quer conversar com PDS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 21 maio 1980. Caderno: O País, p. 4.

²⁹ O PCB encara a democracia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, em 29 jul. 1979. Caderno especial, p. 1 – 8. Diário; Os dirigente e militantes de **alto nível** do CPB estavam em atividade em pelo menos 10 capitais e grandes cidades: Paris, Bruxelas, Moscou, Lisboa, Milão, Estocolmo, Gotemburgo, Praga, Bucareste e, vez por outra, Roma. **Jornal do Brasil**, 29 jul. 1979. Caderno especial, p. 7; Dirigente do PCB diverge de Prestes sobre luta armada. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 out. 1979. Caderno, p. 7; Comitê Central do PC Destituiu também Hércules e Armênio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1980. Política, p. 4; Divergências na direção do PCB podem levar a novo cisma. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 fev. 1980. Caderno: Política e Governo, p. 8.

³⁰ O PCB e as eleições de novembro (maio de 1974), 4 páginas. Apertar o cerco (dezembro de 1974), 4 páginas. A luta pela democracia e nossas principais tarefas (abril de 1975), 9 páginas. Resolução política do CC do PCB (dezembro de 1975), 9 páginas. Resolução de Organização do CC do PCB (dezembro 1975), 6 páginas. Manifesto do PCB ao povo brasileiro (junho de 1976), 3 páginas. Declaração da Comissão Executiva do PCB (fevereiro de 1977), 6 páginas. Pleno do Comitê Central do PCB (março de 1977), 13 páginas. Nota da Comissão Executiva do PCB (junho de 1977), 7 páginas. Comunistas e cristãos no Brasil, um mesmo combate pela democracia e o progresso com justiça social (julho de 1977), 4 páginas. Carta de Prestes ao Partido (agosto de 1977), 5 páginas; 1968–1978: dez anos depois o “esquerdismo” serve à reação (abril de 1978), 4 páginas. Nota da Comissão Executiva a propósito da campanha eleitoral (maio de 1978), 7 páginas. Desenvolver nas eleições a ação política das massas (agosto de 1978), 8 páginas. Unidade da oposição antes, durante e após as eleições (outubro de 1978), 3 páginas. Resolução política (novembro de 1978), 13 páginas. Declaração do PCB sobre o movimento sindical (novembro de 1978), 8 páginas; A greve do ABC (abril de 1979); A democracia por que lutamos: a propósito de comentários do Jornal do Brasil sobre as greves dos metalúrgicos (abril de 1979), 14 páginas. Resolução política de CC (maio de 1979), 12 páginas; O projeto de anistia do governo (julho de 1979, 2 páginas; A crise do PCB (1979–1981), 9 páginas; A posição do eurocomunismo (1979), 3 páginas; A democracia de Armênio Guedes (agosto de 1979), 10 páginas; A Posição de Luiz Carlos Prestes (Carta aos Brasileiros — março de 1980), 13 páginas. Na véspera do VII Congresso (1982), 6 páginas; A posição de Luiz Carlos Prestes — Proposta para a Discussão de um Programa de Soluções de Emergência (março, 1982), 14 páginas.

³¹ Declaração sobre a Política do partido Comunista Brasileiro (Declaração de Março de 1958), 24 páginas. Resolução Política do V Congresso do PCB de 1960, 30 páginas. Informe de Balanço do CC ao VI Congresso de 1967, 81 páginas. Resolução Política do VI Congresso de 1967, 37 páginas.

divergente que a coalizão dominante pretendia imprimir na condução da revolução. Em meio a um labirinto no qual o esforço para conquistar a democracia no Brasil não deixava de criar constrangimentos às conexões internacionais do PCB, tradicionalmente orientado ideologicamente pelo modelo soviético, os pecebistas viveram dilemas e elaboraram possibilidades.

Considerando todo o debate sobre a democracia e o caminho para o estabelecimento do socialismo, uma discussão parecia necessária, apesar de ter sido escamoteada ou não realizada: qual socialismo? Um posicionamento frequente foi o de que propostas estrangeiras, como a do chamado “eurocomunismo” — que se referia às posições autônomas dos comunistas italianos, espanhóis e franceses em relação à União Soviética, e o abandono da perspectiva de tomada insurrecional do poder — seriam inviáveis ao partido brasileiro. Da perspectiva do PCB, o Brasil seria um país onde capitalismo não estava desenvolvido, o que, de certa forma, tornava impraticável a socialdemocracia, sem mencionar que a estratégia socialdemocrata seria o sinal de anátema na ideologia marxista-leninista, um risco à identidade revolucionária comunista que desvirtuaria o movimento para um revisionismo nocivo.

As fontes investigadas apontam que o possível debate sobre o socialismo foi estrategicamente silenciado. O único foco seria a abertura democrática. Ao não enfrentar frontalmente a questão, o PCB teria criado canais pelos quais a discordia, a desunião, as rivalidades, as divisões e as rixas corroeram lentamente os alicerces do partido. O PCB não teria conseguido construir um conjunto teórico que harmonizasse marxismo-leninismo e democracia política. Para os quadros do PCB, isso teria levantado dúvidas, afinal, o partido seria ou não revolucionário? Qual socialismo buscaria construir? Quais as formas do socialismo democrático? O partido adotaria a postura da socialdemocracia e disputaria, no parlamento, as transformações necessárias para o estabelecimento do socialismo? O partido seria reformista?

Aos quadros do partido, só parecia haver uma questão bem definida, derrotar a ditadura e conquistar as liberdades democráticas. Depois, qual o plano? Instituir a arena parlamentar como meio para condução do processo revolucionário? Alcançar a abertura política e tomar o Estado? Essas teriam sido questões diretamente ligadas à identidade do PCB. Grosso modo, Ângelo Panebianco (2005) estabelece algumas características que dariam os contornos da identidade de um partido: ideologia, modelo hierárquico, objetivos e metas ideológicas insuprimíveis, a orientação classista (no caso do PCs), a solidariedade e os símbolos. Ou seja, como um partido de orientação ideológica marxista-leninista, classista, estruturado sob princípios rígidos e hierárquicos da III Internacional, o PCB tinha como meta e objetivo principais efetuar a revolução e instaurar o sistema socialista. Panebianco menciona a margens

que um partido teria para fazer alterações organizativas que ele chamou de “articulação dos fins”,³² contudo, a articulação dos fins não poderia ser tal que modificasse princípios basilares que dão o contorno à identidade da organização. Panebianco classificou de “incentivos coletivos”³³ a operação que a liderança utilizaria para manter a identidade coletiva da entidade. Como partido imbuído de identidade, o PCB não poderia se mover livremente num contínuo “direita-esquerda” à procura de uma posição ideal para a maximização de consensos, pois a própria militância exerceeria um voto às mudanças de posição política do partido em relação à orientação política (PANEBIANCO, 2005).

Portanto, com relação à construção de uma junção entre socialismo e democracia política, havia limites, o que legava ao PCB pouca flexibilidade para realizar alterações na orientação política, porque isso implicaria na quebra do vínculo militância-partido. É nessa condição que o PCB se encontrava entre os anos de 1975 e 1984. O debate em torno da democracia como “valor universal”³⁴ teria acirrado os ânimos sobre o caráter revolucionário do PCB. Daí que o debate conexo à questão democrática, aquele que necessariamente passava pelo socialismo, só possa ser apreendido nas entrelinhas da documentação investigada, pois os dirigentes, *a priori*, conheciam a necessidade de não polemizar com posicionamentos que pusessem em risco a identidade revolucionária da agremiação. Com isso, abriu-se ao PCB um difícil caminho de mudança de rotas que envolveria discutir a articulação entre socialismo, revolução e democracia em um possível regime democrático pluripartidário, com eleições regulares e disputas parlamentares.

O próprio núcleo do partido estaria dividido. Há, pelo menos, três coalizões. 1) coalizão prestista, na concepção encabeçada por Luiz Carlos Prestes, apresentava-se como marxista-leninista, mas, com forte influência da teoria da dependência, o Brasil seria um País de capitalismo dependente, a Revolução não seria de caráter nacional-libertador, já que o Brasil não teria mais nada de colonial; o entendimento de democracia seria inspirado na existente nos países de socialismo real, recusavam a democracia burguesa, e a luta não seria pela democracia,

³² A “articulação dos fins” é quando um partido, devido à conjuntura do ambiente político, flexibiliza ou modifica os objetivos oficiais, para cuja obtenção a organização surgiu e têm contribuído para forjá-la, não são abandonados nem decaem a mera “fachada”. Eles são “adaptados” às exigências organizativas: “A regra parece ser que os objetivos são, ao menos numa certa medida, mantidos, mas, uma vez traduzidos em exigências organizativas, perdem algo (PANEBIANCO, 2005, p. 33).

³³ Os incentivos que a organização deve distribuir para garantir a participação necessária são, sobretudo, *incentivos coletivos*, isto é, benefícios ou promessas de benefícios que a organização deve distribuir a todos os participantes. Peter Lange usa uma versão reelaborada da teoria dos incentivos coletivos: os incentivos de “solidariedade”, de “identidade” e “purposive” são incentivos que a organização (no caso específico: o PCI [Partido Comunista Italiano]) distribuía a *todos* igualmente (PANEBIANCO, 2005, p. 17).

³⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como valor Universal**. In. Revista Encontros com a Civilização Brasileira; v 9 de 1979.

mas pelo estabelecimento do socialismo. 2) Coalizão “pragmática”, encabeçada por Giocondo Dias, a coalizão mais complexa de discriminar, pois se subsidiou de elementos da coalizão prestista e da coalizão renovadora. Nominalmente, mantinha-se marxista-leninista, mas defendia o estabelecimento de uma democracia política. Reconhecia que teria havido um desenvolvimento capitalista ocorrido nos últimos anos, mas que este teria sido “industrialmente controlado”³⁵ pelos monopólios internacionais, por causa disso, o caráter da revolução brasileira deveria ser democrático-nacional. O entendimento de hegemonia teria sido hesitante, tendo em vista que, por defender a democracia política, não teria se apresentado como francamente leninista, mas sim, uma ambiguidade conciliatória “gramsciano-leninista”. O papel do partido teria sido o de lutar pelo seu reconhecimento e inclusão no campo político, lutar pela ampliação contínua da democracia política como meio de proporcionar as transformações econômico-sociais estruturantes necessárias para a condução ao socialismo. 3) Coalizão renovadora (corrente renovadora), encabeçada por Armênio Guedes. Para a coalizão renovadora, o PCB deveria superar o marxista-leninista, naturalmente antidemocrático, e orientar-se apenas pelo marxismo, porque, neste, haveria um vínculo natural com a democracia. A democracia, não a revolução nacional-libertadora, seria o dinamizador que conduziria ao socialismo. A concepção de hegemonia passaria da leninista (dominação) para a gramsciana (consenso), situação na qual a classe operária conquistaria o consentimento da sociedade civil para realizar as reformas estruturantes que conduziriam ao socialismo.

Nesse contexto, os prestistas acusavam o CC de introduzir no PCB uma estratégia típica da socialdemocracia, isto é, via parlamentar, e não a revolução (ruptura) como meio para alcançar reformas em “etapas”, no sentido de que, gradualmente, elas se acumulariam em direção a uma completa reestruturação da sociedade, uma estratégia considerada reformista. Entendiam que essa estratégia deturpava o caráter revolucionário do PCB, estabelecido na sua fundação em 1922. Na crítica dos prestistas, encontramos elementos ligados à identidade do PCB: ideologia, doutrina política, meta principal — realizar a revolução e estabelecer o socialismo. A identidade seria uma parte da cultura política comunista. Segundo Bernstein (1998), cultura política pode ser definida como

Uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos precedentes, uma cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, e palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos

³⁵ Resolução Política do VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro de 1984. In: DIAS, Giocondo. **Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira**. São Paulo: Novos Rumos, 1984, p. 129.

e símbolos desempenham ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo significante.(BERNSTEIN, 1998, p. 351).

Essa compreensão sobre o passado favorece a projeção de futuros possíveis, sustentando uma “[...] visão compartilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num momento de sua história”. (BERNSTEIN, 2009, p. 31). Do ponto de vista estritamente partidário, o relacionamento com uma cultura política asseguraria coesão e reconhecimento aos militantes e simpatizantes em torno de uma organização e de objetivos em comum.

Luiz Carlos Prestes foi quem teria iniciado o processo de ruptura com o CC, ao tecer fortes críticas à linha política aprovada no VI Congresso do PCB de 1967. A ruptura viria em 1980, com a publicação da “Carta aos Brasileiros”, na qual Prestes defendia a que denominou de “uma efetiva frente democrática” contra o regime autoritário e envolveria a unidade das forças “de esquerda”, entendidas como “aqueelas que lutam pelo socialismo”:

[...] no trabalho decisivo de organização das massas ‘de baixo para cima’; que elas se aglutinem [...], com base numa plataforma de ação, e que, dessa maneira, cheguem a reunir em torno de si os demais setores oposicionistas, tornando-se a força motriz da frente democrática. Está é a perspectiva revolucionária de encaminhamento da luta contra a ditadura, a que mais interessa à classe operária e a todos os trabalhadores.³⁶

A etapa seguinte seria marcada pela substituição da *Voz Operária*, de publicação mensal, pela *Voz da Unidade*, em setembro de 1980. Impedidos de publicarem na imprensa oficial do PCB, os prestistas lançaram, em abril de 1980, “*Ecos da carta de Prestes*”, um periódico de curta circulação, com apenas quatro edições, entre abril e julho de 1980. Em janeiro de 1981, foi (re)lançado a *Voz Operária*³⁷, também clandestino e de curta duração. Os prestistas usaram esses periódicos para acusarem a direção do PCB de “reformistas” e “direitista” e de seguirem uma política de ‘conchavos de cúpula’”³⁸. Prestes contava com o apoio de Anita Leocádia Prestes,³⁹ Marly Vianna, Agliberto Vieira de Azevedo, Gregório Bezerra, entre outros.⁴⁰

³⁶ PRESTES, Luiz Carlos. Cartas aos Brasileiros. In: CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1964 a 1982**. Vol. III. São Paulo. DIFEL, p. 319-331.

³⁷ Temos conhecimento das edições: n.º 165, janeiro de 1981, n.º 166, fevereiro de 1981; n.º 167, março de 1981; n.º 168, abril de 1981.

³⁸ DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO - DHBB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Partido Comunista Brasileiro** (PCB). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 07 mar. 2022.

³⁹ As referências sobre os participantes da coalisão prestista encontram-se no anexo I.

⁴⁰ MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira de. **Estratégias e táticas da revolução brasileira**: Prestes versus o Comitê Central do PCB. 2002. 391 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2002.229764>>. Acesso em: 15 fev. 2019. p. 340.

A coalizão pragmática, que era majoritária no PCB, fora composta por Giocondo Dias,⁴¹ Hércules Corrêa, Salomão Malina, Severino Teodoro de Mello, Luiz Tenório de Lima, Givaldo Siqueira, entre outros. Grosso modo, eram militantes com uma longa carreira no PCB que discordavam das teses da coalizão renovadora e, por sua maior “ortodoxia” em relação aos princípios do marxismo-leninismo e supervalorização da “questão nacional” (SILVA, 2022, p. 355), também com forte inclinação soviética, mas divergentes em relação às posições de Prestes sobre alianças, por exemplo. Para tais dirigentes, a arena democrática seria estratégica para superar a fase da “revolução burguesa” e chegar ao regime socialista.

Por fim, a coalizão renovadora⁴² defendeu a concepção da democracia como valor universal, reunindo nomes como Armênio Guedes,⁴³ Ivan de Otero Ribeiro, Luiz Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Aloísio Teixeira, Leo Lince, Luís Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Mauro Malin, Nemésio Salles e Milton Freitas, além de alguns jovens intelectuais. Para a corrente renovadora:

O PCB devia romper ainda mais com os velhos dogmatismos presentes em suas interpretações e avançar cada vez mais na democracia. Seus partidários queriam que o partido repensasse toda a sua política implantada até então e tinham, na democracia, toda a sustentação de suas ideias e estratégias, tanto para o presente quanto para o futuro. Nesse momento, então, o PCB sofria uma séria crise orgânica. As diversas ideias e pontos de vista antagônicos faziam com que os vários grupos formados interpretassem de maneira completamente estranha entre si a própria história do partido e sua projeção para o futuro, ou seja, uma suave unidade era completamente inexistente nas engrenagens partidárias desse momento, tanto em sua base quanto em sua direção.⁴⁴

A polêmica em torno da democracia teria aumentado quando, em 1979, a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*⁴⁵ publicou um ensaio de Carlos Nelson Coutinho, intitulado “A Democracia como valor Universal”. Segundo Marcos Napolitano *et al.* (2013, p. 53), o texto de Coutinho assumia a democracia como vocação histórica e tentava pensar qual seria o papel dos comunistas nesse plano. O autor estaria “sugerindo que a democracia de

⁴¹ As referências sobre os participantes da coalisão pragmática encontram-se no anexo II.

⁴² As referências sobre os participantes da coalisão renovadora encontram-se no anexo III.

⁴³ Armênio Guedes (1918-2015): Jornalista, entrou para a célula comunista da Faculdade de Direito de Salvador em 1935 e, ao longo da vida, ocupou diferentes cargos de direção no PCB. Participou ativamente na organização e direção de revistas e jornais de esquerda: Seiva, Continental, Tribuna Popular, Estudos Sociais, Voz Operária e Voz da Unidade. Em 1945, foi secretário particular de Luiz Carlos Prestes. Com o golpe de 64, teve seus direitos políticos cassados e acabou se exilando no Chile e na França. De volta ao Brasil, e depois de 43 anos de militância, desligou-se do partido em 1983. Dicionário Político Marxista. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/guedes_armenio.htm. Acesso em: 16 jan. 2022.

⁴⁴ TAFFARELLO, Paulo Moraes. *A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “socialismo real”*. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/88782>>. Acesso em: 10 fev. 2019. p. 56.

⁴⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como valor Universal. In. *Encontros com a civilização Brasileira*, v. 9. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

massas poderia articular hegemonia e pluralismo no processo de construção de uma sociedade democrática e socialista”.

Até 1983, nenhuma coalizão teria conseguido impor suas respectivas linhas de orientação, assim, cada coalizão teria mantido posição em divergência às demais, o que fragmentou a organização internamente, levando a cisões importantes. O VII Congresso partidário, em 1984, teria sido o momento em que, finalmente, a coalizão “pragmática”, liderada por Giocondo Dias, conseguiu impor sua orientação política e selar a derrota das coalizões prestista e renovadora.

Posteriormente, a queda da União Soviética e o fim do chamado socialismo real resultariam no desmantelamento de um PCB enfraquecido pela perda de grupos significativos de ativistas, militantes e intelectuais, além de ter discreta penetração social. Diante de um modelo internacionalmente esgotado, o Partido Comunista Brasileiro decidiu “[...] mudar de nome e de política”, sendo que a maioria de seus componentes atuaram no âmbito do então fundado Partido Popular Socialista (atual Cidadania). O PCB entrou em ocaso sem se aprofundar em respostas concretas às questões complexas que há anos eram debatidas, com dificuldades, em seu interior: como existir um partido que seria, a um só tempo, revolucionário e democrático? O jogo político eleitoral pode resultar no socialismo ou deve reforçar a ordem social existente, isto é, a capitalista? A luta econômica requer direitos políticos, mas como assegurá-los se, para isso, é indispensável respeitar as regras do jogo institucional e a constante afirmativa de respeito aos ditames constitucionais? Trabalhar para o estabelecimento do socialismo no presente ou projetá-lo para um futuro incerto?

Este trabalho envolve, portanto, um conjunto de perspectivas teóricas e pressupostos conceituais considerados necessários para a interpretação da documentação coletada. Pode-se afirmar que a tese aqui formulada, segundo a qual a questão democrática constitui tanto a abertura do PCB para novos projetos e movimentos em meio à ditadura militar, quanto foi decisiva para sua desestruturação, envolve e considera a interação entre duas abordagens das formações socioculturais afeitas às relações políticas. Para compreender a trajetória final do PCB entre as décadas de 1970 e 1980, no valemos da metodologia de análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011), entretanto, não trabalhamos, nesta tese, com fixação de sentido, mas de conteúdo. Para Bardin,

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de "fala" a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como no caso

do escrutínio próximo da decodificação e de respostas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas. (BARDIN, 2011, p. 36).

Como suporte teórico complementar, nos valemos do conceito de estrutura de sentimento e culturas políticas, compreendidas como complementares. Os termos se referem a fenômenos que são verificáveis do âmbito da “cultura”, cenário privilegiado de produção e reprodução de significados, valores e ações que impactam a experiência do vivido.

A conceitualização de estrutura de sentimento não foi formalmente definida por Raymond Williams, e encontra-se dispersa em suas obras, principalmente: Marxismo e Literatura (1979), A Política e as Letras (2013), Cultura e Materialismo (2011) e Recursos da Esperança (2015). Portanto, interpretamos estrutura de sentimento como uma visão de mundo que possuiria uma “[...] versão seletiva de um passado formador e de um presente pré-formado que desempenha uma função fundamental no processo de definição e identificação culturais”. (WILLIAMS, 1979, p. 115). Maria Elisa Cevasco (2001) também nos ajuda na compreensão do conceito. Segundo Cevasco, a estrutura de sentimentos é encontrada nos valores, nos significados e nas disputas para alcançar objetivos ou nas posições políticas divergentes. “A estrutura aparece como a expressão do que é vivido na experiência histórica, sendo constituída pela articulação de respostas a mudanças determinadas na organização social”. (CEVASCO, 2001, p. 151-153). Williams define a palavra estrutura como sendo elemento de origens longínquas, que estariam subdivididos em elemento dominante, residual e emergente. O elemento dominante seria a mobilização de toda uma área possível do passado e do presente, em que certos significados e práticas são escolhidos e enfatizados. O elemento residual seriam aquelas experiências, significados e valores que não podem ser verificados ou não podem ser expressos na cultura dominante, todavia, são vividos e praticados como resíduos de formações sociais anteriores. O emergente seriam “novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos e experiências continuamente criadas”. (WILLIAMS, 2011, p. 56). Reinhart Koselleck (2006) é quem nos auxilia em nossa definição de estrutura de sentimentos ao tomarmos emprestado a ideia de que a estrutura a qual Williams menciona seria uma estrutura temporalmente estratificada, para a qual a experiência — outro elemento chave que Williams utiliza para definir estrutura de sentimentos — seria uma contribuição transmitida por gerações e instituições, contida e conservada na historicidade da experiência (KOSELLECK, 2006). Na palavra sentimento, a contribuição que tiramos de Koselleck é a de seriam nas trocas de ideias que as pessoas recorriam a palavras para transmitirem seus pensamentos. Assim, ao recorrer a

conceitos, como revolução, por exemplo, “a pessoa remete-se a um sentido que, por sua vez, é um conteúdo carregado de historicidade”. (KOSELLECK, 1992, p. 135).

Militantes e dirigentes do PCB moviam-se em uma estrutura de escolhas, com possibilidades que o momento oferecia ao partido. Essas escolhas tanto moldavam quanto eram moldadas pelo partido. As escolhas não ocorriam aleatória ou livremente, pois dependiam de possibilidades que eram historicamente dominantes e estruturadas. Contidas na estrutura de sentimentos, as possíveis escolhas sofriam a ação das forças dominantes. Diferente de atribuir ingenuidade, falta de perspectiva, incapacidade ou incompetência de militantes e dirigentes, é possível interpretar que a questão democrática formava um repertório político em disputa, sendo que ela própria impunha pressões e limites aos projetos possíveis de um agrupamento que não poderia simplesmente deixar de se referir aos aspectos que configuravam sua singularidade. Isso tornava muito difícil aos militantes fugirem das perspectivas fundadas em “certezas” acerca do marxismo-leninismo como referência e plano de ação.

Na investigação da tese, gostaríamos de destacar uma obra que nos foi muito importante para tecermos algumas comparações e análises, o livro de Marco Mondaini (2011), *Do Stalinismo à democracia: Palmiro Togliatti e a construção da via italiana ao socialismo*, uma bela análise sobre o eurocomunismo.

Para demonstrar os resultados da investigação e desenvolver as reflexões necessárias à interpretação dos dados coletados e da questão que move este trabalho, o texto foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, se examinam as informações das resoluções políticas entre 1975 e 1979. O objetivo é apreender a reorganização do PCB e seu imbricamento a interpretação materialista da história, cuja situação internacional é vista como um permanente, progressivo e favorável avanço do socialismo, e ao marxismo-leninismo como obstáculo da conciliação pela democracia.

O segundo capítulo versa sobre os debates e os posicionamentos entre a coalizão prestista e a coalizão “pragmática”. O objetivo é apreender o debate sobre partido revolucionário e a conciliação à democracia sobre os diferentes pontos de vista entre as duas coalizões, grupos e a ruptura entre os grupos.

O terceiro capítulo confronta as ideias sobre democracia e revolução entre a coalizão renovadora e a coalizão “pragmática”. O objetivo é exprimir as dificuldades e barreiras entre os posicionamentos revolucionários com democracia política, o respeito às regras do jogo democrático e às instituições que, inescapavelmente, conduzem a uma atuação reformista, cujas renovações imediatas constituíam “etapas”, no sentido de que, gradualmente, elas se

acumulariam em direção a uma completa reestruturação da sociedade, ou seja, uma inquestionável aproximação em relação à estratégia reformista da socialdemocracia.

Na conclusão, fazemos um balanço dos conflitos e a consolidação da visão política da coalizão “pragmática”.

2 UM PARTIDO EM RECONSTRUÇÃO

O golpe militar de 1964 pegou o núcleo dirigente do velho Partidão envolto em divergências em torno da construção da linha política que deveria orientar o partido em sua missão revolucionária. As causas dessas divergências estariam na defesa das teses da Declaração de Março de 1958, na qual o caminho para a revolução brasileira teria sido modificado:

Os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução anti-imperialista e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas, tanto quanto delas dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade.¹

As teses da Declaração de Março de 1958 foram referendadas pelo V Congresso, de 1960, em um clima de “trégua”, surgido da necessidade de unidade que havia sido estremecida pela crise de 1956. Isso viria a represar ou inibir o debate das teses, tidas por alguns militantes como revisionistas e/ou reformistas. Entretanto, os anos seguintes testemunhariam a contestação das teses de 1958, levando à fragmentação e à perda de atores da direção e da militância partidária. A primeira cisão viria em 1962: sob a alegação de reformismo, João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, Lincoln Oeste, José Duarte, Walter Martins e Calil Chade deixaram o partido e fundaram o Partido Comunista do Brasil (PC do B). O golpe militar de 1.º de abril de 1964 levaria outros dirigentes e militantes a depreender o suposto reformismo e a inadequação da linha política do PCB, desencadeando uma fragmentação, com consequente perda de contingentes significativos e progressiva diminuição da representatividade do partido no campo marxista. Não obstante o processo de perdas, em 1967, foi realizado o VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro, no qual foram ratificadas as teses de 1958 e eleito um novo Comitê Central, o que levou a uma certa estabilização nos quadros do PCB. O novo Comitê Central contava com 32 membros²: Luiz Carlos Prestes,³ Orlando Bonfim, Walter Ribeiro, Giocondo Dias, Zuleika Alembert, Teodoro

¹ Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, março de 1958. In: **PCB: vinte anos de política 1958-1979, Documentos.** São Paulo: Lech, 1980, p. 3-27.

² As referências sobre os membros do Comitê Central encontram-se no anexo IV.

³ Luiz Carlos Prestes Nasceu em Porto Alegre, RS, filho de Antonio Pereira Prestes, um oficial do Exército, e Leocádia Felizardo Prestes. Em agosto de 1934 é admitido no Partido Comunista do Brasil. Em 1943 ocorre a II Conferência Nacional do PCB que elege Prestes, mesmo preso, seu Secretário-Geral. Em abril de 1945 com a anistia Prestes é solto após passar 9 anos na cadeia. Empenha-se na campanha de legalização do PCB o que ocorre em novembro de 1945, e elege-se senador pelo Partido em dezembro do mesmo ano, com mais de 160 mil votos sendo o mais votado da República. É cassado em janeiro de 1948 e ingressa na clandestinidade, que dura até março de 1958. Em 1964 após o golpe e a implantação da ditadura militar, volta novamente à clandestinidade tendo em 1971 exila-se na URSS onde permanece até 1979, ano em

Mello, Moisés Vinhas, David Capistrano da Costa, Antônio Chamorro, Marco Antônio Coelho, Elson Costa, Jaime Miranda, José Francisco, Francisco Gomes, Antônio Ribeiro Granja, Ramiro Luchesi, Geraldo Rodrigues dos Santos, Ivan Ramos Ribeiro, Luiz Inácio Maranhão Filho, Salomão Malina, Renato Motta, João Massena de Mello, Oswaldo Pacheco, Dinarco Reis, Orestes Timbaúva, Luís Tenório de Lima, Agliberto Azevedo, Armando Ziller, Adalberto Silva, Aristeu Nogueira, Sebastião Vitorino, Almir Neves. Suplentes: Itair José Veloso, Fued Saad, Nestor Veras, Armênio Guedes, Roberto Morena, Humberto Lopes, Dimas Perrin, Isnard Teixeira, Sérgio Holmos, Moacir Longo, Givaldo Siqueira, Hiram de Lima Pereira, Mário Schemberg, Carlos Aveline, José Salles, Arthur Mendes, Oto Santos, Octacílio Gomes, Renato Guimarães, Jarbas de Hollanda, Teodoro Chercov, Vulpiano Cavalcanti, Paulo Santana e Júlio Teixeira. A Comissão executiva era formada por Luiz Carlos Prestes, Giocondo Dias, Orlando Bonfim, Jaime Miranda, Zuleika Alembert, Dinarco Reis e Geraldo Rodrigues, os suplentes eleitos foram: Ramiro Luchesi, Walter Ribeiro e Marco Antonio Coelho.

Entretanto, em 1975, o PCB seria atingido em cheio pela repressão política da ditadura militar e aquele ano passaria para os anais do partido como um dos momentos mais difíceis da organização, para sempre lembrado como um divisor de águas em sua história. O ano de 1975 se destacou pela prisão e “desaparecimento” de 10 membros do CC: Orlando Bonfim Júnior, Jaime Miranda, Elson Costa, João Massena de Mello, David Capistrano da Costa, Itair José Veloso, Luís Maranhão, Walter Ribeiro, Hiram de Lima Pereira e Nestor Veras.

As prisões forçaram o PCB, bastante limitado de recursos materiais, a enviar o restante dos dirigentes para o exterior. Contudo, a mesma ação que salvara a direção do partido, havia deixado acéfala a organização no território nacional. E foi no exterior, longe dos olhos da militância, que as divergências se acirraram.

2.1 AS DEBILIDADES: DESCUIDO DA EDUCAÇÃO IDEOLÓGICA NO PREPARO

DOS QUADROS

O ano de 1975 pode ser tomado tanto como um momento de “reconstrução” do Partido Comunista Brasileiro (PCB), quanto de aprofundamento de divergências envolvendo três coalizões: a coalizão prestista, a coalizão pragmática e a coalizão renovadora. Essas teriam sido

que retorna ao Brasil após a decretação da anistia política. Em março de 1980 rompe com o Partido através da sua "Carta aos Comunistas". Em 1980 perde o cargo de Secretário-Geral e deixa o PCB. Em 7 de março de 1990 falece no Rio de Janeiro com 92 anos de idade. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/prestes_luiz_carlos.htm>. Acesso em 07 fev. 2022.

as coalizões que teriam coabitado a organização após o longo período marcado por dissidências e separações.⁴ Os anos entre 1975 e 1984 teriam sido um período sintomático na manifestação de divergências, pois a prisão e morte de membros do CC, entre 1974 e 1975, teria rompido a trama que mantinha a correlação de forças entre a coalizão dominante e as coalizões alternativas. Os mesmos acontecimentos estariam por detrás da urgência de reorganização do PCB.

Na Resolução de organização do CC do Partido Comunista Brasileiro, publicada na *Voz Operária*, edição n.º 124, de 1976,⁵ verificamos uma sucinta, mas significativa descrição sobre os acontecimentos que teriam fragilizado o partido:

[...] nos últimos tempos a reação fascista assestou golpes profundos em nossa estrutura orgânica. Cerca da metade dos membros do CC, entre efetivos e suplentes, foi encarcerada, torturada, tendo havido muitos assassinatos. Inúmeros militantes, amigos e simpatizantes do partido estão permanentemente sob a mira da polícia, o que os impede de exercer atividades na organização clandestina do partido.⁶

A repressão acima citada chegou a diferentes regiões do país. Em Santa Catarina, por exemplo, recebeu o nome de Operação Barriga Verde e, neste caso, resultou na prisão de 42 pessoas acusadas de envolvimento com o PCB. Entre os atingidos estava Theodoro Ghercov⁷ (codinome Raul), suplente do CC. Nessa ocasião, Ghercov foi supliciado a tal ponto que tentou o suicídio. O dirigente foi condenado a três anos de reclusão e a célula do PCB em Santa Catarina foi desarticulada.⁸

⁴ Vejamos alguns exemplos: (1961) Política Operária (POLOP), (1962) Partido Comunista do Brasil (PC do B), (1962) Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), (1966) Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), (1966) Partido Comunista Revolucionário (PCR), (1966) Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC do B -Ala Vermelha), (1968) Aliança de Libertação Nacional (ALN), (1968) Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), (1968) Comando de Libertação Nacional (COLINA), (1968) Partido Operário Comunista (POC), (1969) Resistência Democrática (REDE), (1969) Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), (1969) Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), (1970) Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), (1970) Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO).

⁵ Resolução de organização do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária*, n.º 124, maio 1976, p. 4-8. Mensal.

⁶ Resolução de organização..., 1976, p. 4.

⁷ Theodoro Ghercov ingressou no PCB em 1950. Foi deslocado de São Paulo para reestruturar o PCB/SC, recebendo, para tanto, cerca de Cr\$ 18.000,00. Era um membro remunerado pelo PCB. Era o responsável pela distribuição da “Voz Operária”, no Estado de Santa Catarina, onde também recolhia as importâncias em caderneta de poupança da APESC, no falso nome de Oscar Medeiros da Silva (há também outros codinomes: Raul, Nardo. Com esse nome falso e usando dinheiro do PCB, adquiriu um terreno na Praia de Pinheira-SC, em 1975. Era 1º Secretário do CE/PCB/SC e manteve inúmeros contatos pessoais com os militantes e colaboradores em Santa Catarina no interesse da reestruturação dos quadros do PCB e obtenção de recursos financeiros para o Partido clandestino.

⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Militar. **Apelação n.º 42.031**. Apelantes: O Ministério Público Militar da 5ª CJM e outros. Apelada: a sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª CJM, de 10 de fevereiro de 1978, no processo n.º 749.

A perda e a prisão de vários quadros do partido teriam desarticulado organicamente o PCB. Com o funcionamento comprometido, o partido teria escolhido como prioridade focar em sua reestruturação, tomada como condicionante fundamental para reintegrar e fortalecer posições na luta pelo reestabelecimento da democracia. Defendia-se a necessidade da existência, no Brasil, de um “forte partido comunista”:

[...] que tanto por sua estratégia e tática revolucionária [...] seja capaz de unir as mais amplas massas que se opõem à ditadura [...], conquistar liberdades democráticas [...], abrindo o caminho à realização das tarefas relativas à etapa atual da revolução brasileira — passo importante no caminho do socialismo.⁹

O assassinato de 10 membros do Comitê Central, segundo a referida Resolução, teria revelado o quanto o partido teria sido omissos na aplicação da disciplina partidária. Daí que o partido deveria considerar não ter sido apenas o aperfeiçoamento dos órgãos repressivos o responsável pela calamidade que se abateu na organização. Para o partido, as evidências dariam conta de que a inobservância da disciplina partidária teria sido a principal responsável pela queda de seus quadros na ação repressiva da ditadura. Entre muitos militantes circulava a percepção de que teria sido a mesma indisciplina a responsável pela tardia compreensão de que as forças repressivas do regime militar teriam contado com a assessoria e o financiamento do governo dos Estados Unidos, por meio da CIA, considerada pelos comunistas como responsável pelo treinamento e aplicação de métodos e técnicas eficazes de repressão.

O depoimento de Dinarco Reis¹⁰ lança um pouco mais de luz sobre a questão abordada na Resolução. Segundo Reis, alguns dirigentes questionavam o princípio básico que estruturava a organização, o chamado “centralismo democrático”:

[...] o centralismo democrático, era questionado, quando não completamente negado por alguns dirigentes. Desse modo, disciplina e a unidade deixavam muito a desejar e a segurança do Partido encontrava-se permanentemente ameaçada. À difícil pressão repressiva juntava-se uma luta interna sem princípios, igualmente nociva e ameaçadora aos militantes e dirigentes. (REIS, 2011, p. 104).

Para Dinarco Reis (2011), não teria sido apenas a indisciplina, mas a existência de uma luta interna ou, dito de outro modo, o desequilíbrio da correlação de forças entre a coalizão dominante e as coalizões alternativas que teriam levado os quadros a desconsiderarem o respeito ao centralismo democrático. Tal modo de organização era responsável por submeter os quadros ao consenso impositivo do Comitê Central. Tanto que na Resolução, a falha mais grave apontada teria sido a deficiente formação ideológica dos quadros, considerada a principal causa do sucesso da ação repressiva. Essa interpretação encontrava respaldo na trajetória dos

⁹ Resolução....., 1976, p. 4.

¹⁰ REIS, Dinarco. **A luta de classes no Brasil e o PCB.** v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2011.

comunistas, pois um partido que se filiava à tradição leninista deveria contar com quadros altamente disciplinados.

Por outro lado, a versão de Jacob Gorender (1987) desmitifica um pouco a explicação escolhida pelo PCB para justificar as prisões. Segundo Gorender:

[...] de 1968 a 1974, a repressão policial se concentrou no combate à guerrilha e se desinteressou de alvejar o PCB. Limitou-se a fazer o acompanhamento dos seus passos e eventuais prisões. Seis anos de fogo brando induziram o Partidão a baixar a guarda e se descuidar da segurança clandestina. Abriu-se em excesso na campanha eleitoral de 1974, quando o MDB alcançou o primeiro êxito significativo. Os órgãos policiais não tiveram dificuldade para desarticular o Partidão e paralisar sua alta direção. Juntando as quedas dos anos anteriores às de 1974–1975, metade do Comitê Central foi parar nas garras do inimigo. Dezesseis dirigentes presos, entre os quais dez “desaparecidos”. (GORENDER, 1987, p. 233).

Portanto, teria sido o “desinteresse” da ditadura que possibilitara ao PCB ter passado “incólume” a repressão até 1974. Por outro lado, cabe levar em conta as razões apresentadas pelos dirigentes do partido, pois a trajetória de uma longa luta interna favorecia descuidos na vigilância, quadro que dificultava a tomada de precauções quanto às possíveis reações da ditadura após os resultados das eleições de 1974. Afinal de contas, conforme as acepções dos que defendiam este posicionamento, o princípio marxista-leninista teoriza a necessidade de um tipo de partido revolucionário capaz de funcionar nos piores cenários de repressão política, o que justificaria a tese de que o partido deveria investir na formação ideológica, pois a organização não poderia consentir com a frouxidão disciplinar.

Essa linha de raciocínio apresentada na Resolução nos sugere que, para o PCB, o marxismo-leninismo teria sido uma chave infalível para a compreensão do passado, do presente e do futuro. Portanto, os erros de operação e de interpretação do partido jamais deveriam ser atribuídos à ciência marxista-leninista,¹¹ mas aos seus intérpretes; daí que, para a correção de rota, bastaria aos dirigentes a aplicação correta e criadora do marxismo-leninismo, fundamento que estaria assegurando o triunfo inevitável do partido na sua missão histórica - “[...] o caminho da vitória da revolução socialista no Brasil”.¹²

A Resolução de 1976 classifica a indisciplina como estranha ao preceito científico do marxismo-leninismo, que teria sua origem em influências externas. Essa interferência exógena, que estaria a provocar estragos no partido, é descrita na Resolução como uma presença de ideologia pequeno-burguesa, responsável por práticas de aventureirismo ou concepções de liberalismo, golpistas ou de passividade. Isso, tanto no terreno político, quanto no que diz respeito à organização. No jargão comunista, a ideologia pequeno-burguesa seria capaz de

¹¹ Mais à frente trataremos mais pormenorizadamente do conceito.

¹² Resolução..., 1976, p. 5.

relativizar os métodos marxistas-leninistas de disciplina, tática e estratégia, que permitiria aos militantes serem levados por subjetivismos (ausência de fatos materiais) e ações diretas (golpismo) como meio para conquistar o Estado.

Entretanto, a chamada ideologia pequeno-burguesa parece mais justificar os erros cometidos pelo partido, evitando uma crítica que mais cedo ou mais tarde teria que ser efetuada: as possíveis deficiências e limitações do que era então tomado como marxismo-leninismo. Não obstante, os dirigentes do partido insistiam em apontar a presença, entre suas fileiras, do elemento pequeno-burguês, com sua pressa, subjetividade, aventureirismo e golpismo:

[...] manifestados nas ideias da revolução a curto prazo; da organização para um dado momento, e não tendo em vista o processo revolucionário; na falta de previsão científica, tanto no que concerne ao planejamento, à organização, da aplicação dos planos aprovados e o controle dos mesmos; na subestimação da criação de um partido que possa levar a cabo suas tarefas históricas com a maior economia possível de bens materiais e sobretudo de vidas humanas; na subestimação do inimigo de classe.¹³

Esse “espantalho” de uma suposta ideologia pequeno-burguesa serviria como uma válvula de escape para a preservação de uma crença no marxismo-leninismo como leitura triunfante e inquestionável do processo social, tal como pode ser verificado na Resolução Política do V Congresso, de 1960:

O combate às influências ideológicas estranhas à classe operária impõe a generalização da experiência histórica do Partido, o conhecimento do processo de sua formação e a crítica aprofundada às concepções pequeno-burguesas que predominaram, em diversos períodos, na sua direção e em suas fileiras.¹⁴

E no VI Congresso, de 1967:

O revés sofrido em 1964 pôs a nu muitas das nossas debilidades e revelou com maior clareza a nefasta influência que ainda exerce em nossas fileiras, a começar da direção, uma falsa concepção que se manifesta de maneira predominante nos momentos decisivos de nossa vida. É uma concepção errônea do processo revolucionário, de fundo pequeno-burguês e golpista, que consiste em admitir a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação de cúpulas ou do Partido. Ela imprime à nossa ação um sentido imediatista, de pressa pequeno-burguesa, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente pelos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia pelo proletariado.¹⁵

Segundo essa Resolução, por exemplo, teria sido a mesma ideologia pequeno-burguesa a responsável pelo PCB, mesmo depois de ter qualificado a ditadura militar como fascista, ter se descuidado em relação aos objetivos repressivos do regime. Contudo, classificar o regime

¹³ Resolução..., 1976, p. 5.

¹⁴ Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro. In: CARONE, Edgard. **O PCB 1943 a 1964**. vol. 2. São Paulo: Diefel, 1982, p. 226.

¹⁵ Resolução Política do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro. In: **PCB: Vinte anos de política 1958 – 1979 (documentos)**. São Paulo: Lech, 1980, p. 185.

ditatorial dessa forma denotava, mesmo com os recursos analíticos disponíveis, um equívoco de interpretação, dado que as características da ditadura brasileira corresponderiam mais satisfatoriamente ao autoritarismo de direita (HOBSBAWM, 1995). No fascismo não há pluralidade nem dissidência, pois toda e qualquer oposição é eliminada e todo corpo social é ocupado pelo partido único. Uma ditadura militar fascista envolveria a construção de um regime total, não permitindo fissuras e divisões no seu organismo social e político. Nesse caso, a tática de alianças do PCB era uma contradição: fazer alianças com quais grupos ou seguimentos descontentes? (CARONE, 1982). Numa perspectiva diferente, também contrária à caracterização da ditadura militar como fascista, Jacob Gorender¹⁶ desenvolveu a seguinte análise:

Faz-se a identificação da ditadura militar com o fascismo, penso ser uma tese falsa, pois esconde exatamente o mais peculiar do regime político imperante de 1964 a 1985: o comando ostensivo do Estado pelas Forças Armadas (não por um caudilho militar). A direção do Estado não foi monopolizada por um partido fascista — que se torna residual ou desaparece praticamente após a queda do regime fascista —, mas pela instituição estatal *permanente* (*sic*) detentora do exercício superior da coerção. Ao invés de *fascistização* (*sic*), houve a militarização do Estado. A ocupação da chefia do Estado pelo alto comando do Exército, dando sequência a cinco generais-presidentes, adquiriu a aparência de uma dominação estamental [...]. Com efeito, talvez em nenhum outro momento, a sociedade brasileira pareceu tão subordinada a um estamento burocrático senhor do Estado. Já hoje se percebe que a militarização do Estado serviu aos interesses da burguesia brasileira. Por sua vez, a burguesia aceitou as exigências corporativas da autopreservação institucional das Forças Armadas. Enquanto tal, caracterizada pela coerção extremada exercida sobre as classes subalternas. (CARONE, 1982, p. 71-72).

Pode-se apontar que a classificação da ditadura militar como fascista corresponderia mais como um apelo à memória coletiva do partido e da tática do frentismo para combater o fascismo nas décadas de 1930 e 1940. A vitória dos aliados e a lembrança do frentismo antifascista do PCB teria proporcionado o melhor momento da história política quando o candidato a presidência da República pelo PCB, Yedo Fiúza, recebeu 600 mil votos, cerca de 10% do total de votos, sem falar da eleição de Luiz Carlos Prestes e 14 deputados federais.

¹⁶ Jacob Gorender (1923 – 2013) foi um dos mais importantes historiadores marxistas brasileiros. Em 1941 se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Interrompeu os estudos em 1943 quando, aos 20 anos, se alistou na Força Expedicionária Brasileira. Lutou na Europa em batalhas como a de Monte Castelo, na Itália. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, mudou-se para o Rio, onde trabalhou em jornais de esquerda e, em 1953, para São Paulo. Dois anos depois, seguiu para Moscou. O golpe de 1964 pegou o PCB de surpresa e rachou o partido. Gorender foi expulso em 1967. No ano seguinte, criou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), junto com Apolônio de Carvalho e Mário Alves. Em 1970, foi preso e duramente torturado. Foi condenado a dois anos de prisão. Entre seus trabalhos se destacam “A burguesia brasileira”, de 1981, e “Combate nas trevas”, de 1987. Sua principal obra foi a tese “O escravismo colonial” de 1978. Gorender foi reconhecido com o título de doutor honoris causa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e passou a atuar como professor visitante no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/jacob-gorender/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

Esperava-se que, apesar das diferenças entre os campos políticos, assim como na década de 1940, as forças políticas se unissem para combater o inimigo comum. Portanto, a caracterização da ditadura militar de 1964 como fascista alimentava a retórica segundo a qual a “ideologia pequeno-burguesa” levava os quadros partidários a subestimarem as transformações introduzidas na vida política brasileira em direção a um regime de força, resultando no aperfeiçoamento dos órgãos repressivos.

Segundo a resolução, outro sinal da debilidade doutrinária nos quadros do partido teria sido a “subestimação da necessidade e do papel do Partido”.¹⁷ Desde 1962, pelo menos, a legitimidade e o papel de vanguarda do partido vinham sendo questionados por ex-militantes e a agremiação sofria “[...] sangrias substanciais em todas as frentes: entre os operários, os camponeses, os intelectuais e variados setores da classe média”. (GORENDER, 1987, p. 89). A partir de 1962, o PCB começaria a erodir e sofreria a concorrência de outras correntes marxistas, quadro ainda mais agravado de 1964 em diante. A partir desse momento, cada dissidência passaria a outorgar para si a legitimidade da representação do proletariado, infundindo um sério problema em relação ao princípio marxista-leninista que definia a existência de apenas um autêntico partido revolucionário. Segundo Gorender, o processo de erosão dos quadros e do protagonismo do PCB acceleraram a partir de 1964, fragilizando a sua pretensão de continuar como vanguarda da classe operária, sua parte avançada e consciente, capaz de arrastar grandes massas à luta pela libertação do espírito. Segundo a resolução, a única forma de eliminar a ideologia pequeno-burguesa e de recolocar o partido nos trilhos só viria pela

[...] compreensão de nossos erros e de suas causas, assim como a busca dos caminhos para corrigi-los, é um processo permanente, no qual devem se empenhar não apenas a direção central do partido, mas todos os seus quadros, dirigentes e militantes, que devem contribuir com seus conhecimentos e experiência para o êxito desta tarefa. Inegavelmente, se trata de uma tarefa difícil, que exige um esforço coletivo de elaboração, de caráter permanente, uma vez que tantos fatores históricos como sociais, da formação da sociedade brasileira exercem influência na formação e desenvolvimento do partido. Por isso mesmo, devem ser estudados e pesquisados. Este trabalho não deve estar desvinculado da rica experiência acumulada por nosso partido em 54 anos de luta revolucionária, de esforços pela assimilação da experiência dos partidos irmãos, do estudo permanente do marxismo-leninismo. Sem isso, qualquer tentativa autocritica estaria fadada ao fracasso.¹⁸

Assim, a primeira atitude a ser tomada seria a reaproximação da classe operária, única entidade dotada de força para conduzir o processo revolucionário. O reconhecimento dos erros implicaria na busca dos meios para repará-los e isso envolveria não só a direção do partido, mas todos os quadros, dirigentes e militantes. Para reconstruir o partido, a resolução exorta a todos

¹⁷ Resolução..., 1976, p. 4.

¹⁸ *Idem*, 1976, p. 5.

a se empenharem em um esforço coletivo e colaborativo, a fim de alcançarem a compreensão dos fatores históricos e sociais que singularizariam a sociedade brasileira e que, consequentemente, influenciariam na formação e desenvolvimento do partido. Entretanto, ressalta-se que esse esforço não partiria do nada, pelo contrário, esse processo estaria vinculado em décadas de “luta revolucionária” e de esforços pela assimilação da experiência da trajetória do PCB “dos partidos irmãos”, bem como “do estudo permanente do marxismo-leninismo”¹⁹. Ao apelar para a experiência histórica, compreendemos que teria havido uma ação consciente de evocação das metas ideológicas que davam legitimidade ao PCB como vanguarda revolucionária consciente, autêntico depositário do marxismo-leninismo e do caminho da revolução. A partir do reforço da identidade pela referência ritual às metas ideológicas é que se sucede a indicação das tarefas do processo revolucionário que estaria em curso:

[...] mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela derrota e a conquista das liberdades democráticas. A realização dessa tarefa está estreitamente ligada aos objetivos revolucionários em sua etapa atual e ao desenvolvimento da luta da classe operária pelo socialismo²⁰.

Tudo isso sem perder de vista sua tarefa principal: “conduzir a luta revolucionária até seu objetivo final: a tomada do poder pelo proletariado, a implantação de sua ditadura de classe e, consequentemente, do socialismo no Brasil”²¹. A reorganização do partido envolveria recuperar sua coesão interna e sua condição de força orientadora, especialmente aquele que o partido teria atingido no período anterior a 1964:

[...] de 1946 a 1964, o PCB representou a principal força de esquerda de inspiração marxista [a sigla correspondeu a *Partido Comunista do Brasil* até 1961 e, daí em diante, a *Partido Comunista Brasileiro*] (sic). Dispunha de quadros experientes e completamente dedicados ao trabalho partidário, sua radicação no movimento operário era sólida e muito mais importante do que a das outras correntes, contava com ramificações no meio camponês, tinha forte influência no movimento estudantil e nas campanhas anti-imperialistas. Serviu de referencial a todas as organizações de esquerda. (GORENDER, 1987, p. 20).

Os autores da resolução salientavam que a reestruturação do partido só teria êxito pela combinação acertada do trabalho legal com o ilegal; pela orientação e introjeção dos princípios do marxismo-leninismo, tanto que um dos pontos mais importantes da política de organização do PCB seria o “trabalho ideológico”.²² O exemplo da aplicação dos princípios de organização do PCB deveria começar pelos comunistas que viviam no exterior, através de uma ação

¹⁹ Resolução..., 1976, p. 5.

²⁰ Resolução Política do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro realizado em 1967. In. **PCB**: vinte anos de política 1958-1979 (documentos). São Paulo. Lech, 1980, p. 174.

²¹ Resolução..., 1976, p. 5.

²² *Ibidem*.

planificada de formação de quadros marxistas-leninistas, condição *sine qua non* para aplicação correta e criadora do marxismo-leninismo. A tarefa de formação de quadros marxistas-leninistas deveria começar combatendo

[...] os erros e desvios por nós constatados, tais como: a concepção errônea do papel da classe operária na revolução; a subestimação do partido, o não vê-lo como um partido por sua essência, indispensável à realização da ligação da teoria do comunismo científico com o movimento espontâneo da classe operária²³.

Em outras palavras, a reorganização do PCB deveria ser um retorno às estratégias e táticas que estariam pormenorizadas na orientação política do VI Congresso de 1967, cujo Estatuto, no artigo 33.º, determinava que o Comitê Central era o órgão dirigente do PCB, cabendo a todos os militantes se submeterem à disciplina do centralismo democrático.

O final do texto traz o que poderíamos interpretar como uma expectativa efusiva pelo sucesso do movimento socialista indicado pelo que seria a crise política, moral e social dos EUA depois da derrota na Guerra do Vietnã, pelos impasses militares e políticos, pelo escândalo de espionagem no caso Watergate de 1974 e pelo processo de independência das colônias europeias na África e Ásia. O que faltaria para os PCs seria a unidade na luta para garantir o sucesso de cada partido em seu respectivo país, tanto que o PCB declara que o seu sucesso estaria ligado aos “partidos irmãos e as organizações democráticas e patrióticas”²⁴ que, unidos contra o imperialismo norte-americano, auxiliariam o Partido Comunista Brasileiro na sua tarefa de derrotar “sua ponta de lança no continente, a ditadura fascista do Brasil”²⁵. O apelo à unidade para combater a ditadura militar se estenderia ao aprofundamento da aliança com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que se opunha nos espaços eleitorais permitidos pelo regime à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), a força política civil criada pela ditadura para dar-lhe suporte e legitimidade parlamentar. A aliança com o MDB seria indispensável para a incorporação do PCB ao processo de transição política que se processava na segunda metade da década de 1970 e que envolveria uma gradual distensão e abertura, com vistas a uma possível redemocratização do país.

O contexto do debate apresentado na Resolução de organização do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, publicado em maio de 1976 na *Voz Operária*, estaria dentro de um contexto de acusações e dissidências que teriam classificado o PCB como “reformista”, “liquidacionista”, “revisionista” “direitista” ou “pacifista”, adjetivos que se referiam ao

²³ Resolução..., 1976, p. 5.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

abandono do PCB das tradições revolucionárias que caracterizariam o movimento comunista internacional.

Cabe apontar que tais divergências não teriam sido consequência da inércia do PCB frente ao golpe militar de 1964, mas é inegável que o golpe militar agravou a situação. Assim, os dilemas em torno de uma linha política do PCB teriam se iniciado com a Declaração de Março de 1958, com a mudança paradigmática da estratégia revolucionária:

Os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução anti-imperialista e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que mais convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade. O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultam numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos²⁶.

No entanto, a força principal que estivera por detrás das supostas mudanças qualitativas da situação internacional fora o impacto das denúncias apresentadas no relatório de Kruschev, de 1956. A modificação da linha política vinha na esteira de grandes abalos no socialismo internacional. A narrativa histórica²⁷ aponta que o momento de inflexão ocorreu com a crise que abateu o movimento comunista internacional causada pelo relatório de Nikita Khrushchev e a denúncia dos crimes de Stalin, em 1956. Os relatos sobre as violações cometidas pelo Estado soviético, sob o comando de Stalin, ressoaram mundialmente e os principais atingidos pela crise foram os partidos comunistas alinhados à URSS. Foi a partir dessa conjuntura que novas perspectivas foram pensadas para trilhar o caminho para o socialismo. Teria sido dessa conjuntura que uma parte do PCB, segundo Armênio Guedes, teria formulado a tese de que a conquista de um regime democrático seria “[...] o terreno privilegiado onde se travam os combates de classe, onde se definem as políticas de várias formações [...] para a conquista do socialismo”²⁸. A democracia foi considerada necessária para a participação de comunistas nas

²⁶ Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro, março de 1958. In: **PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)**. São Paulo. Lech, 1980, pp. 3-27.

²⁷ VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo. Hucitec, 1982; PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro. Ed. Relume-Dumará. 1995; FILHO. Daniel Aarão Reis. **Entre a Reforma e a Revolução**: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In. História do Marxismo no Brasil. Org. RIDENTI, Marcelo; FILHO. Daniel Aarão Reis. Campinas, São Paulo. Editora da Unicamp, 2002, pp.69-102; LIMA, Ricardo Rodrigues Alves de. **O PCB vive e atua**: da crise do stalinismo a um novo ciclo de luta clandestina contra a ditadura (1956-1976). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), 2014. Disponível em: <<https://pos.historia.ufg.br/p/15810-teses-de-doutorado-2014>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

²⁸ O PCB encara a democracia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, em 29 jul. 1979. Caderno especial, p. 1 – 8. Diário.

instituições políticas pelo caminho eleitoral. A partir daí, é possível interpretar o processo como a constituição de uma *práxis* reformista quotidiana, redundando no que seria uma estratégia que ocupasse um intermediário com vistas ao socialismo (PANEBIANCO, 2005, p. 32-33). Essa posição consolidou-se nos debates abertos em 1956 e obteve consagração formal no documento intitulado Declaração de Março de 1958 e, finalmente, nas resoluções do V Congresso do partido (KONDER, 1980) e em sua essencialidade incorporada nas resoluções do VI Congresso de 1967.

Durante todo esse processo, porém, não teria havido uma unanimidade em torno das Resoluções aprovadas, pelo contrário. Os posicionamentos oficiais do PCB poderiam até passar uma imagem de aceitação e submissão inconteste à nova linha política, mas nas entradas do partido o debate continuava vivo. O fato é que, por inconformidade de uns e incompreensão de outros²⁹, as constantes acusações de “reformismo”³⁰ não mais deixariam de assombrar as fileiras do partido.

Os debates em torno da democracia, portanto, não teriam sido originados de posicionamentos internos, mas dos desdobramentos de crises e discussões externas:

[...] o impacto destruidor e criativo do XX Congresso que forçou os comunistas brasileiros a se debruçarem sobre si mesmos e a empreenderem um longo e tortuoso caminho em busca da realidade, de uma linha política a ela ajustada e, sobretudo, de uma concepção radicalmente diversa do fazer política³¹.

²⁹ Delineavam-se, portanto, três tendências na luta interna: 1) uma corrente de claras tendências à direta, chamados de “abridistas” ou “renovadores”, reformistas em relação às questões de princípios sobre o marxismo-leninismo, como a questão do partido de vanguarda e o internacionalismo, formada pelo Sinédrio, pelo grupo de Agildo Barata, pela maioria da Comissão Central de Finanças, por militantes do Comitê Regional de Piratininga (SP), vários membros do Comitê Regional Sul-Baiano e alguns militantes de outros Estados, pelos principais dirigentes da Juventude Comunista e a maioria da Comissões Sindicais, de Massas a Agir-Prop do Comitê Central. 2) A corrente conhecida por “fechadistas” ou “conservadora”, por ter-se oposto à abertura dos debates, com evidentes desvios esquerdistas e mandonistas, ocultando sua fragilidade política no dogmatismo e no sectarismo, tendo por base teórica o “Manifesto de Agosto de 1950”, que defendia a questão da insurreição e da luta armada sem qualquer vinculação com a situação objetiva do momento. Seus integrantes mais destacados eram João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Marighela, Arruda (com vacilações), Luiz Teles, Cid, Sérgio Holmos, Calil Chade e outros de menor importância na estrutura partidária. 3) Finalmente, uma tendência centrista, a “planície”, na qual se agrupavam quadros e militantes que tentavam encontrar uma alternativa ao revisionismo dos “abridistas” e ao sectarismo esquerdista dos “fechadistas”, com certas dificuldades, devido a polarização da luta interna entre estas duas posições (PACHECO, 2008, p. 211 e 212).

³⁰ Reformismo era o termo usado para se referir a uma postura considerada “direitista” associada a socialdemocracia. Na perspectiva marxista-leninista os partidos socialdemocratas abandonaram a revolução como caminho para o socialismo e aderiram as regras do jogo institucional e a constante e o respeito aos ditames constitucionais, o Parlamento seria, portanto, o meio para atingir o socialismo.

³¹ VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo. Hucitec, 1982, p. 178-180.

Tanto é que o PCB, a partir dessa conjuntura, acrescentaria em suas resoluções a tese em defesa da “coexistência pacífica entre Estados de regime social diferente”³². Portanto, teria se iniciado nesse período um longo e conflituoso debate sobre a permanência do caráter revolucionário do partido, com momentos expressivos em 1962, após o golpe militar de 1964 e a imputação de reformismo das dissidências ao PCB e agravada em 1975 com parte dos quadros do PCB defendendo a tese eurocomunista de democracia como valor universal.

As primeiras baixas do conflito, no entanto, já haviam ocorrido em 1957. Segundo Moisés (1982, p. 178-180), a direção nacional do PCB administrou a crise gerada pelo relatório Khrushchev à moda do aveSTRUZ, adiando enquanto pudesse a discussão em torno dos fatos. Bloquear a discussão paralisava todo o partido, levando-o a um verdadeiro estado de catalepsia que teria durado meses. Enquanto isso, as bases teriam permanecido confusas e proibidas de discutirem publicamente. O silêncio só teria sido rompido em meados de outubro, quando os intelectuais do partido teriam forçado a abertura do debate. Mesmo assim, o debate não teria conseguido se desenvolver porque Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, teria posto fim às discussões através de um documento que ficaria conhecido nos anais do PCB como “carta rolha”. Para outro estudioso do tema, a crise teria sido marcada pela maneira anárquica, emocional e fracionista conduzida pela direção, pela perda do controle e pela forma abrupta, autoritária e burocrática como a crise foi silenciada (PACHECO, 2008, p. 213), acarretando expulsão de uns e o abandono das fileiras do partido de boa parte da chamada corrente “renovadora”³³ dos anos 1950.

Na década seguinte teríamos mais um capítulo desse processo. Na tentativa de tornar o partido legal, o Congresso partidário de 1960 teria revisado muitos dos posicionamentos doutrinários. Um passo adiante no reexame da questão teria sido dado pelo então secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, apresentando aos comunistas brasileiros, em agosto de 1961, o novo projeto de estatutos da agremiação por ele dirigida, que modificaria o nome de Partido Comunista “do Brasil” para Partido Comunista “Brasileiro”. Entretanto, não teria permanecido apenas nisso. No dossiê apresentado ao TSE teriam sido retirados dos estatutos a serem registrados a orientação pelos princípios do “marxismo-leninismo”, da “ditadura do

³² Resolução Política do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro 1967. In. **PCB**: vinte anos de política 1958-1979 (documentos). São Paulo: Lech, 1980, p. 153-190.

³³ “renovadores”, reformistas em relação às questões de princípios sobre o marxismo-leninismo, como a questão do partido de vanguarda e o internacionalismo, formada pelo Sinédrio, pelo grupo de Agildo Barata, pela maioria da Comissão Central de Finanças, por militantes do Comitê Regional de Piratininga (SP), vários membros do Comitê Regional Sul-Baiano e alguns militantes de outros Estados, pelos principais dirigentes da Juventude Comunista e a maioria da Comissões Sindicais, de Massas a Agir-Prop do Comitê Central. (PACHECO, 2008, p. 211).

proletariado” e do “internacionalismo”. (GORENDER, 1987, p. 33). A notícia teria caído como uma bomba nos quadros do PCB. Os novos posicionamentos — que seriam reafirmados no VI Congresso —, teriam sido entendidos como “revisionistas” e “conformistas” por um número considerável de militantes, cujo processo teria levado a ruptura de parte dos divergentes e a formação do PC do B por: João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, Lincoln Oeste, José Duarte, Walter Martins, Calil Chade, entre outros (PACHECO, 2008, p. 220).

A letargia frente ao golpe de 1964 e a instalação da ditadura militar teriam desmoralizado ainda mais a política da direção do PCB. Sob diversas acusações de reformismo da linha política, ocorreria a formação de vários grupos de inspiração marxista e na fragmentação da esquerda brasileira em várias denominações que confrontariam a ditadura militar e que, a partir daí, disputariam com o Partido Comunista Brasileiro o lugar de vanguarda do proletariado.

2.2 DETERMINADO PELA HISTÓRIA

Historicamente, os partidos comunistas teriam se mostrado avessos ao que viam como uma deturpação da democracia nos países capitalistas. Na perspectiva comunista, não haveria democracia nesses países, mas uma ditadura de classe como instrumento de controle de Estado para a manutenção do *status quo* da classe dominante. Respectivamente, a réplica tradicional marxista à democracia liberal foi a “ditadura do proletariado”, um momento político-social em que a classe operária tomaria as rédeas do Estado e imporia uma nova “ditadura de classe”. À medida que a classe operária constituía a maioria da população e a propriedade privada era eliminada — considerada outro instrumento de opressão e controle de classe —, a “democracia socialista” derrubaria o Estado burguês e as limitações impostas pelo capital ao real exercício da verdadeira democracia. Em outros termos, para os comunistas, nada havia de democrático na democracia liberal burguesa, pelo contrário.

Encontra-se aqui formulada, em primeiro lugar, uma das ideias mais notáveis e mais importantes do marxismo, acerca do Estado, ou seja, a “ditadura do proletariado” (*sic*) e, seguidamente, uma definição de Estado, interessante ao extremo, a qual se conta também entre os números das “palavras esquecidas” (*sic*) do marxismo: “O Estado, isto é, o proletariado organizado em classe dominante” (*sic*). (LÊNIN, 20____, p. 28).

Portanto, teoricamente, seria a partir do estabelecimento do Estado proletário, ou socialista, que poderia ser instaurada o que os marxistas-leninistas classificariam como a “[...] democracia mais completa e avançada, a democracia mais ampla em todos os terrenos:

econômico, social e político; a democracia para a classe operária e todos aqueles que de uma forma ou de outra são hoje atingidos pela opressão capitalista”.³⁴ Ou seja, grosso modo, a democracia seria apenas um estágio para o desenvolvimento dos meios de produção, da transição para a ditadura do proletariado, abolição das concepções liberais sobre democracia, sistema de produção e organização. Teria sido essa a orientação dominante no Partido Comunista Brasileiro na maior parte da sua existência.

Ao movimentar-se para o campo democrático, o PCB teria se aventurado na árdua missão de discutir profundamente suas relações com o movimento socialista na totalidade e com as lutas sociais envolvendo a classe trabalhadora. Respectivamente, esse movimento abriria espaço para a variável política que pressionaria a paulatina flexibilização do caráter classista da revolução aos objetivos finais do partido e suas causas de transformação social. Em outras palavras, para se tornar um partido de massas, o PCB deveria operar para a satisfação dos anseios de mais de uma classe e conforme a regra máxima do jogo político nenhum partido pode viver sem um programa que ofereça a promessa de benefícios imediatos aos seus representados. A aposta do PCB teria levado o partido a navegar em águas agitadas e a ultrapassar o âmbito da retórica política e apresentar uma teoria que fundamentasse e conciliasse, sem comprometer a identidade do partido, os objetivos finais com a democracia política. Entretanto, o PCB estaria bem longe de alcançar tal equilíbrio. O fato é que a proposta a ser construída esbarraria na doutrina teórico-política do marxismo-leninismo, cujos princípios incompatibilizavam com o respeito as regras da democracia política, para a qual “a luta política é conduzida não pelas massas, por intermédio da ação direta, mas consoante a estrutura do Estado burguês, no estilo representativo, pela pressão exercida sobre o corpo legislativo” (PRZEWORSKI, 1989, p. 26). Em síntese, a adoção dessa estratégia política pretendida teria levado o PCB a um beco e acelerado a corrosão da estrutura ideológica que dava identidade ao partido.

A alteração da estratégia política do PCB não teria sido inédita no movimento socialista mundial. Segundo Przeworski (1989), os partidos socialistas que enveredaram para o campo da competição eleitoral da democracia política teriam sido forçados ou a focar na organização e na representação dos trabalhadores como classe ou a uma posição mais pragmática, a qual o partido também representaria, para aumentar suas chances na ocupação dos espaços representativos do sistema político. Teria sido a própria estrutura da democracia política que levara os partidos a optarem pela segunda opção, afinal, os pleitos haviam demonstrado que a

³⁴ PRESTES, Anita Leocádia. A Democracia que nós queremos. *Voz Operária*, nº 157, abr. 1979. Mensal.

forma mais adequada para maximizar as chances de vitória eleitoral teria sido o estabelecimento de uma base pluriclassista de representação. Os que teriam optados por essa estratégia não teriam sopesado adequadamente as armadilhas que o sistema preservava para bloquear a causa revolucionária. Se por um lado, a democracia política teria se mostrado capaz de instrumentalizar determinados compromissos entre trabalhadores e capitalistas acerca de questões econômicas e direitos sociais; por outro, a via parlamentar também teria ensinado que a mudança de correlação de forças enunciava que nenhuma reforma poderia ser irreversível ou cumulativa. Historicamente, os socialdemocratas foram classificados pelos marxistas revolucionários como reformistas, posto que escolheram a via parlamentar sem a previsão de ruptura institucional imediata com o Estado burguês, mas funcionando segundo a estrutura desse Estado, no estilo representativo, pela pressão exercida sobre o corpo legislativo. Quer dizer, se em uma democracia política a experiência histórica já havia demonstrado que as reformas não eram nem definitivas nem cumulativas, pelo contrário, há uma sucessão de conjunturas de conquistas e retrocessos, em que o *status quo* é preservado pelo compromisso de obediência à institucionalidade, então, por quê e no que, ao adotar uma estratégia semelhante, o PCB seria diferente?

Haveria, ainda, outro entrave no conceito histórico-teórico do marxismo-leninismo, a democracia política impediria umas das prerrogativas fundamentais da “filosofia das práxis”: a revolução, com a transformação da sociedade de baixo para cima. E mais, o marxismo-leninismo estaria atrelado conceitualmente ao materialismo histórico. Grosso modo, o materialismo histórico pode ser conceituado como “o estudo da sociedade e das leis do seu desenvolvimento”. (AFANÁSSIEV 1985 *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 167). Em linhas gerais, o materialismo histórico examina as leis gerais do desenvolvimento da sociedade, oferecendo uma interpretação científica, dialético-materialista dos fenômenos da vida social. (OLIVEIRA, 2019, p. 168). Daí que, seria a partir do estudo do nível de desenvolvimento econômico de uma sociedade e sua base material produtiva que se compreenderia o regime político e as diferentes concepções ideológicas de uma sociedade. Segundo Marx,

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 170-171).

O marxismo-leninismo, como ficou conhecida essa doutrina, teria se tornado o dogma oficial da União Soviética e de todos os Partidos Comunistas alinhados àquele país, o que incluía o PCB. Entretanto, a elaboração da teoria marxista-leninista estaria umbilicalmente ligada à sociedade e aos eventos que teriam se precedido e se procederam na Revolução de 1917. Ou seja, como fenômeno histórico, estaria ligado a uma conjuntura na qual os sentidos estão delimitados a um espaço e a uma temporalidade. O marxismo-leninismo, também chamado de comunismo científico, teria preservado elementos conceituais de Marx e Engels, mas teria introduzido novas percepções, interpretações e soluções para o estabelecimento do socialismo que teriam sido adquiridas na experiência do processo revolucionário russo. Em outras palavras, poderíamos afirmar que o marxismo-leninismo teria sido uma doutrina embasada em pressupostos supostamente científicos, cuja pretensão fora enquadrar a Rússia no esquema histórico de transição revolucionária postulado na

[...] sucessão de formações socioeconômicas (escravidão, feudalismo, capitalismo) que necessariamente leva à superação da alienação no comunismo. O processo histórico é determinado pelo desenvolvimento necessário das forças produtivas (determinismo econômico). (LOSADA SIERRA, 2012, p. 103).

Portanto, seria não apenas notório o enquadramento esquemático das teses marxistas-leninistas para o encaminhamento da revolução, como também, a presença do determinismo da leitura marxista-leninista de superação inevitável das formações socioeconômicas por uma formação socioeconômica superior, ou seja, como teoria científica, o marxismo-leninismo determinava a superação do capitalismo pelo socialismo. Segundo Leandro Konder (1988), o marxismo-leninismo seria resultante de um processo histórico específico, que teria legado concepções difíceis de serem abandonadas: um corpo doutrinário criado com o propósito de fortalecer o partido, “[...] compacto, maciço, simples e imponente”. Uma doutrina capaz de inculcar nos militantes a convicção de que o partido estava sempre certo “[...] ou, quando eventualmente errado, era sempre o agente mais indicado para correção do erro”. Essa doutrina teria sido elaborada “[...] nos anos que se seguiram imediatamente à morte de Lênin e recebeu o nome de marxismo-leninismo”. (KONDER, 1988, p. 41, 42). Se a doutrina teria preservado elementos do pensamento de Marx e Engels também teria inserido novas concepções através das interpretações de Lênin. Após a morte do líder bolchevique teria havido a incorporação de novos pressupostos a partir da concepção de Stalin; quer dizer, se em um primeiro momento teria havido a possibilidade de “exegeses diferentes, versões ideológicas distintas”, em um segundo momento teria se tornado uma doutrina rigidamente codificada e exclusiva.

Ainda, segundo Konder, o PCB, em toda a sua história, não teria conseguido superar o entendimento de que apenas o partido seria a “instância definidora do projeto revolucionário”,

portanto, o único com autoridade para interpretar o marxismo-leninismo (KONDER, 1988, p. 43). Teria permanecido, assim, a tendência de que apenas um grupo seletivo de pessoas circunscritas à cúpula deteria a capacidade de interpretar a realidade e estabelecer a linha política pela qual o partido deveria agir.

Por outro lado, como Leandro Konder alinhava-se a uma coalizão distinta da que dominava o PCB, cabe aqui introduzir a reflexão proposta por Ângelo Panebianco (2005). O autor observa que a ação de uma coalizão dominante — como a que teria existido no PCB entre 1967 e 1984 —, tomando para si a legitimidade da definição e interpretação da realidade frente às coalizões alternativas, seguiria uma lógica presente em todas as organizações políticas. Panebianco considera que o partido constituiu “um sistema autônomo de desigualdades”, pois,

[...] muitas vezes as tensões que o percorrem são essencialmente o produto de tal sistema. O preconceito sociológico, portanto, impede tanto que se represente corretamente as complexas relações entre o partido e o seu eleitorado quanto que sejam individuadas as desigualdades específicas inerentes ao agir organizativo como tal. (PANEBIANCO, 2005, p. 6).

E que, portanto, as

[...] organizações também são instrumentos para plasmar o mundo de acordo com os desejos de quem as comanda, ou seja, dão a certas pessoas o modo de impor a sua definição das relações humanas. Quem controla uma organização tem um poder superior ao de quem não pode exercer um controle análogo. (PERROX *apud* PANEBIANCO, 2005, p. 6).

Com isso, não se quer invalidar a interpretação de Leandro Konder, pelo contrário, somos corroborativos dela, entretanto, queríamos acrescentar mais um prisma aos acontecimentos que teriam retratado a disputa entre as coalizões que teriam coabitado o CC do PCB. Até porque, a posição de Leandro Konder nos ajuda no exercício de imaginação histórica ao reproduzir a atmosfera da democracia interna na qual a interpretação da coalizão dominante teria prevalecido no contexto do recorte temporal da investigação. No caso, a análise de Leandro Konder corroboraria com nosso ponto de vista, qual seja, o marxismo-leninismo do PCB imporia aos militantes a “[...] aceitação disciplinada das palavras de ordem emanadas da direção, que não podia tolerar dúvidas capazes de se expandirem e especulações que pudessem estorvar a canalização de todas as energias na direção indicada”. (KONDER, 1988, p. 44).

A análise dá consistência à interpretação segundo a qual o marxismo-leninismo teria se desenvolvido em torno da visão histórica de que a revolução proletária não seria uma possibilidade, mas uma inevitabilidade. Tal corpo doutrinário seguiu uma trajetória contrária à visão gradualista da revolução socialdemocrata. Tanto que a fundação da III Internacional não teria ocorrido apenas por questões relacionadas à Primeira Guerra Mundial e à Revolução

Russa, mas como uma contraposição à via socialdemocrata de revolução. Afinal, a revolução bolchevique teria derrubado a tese socialdemocrata de que a revolução só poderia ocorrer em países nos quais as condições econômicas estivessem maduras. Enquanto a estratégia da socialdemocracia defendia a democracia política como arena de implantação de reformas estruturais que abririam o caminho para o socialismo, os marxistas-leninistas defendiam o caminho da revolução pela força numérica e a ditadura do proletariado. Segundo Przeworski (1989, p. 14), para os bolcheviques, a tese socialdemocrata teria sido destruída pela revolução soviética, pois esta teria acontecido nos espaços onde as condições não estavam maduras, consequentemente, provaria que a revolução seria possível sob todas as circunstâncias.

Outro aspecto da doutrina marxista-leninista provinha da experiência que Lênin teria apreendido da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A primeira Guerra Mundial demonstrara a Lênin a certeza de que o capitalismo teria se convertido em um sistema de subjugação universal dos trabalhadores por uns poucos países avançados. A ideia “[...] de livre concorrência e democracia pertenciam ao passado e eram discursos enganadores por meio dos quais operários e camponeses eram ludibriados pela imprensa”. (LÊNIN *apud* SOUZA, 2021, p. 251). Em conformidade ao entendimento de que toda sociedade dividida em classes seria, por si mesma, uma ditadura da classe dominante, o Estado seria concebido como um organismo a ser instrumentalizado para servir aos interesses de classe, portanto, um produto e a manifestação inconciliável do interesse de classes. Bertone Souza acrescenta que

[...] dois elementos compunham o cerne de sua rejeição ao parlamentarismo e à democracia, ambos compreendidos como instrumentos de dominação de classes da burguesia. Essa também era a base de sua rejeição e oposição à socialdemocracia. Foi a partir desses elementos que Lênin rejeitou as conclusões de algumas vertentes e teóricos socialistas de sua época, como os socialistas fabianos ingleses, Eduard Bernstein e Karl Kautsky, bem como de teóricos da Segunda Internacional que acreditavam na importância da atuação parlamentar, como o fundador do Partido Trabalhista Britânico, Keir Hardie. Juntamente com os socialistas fabianos, Hardie acreditava numa evolução gradual e pacífica. (SOUZA, 2021, p. 251).

Já Losada Sierra (2012) afirma que constava no “Breve Curso de História do Partido Comunista da União Soviética de 1938” a afirmação de que não haveria diferença entre “leninismo” e marxismo-leninismo, pois “[...] seria errado distinguir os dois. A história é apresentada como a história do triunfo da ortodoxia sobre heresias”. (LOSADA SIERRA, 2012, p. 104). Tal acepção permaneceu mesmo após as “reformas” iniciadas por Kruschev:

[...] o marxismo-leninismo é reabilitado como uma unidade que deve ser ensinado em três partes: filosofia, economia política e a teoria e táticas da revolução proletária. O manual “Princípios do Marxismo-Leninismo” publicado por Gospolitizdat no outono de 1959 contém a primeira apresentação sistemática das doutrinas políticas, que ocupam 60% do texto. (LOSADA SIERRA, 2012, p. 104).

Em outras palavras, como tributário do PCUS, o marxismo-leninismo pecebista teria mantido praticamente toda a ortodoxia do período stalinista de leitura da realidade e dos princípios que seriam necessários para inicialização e condução da sociedade para o socialismo. Losada Sierra explica que o marxismo-leninismo teria tido dois desafios. O primeiro teria sido a introdução da ciência política como uma ciência empírica autônoma e separada do sovietismo. No qual teria tido sucesso, pois as teses, análises e soluções do marxismo-leninismo teriam permanecido vinculadas a experiência histórica da revolução russa. Portanto, os grupos que pretendessem desenvolver uma ciência política autônoma precisariam necessariamente “romper” com a ontologia do marxismo-leninismo.

O segundo desafio teria sido a “incompatibilidade da doutrina ideológica e da ciência empírica”. Esse problema estava relacionado à tradição soviética “de fundar ideologicamente novas diretrizes políticas”. (LOSADA SIERRA, 2012, p. 105). Para o mesmo autor,

Se você exagerar nesta direção, a credibilidade é perdida; se você fizer pouco, perderá a unidade entre teoria e prática. Se você abrir para as ciências sociais empíricas, o comunismo científico torna-se mais interessante e útil, mas perde como ferramenta ideológica; se alguém se fecha, considera a pureza ideológica, mas incorre em perigo de dogmatismo. Se a validade do comunismo científico se restringe apenas à esfera soviética, os partidos comunistas de outros países poderiam desenvolver sua própria doutrina; se o comunismo científico vale para todo o movimento comunista, a via soviética é imposta como obrigatória para todos os países. (LOSADA SIERRA, 2012, p. 105).

Portanto, a doutrina marxista-leninista, irremediavelmente, legaria aos partidos por ela orientados uma identidade atrelada a perspectiva soviética de revolução. Se, conforme a perspectiva de Ângelo Panebianco (2005), a ideologia é definidora da identidade de um partido, como evitar a destruição dessa identidade no processo de construção de uma nova ideologia para comportar a alteração dos fins? Como o PCB pretenderia associar a democracia política ao marxismo-leninismo sem produzir uma ruptura a ideológico-identitária nos quadros do partido? Afinal, se o processo não levasse a uma ruptura devido à incompatibilidade orgânica entre democracia política e práxis revolucionária, presumivelmente, poderia levar a corrosão da ideologia que dava identidade ao PCB, o que possivelmente ocasionar o enfraquecimento do movimento e a fragilização de uma cultura política que retirava sua visão de mundo do marxismo-leninismo.

Na perspectiva histórica do marxismo-leninismo, nas sociedades em que o estágio revolucionário estivesse amadurecido — o desenvolvimento dos meios de produção favoreceria a transformação e a passagem do capitalismo para o socialismo — o proletariado, sob a vanguarda do partido, deveria instaurar sua hegemonia (ditadura do proletariado). Assim, controlaria e conduziria a sociedade para um modelo superior de produção: o socialismo. Sob

essa perspectiva, o capitalismo não seria um obstáculo para implantar o socialismo, pelo contrário, caracterizar-se-ia em um estágio forçoso para alcançar o socialismo; poderíamos deduzir, portanto, que o capitalismo seria o sopro que dá vida ao movimento comunista. Ampliando um pouco mais, poderíamos afirmar que, sob a perspectiva marxista-leninista, o sistema capitalista seria gerador das contradições que retiraria de milhões de trabalhadores a possibilidade de construírem uma vida melhor, digna e superior. A contradição entre proprietários e não proprietários se caracterizaria na luta de classes, embate gerador da história, que levaria, inevitavelmente, a superação do modo de produção capitalista pelo modo de produção socialista. Teria sido sob égide da história que os Partidos Comunistas teriam se colocado como legítimos condutores do processo de libertação e autonomia dos povos, condutores de revoluções nacionais, combatentes do imperialismo e dos monopólios inibidores da autonomia e independência das nações, responsáveis pelas instabilidades e disputas entre as nações. Os partidos comunistas, como combatentes do imperialismo, seriam os defensores e mantenedores da paz e agentes estimuladores do desenvolvimento dos povos. Entretanto, a busca da “[...] paz não os distrai da tarefa de promover a revolução socialista na parte não redimida do mundo”, discutindo as estratégias para a conquista da “ditadura de proletariado”. (LOSADA SIERRA, 2012, p. 106).

Em 1958, sob a tese de aplicar “[...] criadoramente o marxismo-leninismo à realidade brasileira”,³⁵ o PCB teria iniciado a tratativa de adaptar a ação revolucionária à arena da democracia política, tomando-a como espaço possível para conduzir pacificamente as formas e os meios para transformar a sociedade brasileira em uma sociedade socialista. Ao escolher a democracia política como arena, o PCB teria veladamente estabelecido a ação revolucionária às pressões populares e parlamentares dentro das regras estabelecidas pelo jogo democrático. No entanto, essa mudança não teria passado despercebida, pois a força da concepção revolucionária da estratégia marxista-leninista teria levado setores do PCB a se manifestarem contra a linha política. Além disso, o PCB teria se colocado em uma posição que daria início à corrosão da identidade instituída sob a ideologia organizativa do marxismo-leninismo ao buscar a combinação de ideologias políticas diametralmente divergentes. O marxismo-leninismo teria limites intransponíveis, um deles, o do estabelecimento da democracia apenas como um meio e não como um fim, de forma que não criasse obstáculos para a implantação da ditadura do proletariado como forma de assegurar o comando do processo revolucionário. Como o marxismo-leninismo era aureolado por um conjunto de balizas científicas consideradas

³⁵ Resposta coletiva e dura e rigorosa. *Voz da Unidade*, São Paulo, nº 8, de 22 a 28 de maio de 1980. Política, p. 12.

infalíveis, alterar no caminho para a revolução teria passado a ideia de que o marxismo-leninismo não seria cientificamente suficiente e necessitaria da complementariedade da democracia política para se chegar à ordem social extraída da teoria científica do marxismo-leninismo. Além disso, haveria o fato de que o marxismo-leninismo não admitia muitas margens para agir diferentemente daquilo que já estaria estabelecido no conceito. Portanto, a iniciativa de aplicar “criativamente” o marxismo-leninismo não poderia ir muito além das elaborações do leninismo.

No marxismo-leninismo a revolução não seria um acontecimento espontâneo e sem precedentes, pelo contrário. Segundo a teoria, o evento decorreria de premissas em constante amadurecimento no interior do capitalismo, até o ponto em que não haja espaço para estágios intermediários ou graus de desenvolvimento com o advento do socialismo, “[...]. As contradições do sistema capitalista empurram para a solução revolucionária; a principal contradição é aquela entre a socialização do processo de produção e apropriação privada do produto”. (LOSADA SIERRA, 2012, p. 106).

Conforme o jargão comunista, as condições objetivas para a transformação revolucionária existem, mas por si só não seriam suficientes para desencadear a revolução. Para que a revolução se processasse seria imprescindível a presença das seguintes condições:

[...] a) crise no topo: as classes dominantes estão convencidas de que as coisas não podem continuar assim; b) a extraordinária exacerbão dos antagonismos sociais entre as classes por novas injustiças, seja da luta contra a guerra, contra os monopólios, pela democracia, contra a dominação estrangeira, para a libertação nacional; c) o aumento considerável das atividades das massas deve criar um clima de luta capaz de abalar os fundamentos da máquina de estado. (LOSADA SIERRA, 2012, p. 106).

O PCB não conseguia ultrapassar essa leitura e a teria mantido praticamente inalterada nas interpretações desenvolvidas no VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro de 1967,

O desenvolvimento capitalista no Brasil [...] significou a evolução para um estágio mais adiantado da sociedade [...] O Brasil vive uma crise de estrutura. Essa decorre do aguçamento das contradições entre as forças produtivas nacionais que buscam novas formas de desenvolvimento e progresso e os obstáculos que a atual estrutura da economia do país lhes opõe. As forças sociais que defendem a conservação dessa estrutura são o imperialismo, os latifundiários e os capitalistas brasileiros ligados ao imperialismo [...] A contradição fundamental entre as necessidades de desenvolvimento e o sistema de dominação imperialista [...] deve ser resolvida para melhor possibilitar o avanço progressista da sociedade brasileira [...] A revolução brasileira, em sua presente etapa, deverá liquidar os dois obstáculos históricos que se opõem ao progresso da nação: o domínio imperialista e o monopólio da terra. Ela é assim nacional e democrática³⁶.

Estendidas na Resolução do VII Congresso de 1984:

³⁶ Resolução..., 1980, p. 121.

A crise de estrutura brasileira não permite a estabilidade política do país, tende a provocar crises políticas periódicas e tensões sociais e revela a inadequação do Estado e do regime capitalista às aspirações e interesses da esmagadora maioria da sociedade. Ela, sobretudo em sua fusão com a crise cíclica, demonstra a incapacidade de o capitalismo resolver, numa direção progressista, problemas colocados pelo seu próprio desenvolvimento [...]. Eles são os principais exploradores e opressores não apenas do proletariado, mas ainda dos camponeses e das camadas médias urbanas – isto é, do povo brasileiro – e oprimem inclusive a burguesia não-monopolista. O imperialismo, porém, limita o próprio desenvolvimento de grupos monopolistas brasileiros e possui conflitos também com interesses latifundiários. A batalha anti-imperialista, por isso mesmo, está no centro da luta dos comunistas. O imperialismo responde, no Brasil como em todo o mundo, em primeiro lugar pela exploração econômica pela opressão social e política. Nestas condições, a contradição fundamental da sociedade brasileira – entre o capital e o trabalho – para resolver-se inteiramente, exige a derrota, pelo povo brasileiro (a classe operária, os camponeses e as camadas médias urbanas), da aliança do imperialismo – especialmente o norte-americano – com seus sustentáculos, a reação interna, que domina a economia nacional, a sociedade civil e o Estado [...]. O caminho da revolução brasileira, orientada para o socialismo, é, deste modo, democrático e nacional e o seu desenvolvimento e coroamento colocam no centro da atividade dos comunistas e da classe operária a luta pela conquista e ampliação contínua da democracia e as transformações econômico-sociais necessárias à sua conquista, consolidação e avanço, na medida em que o imperialismo e a reação interna, para garantirem sua dominação, concentrem-se principalmente na supressão ou restrição da democracia política.³⁷

Nas interpretações apresentadas acerca da realidade brasileira, permaneceu uma visão economicista, elemento dominante do marxismo-leninismo. Segundo essa perspectiva, as contradições existentes na superestrutura capazes de levar à revolução seriam determinadas pelas condições existentes unicamente na base material da sociedade. Ao não reconhecer a cultura como força produtiva, criadora e de resistência, a própria democracia não poderia ser considerada como uma forma de se realizar a revolução. A democracia seria nada mais do que a manifestação da dominação determinada na base, que tem como princípio fundamental a garantia da propriedade privada e a manutenção de uma ditadura de classe. As conclusões das resoluções evidenciariam, desse modo, as dificuldades que o PCB enfrentava para eliminar as contradições entre democracia e marxismo-leninismo. O partido equilibrava-se entre duas visões para não explicitar uma mudança de paradigma, que não poderia ser feita, segundo Panebianco (2005), sem levar ao rompimento com a ideologia organizativa que afiançava a identidade do partido.

Apesar de ter havido um conceito de democracia no movimento socialista, esse não seria coincidente à democracia praticada no Estado liberal burguês. Na democracia burguesa, a legitimidade das ações estaria endossada pela deliberação de um parlamento eleito, do respeito às instituições, às regras e aos limites do jogo parlamentar, mecanismos que impediriam a

³⁷ Resolução Política do VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro de 1984. In: DIAS, Giocondo. **Uma alternativa democrática para a crise brasileira**. São Paulo: Novos Rumos, 1984, p. 140-157.

revolução. Conforme Losada Sierra (2012), a submissão ao parlamento significaria, à classe operária, a abdicação do seu protagonismo emancipatório. Não mais caberia à classe operária conduzir os interesses e aspirações (coincidentes) com a tendência fundamental de desenvolvimento das forças produtivas: a supressão da propriedade privada dos meios de produção (e a abertura) do caminho para expansão gigantesca das forças produtivas. Em uma democracia política seria delegada ao parlamento a missão de conduzir a sociedade, o que esvaziaria o comunismo científico daquilo que lhe seria central: a classe operária, como ator combativo e revolucionário, autoemancipatória e emancipadora de toda a humanidade.

2.3 UM COMUNISMO STALINISTA

Na visão dos comunistas, a conjuntura entre os anos 1960 e 1980 teria representado um verdadeiro reavivamento do movimento revolucionário internacional. O capitalismo parecia ter entrado em sua última crise econômica. O processo de independência de antigas colônias europeias e o alinhamento de algumas dessas ex-colônias à União Soviética parecia indicar o revigoramento do movimento revolucionário mundial. A imagem política da superpotência estadunidense estaria abalada pela derrota na guerra do Vietnã em 1975, pela crise econômica gerada pelos “choques de preços” do barril de petróleo em 1973 e 1979, crise institucional e escândalos políticos. A revolução iraniana de 1979 teria sido o último movimento no tabuleiro internacional que apontaria para o sucesso do movimento revolucionário. Em outras palavras, os comunistas interpretavam esses acontecimentos como a derrocada final do capitalismo.

Essa leitura de um imperialismo em crise (uma faceta do capitalismo) a caminho da derrota, e sua iminente substituição pelo socialismo, conforme as análises marxistas-leninistas do PCB, teria alicerçado as elaborações das teses pecebistas em defesa da democracia:

[...] a caracterização da “atual etapa da revolução”, na ideia de “etapa” proveniente da versão estalinista, onde o conceito se redefine com as categorias de “estratégia” e “tática”, cuja refração dá a impressão de resultado de uma ciência “positivista” definidora da “etapa” a partir do desenvolvimento das forças produtivos e a criação dos meios objetivos para a revolução.³⁸

Essa mesma leitura conjuntural levou o PCB às teses da Resolução Política do Comitê Central de 1976,³⁹ as quais estabeleceriam o que classificaram como política de organização

³⁸ SANTOS. Raimundo. Renovação pecebista dos anos 80. In: **Novos Rumos**, São Paulo, v. 6, n.º 20, 1991. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2090>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

³⁹ Resolução política do Comitê Central do PCB. *Voz Operária*, nº 123, abril de 1976, p. 2-4. Mensal.

voltada para o processo revolucionário em curso. Diante dessas constatações, cabe, a partir deste ponto, discutir como as análises marxistas-leninistas são apresentadas nos documentos.

Segundo a Resolução de 1975⁴⁰, o que estaria ocorrendo em âmbito internacional demonstraria que o imperialismo estaria impotente e não conseguiria recuperar sua iniciativa histórica e inverter o encaminhamento do desenvolvimento do mundo contemporâneo que, consequentemente, caminharia para o socialismo. O imperialismo não estaria mais em condições de interferir na marcha da história que obstaculizaria as forças democráticas, da paz e do socialismo no avanço, na ampliação e no fortalecimento inexorável do socialismo. Lançando luz ao contexto, Hobsbawm afirma que a euforia que tomava conta do socialista entre 1970-1980 teria obnubilado a percepção de que haveria

[...] alguma coisa de seriamente errado em todos os sistemas socialistas que assim se consideravam. A diminuição no ritmo da economia soviética era palpável: a taxa de crescimento de quase tudo que nela contava, e podia ser contado, caiu constantemente de um período de cinco anos após 1970: produto interno bruto, produção industrial, produção agrícola, investimento de capital, produtividade de trabalho, renda per capita. (HOBSBAWM, 1995, p. 456).

E não somente isso, a expectativa de vida nos países socialistas não apresentava melhorias, dessa forma, “imutada durante os 20 anos antes do colapso do comunismo”:

[...] era causa de séria preocupação, pois na maioria dos outros países ela continuava a subir. Em 1969, austríacos, finlandeses e poloneses podiam esperar morrer na mesma média de idade (70,1 anos), mas em 1989 os poloneses tinham uma expectativa de vida cerca de quatro anos mais curta que os austríacos e finlandeses. (HOBSBAWM, 1995, p. 457).

Para ilustrar tais contradições, Hobsbawm utilizou a frase: “os deuses tornam primeiro complacentes aqueles a quem desejam derrubar”. Ou seja, tratar-se-ia de um contexto ambíguo, no qual a aparente aceleração do processo de descolonização e de revolução no Terceiro Mundo parecia favorecer os soviéticos, ou seja, a conjuntura daqueles anos parecia confirmar as previsões da “teoria do comunismo científico”⁴¹. Por outro lado, muitas das previsões anteriores mostravam-se opostas à realidade, “pregando uma peça” nas certezas tão arraigadas à estrutura de sentimento dos pecebistas:

[...] entre 1974 e 1979, uma nova onda de revoluções surgiu numa grande parte do globo. Esta, a terceira rodada dessas revoltas no Breve Século XX, na verdade, parecia que podia mudar o equilíbrio das superpotências desfavoravelmente aos EUA, pois vários regimes na África, Ásia e mesmo no próprio solo das Américas eram atraídos para o lado soviético e — mais concretamente — forneciam à URSS bases militares, e sobretudo navais, fora de seu núcleo interior. Foi a coincidência dessa terceira onda de revolução mundial com o fracasso público e a derrota dos americanos que produziu

⁴⁰ A Comissão Executiva do CC do Partido Comunista Brasileiro, *Voz Operária*, n.º 122, abr./maio de 1975. In: CARONE, 1982, p. 155-163.

⁴¹ Resolução de Organização do Comitê Central do partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária*, n.º 124, maio 1976, p. 5.

a Segunda Guerra Fria. Mas foi também a coincidência desses dois fatos com o otimismo e autossatisfação da URSS de Brejenev na década de 1970 que a tornou certa. Essa fase de conflito se deu por uma combinação entre as guerras locais no Terceiro Mundo, travadas indiretamente pelos EUA, que evitavam agora o erro de empenhar suas próprias forças cometido no Vietnã, e uma extraordinária aceleração da corrida armamentista nuclear; as primeiras menos evidentes irrationais que a última. (HOBSBAWM, 1995, p. 242).

Tributário da ideologia marxista-leninista, o PCB não teria buscado uma leitura diferente, conformado com as teses que afirmavam a conjuntura internacional favorável ao socialismo. Tanto que o PCB atribuiria à conjuntura o aumento das relações de troca e ajuda mútua entre os países da comunidade socialista em todas as esferas da vida social. O fortalecimento do movimento socialista teria aprofundado a unidade entre os países do “Socialismo Realmente Existente” em torno do desenvolvimento do socialismo e a edificação do comunismo. O fortalecimento do “*Conselho de Ajuda Mútua Econômica*”⁴² (CAME) seria a resposta para as mudanças que estariam ocorrendo no cenário internacional. Criado em 1949 e desmembrado em 1991, o CAME foi uma organização entre Estados Socialistas que visava desenvolver e coordenar a cooperação econômica, científica e técnica entre países membros:

[...] os países que constituíam o bloco criaram um conjunto amplo e denso de interdependências, não apenas em relação às trocas de mercadorias e serviços, mas ainda no que diz respeito à regulação do ambiente econômico; à promoção de instituições de cooperação e especialização; uma cultura econômica comum e a uma infraestrutura na qual se apoiavam as relações entre esses países.⁴³

Na resolução, o PCB apresenta as realizações alcançadas pelo CAME como evidência da superioridade do modelo socialista sobre o modelo capitalista; de modo que o CAME teria se constituído em uma força vigorosa para o progresso revolucionário mundial. A resolução creditava a superioridade do modelo socialista por garantir um crescimento regular “sem crises, sem inflação, sem desemprego e a contínua elevação do nível de vida dos trabalhadores”.⁴⁴ Daí que a resolução teria diagnosticado a crise e a degradação do sistema capitalista daqueles dias como resultado inevitável de inferioridade do sistema “capitalista com sua ínfra posição frente a situação do mundo socialista”.⁴⁵ Os EUA estariam à beira da derrota, algo que o contexto histórico de então parecia confirmar:

A Guerra do Vietnã desmoralizou e dividiu a nação, em meio a cenas televisadas de motins e manifestações contra a guerra; destruiu um presidente americano; levou a uma derrota e retirada universalmente prevista após dez anos (1965–75); e, o que

⁴² Resolução..., 1982, In: CARONE..., 1982, p. 156.

⁴³ SANTOS, José Ricardo dos. **CAME**: limites da “integração Socialista” no Século XX. Dissertação Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia. 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13484/1/Ricardo.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

⁴⁴ Resolução, 1982, In: CARONE, 1982, p. 156.

⁴⁵ Resolução, 1976, p. 5.

interessa mais, demonstrou o isolamento dos EUA. Pois, nenhum de seus aliados europeus mandou sequer contingentes nominais de tropas para lutar junto às suas forças [...]. E, se o Vietnã não bastasse para demonstrar o isolamento dos EUA, a guerra do Yom Kipur de 1973, entre Israel — que os americanos permitiram tornar-se seu mais estreito aliado no Oriente Médio — e as forças do Egito e da Síria, abastecidas pelos soviéticos, mostrou isso de forma mais evidente. Pois, quando Israel, duramente pressionado, com poucos aviões e munição, apelou aos EUA para mandar suprimentos depressa, os aliados europeus, com a única exceção do último bastião do fascismo pré-guerra, Portugal, se recusaram até mesmo a permitir o uso das bases aéreas americanas em seu território para esse fim [...] Henry Kissinger decretou o primeiro alerta nuclear desde a crise dos mísseis cubanos, uma ação típica, em sua brutal insinceridade, desse hábil e cínico operador. Isso não abalou os aliados dos EUA, muito mais preocupados com o fornecimento de petróleo do Oriente Médio do que em apoiar uma manobra local americana que Washington dizia, sem convencer, ser essencial para a luta global contra o comunismo. Pois, através da OPEP, os Estados árabes do Oriente Médio tinham feito o possível para impedir o apoio a Israel, cortando fornecimentos de petróleo e ameaçando com embargos. Ao fazer isso descobriram sua capacidade de multiplicar o preço do petróleo no mundo. E os ministérios das Relações Exteriores do mundo todo não podiam deixar de observar que os todo-poderosos EUA não faziam nem podiam fazer nada imediatamente a respeito. (HOBSBAWM, 1995, p. 241, 242).

O cenário, portanto, de fato, era ambíguo e parecia promissor. Tanto que no âmbito interno, a resolução ironiza a política econômica da ditadura e sua jactância ao propagandear milagres no crescimento econômico como se “[...] conseguir elevar o crescimento da economia constitui atualmente para o capitalismo um milagre”.⁴⁶ A crise interna seria indissociável à crise final do capitalismo.

Cabe acompanhar o raciocínio que teria levado o PCB a afiançar-se da tese que sustentava uma iminente crise final do capitalismo. A crise econômica mundial vinha na esteira da crise do petróleo desencadeada em 1973. A principal matriz energética dos países capitalistas desenvolvidos era o petróleo. Tanto os estadunidenses quanto os europeus, e porque não os países em desenvolvimento; eram dependentes do petróleo, principalmente do produzidos nos países árabes, grandes produtores desse insumo. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), por questões geopolíticas envolvendo árabes e israelenses, teriam aumentado o preço do barril de petróleo em 100%. Até então, tanto os EUA quanto a Europa haviam comprado o petróleo a preços muito baixos. Como desde o fim da II Guerra Mundial essas economias haviam dependido da aquisição de petróleo barato para sustentar a geração de energia para as indústrias, o aumento exponencial nos preços teria provocado uma crise no sistema produtivo desses países. A crise teria sido tão profunda que levou ao abalo do chamado “Estado de Bem-Estar Social”, considerado uma das principais políticas europeias de enfrentamento ao sistema socialista. No Brasil, segundo Marcos Napolitano,

A inflação de 1974 mais que duplicara em relação ao ano anterior, e o PIB cresceu pela metade. Para o projeto de expansão das indústrias e de energia, a festa do

⁴⁶ Resolução, 1982, *In: CARONE*, 1982, p. 156.

consumo dos tempos do milagre iria se tornar mais comedida. Era a chamada “reversão das expectativas” que tinha um alvo certo: a classe média. Em maio, ficava ainda mais clara a mudança de rumos na economia, com a primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), epicentro do planejamento econômico, que dava mais espaço aos tecnoburocratas e executivos das estatais do que aos empresários da iniciativa privada. Em setembro de 1974, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que explicava a reorientação da economia, mas prometia altas taxas de crescimento para os próximos anos. (NAPOLITANO, 2018, p. 240).

Para um PCB que via no cenário internacional as provas da superioridade do sistema socialista, teriam soado ridículas as expressões ufanistas da ditadura militar de terem promovido crescimento econômico, ainda mais quando a conjuntura internacional corroboraria com a tese de o sistema capitalista estaria sendo “[...] abalado pela crise mais profunda de todo o período posterior à Segunda Guerra Mundial [...]. Crise energética, crise monetária, crise da política econômica, crise de superprodução, crise nas relações entre o imperialismo [...], crise política e ideológica”.⁴⁷

Outro elemento que teria levado o PCB e demais PCs alinhados à URSS ao otimismo, teria sido que, diferentemente do mundo capitalista, a crise do petróleo de 1973 — daí a “complacência dos deuses” — teria “[...] quadruplicado o valor de mercado das gigantescas novas jazidas de petróleo e gás natural que haviam sido descobertas na URSS desde meados da década de 1960”. (HOBSBAWM, 1995, p. 241). Portanto, não deixamos de compreender a razões que teriam levado à elaboração de teses de agonizante fim do capitalismo, a tese da superioridade da economia socialista. Afinal, enquanto as economias capitalistas ocidentais teriam patinado na crise, a economia soviética teria sido “oxigenada” com o aumento dos insumos energéticos.

2.4 A PUJANÇA DO SISTEMA SOCIALISTA

Conforme procuramos identificar, as análises conjunturais do PCB estariam afiançadas na tese de que a conjuntura internacional daria provas incontestáveis do avanço do socialismo no mundo. Por exemplo, a crise econômica que teria afetado a América do Sul estaria atrelada à crise e à recessão da economia mundial, as quais o PCB teria classificado de condicionantes externos. Conforme discorremos, a crise econômica mundial teria sido desencadeada a partir da Guerra do Yom Kippur, de outubro de 1973, que resultou no bloqueio petrolífero e, consequentemente, fragilizou a situação econômica da América Latina, resultando na crise dos

⁴⁷ Resolução, 1982, *In: CARONE*, 1982, p. 156.

juros externos de 1982 e no peso do agravamento do endividamento, que foram avassaladores sobre as economias Latino-americanas, especialmente a brasileira. (SILVA, 2019, p. 380).

Entretanto, o que os dirigentes partidários não percebiam é que a crise desencadeada em 1973 deu os últimos golpes nas economias do chamado “socialismo real”, as quais, naqueles anos, já davam sinais claros de uma crise que teria se desenhado pelo crescimento econômico modesto e incapaz de financiar as despesas dos Estados socialistas, cujo desenrolar culminaria no desabamento completo do sistema socialista soviético após 1989. (HOBSBAWM, 2005, p. 395). Portanto, inversamente do que a resolução de 1975 apregoava, o socialismo não se provava “progresso social ininterrupto”,⁴⁸ pelo contrário, o triunfo do socialismo marxista-leninista não tinha bases sustentáveis.

A visão triunfalista do socialismo, que teria se somado à adesão acrítica à visão ideológica soviética, foi elemento permanente na “luta democrática e revolucionária”.⁴⁹ A democracia da estratégia marxista-leninista não se sustentaria como um fim, mas como um meio para se chegar ao socialismo. Não importaria o quanto o PCB seria capaz de dispenser esforços, na estrutura teórico-histórica do marxismo-leninismo, não existiria espaços para adequar a democracia política aos esquemas interpretativos. Quando realizada a leitura das resoluções e documentos produzidos ao longo da história do PCB, a democracia política teria ocupado o lugar que o marxismo-leninismo lhe legara, isto é, a de uma instituição/etapa que auxiliaria a instalação da ditadura do proletariado, que conduziria à implantação da sua visão de mundo.

Sendo o imperialismo o obstáculo ao estabelecimento das liberdades democráticas, interpretadas como o meio para a implementação das políticas socialistas, evidentemente, para o PCB o “[...] desenvolvimento da situação internacional necessariamente refletia e influenciava no desenvolvimento em nosso país”.⁵⁰ Afinal, na visão do partido, o crescimento da luta da classe operária internacional, constatado nas vitórias do movimento de libertação, das forças da paz, da democracia e do socialismo não poderia significar outra coisa senão a representação da vitória das “[...] forças democráticas, patrióticas, progressistas e revolucionárias, que combatem o regime opressor da ditadura militar”.⁵¹ Tendo o Brasil sido transmutado pela ditadura na bem-aventurança dos monopólios estrangeiros, maiores eram as contradições geradas e melhores se tornavam as probabilidades de vitória da luta do povo. Condição ratificada pelo esgotamento do milagre econômico brasileiro e a degradação do

⁴⁸ Resolução, 1982, *In: CARONE, 1982, p. 157.*

⁴⁹ *Idem, 1982, p. 158.*

⁵⁰ *Idem, 1982, p. 159.*

⁵¹ *Ibidem.*

cenário econômico-social do país. Ou seja, para o partido, as dificuldades surgidas na economia refletiriam na recorrência de dilemas básicos que estavam na raiz dos males do Brasil.

Uma política econômico-financeira que concorreu para agravar ainda mais esses problemas: a dependência cada dia maior ao imperialismo e a presença da estrutura agrária latifundiária, com a ampliação do monopólio em poder de latifundiários e de empresários estrangeiros, tudo isto aliado a uma intensa exploração da classe operária, do campesinato, dos trabalhadores em geral.⁵²

Tanto quanto a ditadura atribuía os altos níveis de crescimento econômico como pressuposto da sua razão de existir e a legitimação da sua política, o seu esvaziamento teria sido uma certeza no horizonte determinista do marxismo-leninismo. Conforme a resolução faz entender, a força irrefragável da história teria dissolvido “as bandeiras da ‘guerra fria’ com tanto vigor erguidas logo após o golpe de 1964”,⁵³ como evidência do avanço contínuo do socialismo. Os sinais dos efeitos da conjuntura internacional sob a realidade brasileira se confirmariam pelo estreitamento da base social que teria sustentado a ditadura e, consequentemente, ao seu maior isolamento e inconsistência. Ao perceber seu enfraquecimento, o regime militar não teria tido outra opção senão a que havia sido expressa pelo general Ernesto Geisel de transição tutelar, controlada, de forma lenta, “gradual e segura”.⁵⁴ A transição tutelar resguardaria algumas possibilidades, entre elas a atração das forças “‘liberais’, do ‘centro’, reacionárias”,⁵⁵ que, após anos de marginalização, estariam sendo buscadas para respaldar os últimos movimentos do regime. Forças essas que teriam mostrado sua insatisfação em relação a ações “[...] violentas da repressão, com a censura à imprensa e demais limitações às liberdades públicas”.⁵⁶

Segundo a resolução, as eleições de novembro de 1974 revelaram duas facetas, a primeira, do enfraquecimento da ditadura militar, a segunda, a sapiência da ditadura sobre seu enfraquecimento com a tratativa de institucionalização do regime. Ou seja, o objetivo da ditadura com as eleições de 1974 teria sido o de ampliar e consolidar, via ARENA, uma maioria de parlamentares governistas para aprovar, tranquilamente, uma Constituição que incluísse os aparelhos repressivos estabelecidos pelo A. I. n.º 5. Para o PCB, segundo a resolução, o que a ditadura parecia não entender, é que não se poderia parar o motor da história, a luta de classe que estaria se desenrolando nacional e que internacionalmente já estaria avançada, constatação encontrada nas vitórias do movimento de libertação dos países colonizados da África e Ásia, do avanço das políticas pela paz, da democracia e do socialismo, em razão do incentivo e do

⁵² Resolução, 1982, *In: CARONE*, 1982, p. 159-160.

⁵³ *Idem*, 1982, p. 160.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ *Ibidem*.

suporte às forças democráticas e nacionalistas, progressistas e revolucionárias a lutar contra as forças repressivas da ditadura. As evidências do crescimento do processo revolucionário no Brasil estariam na vitória dos candidatos das forças democráticas que faziam oposição ao regime, os grandes centros urbanos, habitat natural da classe operária, que teriam não só contado com as manifestações operárias, mas como haviam dado a vitória aos candidatos que faziam oposição à ditadura.

A derrota eleitoral da ditadura na eleição de 1974, apesar das barreiras da censura, teriam confirmado os prognósticos do avanço do socialismo predefinido na visão de mundo dos pecebistas. Para o partido, a rejeição do povo à ditadura teria dado início a uma modificação na correlação das forças entre democratas e ditoriais. A conjuntura teria dado provas indubitáveis da aplicação correta e criadora do marxismo-leninismo da linha política do PCB.

Segundo a resolução, a ditadura teria se movimentado para barrar a progressão do transcurso democrático e a submissão da classe operária e das massas populares. A razão desse movimento teria sido para favorecer os interesses imperialistas e a expropriação do país. A ditadura teria almejado, caso tivesse saído vitoriosa nas urnas, a implantação de formas variadas de corporificação da sua política de distensão e institucionalização do regime. Uma das manobras que teriam sido usadas para assegurar sua vitória teria sido a utilização da ameaça e da intimidação dos candidatos opositores, que visariam “[...] dividir e anular as forças de oposição, ao mesmo tempo que se [esforçaria] para enganar as massas com demagogia do ‘desenvolvimento integrado’: econômico, político e social”.⁵⁷ Os resultados das urnas teriam enviado sinais claros do enfraquecimento do regime. Como forma de se recuperar do golpe eleitoral sofrido, o regime teria dirigido seu foco para a repressão do PCB. A prisão e o “desaparecimento” de líderes do PCB entre 1974 e 1975 teria sido uma forma de o governo mostrar sua força; a ação repressiva sob o PCB também seria a responsável pela desarticulação e paralisação da organização. Como o PCB era um partido organizado pela lógica da III Internacional, funcionava de forma bastante verticalizada e centralizada, pois os que não haviam sido presos tiveram que deixar o país, o que teria desarticulado o Comitê Central, deixando o PCB acéfalo. O VI Congresso de 1967 havia escolhido 32 nomes para compor o Comitê Central (32 membros): Luiz Carlos Prestes, Orlando Bonfim, Walter Ribeiro, Giocondo Dias, Zuleika Alembert, Teodoro Mello, Moisés Vinhas, David Capistrano da Costa, Antônio Chamorro, Marco Antônio Coelho, Elson Costa, Jaime Miranda, José Francisco, Francisco Fomes, Antonio Ribeiro Granja, Ramiro Luchesi, Geraldo Rodrigues dos Santos, Ivan Ramos

⁵⁷ Resolução, 1982, *In: CARONE*, 1982, p. 162.

Ribeiro, Luiz Inácio Maranhão, Salomão Malina, Renato Motta, João Massena de Mello, Oswaldo Pacheco, Dinarco Reis, Orestes Timbaúva, Luís Tenório de Lima, Agliberto Azevedo, Armando Ziller, Adalberto Silva, Aristeu Nogueira, Sebastião Vitorino, Almir Neves. Como suplentes foram eleitos: Itair José Veloso, Fued Saad, Nestor Veras, Armênio Guedes, Roberto Morena, Humberto Lopes, Dimas Perrin, Isnard Teixeira, Sérgio Holmos, Moacir Longo, Givaldo Siqueira, Hiram de Lima Pereira, Mário Schemberg, Carlos Aveline, José Salles, Arthur Mendes, Oto Santos, Octacílio Gomes, Renato Guimarães, Jarbas de Hollanda, Teodoro Chercov, Vulpiano Cavalcanti, Paulo Santana e Júlio Teixeira. Para Comissão executiva foram eleitos: Luiz Carlos Prestes, Giocondo Dias, Orlando Bonfim, Jaime Miranda, Zuleika Alembert, Dinarco Reis e Geraldo Rodrigues, os suplentes eleitos foram: Ramiro Luchesi, Walter Ribeiro e Marco Antonio Coelho. Desses, entre 1974 e 1975, a ditadura havia capturado 16 dirigentes: Orlando Bonfim Jr., Jaime Miranda, Elson Costa, João Massena de Mello, David Capistrano da Costa, Itair José Veloso, Luís Maranhão, Walter Ribeiro, Hiram de Lima Pereira e Nestor Veras. Dos que não caíram nas malhas da repressão, permaneceram exilados quase todos os dirigentes em liberdade. Assim, o PCB deixou de ter uma direção nacional atuante no Brasil entre 1975 e 1980. (GORENDER, 1987, p. 233).

A repressão desencadeada pela ditadura não abalou a convicção de que a conjuntura internacional evidenciava o sucesso do socialismo. Pelo contrário, parece ter sido utilizado pelos pecebistas para capitalizar a interpretação de que a repressão só provaria que suas observações estariam corretas. A resolução apregoava a resiliência, asseverando que nem mesmo a limitadora condição de clandestinidade a que haviam sido reduzidos partidários pela repressão policial deveria diminuir os esforços na luta pela democracia. A vitória nas urnas deveria servir de alento e estímulo ao PCB, pois testemunhava-se o avanço revolucionário e a certeza de que também no Brasil o futuro pertencia à classe operária.

Na conclusão, a resolução de 1975 reforçou a interpretação de que, tanto a conjuntura externa, quanto a interna, estariam favoráveis ao movimento revolucionário que se manifestaria na luta do povo brasileiro pela democracia e pelo progresso social. Uma conclusão que poderíamos interpretar como uma distribuição de incentivos coletivos para reforçar a linha política oficial como a linha correta, portanto, os quadros deveriam permanecer sob a orientação da frente patriota antifascista, apoiando-se na coesão da classe operária em aliança com o campesinato e as camadas médias urbanas na luta pela proteção e defesa dos interesses nacionais, contra a exploração dos monopólios imperialistas.

2.5 TUDO A FAVOR

Na Resolução Política do CC divulgada em dezembro de 1975 e publicada na *Voz Operária* n.º 123, de 1976,⁵⁸ o PCB propõe mais análises sobre modificações que estariam ocorrendo na situação internacional. Esta, mais uma vez, seria descrita como favorável à luta contra o fascismo e pela democracia. Conforme a visão do PCB, a política internacional estaria galgando de sucesso em sucesso a política de distensão, em um processo que dificultaria o êxito das propagandas anticomunismo criadas pela ditadura para enganar a população. Segundo a resolução, os êxitos da distensão internacional promovidos pela URSS teriam tornado mais difícil a criação da propaganda anticomunista e a preparação do Brasil como “retaguarda segura do imperialismo”⁵⁹. Ao invés disso, a política da URSS teria conseguido fortalecer o avanço das forças democráticas no Brasil e no mundo através do fortalecimento da rede de solidariedade internacional contra o fascismo. Por outro lado, não poderia haver uma leitura superficial de que o imperialismo fosse dado como vencido. Ninguém deveria se enganar: o imperialismo não estaria derrotado e permaneceria forte e em condições de contra-atacar para recuperar as posições perdidas.

Não fica muito claro o porquê o PCB descrever o Brasil como retaguarda do imperialismo. Nos parece estar ligado à classificação da ditadura no Brasil como fascista. Como o PCB interpretava que, historicamente, o fascismo seria um aliado do imperialismo, o fato de a ditadura ser fascista favoreceria os interesses do imperialismo no Brasil. Tanto que teria sido a importância política e econômica do Brasil no continente Latino-americano a responsável pela escolha do Brasil pelas forças reacionárias como “[...] principal base de expansão do fascismo e de agressão aos povos a lutar contra o imperialismo, pela democracia e o socialismo”⁶⁰. Nessa direção, a resolução nos informa que o fascismo no Brasil teria sido um obstáculo no processo de distensão social e que, por isso, o imperialismo queria exportá-lo para as nações e sua extensão da América Latina. Chega a afirmar que o imperialismo consideraria tão importante a preservação do fascismo no Brasil, que estaria disposto a transformar a defesa do regime como um possível foco de guerra.

Essa teria sido a razão por trás da criação da “IMBEL” (Indústria de Material Bélico) e da assinatura do Acordo Nuclear com a RFA (República Federal da Alemanha).⁶¹ A ditadura teria iniciado um processo de rearmamento que supostamente contemplaria a criação de uma

⁵⁸ Resolução política do CC do PCB. *Voz Operária*, nº 123, abril de 1976, p. 2-4. Mensal.

⁵⁹ *Idem*, 1976, p. 3.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ *Ibidem*.

bomba nuclear, o que daria ao regime maior autonomia de barganha na arena política internacional. Entretanto, para o PCB, por detrás dessas manobras, estaria a subserviência da ditadura aos interesses imperialistas e dos “[...] monopólios nacionais e estrangeiros, e particularmente dos setores mais reacionários do capital financeiro norte-americano”,⁶² o que teria representado um retrocesso ao processo de distensão internacional e de coexistência pacífica. Por outro lado, diversamente do que teria interpretado o PCB, haveria uma certa veracidade na intenção do regime em obter mais autonomia e relevância no tabuleiro político internacional, dentro dessa perspectiva, Geisel teria sido movido pelo

[...] nacionalismo militar, e cioso dos preceitos de soberania nacional, enfrentou claramente os Estados Unidos, com suas pretensões de reorganizar a hegemonia mundial pós-Vietnã, em especial no tocante ao desenvolvimento de capacidade nuclear autônoma. Sem dúvida, as medidas mais irritantes de Geisel para com os americanos, em especial o Acordo Nuclear com a Alemanha, e o desprezo por seus preceitos de política externa - reconhecimento da China Popular, de Angola e Moçambique, condenação de Israel na ONU pela ocupação de territórios palestinos - ajudaram os americanos a apoiar a oposição interna no país. (SILVA, 2019, p. 380).

Para o PCB, entretanto, o que mais importava naquele momento era acirrar a luta contra o regime fascista, a luta pela democracia, pois, vencer o fascismo no Brasil, significaria enfraquecer o domínio imperialista do país. Uma evidência, portanto, do quanto o PCB permanecia atrelado ao paradigma do imperialismo como obstáculo à revolução nacional-libertadora.

O esgotamento do milagre econômico brasileiro teria esfarelado uma das colunas que teriam dado suporte ao regime. A ditadura, contudo, não teria se deixado abater, pelo contrário, na tentativa de restaurar a correlação de forças favoráveis, o regime teria recorrido a novas concessões ao imperialismo, o representava um ultraje à soberania nacional. Uma dessas concessões teria sido a assinatura de contratos de alto risco pela Petrobrás, como condição para o imperialismo “conceder novos créditos ao regime fascista”⁶³. Essa atitude, por si só, segundo o PCB, daria provas do quão antinacional seria a ditadura. A postura subserviente aos interesses estrangeiros não teria passado desperecida entre setores nacionalistas da burguesia, tanto que, nos últimos anos, de notória apoiadora do regime, a burguesia teria passado a fazer oposição à mesma, constatação que poderia ser feita, segundo a resolução, através do resultado das eleições de 15 de novembro de 1974. O que, mais uma vez, atestaria a justeza das táticas defendidas no VI Congresso:

[...] mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela derrota e a conquista das

⁶² Resolução, 1976, p. 3.

⁶³ *Idem*, 1976, p. 3.

liberdades democráticas. A realização dessa tarefa está estreitamente ligada aos objetivos revolucionários em sua etapa atual e ao desenvolvimento da luta da classe operária pelo socialismo.⁶⁴

Nessa ampla gama de fatores elencados pelo PCB para validar a versão de que o processo revolucionário brasileiro estaria acompanhando o desenvolvimento do processo revolucionário internacional, os resultados eleitorais de 1974 teriam sua explicação complementar com a tese de que a população teria compreendido a importância da utilização do voto como instrumento de protesto.

É possível apontar que tal interpretação teria sido um meio de as cúpulas dirigentes responderem às correntes marxistas-leninistas dissidentes que haviam criticado a linha política do partido. Os dirigentes queriam afirmar o quanto a orientação política dos comunistas teria sido acertada ao propor uma oposição pacífica em aliança com setores da burguesia situados no MDB. A vitória teria sido a da estratégia do PCB, corresponsável pela formação de uma opinião pública de oposição à ditadura, pelo fortalecimento das bases de oposição que teriam induzido a formação de um amplo “[...] movimento democrático de massas que luta cada vez com maior vigor contra o fascismo e pela democracia”.⁶⁵ Por outro lado, apesar de uma notória evolução da consciência política, segundo a resolução, a conjuntura teria trazido à tona uma constatação preocupante: o operariado carecia de organização. Apesar de o proletariado ter se manifestado contra a política econômica da ditadura, ainda haveria um nível insuficiente de mobilização na luta contra a ditadura. Essa insuficiência teria sua causa direta relacionada às punhaladas desferidas pela ditadura ao “[...] setor mais avançado e combativo do movimento operário — o PCB”,⁶⁶ vanguarda responsável pela orientação e conscientização das massas.

Mas, o PCB teria reconhecido que o regime não havia desferido golpes apenas contra o partido e outras forças antifascistas, mas a toda categoria e expedientes políticos. Os artifícios políticos da ditadura teriam consistido na cooptação de forças políticas: uma delas teria sido promover, no exterior, a imagem de um suposto Brasil democrático para angariar simpatia e posições políticas entre forças indecisas da oposição em relação ao processo de distensão, isto é, mostrar aos indecisos que o processo de distensão não seria uma artimanha para institucionalizar o regime. Nos parece que as supostas manobras às quais o PCB se refere diziam respeito à postura do regime ao deixar correr livremente a campanha eleitoral de 1974, na tentativa de imprimir a internalização dos valores do regime iniciado em 1964. A intenção teria

⁶⁴ Resolução Política do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro de 1967. In: **PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)**. São Paulo. Lech, 1980.

⁶⁵ Resolução política do CC do PCB. *Voz Operária*, nº 123, abril de 1976.

⁶⁶ *Idem*, 1976, p. 3.

sido transmitir à campanha um ar de relativa liberdade de debate como forma de mostrar as boas intenções do regime. Entretanto, o pleito não teria saído como esperado pela ditadura e as forças de oposição se saíram vitoriosas. No entanto, para manter a faixa da liberdade, após a derrota, o governo teria cumprimentado os eleitos e anunciado o fim da censura prévia à imprensa liberal, como um meio de iniciar uma aproximação com setores liberais de corte conservadora. Não teria permanecido apenas nisso. Na política externa, para posar de não alinhado às forças imperialistas, a ditadura teria reconhecido de pronto a independência de Angola, uma ex-colônia portuguesa sob regime comunista, e teria indicado voto antissionista na ONU para consagrar o reconhecimento da Organização para a Libertação da Palestina. Mas, segundo o PCB, tudo teria sido uma faixada de bom-mocismo para iludir os incautos.

Segundo a resolução, a máscara teria sido retirada no discurso de 1.º de agosto de 1975, momento em que Geisel teria sido forçado a revelar a verdadeira face da distensão ao anunciar uma política de pequenas aquiescências que em nada mudavam o aspecto fascista do governo. O discurso proferido por Geisel teria revelado o quanto seria limitado a distensão ao descartar o fim do A.I-5, a revogação do Decreto-Lei 477, a revisão da Lei de Segurança Nacional e com a promulgação de uma anistia e redução das prerrogativas do Poder Executivo. Desse modo, como o PCB, diversamente do que advogavam alguns setores da oposição e toda a situação, a solução não estaria nas falaciosas manobras de distensão, nem em acordos com o imperialismo, mas na solução que o PCB sempre advogara, na construção de uma extensa e robusta democracia como meio para construir um caminho e solucionar os problemas nacionais. Em outras palavras, para o PCB, somente “[...] a vitória da revolução nacional e democrática assegurará a completa libertação econômica e política do país da dependência ao imperialismo”.⁶⁷

Ainda segundo a resolução, mesmo com as demonstrações claras de retraimento da ditadura, o partido não excluía que o endurecimento do regime poderia “[...] vir a ser este um dos possíveis desfechos da crise”⁶⁸ de impopularidade que a ditadura enfrentava. Outra possibilidade afirmada pelo PCB, seria o empenho para obstaculizar a confluência e unidade das forças antagônicas ao governo e ao regime. Sem tal unidade, a ditadura teria a possibilidade de, nas eleições em 1978, alcançar uma maioria incerta diante de uma oposição debilitada e desmoralizada. Afinal, não foi à toa que, depois das eleições de novembro de 1974, a ditadura

⁶⁷ Resolução Política do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro de 1967. In. **PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)**. São Paulo. Lech, 1980.

⁶⁸ Resolução política do CC do PCB. *Voz Operária*, nº 123, abril de 1976, p. 4.

teria voltado a brandir a bandeira do anticomunismo, convertendo-se em violentas perseguições às forças mais consequentes da frente única, o PCB.

De fato, as operações policiais e de repressão política do período 1974-1975 tiveram tal propósito. O uso de estereótipos anticomunistas teria sido um meio recorrente do regime militar, de forma que a justificativa teria sido considerar o Partido Comunista Brasileiro como articulador insidioso da derrota da ARENA nas eleições de 1974. O objetivo dessa campanha anticomunista teria sido instituir um marco divisório entre os setores de oposição ao governo — teoricamente tolerados — e aos que fazem oposição ao regime — caracterizados como comunistas. No entanto, o PCB, nos parece, teria realizado uma leitura superestimada do papel do partido quando afirmou que o objetivo da ditadura teria sido o de isolar os comunistas para enfraquecer e atrasar a constituição da frente antifascista. Não fosse isso o bastante, a resolução propõe que caberia aos comunistas estarem

[...] preparados para, em função das condições concretas de cada momento e tendo como centro a luta pelas liberdades democráticas, unir e mobilizar não só as forças fundamentais da frente antifascista — a classe operária, os camponeses e as grandes camadas médias urbanas —, mas também estabelecer um amplo sistema de alianças com todas as forças descontentes com o caráter fascista assumido pelo regime que permita o seu maior isolamento e consequente derrota.⁶⁹

Após esquadrinharem a conjuntura, os autores da resolução estabelecem as principais tarefas que o PCB deveria executar naquele momento. Foram apontadas oito: 1) resistir aos estratagemas do governo e impulsionar o isolamento da ditadura; 2) agilizar o andamento da formação e consolidação da frente democrática; 3) colaborar na construção de uma plataforma coletiva com todas as forças de oposição, subdivididas em seis atividades complementares: a) lutar pelo respeito aos direitos humanos, pelas liberdades democráticas, revogação do AI-5 e do Decreto nº 477; b), fortalecer as reivindicações imediatas da classe operária, dos direitos da mulher e combater o encarecimento do custo de vida dos trabalhadores; c) resguardar os interesses da classe média, da burguesia não monopolista e incentivar os pequenos e médios; d) salvaguardar os interesses nacionais da ação exploradora dos monopólios; e) desassociar as Forças Armadas da atividade da ação policial da sociedade; f) no âmbito internacional, lutar por uma política independente, não submissa aos interesses dos monopólios, que defenda a democracia e a coexistência pacífica. A tarefa 4 consistiria na defesa do calendário eleitoral e o trabalho junto à população para esta participar mais vigorosamente nas eleições que seriam realizadas em 1976 e em 1978, como forma de impedir que toda e qualquer medida viesse a modificar as regras do jogo para impedir a vitória do MDB. Portanto,

⁶⁹ Resolução..., 1976, p. 4.

Os comunistas, desde já, a partir de cada empresa, fazenda, escola, organização de bairro, local de trabalho, a partir de cada município, respeitando as peculiaridades locais, devem contribuir para a elaboração de programas comuns unitários e o lançamento de candidatos unitários às eleições de 1976, acentuando sempre o caráter político, antiditatorial e antifascista, que deve ter a campanha eleitoral. Apelando aos eleitores para utilizar o voto como arma de protesto, votando nos candidatos do MDB a fim de derrotar a ARENA e o governo.⁷⁰

Quanto à tarefa 5, esta indicava confrontar o movimento expansionista da ditadura através de esforços para criar um amplo movimento internacional de solidariedade à luta antifascista e democrática; 6) fortalecer o Partido; 7) divulgar com afinco a linha política do PCB, sem enrustir seus objetivos finais: o socialismo.

A leitura das tarefas estabelecidas pelo PCB nos revela a subordinação à concepção etapista na qual os monopólios devem ser liquidados para ser estabelecido um poder nacional livre e democrático, que crie as condições para a vitória da revolução socialista no Brasil.

Além da escassa capacidade de o PCB fazer acontecer tais intervenções, ou seja, mais retórica que efetiva, as resoluções parecem apontar sempre na mesma direção: aquela visão determinista de que as etapas seriam imprescindíveis para o bom desenrolar do processo revolucionário, que, no caso da visão marxista-leninista, era “[...] liquidar os dois obstáculos históricos que se opõem ao desenvolvimento da nação: o domínio imperialista e o monopólio da terra”.⁷¹ Discretamente, as análises apresentadas nas resoluções deixam escapar ruídos que fornecem pistas para um confronto de ideias, acompanhados da necessidade de respostas sobre a democracia defendida pelo PCB e sua acomodação com os princípios revolucionários do marxismo-leninismo.

2.6 AS ELEIÇÕES CONFIRMAM A BOA CONJUNTURA

A Declaração da Comissão Executiva do PCB, publicada na *Voz Operária* n.º 131, de 1977,⁷² aborda um balanço das eleições municipais de 15 de novembro de 1977. Segundo o PCB, nem mesmo a Lei Falcão⁷³ teria sido capaz de impedir mais um êxito das forças

⁷⁰ Resolução..., 1976, p. 5.

⁷¹ Resolução Política do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro de 1967. In. **PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)**. São Paulo: Lech, 1980.

⁷² Declaração da Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária*, nº 131 fev. 1977, p. 4 – 5. Mensal.

⁷³ É promulgada a Lei 6.339/76, que modifica o Código Eleitoral e proíbe os candidatos de fazer qualquer tipo de pronunciamento no horário eleitoral do rádio e da TV. A partir das eleições municipais daquele ano, os partidos só poderiam divulgar o nome, o número e um breve currículo de cada candidato, além de sua fotografia na TV. A lei do silêncio nas campanhas eleitorais ficou conhecida pelo sobrenome do seu idealizador, o ministro da Justiça, Armando Falcão. Disponível em: <<http://memoraldademocracia.com.br/card/lei-falcao-silencia-a-campanha-eleitoral>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

democráticas e, apesar de conseguir maioria, para a ditadura teria sido uma vitória com sabor de derrota, enquanto para a oposição o resultado teria confirmado o processo de crescimento das forças democráticas. Para o PCB, as eleições teriam assumido um perfil plebiscitário que comunicara à ditadura a reprovação popular, como que a colocando no banco dos réus, julgando-a inadmissível à sociedade brasileira. A sentença não teria sido pronunciada pelos agentes políticos em si, mas pelo voto de milhões de brasileiros, cujo destaque teria sido o operariado dos centros urbanos e industriais que teriam votado contra o governo. A “vitória” das forças de oposição nas eleições teria sido uma resposta sólida à falta de liberdade e às condições miseráveis em que viveria a maioria do povo brasileiro. O resultado das eleições mostrava que o povo não mais iria aceitar a sua marginalização da vida política, bem como, seu anseio de participar na escolha de seus governantes. Segundo a declaração, ainda que as manifestações pelo sufrágio não tenham representado vultosa campanha de massas, o saldo teria sido muito positivo, principalmente quando levado em conta que a oposição só teria podido se movimentar nas franjas da legislação eleitoral; a oposição teria saído vitoriosa e, principalmente, o resultado revelava as fendas e os primeiros sinais da exaustão da ditadura. Ampliando um pouco mais o contexto das eleições e o quanto o peso da legislação eleitoral havia dificultado a campanha dos candidatos do MDB, Marcos Napolitano analisa que:

[...] a modorrenta campanha eleitoral na TV, reduzida à exposição de fotos dos candidatos e a leitura, em voz *off*, do seu currículo e dados eleitorais, tinha dado certo resultado. A Arena havia se recuperado da derrota eleitoral, elegendo quase 30 mil vereadores em todo o país, contra pouco mais de 5,8 mil do MDB. Mesmo a oposição sendo forte em todas as capitais, somente em Porto Alegre, Manaus e Natal ela tinha elegido mais vereadores do que o partido do governo. (NAPOLITANO, 2018, p. 256).

Não era à toa o entusiasmo do PCB, pois o sucesso da oposição nos grandes centros urbanos, reduto natural da classe trabalhadora, teria sido uma “demonstração de força crescente”⁷⁴ do proletariado na vida política nacional.

Todavia, a Declaração de 1977 advertia aos quadros partidários que se mantivessem atentos: o PCB não poderia se deixar levar pelo otimismo descuidado, seria preciso permanecer em alerta às possíveis represálias da ditadura. Não poderia haver ilusões quanto à força que a ditadura ainda possuía, por isso, embora a ditadura estivesse morrediça, o PCB deveria partir do princípio de que o regime, mesmo combalido, teria forças suficientes para contra-atacar. Tanto que o PCB já advertira sobre como a ditadura pusera em curso uma suposta remodelação

⁷⁴ Resolução..., 1977, p. 4.

de seus dispositivos de repressão, substituindo-os pelo terrorismo extralegal, o que aparecia na forma da Aliança Anticomunistas Brasileira (AAB).⁷⁵

Em outras palavras, o PCB teria interpretado as ações terroristas desferidas nos anos 1970 como uma artificialidade do regime, isto é, uma atmosfera de medo e instabilidade que abriria espaços “legítimos” para que a repressão ditatorial voltasse a operar. Os atentados teriam servido também para amedrontar setores inconstantes da oposição e induzi-los a apoarem o regime. Os atentados terroristas supracitados corresponderiam aos atentados de agosto de 1976 praticados pela extrema-direita contra a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Entre 1978 e 1981, o país teria presenciado uma escalada nos atentados da extrema-direita ligada direta ou indiretamente ao regime, conforme narra Marcos Napolitano:

Em 1978, uma sequência de atentados a bomba contra pessoas, órgãos da imprensa, livrarias, universidades e instituições identificadas com a oposição marcaram a escalada da violência de direita que duraria até meados de 1981. Velhas siglas, muito atuantes em 1968, voltaram às manchetes: MAC (Movimento Anticomunista), CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e GAC (Grupo Anticomunista). Minas Gerais e Paraná concentraram os atentados de 1978. Entre abril e outubro de 1978, 26 atentados; entre julho de 1979 e abril de 1980, 25 atentados, conforme o jornal *Em Tempo*. O ano de 1980 concentrou o maior número de casos, começando pela bomba colocada no quarto de Leonel Brizola, recém-chegado do exílio, no Hotel Everest no Rio de Janeiro (NAPOLITANO, 2018, p. 294).

Contudo, nem mesmo a criação de uma atmosfera de medo e instabilidade teria evitado os reveses das manobras do general Ernesto Geisel. Por outro lado, o PCB não poderia se deixar cegar pelas últimas “vitórias” e repetir o erro de subestimar as forças repressivas. Embora as condições se revelassem favoráveis para a ampliação e unidade das forças de oposição, seria preciso cautela.

A parte mais importante da Declaração de 1977, sob a perspectiva aqui assumida, diz respeito à interpretação dos resultados eleitorais. Estes foram utilizados pelo PCB para legitimar as táticas que haviam sido propostas em dezembro de 1975,⁷⁶ momento em que o PCB abordou a necessidade do “[...] surgimento e desenvolvimento de um amplo movimento de opinião

⁷⁵ A Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) foi uma organização clandestina de extrema-direita que praticava atentados terroristas. O objetivo central da AAB era postergar o encerramento do Regime Militar (1964-1985) instituído pelo Golpe Militar de 1964. Organizações semiclandestinas de direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e Movimento Anticomunista (MAC), agiam no país desde antes do golpe de 1964. Pareciam inativas a partir de 1969, quando a repressão oficial se organizou em torno do Doi-Codi. As bombas de agosto de 1976 foram assumidas por uma desconhecida Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), título semelhante ao da Aliança Anticomunista Argentina (Triple A), que em três anos de existência havia executado cerca de 600 pessoas no país vizinho. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/bombas-atingem-a-sociedade-civil>>. Acesso em: 02 fev. 2002.

⁷⁶ A Comissão Executiva do CC do Partido Comunista Brasileiro, **Voz Operária**, n.º 122, abr./maio de 1975. In. CARONE, Edgar. **O PCB 1964 a 1982**. vol. 3. São Paulo: Difel, 1982, p. 155-163.

pública contra a ditadura e o fortalecimento da oposição ao regime fascista”.⁷⁷ Ou seja, interpretamos que parte da Declaração de 1977 teria o propósito de distribuir incentivos coletivos para reforçar a justeza das táticas estabelecidas na linha política do partido. Segundo Panebianco (2005, p. 19-20), a distribuição de “incentivos coletivos” tem o propósito de fortalecer a autoridade da liderança, do partido e de sua linha política. Reforçaria o princípio de que o PCB não poderia ser “[...] subestimado em seu papel histórico de organizar e aplicar os planos respaldados de previsão científica”⁷⁸, bem como, reforçaria o Comitê Central como órgão encarregado pela manutenção da disciplina e de confrontamento a posicionamentos que julgassem prejudiciais ao partido. A distribuição de “incentivos coletivos”, portanto, seria uma ação imprescindível para qualquer organização política manter a legitimidade dos líderes, fortalecer a estrutura partidária e a identidade coletiva.

Depois da análise das eleições de 1976, a Declaração dirige-se “para as eleições parlamentares e para governadores estaduais, em 1978”,⁷⁹ as quais, segundo o prognóstico do PCB, criariam uma situação espinhosa para a ditadura, pois, o horizonte político indicaria a conquista da maioria parlamentar pelo MDB, inclusive com a vitória de candidatos do MDB para o governo dos três Estados mais importantes: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Entre as variáveis que ajudariam nesse processo estaria o desgaste entre a Igreja Católica e o regime, condição que teria ficado nítida e notória após a Declaração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 1976, momento em que a Igreja denunciou “[...] as prisões políticas arbitrárias, que seguidamente incluíam torturas, desaparecimentos e mortes”.⁸⁰ Além das denúncias das prisões, a Igreja teria denunciado os assédios constantes que vinha sofrendo de parte da ditadura. Para o PCB, esse cenário reforçaria a verossimilhança do prognóstico de que o MDB poderia conquistar não só a maioria parlamentar, como eleger os governadores nos três Estados mais importantes do país.

Nessa perspectiva, a Declaração de 1977 teria interpretado a passagem do poder de Geisel para outro general como um momento de aprofundamento nas divergências e as contradições nas Forças Armadas, momento que, segundo o PCB, deveria ser aproveitado, pois abrir-se-iam à população novas e melhores possibilidades de alcançar e propor mais

⁷⁷ Resolução..., 1977, p. 4.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ Resolução..., 1977, p. 5.

⁸⁰ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil** (CNBB). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

reivindicações, um processo que caracterizaria uma fase de acumulação de forças para combater o bom combate até a derrota final da ditadura.

De nossa parte, verificamos que declarações dessa natureza foram frequentes nos documentos até aqui analisados, o que nos leva a interpretar que se tratava de uma ação que buscava inculcar nos quadros do PCB um poder premonitório do partido, além de servir como incentivo coletivo que motivaria os “objetivos táticos e estratégicos” estabelecidos no VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro de 1967. Essa intencionalidade teria visado reforçar a legitimidade do PCB como representante imbuído do direito de convocar e conduzir

[...] todas as forças e correntes políticas à unidade e ação, com base na plataforma da frente antifascista e patriótica por nós sugerida [...] [para] dar continuidade e ampliar as campanhas que estão contribuindo e dando à frente antifascista e patriótica, em curso em todo o país: campanha de anistia, contra o AI-5, contra a censura; a campanha, em que se destaca a Igreja Católica, contra as prisões arbitrárias, a tortura e os assassinatos e o terrorismo; a campanha para controlar e limitar a ação das empresas multinacionais que ferem a soberania do país.⁸¹

Em 1977, portanto, o PCB sublinhava o quanto importante seria lutar pela manutenção do calendário eleitoral e pelo voto direto nas eleições dos executivos estaduais, pois, como as eleições até então teriam sido muito positivas para as forças democráticas, os quadros do PCB e as demais forças de oposição deveriam, portanto, trabalhar para que as regras do jogo eleitoral não fossem alteradas. Afinal, seria imprescindível manter a crescente eleitoral do MDB pela sua posição estratégica de ponto de convergência das forças de oposição à ditadura, por conta disso, não poderia haver quebra da unidade em torno do MDB, afinal, o maior beneficiário da desunião das forças de oposição seria a ditadura.

Era tão importante para o PCB garantir o calendário eleitoral e a unidade em torno do MDB quanto teria sido o combate ao anticomunismo e o antisovietismo. A questão deveria ser desmistificada para a população de forma a anular esse artifício utilizado pelo regime como forma de legitimar a necessidade de uma doutrina de segurança nacional. Compreendemos que, para o PCB, enfraquecer o anticomunismo teria sido de vital importância como forma de desobstruir e facilitar a aceitação do partido no campo político como uma instituição nacional e legítima. A Declaração de 1977 afirmava que o PCB deveria desmontar a falácia anticomunista e reverter as afirmações de que o partido seria prosélito da violência e do aventureirismo (ação armada).

Esse trecho da Declaração de 1977 aludia aos grupos que haviam aderido à luta armada para derrubar a ditadura. A ação dessas organizações teria servido ao regime militar na

⁸¹ Resolução..., 1977, p. 5.

disseminação da propaganda anticomunista. Reverter essa situação teria sido muito importante para o PCB: o partido dependia que a população conhecesse suas novas posturas democráticas. Daí o PCB condenar qualquer forma de violência política, buscando ganhar adesões sociais amplas, apregoando a transformação socialista do Brasil pela via pacífica, consentida, dentro das regras da democracia política que estaria lutando para alcançar. Entretanto, não se tratava de um argumento fácil de ser defendido, dado o impacto da luta armada. Tal opção de luta política, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2002), contribuiu para cimentar uma mentalidade anticomunista em parte significativa da população, como consequência de anos de propaganda anticomunista. Entretanto, apesar do agravante de anos desse tipo de propaganda e do peso das ações armadas de outros grupos comunistas, a cúpula do PCB tentava desmontar os argumentos contra o partido pela exposição de teses um tanto quanto dissonantes daquelas que constituíam a estratégia histórica do marxismo-leninismo, qual seja, o PCB não se posicionaria pela ação direta como meio de se implantar o socialismo, diversamente, o PCB defenderia a implantação do socialismo pela via pacífica, pela democracia, pela inclusão das massas na vida política como forma de implementar as reformas históricas que abririam, no Brasil, o caminho para o socialismo. Não obstante, essa nos parece uma argumentação um tanto quanto inusitada, já que na perspectiva de Lênin, uma das grandes “reformas” que deveria se dar no âmbito político não seria a da instalação e preservação de uma democracia política, mas a instalação da “ditadura do proletariado” (LÊNIN, 20__).

O derrubamento da burguesia só é realizável pela transformação do proletariado em classe dominante, capaz de dominar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar todas as massas laboriosas exploradas para um novo regime econômico. (LÊNIN, 20__, p. 30).

Esses ruídos em relação à estratégia histórica do marxismo-leninismo ganharam amplitude a partir de 1975 com a publicação de resoluções, declarações, artigos e opiniões em canais oficiais do PCB: *Voz Operária* e *Voz da Unidade*. Tais debates extrapolaram o âmbito partidário e chegaram ao que os comunistas chamavam de imprensa burguesa. Ganhava corpo a percepção acerca de divergências sobre qual deveria ser a orientação ideológica do PCB. Entre as divergências estaria a discussão se a “ditadura do proletariado” dar-se-ia pela via consensual ou não (MENEZES, 2002, p. 349). Sublinhe-se que a premissa do “caminho para o socialismo”, segundo a lógica do marxismo-leninismo, estaria fundamentada no determinismo do materialismo histórico, com a qual o proletariado se tornaria a classe mais numerosa e hegemônica da sociedade, ou seja, a classe operária estaria historicamente determinada a conduzir a sociedade capitalista para o socialismo pela sua força numérica (ditadura do proletariado) como um processo historicamente inevitável. Acontece que essa interpretação já

estaria enfrentando a refutação do próprio processo histórico, pois já haveria indícios irrefutáveis de que “[...] o proletariado, não era e jamais se tornou maioria numérica dos membros votantes de nenhuma sociedade”, muito menos da população. Tal condição minaria tanto a estratégia da conquista da hegemonia pelo consenso, quanto as variantes ideológicas que defenderiam a conquista da hegemonia pela força sob a tese de que “[...] os membros deslocados das velhas classes médias tornar-se-iam proletários ou engrossariam o exército de desempregados”, o que jamais aconteceu e ou teria condições de se materializar (PRZEWORSKI, 1989, 38).

No entanto, na Declaração de 1977, o PCB permanecia firme na interpretação de que a “pacificação do país” estaria dentro do receituário definido nas suas teses. Tanto que a Declaração teria feito questão de afirmar que, por defender a ação democrática e pacífica, não haveria espaços no PCB para comportamentos “revanchistas”,⁸² pelo fato de que “[...] no meio dos militares se encontrariam torturadores e assassinos de comunistas e de outros antifascistas e patriotas”.⁸³ Mas, o compromisso antirrevanchista não representaria o fim da luta para a reversão da “[...] política da ditadura de total entrega do Brasil aos monopólios estrangeiros, política que nega a soberania nacional”,⁸⁴ obstáculo histórico para o desenvolvimento da democracia no país, pelo contrário,

A reconciliação nacional só poderá realizar-se com a plena vigência das liberdades democráticas e consequente garantia dos direitos dos trabalhadores. Principalmente com a liberdade de livre organização do povo, num regime em que seja garantido o direito de organização e vida legal para o Partido Comunista e para o movimento operário e sindical.⁸⁵

A Declaração de 1977 seguiria destacando que o foco em participar da coalizão das forças antditatoriais não teria apenas uma finalidade tática, isto é, circunstancial. Para o PCB, a união das forças antditatoriais deveria permanecer após a derrota da ditadura, pois isso asseguraria maior legitimidade às soluções dos problemas nacionais agravados pela ditadura. Os problemas sociais brasileiros indicariam uma “crise de estrutura”, a qual decorria do aguçar de contradições:

[...] entre as forças produtivas nacionais, que buscam novas formas de desenvolvimento e progresso, e os obstáculos que a atual estrutura da economia do país lhes impõe. As forças sociais que defendem a conservação dessa estrutura são o imperialismo, os latifundiários e os capitalistas brasileiros ligados ao imperialismo.⁸⁶

⁸² Resolução..., 1977, p. 5.

⁸³ *Ibidem.*

⁸⁴ *Ibidem.*

⁸⁵ *Ibidem.*

⁸⁶ *Ibidem.*

A solução — já velha conhecida do receituário do PCB — estaria na composição de forças entre o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional, pois, somente com essas forças reunidas sob a liderança do proletariado é que seriam executadas as tarefas da revolução nacional e democrática em curso, com a liquidação dos obstáculos históricos que se oporiam ao desenvolvimento do socialismo no Brasil: o domínio imperialista e o monopólio da terra. Na conclusão do texto, a Declaração exorta a todas as forças entenderem que não seria

[...] possível derrotar o fascismo e assegurar a democracia no Brasil sem o concurso do PCB, e muito menos contra ele. Qualquer concessão nesse terreno à pressão da reação será sempre, e em última análise, um erro que favorecerá a direita. E, como tal, não servirá nem à consolidação da democracia, nem à solução das questões fundamentais das quais dependem o progresso econômico, político e social do Brasil.⁸⁷

Dois meses depois, o partido retomaria o tema da crise estrutural que estaria ocorrendo no país no documento divulgado pelo Pleno do Comitê Central do PCB, em abril de 1977.⁸⁸ O documento expunha a preocupação de que haveria a subestimação da gravidade da crise que o país enfrentava. A crise nacional teria conexão direta com a crise capitalista internacional, produto das ações imperialistas e monopolistas, sintomas terminais da crise derradeira do capitalismo. Nessa conjuntura, segundo o PCB, a ditadura estaria exercendo o papel de agente interno que favoreceria os imperialistas através de suas políticas antinacionais e monopolistas. Ou seja, a ditadura teria permanecido como agente reacionário e retrógrado que trabalharia para os interesses do imperialismo, interpondo obstáculos com o propósito de retardar a inevitável implantação do socialismo. As consequências do alinhamento da ditadura às forças imperialistas e monopolistas poderiam ser vistas no fracasso da política econômica e social que o regime fascista estabeleceu ao país.

É sintomático como o PCB faz uso desse argumento. O desenvolvimento, a modernização, a crise, a falta de democracia, a falta de consciência das massas, as dificuldades da luta coletiva, a instalação da ditadura etc., tudo estaria relacionado à ação dos monopólios imperialistas. Impressiona como o marxismo-leninismo totalizava a visão de mundo dos quadros do PCB. A convicção em torno de “uma teoria científica” incapaz de errar. A atribuição dos insucessos da estratégia do PCB a não “aplicação correta e criadora do marxismo-leninismo”⁸⁹. A ausência de dúvidas quanto ao papel revolucionário do proletariado ou à

⁸⁷ VI Congresso do PCB. In: **PCB: Vinte anos de política – 1958-1979.** 1980, p. 171.

⁸⁸ Pleno do Comitê Central do PCB: Resolução Política. *Voz da unidade*, nº especial, abril de 1977, p. 1-4. Mensal.

⁸⁹ Resolução de organização do CC do Partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária*, nº 124, maio de 1976, p. 5.

inviabilidade do capitalismo diante das leis inexoráveis da História (FERREIRA, 2002, p. 307). Ao que parece, pelo menos para o núcleo duro do PCB, principalmente a liderança que formava o CC, o referencial teórico seguia firme.

Tanto que o PCB continuava seguindo o mesmo raciocínio estabelecido nas resoluções anteriores e reforçado no texto do Pleno de 1977: o processo revolucionário apontava para a vitória do socialismo, consequentemente, a ditadura seria derrotada. Os sinais de sua derrota estavam nas rachaduras do edifício ditatorial, nas demonstrações de instabilidade e fraqueza, mas que não poderia ser subestimada, pois, tal como uma fera quando acuada, mais perigosa fica. Mais um texto, portanto, elaborado pela direção do PCB, insistia que os quadros partidários não subestimassem a ditadura, pois os sinais de exaustão não significariam que a ditadura estivesse moribunda. Não seria hora de alimentar ilusões, a ditadura ainda manteria forças capazes de recuperar e alongar seu tempo de arbítrio. Ou seja, entrava em cena mais uma retórica pecebista conclamando comunistas, antifascistas e todos os democratas a se manter a postos, pois não haveria motivo para serem pegos desprevenidos nem desavisados para possíveis alterações no cenário político brasileiro. Como nos outros documentos, a mensagem de cautela vinha acompanhada dos incentivos coletivos para elevação da moral, da legitimação do CC e do PCB.

É preciso considerar a adesão a tais mensagens no interior do partido, o que envolvia o controle da organização por dirigentes que formavam a coalizão hegemônica. Um uso instrumental do jargão do marxismo-leninismo contribuía para a construção de uma consciência prática que favoreceria a interpretação de que a classe operária estaria despertando para ocupar seu lugar de protagonista na história do Brasil. Essa teria sido a impressão que o PCB teria retirado das manifestações realizadas pelos trabalhadores no final da década: “[...] Contra a luta política salarial do governo, pelo direito de greve, pela liberdade sindical, recorrendo à arma da greve, declarada ou disfarçada, para obter aumentos salariais e antecipação dos reajustamentos”.⁹⁰

Embora houvesse um nível insuficiente de conscientização, o proletariado não teria faltado com seu compromisso histórico, pelo contrário, criava e exercitava seus músculos políticos para a luta, preparando-se para desempenhar seu papel na história. A atuação da classe operária não teria se restringido apenas às manifestações de natureza reivindicativa, mas nos processos eleitorais de 1974 e 1976, mostrando o quanto a classe operária seria a classe social que mais uniformemente teria se manifestado contra as políticas da ditadura.

⁹⁰ Resolução..., 1977, p. 1.

Conforme essa perspectiva, o PCB estaria no caminho correto ao situar-se como o nexo entre as manifestações e a linha política traçada no VI Congresso de 1967. Teria sido acertada a decisão de defender uma frente antifascista, em construir alianças com os mais diversos setores sociais para a implantação de uma democracia política. A Igreja Católica, por exemplo, teria sido uma grande aliada na luta contra o regime e pela democracia. A tática do partido se mostrara correta quando apontara para o apoio às diversas manifestações políticas, como as estudantis, das mulheres, dos intelectuais brasileiros, de setores empresariais e da classe média,

[...] que haviam acreditado no “milagre econômico” e num futuro de prosperidade, e é conhecido o mal-estar e o desacordo existentes entre os militares com o papel de carrasco do povo que o regime, apoiado na doutrina de “segurança nacional”, lhes atribui, assim como com a política entreguista que ele põe em prática em relação ao petróleo e outras riquezas nacionais.⁹¹

Os acontecimentos provariam “[...] que a resistência antifascista começa a colher os primeiros frutos de sua prolongada e difícil atividade”⁹². Devemos ter em mente que esses “incentivos coletivos” não eram dirigidos exclusivamente aos quadros do PCB, mas também a todas as organizações marxistas, que haviam escolhido não mais seguir a liderança do PCB e suas formulações, que haviam recusado sua linha política, que haviam considerado seus líderes como “liquidacionistas e revisionistas” (PACHECO, 2008, p. 220), praticantes de “reformismo pacifista e degradante”. (GORENDER, 1987, p. 216).

A visão de mundo, ancorada no cumprimento inevitável das leis do materialismo histórico, reforçava a interpretação de que a época contemporânea estaria “[...] determinada pelo sistema socialista mundial e pelas forças que lutam contra o imperialismo e pela transformação socialista da sociedade”.⁹³ Tudo o que a conjuntura mundial teria produzido fora interpretado como o alvorecer “[...] do socialismo e do comunismo, do triunfo mundial do marxismo-leninismo”.⁹⁴

O agravamento da crise geral do capitalismo, o nível atingido pela luta de classes no mundo capitalista, as várias vitórias do movimento de libertação nacional e os êxitos alcançados pelos países socialistas estão determinando, no cenário internacional, o aparecimento de uma correlação de forças bem mais favorável à luta pela paz, pelo progresso social, pela democracia e pelo socialismo. Essa nova situação, como não poderia deixar de acontecer, põe a sua marca em tudo o que ocorre na vida política brasileira. Muitas marchas e contramarchas da ditadura se explicam a partir da evolução da situação internacional que, nas suas linhas mestras, não favorecem nem à política da reação interna, de consolidação e expansão do fascismo, nem ao esforço do imperialismo para sustentar tal política.⁹⁵

⁹¹ Resolução..., 1977, p. 2.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ VI Congresso do PCB. In. PCB: Vinte anos de política – 1958-1979. 1980, p. 153.

⁹⁴ VI Congresso..., 1980, p. 153.

⁹⁵ Resolução..., 1977, p. 2.

Tudo indicaria a precisão da linha política do PCB. A justeza das táticas deveria representar mais um motivo para os quadros seguirem a orientação do partido. Entre elas estaria a não subestimação do regime autoritário. As demonstrações de enfraquecimento das bases de sustentação da ditadura não poderiam se converter em relaxamento da disciplina. Pelo contrário, os acertos táticos deveriam servir de reforço para que os quadros seguissem à risca as determinações da Resolução de organização de dezembro de 1975. Seguir a linha política traçada em sua estratégia e tática revolucionárias significaria unir as mais amplas massas que se opunham à ditadura, com vistas a conquistar liberdades democráticas que abririam o caminho à realização das tarefas relativas à etapa atual da revolução brasileira — passo importante no caminho do socialismo.

Segundo o texto do Pleno de 1977, as derrotas da ditadura teriam encravado o inimigo, o que poderia levar ao crescimento da reação. As orientações iam na direção de preservar, em caso de reação da ditadura, as conquistas e os espaços até ali alcançados. Para tal efeito, o PCB teria admoestado seus dirigentes a instruírem a população para desempenhar uma resistência efetiva à ditadura, para expandir os espaços já conquistados. Eis que aqui interpretamos como mais superestimação do alcance político do PCB.

Seja como for, esse encorajamento teve a ambição de imprimir na mente da população, em específico na classe operária — agente vital das mobilizações —, que somente com a incisiva participação do proletariado conquistar-se-iam as liberdades democráticas, premissa *sine qua non* para a superação do regime fascista e a normalização da vida do país. Notemos que, através dessas locuções, o PCB teria exercitado um dos preceitos da doutrina leninista — a revolução não pode acontecer espontaneamente —, portanto, caberia ao PCB, vanguarda mais consciente da classe operária, estimular a conscientização do proletariado para que este cumprisse sua missão histórica (OLIVEIRA, 2019, p. 233). Em outras palavras, a linha política do PCB deveria ser seguida, pois a aliança interclasses seria um meio mais acertado de alcançar o objetivo, a saída da crise e a implantação de um regime democrático — caminho privilegiado para a conquista do socialismo. De forma que,

[...] os comunistas, ao participarem desse esforço pela unificação das forças antititatoriais, deverão sempre levar em conta os pontos constantes da plataforma apresentada pelo Partido na Resolução Política de dezembro de 1975. A convergência das forças e correntes antititatoriais, que receberam grande impulso com as campanhas eleitorais da oposição, em 1974 e 1976, continua hoje se manifestando e crescendo no amplo movimento de opinião pública contra o regime e pelas liberdades democráticas que se estende por todo o país.⁹⁶

⁹⁶ Resolução..., 1977, p. 2.

Interpretamos, portanto, que as alusões sobre a destreza política do PCB teriam sido uma distribuição de incentivos coletivos com foco a fortalecer o CC e a linha política do VI Congresso de 1967, ocasião em que havia sido estabelecido o que seria o caminho para a derrubada da ditadura militar fascista, sendo a formação de frente antifascista e patriótica a parte mais visível da aplicação das estratégias e táticas do partido.

O marxismo-leninismo concebido pelo PCB, apresentado como um método infalível de interpretação da realidade social, indica uma contradição que, em si, não teria trazido grandes problemas à aplicação do programa partidário, mas revelaria limites analíticos evidentes, induzindo à construção de leituras que fizessem caber a realidade nos desejos de seus operadores. Isso fica nítido na classificação da ditadura militar como fascista. Um regime autoritário, repressivo, anticomunista, nacionalista não se configuraria, por si só, como fascista. Essas não são características exclusivas do fascismo, já que esses expedientes existiam antes da existência histórica de regimes fascistas. A evocação fascista, porém, trazia à tona uma trajetória de lutas e de vitórias passadas, facilitando alianças e favorecendo a recuperação do protagonismo perdido pela fragmentação do partido nos anos 1960, com vistas a conquistar espaço na arena política legal sob o pendão da luta histórica e abnegada em defesa dos interesses nacionais, méritos que habilitariam o PCB ao direito à legalidade.

Na segunda parte do texto do Pleno de 1977, sob o título “Manifesto à Nação”,⁹⁷ os comunistas “dirigem-se à Nação” e propõem “[...] uma alternativa para a situação político-institucional”.⁹⁸ Uma longa explanação da crise que o país estaria passando a partir da qual, supostamente, o quadro social refletiria “[...] de maneira clara e inofismável, as contradições que o desenvolvimento capitalista selvagem gerou, no curso do tempo”.⁹⁹ Interpretamos que o discurso de “terra arrasada”, redundante em praticamente todas as fontes que analisamos,¹⁰⁰ teria sido uma forma de anabolizar a tese “do triunfo mundial do marxismo-leninismo”.¹⁰¹ Com algumas modulações, esse discurso teria sido mantido até a Resolução Política do Partido Comunista Brasileiro de 1984:

O socialismo é hoje uma ideia-força no mundo capitalista, a mais potente ideia-força do nosso tempo. O capitalismo, nos países industrializados e em desenvolvimento, vem sendo contestado e pressionado pelas lutas e conquistas do movimento operário — traduzidos materialmente nos níveis já alcançados pelo movimento sindical, pelos partidos comunistas e por outros partidos revolucionários, orientados para o socialismo —, pelos movimentos democráticos e revolucionários e de libertação nacional e pelas forças da paz e da democracia em seu conjunto [...]. Os partidos

⁹⁷ Resolução..., 1977, p. 3.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ FALCÃO, 1993; COUTINHO, 1979.

¹⁰¹ VI Congresso do PCB. In. PCB: Vinte anos de política – 1958-1979. 1980, p. 153.

comunistas e revolucionários que operam no mundo do capital refletem diferencialmente esta conjuntura global favorável ao socialismo. Em termos gerais, verifica-se que eles tendem a se reforçar e a polarizar em torno de suas propostas ponderáveis forças sociais — quer se pense aqueles partidos que conquistaram posições institucionais em aparelhos de estado, quer se pense naqueles que ainda atuam na oposição, na ilegalidade ou na clandestinidade.¹⁰²

A utilização do processo revolucionário vitorioso teria sido parte fundamental da manutenção orgânica do PCB, Segundo Panebianco (2005), nos movimentos socialistas,

A linguagem revolucionária pode ser interpretada adequadamente [...] como o resultado de um processo de articulação do que a substituição dos fins: a meta originária (revolução socialista) (*sic*) é constantemente reafirmada porque dela depende a identidade coletiva do movimento, por outro lado, as estratégias eleitas, pragmáticas ou reformistas, garantem a estabilidade organizativa sem contudo, tirar muita credibilidade da tese de que se está sempre “trabalhando” para a obtenção dos objetivos oficiais. De fato, a práxis reformista quotidiana é sempre justificada com a tese segundo a qual as reformas não estão em contraste, mas representam uma passagem intermediária no caminho do socialismo. (PANEBIANCO, 2005, p. 32-33).

Como o PCB teria a pretensão de ser tornar um partido de massas, as exclamações de vitória iminente do socialismo não teriam se dirigido apenas aos seus quadros, mas a todo o conjunto da sociedade. Ou seja, o PCB não teria mais o objetivo de ser o partido de uma classe, mas de todas as classes, o que forçosamente o teria levado à visão da política como um processo de definição do bem-estar coletivo de todos os membros da sociedade e não apenas da classe operária. Consciente ou inconscientemente, o PCB e sua política não se definiriam mais pela representação do coletivo de uma classe, mas na dimensão “indivíduo-nação” (PRZEWORSKI, 1989, p. 43), de modo que teria sido forçoso, aos pecebistas, provar, ao conjunto de classes que compunham a sociedade brasileira, que os desígnios do partido seriam do interesse das várias classes e a prova de suas intenções estaria no compromisso conciliador interclasses de respeito às regras do jogo,¹⁰³ às instituições e ao pluralismo. Daí que, para superar a crise, a conciliação interclasse deveria ser praticada via política unitária das forças de oposição em torno daquilo que era comum a todas elas: a implantação de um regime democrático. O texto do Pleno de 1977 acrescenta que o PCB não seria partidário de uma exacerbação incessante da tensão social e política como meio para resolução das crises. Sua orientação política estaria baseada no desejo comum da imensa maioria dos brasileiros: a democracia. Em outras palavras, conciliação. Para

¹⁰² Resolução Política do VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro de 1984. In: DIAS, Giocondo. **Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira**. São Paulo: Novos Rumos, 1984, p. 41 e 42.

¹⁰³ Conforme Norberto Bobbio, a despeito de a democracia ser um termo de múltiplos sentidos, há um significado predominante: o de um conjunto de regras que contemporizam a mais extensa e segura participação da maior parcela dos indivíduos, de forma direta ou indireta, nas decisões que interessa a toda coletividade. As nominadas regras do jogo, portanto, são: 1) todos que tenham atingido a maioridade, sem discriminação, têm direito ao voto; 2) o voto de todos os eleitores tem peso igual; 3) o voto é livre; 4) as escolhas devem ser diversas; 5) vigora o princípio da maioria numérica; 6) a maioria não deve limitar o direito da minoria. Quer dizer, a minoria tem o direito de tornar-se, em condições de igualdade, maioria. Consultar Bobbio (1989).

dar ainda mais vigor às suas locuções, o texto do Pleno de 1977 tece uma crítica feroz aos grupos de esquerda que haviam classificado a estratégia do caminho pacífico como falido, reafirmando sua total confiança na burguesia nacional e na possibilidade do caminho pacífico da revolução. A proposta do PCB teria permanecido a de formação de um regime que oportunizasse às várias forças do cenário político do Brasil — inclusive o PCB — discutir e “[...] apresentar alternativas para os problemas básicos que o processo de desenvolvimento do país coloca”.¹⁰⁴ Para o PCB, a livre organização da população e dos partidos políticos e a livre manifestação e expressão do pensamento, típicos do liberalismo político, seriam princípios fundamentais. Essas transformações só se materializariam quando fosse estabelecida, no Brasil, uma verdadeira democracia política e a instalação de uma democracia política só seria exequível com a compreensão de que a ditadura militar e seus fundamentos alijavam a população da vida política, econômica e cultural, invariavelmente precária e instável; ainda, de que a ditadura seria incompatível com a soberania e a independência nacional, o que justificaria a sua destituição pelas forças unidas da população.

O processo de reconciliação nacional só poderia acontecer sob a democracia e o reconhecimento dos direitos de “[...] organização sindical e política, e de participação nos negócios do país das camadas populares e do proletariado”.¹⁰⁵ Notemos que, imbuídos da convicção de que a classe operária estava predestinada a se tornar a classe mais numerosa e coesa, o movimento democrático teria sido encarado como uma etapa preparatória e facilitadora para a vitória da classe trabalhadora de forma conciliadora, sem rupturas e aparentemente consensual. O proletariado, por sua superioridade nata, seria capaz de se tornar hegemônico no movimento democrático que o empresta como base das massas.

Em segundo lugar, a luta pela democracia contribui para a criação de situação revolucionária. E, por fim, a luta democrática não nos faz perder de vista as transformações socialistas desejadas; na verdade, cada reforma democrática bem-sucedida fornecerá uma fortaleza para o assalto contra capitalismo. Assim, a luta pela democracia é parte integrante da luta pelo socialismo. (LOSADA SIERRA, 2012, p. 110).

As aspirações que o PCB manifestou no texto do Pleno de 1977 encontravam inspiração nas realizações da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, por meio das quais, supostamente, teria sido eliminada a exploração do homem pelo homem e construída uma sociedade socialista.

Os trabalhadores brasileiros, como de resto os trabalhadores do mundo, sabem que a União Soviética, ao mesmo tempo que alcança níveis de progresso material e espiritual, assegura ao seu povo o direito ao trabalho, à saúde e à instrução. Assegurou,

¹⁰⁴ Resolução, 1977, p. 3.

¹⁰⁵ *Idem*, 1977, p. 4.

enfim, a igualdade nacional e social para todos os povos que habitam o imenso território da URSS. É nestas conquistas que se apoia a democracia socialista — uma democracia política, econômica e social.¹⁰⁶

O texto do Pleno de 1977 é finalizado exortando seus quadros a intensificarem a luta pelas liberdades democráticas, bem como, o combate ao anticomunismo e ao antisovietismo, pois aquele seria, sem dúvida

[...] um momento em que os comunistas precisam apontar e exaltar a experiência e a trajetória histórica da União Soviética e demais países socialistas. Tanto na construção e solidificação de uma sociedade nova, como na aplicação consequente de uma política de paz mundial, de solidariedade para com os povos que lutam pela libertação nacional, pela democracia e pelo progresso social.¹⁰⁷

2.7 O PROLETARIADO DESPERTA

A Resolução Política publicada na *Voz Operária* n.º 152, de 1978,¹⁰⁸ abre as suas análises endossando que os últimos acontecimentos no Brasil corroborariam o que o PCB havia previsto em relação ao aprofundamento das incompatibilidades entre a maioria dos brasileiros e a ditadura militar-fascista, o que atestaria a exatidão das inclinações esboçadas na última Resolução Política do Comitê Central, reunido em dezembro de 1977. Duas dimensões da questão seriam evidentes: o aviltamento dos problemas engendrados pela crise econômico-social e a manutenção dos instrumentos repressivos do governo.

Na perspectiva dialético-materialista do PCB, a crise econômica do Brasil estaria vinculada à crise externa do capitalismo, extensão do avanço implacável do socialismo. Dessa perspectiva evolutiva/progresso, o PCB concluiria que estaria havendo, no Brasil, um aumento qualitativo das forças oposicionistas, o que levaria ao notório debilitamento do regime. A fundamentação do PCB se explicaria, segundo a Resolução de 1978, nas manifestações e greves operárias na região industrial da Grande São Paulo, promovidas no final da década de 1970. Ou seja, na visão do PCB, as manifestações operárias teriam posto em movimento as engrenagens de uma etapa qualitativamente nova na luta dos trabalhadores contra a ditadura. A classe operária estaria renovada, com nova atitude política, um raio em céu azul. Seria os operários em processo de ser uma classe em si para se tornar uma classe para si.

Segundo a Resolução de 1977, o agravamento da situação econômica estaria relacionada diretamente com a já bastante precária vida material dos trabalhadores, vítimas de

¹⁰⁶ Resolução, 1977, p. 4.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ Resolução Política do Partido Comunista Brasileiro, **Voz Operária**, nº 152, novembro de 1978, p. 1 – 5. Mensal.

superexploração, e da que teria sido a mais severa acumulação capitalista em benefício dos monopólios imperialistas norte-americanos já registrados na história do Brasil, dessa forma, não teria restado outra saída à classe operária a não ser a de confrontar o regime, romper a inércia e dar início às greves. Entretanto, o cenário de superexploração da classe operária não seria nenhuma surpresa para o PCB, pois o partido já teria previsto que este seria o resultado da política de favorecimento dos monopólios norte-americanos; por outro lado, haveria positividade nessa conjuntura, porque a exploração foi a determinadora da reação da classe operária que, consequentemente, teria posto a descoberto as fraquezas da ditadura. As manifestações operárias teriam sido o delineador do evidente esgotamento das bases de sustentação do modelo econômico e seu uso propagandístico pelo regime.

O entendimento de que “a revolução brasileira” seria “parte integrante da revolução socialista mundial”¹⁰⁹ levava a uma centralidade do cenário internacional para a “compreensão e avaliação da situação interna do país”¹¹⁰. No contexto dessa afirmação, estaria o que Hobsbawm chamou de “terceira onda de revolução mundial, da Segunda Guerra Fria” (*sic*), um momento de extraordinária aceleração da corrida armamentista nuclear (HOBSBAWM, 1995, p. 242). A crise do capitalismo da década de 1970 parecia corroborar a interpretação do PCB de que o socialismo caminhava para seu triunfo mundial, afinal, os sinais pareciam inequívocos:

A Era de Ouro do capitalismo, e a centralidade do dólar nele, chegara ao fim. A posição dos EUA como superpotência estava inevitavelmente enfraquecida pela universalmente prevista derrota no Vietnã, do qual a maior potência militar da terra foi obrigada finalmente a retirar-se em 1975. (HOBSBAWM, 1995, p. 439).

Para o PCB, as forças do imperialismo estariam acuadas no mundo inteiro, dessa forma, “[...] ainda que o processo de distensão tenda a se firmar, os últimos acontecimentos no mundo revelam uma tentativa de contraofensiva das forças do imperialismo”.¹¹¹ Essa contraofensiva que a Resolução menciona seria a reação dos EUA e de países da OTAN, os quais se oporiam à distensão, à política de coexistência pacífica e ao desarmamento. Os Estados da OTAN teriam iniciado a sabotagem da distensão internacional com o de isolar a URSS, com vistas a desestabilizar laços políticos, ideológicos e econômicos entre os Estados socialistas que estariam lutando pela emancipação nacional e social dos povos. A análise da Resolução de 1978 se contextualizaria no processo de desintegração do movimento comunista internacional causado pelo rompimento entre URSS e China. A ruptura entre os dois países socialistas ocorreu entre 1958-1960, ocasião na qual o governo chinês teria solicitado, com pouco sucesso,

¹⁰⁹ VI Congresso do PCB. In. PCB: Vinte anos de política – 1958-1979. 1980, p. 172

¹¹⁰ Resolução, 1978, p. 2.

¹¹¹ *Ibidem*.

a secessão dos Estados do bloco soviético e a formação de partidos comunistas rivais. Nos países ocidentais, encabeçados pelo Partido Comunista Italiano (PCI), teria sido iniciado o distanciamento do modelo soviético. Foi um período no qual o “campo socialista” original de 1947 dividia-se em Estados com variados graus de lealdade à União Soviética, passando dos integralmente comprometidos búlgaros à total independência da Iugoslávia.

Como se não bastasse, as forças reacionárias, segundo a Resolução de 1978, estariam pressionando “[...] a classe operária e as forças progressistas dos países capitalistas mais desenvolvidos [endossarem] ideias que interessam à burguesia monopolista”¹¹². Sob esse ponto de vista, estariam estimulando “[...] as correntes reformistas [...] a desvios nacionalistas que criam obstáculos às transformações sociais mais significativas”.¹¹³ Essa alegação parece ter sido relacionada às manobras de fins da década de 1970 da OTAN:

A OTAN — sob um governo democrata nos EUA e governos socialdemocratas e trabalhistas na Alemanha e Grã-Bretanha — havia começado seu próprio rearmamento, e os novos Estados esquerdistas na África tinham sido contidos desde o início por movimentos ou Estados apoiados pelos americanos, com bastante sucesso no Sul e Centro da África, onde os EUA podiam agir em conjunto com o pavoroso regime de *apartheid* da República da África do Sul. (HOBSBAWM, 1995, p. 245).

A reação não teria parado por aí. Os EUA teriam construído “mistificações” (*sic*), como a “campanha propagandista de Carter sobre os ‘direitos humanos’”, com a pretensão de mostrar o “imperialismo” como “[...] guardião e defensor da democracia e dos direitos humanos em todo o mundo”¹¹⁴. A declaração seria uma referência da política que o Presidente Jimmy Carter (1977-1981), do Partido Democrata, teria usado para modificar a política interna e a externa dos EUA, retomando uma política social no plano interno e a defesa da causa dos Direitos Humanos no plano internacional. Contudo, segundo o PCB, a política de Carter seria uma distração para desviar a atenção do aumento contínuo dos gastos militares dos EUA. Um exemplo dessa política teria sido

[...] a intervenção no Zaire, os reiterados esforços para dividir e fazer com que se enfrentem os Estados africanos, os intentos de ampliar a esfera de ação da OTAN, o empenho norte-americano para a assinatura de uma paz separada entre Israel e Egito, em detrimento dos verdadeiros interesses dos povos árabes e da paz mundial.¹¹⁵

A acusação de prejudicar os verdadeiros interesses dos povos árabes tinha como lastro a “expulsão dos soviéticos do Egito” e o alinhamento desse país aos EUA (HOBSBAWM, 1995, p. 242, 439). O Egito encabeçava o movimento político *União Socialista Árabe*

¹¹² Resolução, 1978, p. 2.

¹¹³ *Ibidem*.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ *Ibidem*.

(HOURANI, 1994, p. 408), uma liderança do Pan-arabismo, que, como outros governos árabes, apesar da posição de não alinhamento, teria simpatia pela União Soviética, ou pelo menos os governos que compunham a União Socialista Árabe estariam dispostos a aceitar ajuda técnica e econômica da URSS. Mas, no entendimento do PCB, os EUA estariam manobrando para trazer os países árabes para sua zona de influência. A configuração do tabuleiro político teria se agravado ainda mais, segundo a Resolução de 1978, com a “[...] aliança do governo de Pequim com o imperialismo, apoiando regimes mais repressivos e dos blocos imperialistas em todas as partes do mundo”.¹¹⁶ Sobre os desdobramentos da ruptura entre a China e a URSS, Hobsbawm assinala que

O velho ecumenismo deixara de ser essencial pela China comunista, que, apesar da retórica de revolução global, seguiu uma política implacavelmente centrada em si mesma, que iria levá-la, nas décadas de 1970 e 1980, a uma política de alinhamento com os EUA contra a URSS comunista, e a um virtual conflito armado tanto com a URSS quanto com o Vietnã comunista. (HOBSBAWM, 1995, p. 435).

Mantinha-se, assim, o habitual alinhamento do PCB ao PCUS:

[...] na aliança do governo de Pequim com o imperialismo, apoiando os regimes mais repressivos e os blocos militares imperialistas contra o heroico povo vietnamita, destaca-se a clara tendência hegemônica dos governantes chineses, que, na sua obsessiva luta contra a URSS, tentam dividir o campo socialista [...] atacando uma série de outros países emergentes.¹¹⁷

A República Popular da China, sob o comando do Partido Comunista Chinês (PCC), apoiava o regime do líder do Khmer Vermelho, Pol Pot, no Camboja. O regime liderado por Pol Pot teria sido responsável pelo assassinato de milhares de cidadão cambojanos, cujas estimativas giram em torno de 20% da população do país. Pol Pot foi retirado do poder com o apoio de forças vietnamitas que invadiram o Camboja e a instituição de um governo que estabilizaria o país e construiria novas instituições sociais em 1978. Entretanto, as questões geopolíticas iam além. Esse acontecimento teria particularidades nas esferas de influência do mundo socialista, pois, enquanto o Vietnã era um aliado da URSS, o Khmer Vermelho no Camboja estaria na zona de influência da China, ao passo que a China teria considerado a invasão do Vietnã ao Camboja como uma violação da sua zona de influência. Diante disso, a China entraria em conflito com o Vietnã em 1979, o que teria sido um aviso à URSS de que o governo chinês não toleraria passivamente o que teria interpretado como uma tentativa da URSS de expandir a sua zona de influência na Ásia. O acontecimento envolvendo URSS, China, Camboja e Vietnã teria sérios impactos sobre o movimento socialista mundial. O

¹¹⁶ Resolução, 1978, p. 2.

¹¹⁷ *Ibidem.*

primeiro deles foi colocar em xeque a convicção de que a violência revolucionária seria uma forma de sanar os males do Terceiro Mundo, como teria evidenciado a brutal repressão do Khmer Vermelho; a segunda teria sido o esfarelamento da tese propagandística de que só no mundo capitalista as nações travavam guerras entre si. Entretanto, a parte mais lamentável para o PCB teria sido o alinhamento da China ao bloco liderado pelos americanos e o apoio “[...] aos restos do regime de Pol Pot, por motivos antissoviéticos e anti-vietnamitas”. (HOBSBAWM, 1995, p. 438).

O PCB, em sua Resolução de 1978, teria considerado a aproximação e a aliança do Partido Comunista Chinês com as forças conservadoras e reacionárias do imperialismo ocidentais um ultraje. Tão discrepante do ponto de vista ideológico e ameaçador da perspectiva política, o alinhamento da China aos EUA teria representado uma ameaça gravíssima à distensão internacional e ao progresso revolucionário mundial. Notemos que a estrutura de sentimento imputadora da convicção do avanço contínuo do processo revolucionário mundial era inabalável. Permanecia — mesmo diante da mais espetacular evidência do falecimento da revolução mundial: a desintegração do movimento internacional pós acontecimentos de 1956, a perda da liderança e do monopólio soviético do movimento internacional, da teoria e da ideologia que unificavam — a certeza inabalável na vitória do sistema socialista. A crítica não é tanto pelas certezas desmistificadas pelo processo histórico, afinal, os acontecimentos pareciam indicar o avanço do socialismo, mas pela inoperância da “teoria do comunismo científico” em fornecer elementos para a realização de uma leitura da realidade que evitasse ou contradisse tais impressões.

A Resolução Política do Partido Comunista Brasileiro em novembro de 1978 foi finalizada reforçando que o avanço do socialismo no mundo seria a prova de que, no Brasil, as condições também apontariam para o avanço do socialismo, tanto pelas contradições imperialistas, quanto pela crise econômica que o Brasil enfrentava. O inimigo do desenvolvimento e da soberania nacional permanecia o imperialismo norte-americano e os seus aliados internos. Ou seja, foi uma leitura por meio da qual o PCB teria buscado reforçar os objetivos oficiais prescritos pela ideologia: a conciliação, o caminho pacífico via ampla frente popular ou nacional aliada à burguesia, ou à pequena-burguesia nacional, em que a classe operária, pela sua força histórica, na etapa democrática, conquistaria a hegemonia e implantaria as reformas que levariam ao socialismo. Entretanto, o PCB não entrava no tema central da polêmica de sua estratégia: qual seria a concepção de democracia do partido? Como permanecer um partido que seria, a um só tempo, revolucionário e democrático? Outra questão na estratégia do PCB seria que a democracia possibilitaria as reformas gradativas, por exemplo, a luta

econômica iria requerer direitos políticos; e já que o partido se colocava como respeitador das regras do jogo institucional e dos ditames constitucionais, como poderia garantir que esses direitos e ou reformas alcançadas em momentos de maioria parlamentar não fossem modificados nos momentos de perda de maioria no parlamento? O caminho seria a ruptura, mas e a tese do caminho pacífico? Como conciliar um regime democrático de representação de todas as classes e a ação revolucionária do marxismo-leninismo? Se o estabelecimento do socialismo era uma certeza histórica, para que democracia? Esse era, certamente, um caminho complexo, controverso e tortuoso.

O Partido Comunista Brasileiro teria enxergado a conjuntura política do final da década de 1970 como uma situação nova. Pressentia que o aumento das ações populares e o desenvolvimento — ainda que, segundo o PCB, insatisfatório do ponto de vista organizacional e de conscientização —, das massas e das forças de oposição estariam rumando para derrotarem a ditadura. Mais importante que essa percepção, teria sido aquela que o PCB descreveu como a elevação qualitativa da luta da classe, expressada nas greves iniciadas em maio de 1978, e a participação massiva do proletariado nas eleições. Sendo a “[...] história de toda sociedade até nossos dias a história da luta de classes”,¹¹⁸ as greves no ABC Paulista exprimiriam a conscientização da classe operária como agente revolucionário no processo de democratização do país. O longo período de resistência do movimento operário ao arbítrio fora interpretado pelo PCB como um tempo de “acumulação de experiência de luta”¹¹⁹ que, naqueles anos, teria contribuído “para o avanço geral das forças democráticas”.¹²⁰ As condições que teriam permitido a manifestação da luta operária não seriam o resultado do trabalho de outras classes, mas fruto das condições políticas criadas pelos próprios trabalhadores, os quais haviam, finalmente, assumido o papel que a história lhes reservara “na luta pela democratização do país”¹²¹. Marcos Napolitano nos dá uma perspectiva do porquê, para o PCB, a conjuntura teria sido marcada pela elevação qualitativa da luta de classes, ou seja,

A greve do ABC, diga-se, assumia ares de confronto com o regime, driblando a Lei de Segurança Nacional, que, por sinal, seria reformada ainda naquele ano para abarcar melhor os grevistas [...]. Nos discursos sindicais construídos em torno desta campanha, surgia o tema da democracia: “Para nós, interessa muito aquela democracia que também dê liberdade aos sindicatos. Esse negócio de democracia só para políticos não dá pé, pois a gente vai continuar espremido [sic] aqui no pedaço”. A questão democrática encontrava a questão operária. (NAPOLITANO, 2018, p. 276, 277).

¹¹⁸ MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011, p. 23.

¹¹⁹ Resolução, 1978, p. 2.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Ibidem*.

Os operários teriam, realmente, constatado que a (re)democratização do país seria um quadro mais favorável à luta por melhores condições de vida e de trabalho. Entretanto, isso não queria dizer, necessariamente, que os objetivos dessa classe se coadunassesem com a visão de mundo do Partido Comunista Brasileiro e, consequentemente, o estabelecimento de um regime socialista no Brasil. Convencido, como estava o PCB, da mítica visão de que o partido seria a vanguarda do proletariado, a organização que conduziria a classe operária no processo revolucionário, o despertamento da consciência operária teria sido o sinal dos tempos. Correlativamente, teria sido mais um indício de que as táticas e a estratégia da linha política da Resolução de 1967 se confirmavam na realidade:

A atuação no movimento sindical é o meio principal para a ativação do movimento operário. Os comunistas devem concentrar sua atividade dentro das empresas. Com esse propósito, necessitam utilizar todas as possibilidades de organização legais, como as delegacias sindicais, as CIPAS (Comissões Internas de Prevenção contra Acidentes) e outras organizações existentes e que reúnam trabalhadores [...]. Fortalecimento dos sindicatos através da elevação do número de sindicalizados. Atuando dentro da estrutura sindical vigente [...]. Os comunistas devem atuar nas [...] cooperativas, as associações de ajuda mútua, os clubes desportivos [...], na organização sindical dos assalariados agrícolas [...]. Na mobilização para luta reivindicatória dos setores assalariados da pequena burguesia [...], bancário, empregados do comércio e de escritórios, servidores públicos, profissionais de nível técnico e outras categorias.¹²²

A Resolução de 1978 revela a superestimação das perspectivas do partido, um indício do quanto uma certa visão de mundo teria sido determinante na operacionalização de uma leitura, segundo a qual, os acontecimentos estariam sempre a confirmar a “aplicação correta e criadora do marxismo-leninismo”.¹²³ Para o PCB, teria sido a aplicação das táticas prescritas na Resolução de 1967 que possibilitara “[...] a existência de comissões de empresa em diversos lugares contribuiu para que as greves tivessem êxito, conduzidas de modo a combinar uma posição firme com a recusa de aventuras”.¹²⁴ Ao contrário das táticas de outras organizações marxistas,¹²⁵ o PCB recusara tanto a “aventura” (luta armada) quanto a utilização da greve como meio de promoção para a derrubada da ditadura, pertinente às organizações mais radicais da esquerda marxista. Segundo a Resolução de 1978, a ação firme — mais um evidente elogio à tática do partido — permitiu que a greve cumprisse seu papel reivindicatório e de “acumulação de experiência de luta”,¹²⁶ o que seria resultado da persistência nos “[...] objetivos táticos e

¹²² Resolução Política do Partido Comunista Brasileiro de 1967. In: **PCB: vinte anos de política (documentos) 1958-1979**, 1980, p. 176-177.

¹²³ Resolução de organização do CC do Partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária*, nº 124, maio de 1976, p. 5

¹²⁴ Resolução, 1978, p. 2.

¹²⁵ Ver nota de rodapé na página 34.

¹²⁶ Resolução, 1978, p. 2.

estratégicos através do processo de acumulação de forças e conquista da hegemonia pelo proletariado”.¹²⁷

O documento é revelador de uma movimentação do partido em busca de atribuir-se um papel decisivo na inovadora estratégia que o movimento grevista havia utilizado para driblar a Lei de Segurança Nacional. Na edição de 24 de maio de 1978, da revista *Isto É*, encontra-se a seguinte descrição da greve: “Não houve piquetes, comícios, panfletos, violência [...]. Mas apenas simples operários que iniciaram seus dias de trabalho como todos os outros [...] bateram seus cartões de ponto [...], mas não trabalharam” (*apud* NAPOLITANO, 2018, p. 275). Ou seja, uma leitura parcial do processo indicaria que o PCB, de alguma forma, por sua estratégia de resistência pacífica, teria inspirado o movimento operário. Nessa ocasião, a ação da polícia teria sido marcada pela perplexidade, pois, sem piquetes, as forças policiais ficaram sem ação. Não existia, no espaço de experiência, uma situação igual – as forças policiais não conseguiam realizar uma leitura clara dos acontecimentos. Invadir as fábricas poria em risco a propriedade dos empresários, além disso, ninguém assumira a responsabilidade pela articulação da greve. Como foi obrigado a reconhecer um coronel do “II Exército: Repressão, como? Este é um fato absolutamente novo, greve sem violência, sem agitação. É necessário reconhecer que nessa greve não há ingerências externas. Dessa forma não se pode fazer nada”. (NAPOLITANO, 2018, p. 276). Presos aos manuais da Doutrina de Segurança Nacional, os militares não podiam imaginar um movimento grevista sem instigadores comunistas e sem sindicais subversivos.

Por outro lado, na leitura que a cúpula do PCB pretendia disseminar, a inteligência, a capacidade e a habilidade demonstradas nos movimentos grevistas teriam sido uma prova irrefutável da missão histórica que caberia aos operários: conduzir as reformas econômicas e sociais que o Brasil necessitava. Diferentemente dos adeptos da “aventura”, a classe operária não seria adepta da violência armada, antes estaria propensa às táticas e estratégias que o PCB havia formulado, isto é, conduzir suas ações de forma pacífica e inteligente, pois esse seria o caminho mais conveniente à classe operária. Suas ações haviam mostrado o quanto de potencial a tática de resistência teria para pressionar o regime a introduzir reformas imediatas, que abririam caminho para conquistas maiores.

Infelizmente, por ironia dos “deuses”, a tão celebrada greve viria mostrar as limitações de qualquer pretensão do PCB em se “[...] afirmar como Partido de ação política, dirigente de grandes massas e inteiramente ligado à vida da classe operária”.¹²⁸ Um dos desdobramentos mais visíveis das greves foi o impulsionamento da liderança de Luiz Inácio da Silva, o Lula.

¹²⁷ VI Congresso do PCB. *In: PCB: Vinte anos de política – 1958-1979.* 1980, p. 185.

¹²⁸ Resolução, 1980, p. 185.

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo desde 1975 e líder de um amplo movimento, Lula era defensor da auto-organização operária e via na criação de um partido político — não no PCB — a maneira mais eficiente para o operariado conduzir seu destino.

O PCB via a classe operária como uma força gravitacional, que atraía para junto de si outras forças impulsionadoras das transformações nacionais, como, por exemplo, os citados na Resolução de 1978: o movimento do custo de vida¹²⁹ na Grande São Paulo, às lutas estudantis, os movimentos de mulheres, das comunidades católicas e, em especial, CNBB, SBPC, ABI e OAB¹³⁰. Entretanto, não teriam sido apenas esses setores que haviam manifestado descontentamento com a ditadura, no conjunto também estavam setores da ARENA que, historicamente, estiveram ligados e comprometidos com a ditadura, expressados na “formação da Frente Nacional de Redemocratização”.¹³¹ A Frente Nacional de Redemocratização teria nascido das manifestações pela democracia ocorridas em 1977. Ao longo do ano de 1977, as manifestações estudantis, a Igreja Católica e outros setores sociais teriam se manifestado em prol da democracia, contudo, um manifesto em especial teria um destaque maior devido à cobertura da imprensa: uma “Carta aos Brasileiros”. A carta teria sido lida em ato público na Faculdade de Direito da USP, reunindo por volta de 600 pessoas no Salão Nobre da faculdade e três mil pessoas no pátio interno. No final do ato, foi realizada uma passeata que teria reunido cerca de 10 mil pessoas pelo centro de São Paulo. Nesse contexto, tentando aproveitar o clima de contestação, o MDB teria recorrido a seu programa nacional de TV, através da pessoa do deputado Alencar Furtado, que, por sua vez, teria direcionado fortes críticas à ditadura. A consequência imediata das declarações do deputado Alencar Furtado foi a cassação do seu e do mandato de Ulysses Guimarães, sob a ameaça de instauração de um processo nos termos da Lei de Segurança Nacional. Após esse revés, na tentativa de prosseguir com uma agenda mais agressiva, o MDB teria lançado a campanha pela Assembleia Nacional Constituinte com a Frente Nacional de Redemocratização. Entretanto, a campanha pela Constituinte não prosperaria devido às divisões internas do MDB. Todavia, essa teria sido a conjuntura supostamente responsável por delinear a hegemonia dos liberais que assumiriam as negociações com a ditadura e o processo de redemocratização do país. Ou seja, inversamente da

¹²⁹ Movimento do Custo de Vida (MCV), também conhecido como Movimento Contra a Carestia (MCC), pode ser considerado um dos maiores movimentos populares que emergiram no contexto das lutas populares dos anos 1970 e 1980, tendo sido capaz de mobilizar milhares de pessoas em torno de reivindicações que iam de encontro à política econômica defendida pelo regime militar. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/historia-do-movimento-do-custo-de-vida-e-resgatada-em-novo-livro/>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

¹³⁰ Resolução, 1978, p. 3.

¹³¹ *Ibidem*.

interpretação conjuntural do prognóstico marxista-leninista da hegemonização da sociedade pela classe operária, eram os liberais que hegemonizavam o processo de redemocratização do país; nesse momento, portanto, a tese do PCB dava seus últimos suspiros.

Não obstante, para o PCB, tudo estaria em conformidade com as expectativas do partido. A ditadura não estaria conseguindo convencer mais ninguém, nem mesmo os setores que tradicionalmente estiveram ao lado dela e teriam acreditado na tese da distensão lenta, gradual e segura. Segundo o PCB, os setores da oposição estariam denunciando as reformas como um meio para institucionalizar o regime e conservar os poderes ditoriais do Executivo através da lei que impedia a formação de partidos populares, na manutenção da Lei Falcão, do ‘pacote’ de abril, e o Decreto n.º 1.632 como forma de impedir as manifestações grevistas. Para o PCB, a conjuntura estaria mostrando que a ditadura já não tinha mais forças para fazer o que bem entendesse, visto que se encontrava cada vez mais “[...] condicionada pelo novo quadro de crescente instabilidade política e fortalecimento da oposição”.¹³²

Na linha seguinte da Resolução de 1978, encontramos, finalmente, apesar de superficialmente, a abordagem sobre como o PCB conceberia a democracia. É preciso ter em conta que o tema era discutido em um contexto complexo e turbulento, o que dificultava, ao partido, formular uma posição a respeito. Além disso, a sociedade civil brasileira daqueles anos ganhava grande dinamismo, o que impactava as relações de classe e favorecia a organização de grupos corporativos, associações profissionais, frações ideológicas, instituições e movimentos sociais com chances ínfimas de estabelecerem um programa político comum. Se a aparente homogeneidade da sociedade civil na forma de um bloco democrático contra um Estado ilegítimo e autoritário funcionou para o desgaste do regime, considerá-la um bloco monolítico, pode esconder contradições, especialmente na compreensão dessa imagem construída como base para a construção da democracia. Porém, teria sido nessas circunstâncias que a sociedade teria esboçado um conjunto de definições mais ou menos coincidentes dos princípios elementares da democracia, mas, ainda assim, haveria uma variação considerável entre a definição dependendo da classe social, grupo corporativo, associação profissional, frações ideológicas, instituições e movimentos sociais que a definiam, o que teria encerrado entre esses grupos pontos divergentes sobre o que deveria constituir uma democracia. Foi nessa conjuntura, impelido pelas circunstâncias, e porque não incluir o medo de perder apoiadores entre membros da sociedade civil, que o PCB apresentou um indício da democracia almejada. Além dessas,

¹³² Resolução, 1978, p. 3.

parece que teria havido outras razões — serão abordadas no capítulo 2 — que teriam levado o PCB a incluir essa declaração na Resolução de 1978. Mas vamos à declaração:

Os comunistas reconhecem que não são idênticas às concepções de democracia que circulam, explícita ou implicitamente, entre as diversas correntes da oposição. Para os comunistas, a luta pela democracia, pela manutenção, ampliação e aprofundamento das conquistas alcançadas, é parte integrante da luta pelo socialismo.¹³³

Ponto significativo nessa declaração foi o fato de coexistirem no CC três coalizões: a coalizão que classificaremos como pragmática tencionava manter a unidade do PCB, equilibrar marxismo-leninismo e democracia e inserir o PCB no campo político, liderada por Giocondo Dias, Secretário-Geral do partido; havia, ainda, o grupo de Prestes, cujo conceito de democracia estaria mais no campo tático e defendia que as condições estariam maduras para a etapa da revolução socialista, e, não menos importante, havia a chamada corrente renovadora, formada por indivíduos “[...] não articulados organicamente, mas portadores de um conjunto de ideias-chaves compartilhadas, que até meados dos anos 80, marcaram presença no PCB”,¹³⁴ e que defendiam a superação do marxismo-leninismo e a adesão à democracia como a revolução que conduziria ao socialismo. Pelo fato de coabitarem a mesma organização, tais grupos mantiveram uma espécie relação “tolerável-enquanto-necessária” no campo das ideias. A existência de coalizões nas cúpulas partidárias é um fenômeno político reconhecido e seriam, conforme Ângelo Panebianco, a reunião de indivíduos ou grupos sob objetivos comuns. A ação dessas coalizões seria melhor observada como

[...] produto de negociações internas à organização, de influências recíprocas entre os agentes organizativos. Sendo assim, a chamada ‘liberdade de escolha’ ou de ação é ao menos condicionada pela necessidade de manter o equilíbrio entre interesses divergentes e pela negociação que deles resultam dentro da coalizão de decisão”. Cada decisão deve ser considerada como resultado — negociado explícita ou implicitamente — de uma pluralidade de forças no interior da coalizão. (PANEBIANCO, 2005, p. 29).

Teria sido nessas condições de barganha que o trecho supracitado teria sido incluído na Resolução de 1978. Ou seja, a definição exposta revelaria mais a divergência entre as coalizões do que a existência de uma definição em si. Por ter se tratado de uma questão teórica difícil ao PCB¹³⁵, o CC teria se valido dos intelectuais da corrente renovadora para construir suas formulações a fim de utilizá-las como “[...] base para o núcleo dirigente majoritário dotar o

¹³³ Resolução, 1978, p. 3.

¹³⁴ SANTOS. Raimundo. Renovação pecebista dos anos 80. In. **Novos Rumos**, São Paulo, v. 6, nº 20, 1991, pp. 60-65. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2090>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

¹³⁵ Ideia defendida por Raimundo Santos. SANTOS, Raimundo. A renovação pecebista dos anos 80. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, ano 6, n.º 20, 1991. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.6.v0n20.2090>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

PCB de uma orientação mais eficaz no novo período de transição democrática”.¹³⁶ No entanto, é possível considerar que a adaptação das teses dos intelectuais da corrente renovadora não teria resolvido o problema da permanência de um partido que seria, a um só tempo, revolucionário e democrático, como também não ofereceu respostas para conciliar um regime democrático de representação de todas as classes e a ação revolucionária do marxismo-leninismo. Além do mais, os renovadores defendiam o fim do marxismo-leninismo como ideologia política orientadora do PCB. Por outro lado, as formulações que o PCB construiu dão conta de uma concepção que caracterizaria a democracia pelo caráter delegativo, calcada mais em direitos sociais do que propriamente políticos. Outra hipótese, é a de que Prestes se colocaria como o fiador da inclusão da explicação — trataremos mais detalhadamente do tema no capítulo 2.

Nessa direção, sem negar a “[...] aspiração final ao socialismo [compreendido como] a mais ampla e profunda de democracia”,¹³⁷ o PCB vivia na difícil tarefa de equilibrar as diferentes concepções de democracia de forma que não criasse obstáculo para “[...] a unidade política de todas as forças que lutam ou podem lutar pela implantação de um regime democrático”.¹³⁸ Contudo, acreditamos que o PCB não teria percebido que — ou percebeu, mas não conseguiu — mais do que formar uma unidade entre as coalizões em torno da legalização do partido, havia necessidade de resolução do impasse sobre a questão democrática. Afinal, segundo as fontes analisadas nos sugerem, o debate já havia começado e repostas eram esperadas.

Um dos argumentos que o PCB teria utilizado para descrever o seu modelo de democracia era inspirado nas práticas democráticas que supostamente vigoravam na URSS. Contudo, conforme Hobsbawm (1995, p. 232), não havia segredo, pois nos países de socialismo realmente existente não haveria democracia. Tanto que esse ponto teria sido muito bem explorado pelos países ocidentais no confronto ideológico contra a URSS. Portanto, em sentido ilustrado, poderíamos dizer que o PCB sofria da “teoria do fruto da árvore venenosa”, isto é, o entendimento sobre democracia partiria de uma fonte ilícita, consequentemente, a compreensão do PCB não conseguiria encontrar correspondência com a democracia política. Partiriam daí as dificuldades que o PCB enfrentava para desenvolver uma base teórica e um programa praticável que conciliasse os princípios revolucionários do marxismo-leninismo com os princípios conhecidos da democracia liberal preconizados nos demais setores da sociedade. A dificuldade teria sido tamanha, que a documentação investigada nos sugere que houve um silenciamento

¹³⁶ SANTOS, 1991, p. 60.

¹³⁷ Resolução, 1978, p. 3.

¹³⁸ *Ibidem*.

sobre o debate envolvendo socialismo e democracia, ficando restrito ao CC. O PCB teria se concentrado na abertura democrática e na legalização do partido. A ausência de debates e consensos sobre a democracia teria sido uma das condicionantes do lento processo de corrosão dos alicerces do partido, que culminariam na dissolução do PCB e a posterior crise que levou frações majoritárias a criarem outro partido, o PPS, em 1992, com nítidas bases socialdemocratas. O partido não teria envidado esforços suficientes para construir respostas — pelo menos isso não fica evidente nos documentos e declarações publicadas nos órgãos oficiais do partido¹³⁹ — o tema teria sido continuamente tangenciado pela justificativa de que a prioridade do momento seria “[...] à luta pela conquista das liberdades democráticas. É em torno da conquista dessas liberdades que se devem unir atualmente todas as forças que desejam o fim do regime, independentemente de seus interesses econômicos e de suas concepções políticas”.¹⁴⁰

Entretanto, naquela conjuntura o debate já estaria em todas as cabeças. Em alguns momentos, como em partes da Resolução de 1978, a concepção democrática oficial do PCB ganharia alguns contornos:

Lutamos não só pelo direito de organização e representação no Parlamento dos diferentes partidos, como também pelo fortalecimento do conjunto da sociedade civil, ou seja, para que os cidadãos possam expressar suas ideias e aspirações através de uma rede de organizações de base (comissão de empresa, associações de bairro, comunidades de inspiração religiosa etc.) (*sic*), capazes de intervir na solução dos problemas específicos que lhes dizem respeito e, partindo destes, na decisão das grandes questões nacionais. Só esta democracia de massas, organizada de baixo para cima, poderá assegurar a formação e a participação cada vez maior de um amplo bloco democrático, anti-imperialista e antimonopolista na política nacional.¹⁴¹

Porém, como nos sugere o trecho acima, mesmo negando, o PCB teria enveredado para a estratégia socialdemocrata, isto é, transferia a arena revolucionária para o Parlamento. Em defesa dessa estratégia, teria tentado alinhar esquematicamente a democracia de massas às concepções marxistas-leninistas sob as quais o combate ao imperialismo seria imprescindível para libertar o país das correntes que impediam seu desenvolvimento autônomo. A estratégia do PCB teria guardado muitas semelhanças com a estratégia da socialdemocracia ao eleger a arena parlamentar como forma de alcançar o socialismo. No entanto, a estratégia socialdemocrata teria aprendido a duras penas, com o processo histórico, que a arena parlamentar como meio de revolução era uma idealização que não encontraria correspondência na realidade vivida (PRZEWORSKI, 1989, p. 38). Nos parece que, assim como a

¹³⁹ Nesse caso em específico *Voz Operária* e *Voz da Unidade*.

¹⁴⁰ Resolução, 1978, p. 3.

¹⁴¹ *Ibidem*.

particularidade socialdemocrata, o determinismo histórico teria sido também a base sobre a qual o PCB teria construído a estratégia de fazer da democracia política o anfiteatro no qual forças revolucionárias levariam à hegemonia do proletariado e à condução do socialismo como substituto inevitável do capitalismo. O próprio Kruschev, por razões diferentes, mas como tributário do marxismo-leninismo, já havia declarado que o capitalismo seria sepultado pela superioridade econômica do socialismo (HOBSBAWM, 1995, p. 424).

Nem mesmo as novas idealizações sobre democracia, que teriam surgido no processo, teriam ultrapassado os limites classificatórios e permanecido nas discussões em torno da democracia dita “substantiva” como um contraponto à democracia formal representativa para a ideia de uma democracia que, pela atuação das massas, alcançaria melhor distribuição de renda. No fim das contas, a concepção de democracia como uma finalidade, um objetivo estratégico, um valor universal — que acabaria dividindo de vez o PCB em 1980 — pouco servia para a prática revolucionária ou para ser democrático e fazer a revolução socialista.

Entretanto, conforme a Resolução de 1978, somente a democracia de massas poderia demolir as “[...] tradições autoritárias das classes dominantes em nossa sociedade [que teriam alijado] as massas de uma ativa participação na vida nacional”.¹⁴² Se as massas fossem inseridas no jogo político, segundo o PCB, elas seriam capazes de “[...] superar essas tradições e encontrar a solução dos problemas econômicos, sociais e políticos”,¹⁴³ de forma que “[...] a construção de uma democracia de massas” significaria “[...] um crescente aprofundamento da democracia — entendida como um todo político, econômico e social”.¹⁴⁴ Mas, por que inserir as massas? Porque, na concepção marxista-leninista, a etapa democrática prepararia e facilitaria a vitória da classe trabalhadora, situação em que a classe operária assumiria a hegemonia do movimento democrático. A democracia, dessa forma, seria o elemento colaborador na criação da situação revolucionária em que cada reforma democrática bem-sucedida ergueria uma fortificação para o assalto ao capitalismo. Teria sido nesse entendimento que a democracia foi integrada à luta pelo socialismo. Em outras palavras, a incorporação das massas fortaleceria a coalizão democrática, o que, em tese, favoreceria a hegemonização da classe operária sob a coalizão, criando condições factíveis para o avanço rumo ao socialismo, sem guerra, sem ruptura, sem o uso da força. Por outro lado, nenhuma palavra sobre o compromisso em obedecer às regras do jogo e de como essa condição seria um limitador ou mesmo um obstáculo ao processo revolucionário. No trecho final desse tópico, entendemos haver uma intencionalidade

¹⁴² Resolução, 1978, p. 3.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

para associar a democracia ao *ethos* revolucionário quando o PCB reafirma seu papel de vanguarda revolucionária, que realizaria a revolução sem rupturas, ou seja, pela via do consenso democrático, uma vez que nada poderia impedir o progresso e o caminho do progresso e do socialismo.

Na sequência da singela explanação sobre democracia, a Resolução de 1978 retoma a necessidade que o PCB tinha de expandir e de fortalecer a sua influência na luta pelas liberdades democráticas. Segundo a Resolução, o momento para o PCB seria o mais oportuno, pois a conjuntura do país teria atingido um estágio favorável para a ampliação e a consolidação da unidade da classe operária. Outra questão que o PCB teria destacado foi a de não observar passivamente um possível arrombo de lideranças sindicais e suas posições sectárias que acabassem por isolar o movimento operário, portanto, o PCB precisaria agir e defender em simultâneo a não partidarização dos sindicatos e as conquistas obtidas.

É possível interpretar que as deliberações em relação ao movimento sindical teriam como objetivo recuperar o espaço que o PCB havia partido no movimento operário. Permanecia a convicção de que caberia ao PCB elevar o nível de organização e de consciência da classe operária, pois, sem a ação do partido na conscientização de seus aliados, não haveria revolução. Nesse sentido, o PCB, imbuído da intenção de aliciar as lideranças do movimento operário, teria estabelecido a anexação em todas as plataformas do movimento democrático, ao lado das demandas das forças de oposição, as demandas identificadas pelas mesmas lideranças operárias. No prosseguimento do tema, a Resolução de 1978 adiciona um parecer inusitado, os sindicatos deveriam ser apartidários. No que diz respeito ao modelo organizativo histórico, o PCB sempre defendera que os sindicatos deveriam atuar sob o comando do partido e seu Comitê Central. Compreendemos que esse novo entendimento só se explicaria pela necessidade intestina do PCB em assegurar espaço em seu imprescindível “território de caça”¹⁴⁵ e (re)colonizar¹⁴⁶ o território perdido entre os operários. Isso também explicaria o porquê de o PCB insistir com tanta veemência para a legalização do partido — o que não deixa de ser um pouco surpreendente, pois, como um partido comunista, o PCB deveria estar preparado para atuar na ilegalidade, não restringindo suas ações aos movimentos de legalidade e liberdade de ação —

¹⁴⁵ “Território de caça” é uma metáfora utilizada por Ângelo Panebianco para descrever a classe social alvo que um determinado partido almejaria hegemonizar.

¹⁴⁶ “Ambiente de colonização” é outra metáfora utilizada por Ângelo Panebianco para descrever uma pluralidade de ambientes, de *arenas* nas quais cada organização se esforça para dominar. No caso o ambiente operário seria o espaço que o PCB queria ter seu domínio.

e atrelar a legalização do partido ao “[...] índice do grau de democratização alcançado pela sociedade brasileira”,¹⁴⁷ frisando que

[...] mantidos numa situação de ilegalidade forçada — que facilita as calúnias da reação e dificulta nossa presença na vida política —, continuará a se manifestar a discriminação anticomunista que se abate não apenas sobre nós, mas também sobre todos os democratas e patriotas que lutam contra o arbítrio e o poder dos monopólios.¹⁴⁸

A Resolução de 1978 dirige sua atenção, ainda, de um lado, para as dificuldades que acompanhariam a Frente Nacional de Redemocratização (FND). A FND mereceria uma atenção especial porque teria tido a virtude de “[...] despertar expectativas e mostrar a enorme capacidade mobilizadora das bandeiras democráticas”.¹⁴⁹ Por outro lado, segundo a Resolução, teria sido necessário algumas alterações, a principal seria que as decisões da FND não poderiam vir da vontade majoritária de uma cúpula ou impostas por um grupo de iluminados. Certamente que não poderíamos deixar de mencionar o que consideramos mais uma incongruência, uma vez que no PCB prevaleceria a imposição de uma cúpula localizada no CC que legitimava suas ordenações do princípio marxista-leninista do centralismo democrático. De todo modo, o PCB teria argumentado que, na FND, o procedimento deveria evoluir de maneira espontânea e consciente, com a participação de todas as forças sociais a partir da base. Com relação à crítica da prevalência de decisões de cúpula na FND, estaria também o descontentamento do PCB com a decisão tomada pelo alto e de forma unilateral das lideranças do MDB em apresentar a candidatura do general Euler Bentes para concorrer às eleições presidenciais de 1978. A questão estaria que o MDB deveria ter acompanhado a menção de repúdio a uma eleição que seria mais uma farsa para eleger o candidato da ditadura em simultâneo em que apoiava a apresentação de um candidato presencial de oposição, ciente de que tal iniciativa não alterava o repúdio a uma eleição considerada uma farsa.

A questão da FND, contudo, não deveria interferir nos esforços pró instituição de uma Assembleia Nacional Constituinte. Segundo a Resolução de 1978, o PCB deveria valer-se de uma correlação de forças que estaria favorável para implicar a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e imprimir leis de cunho mais avançado possível, princípios que deveriam ser pertinentes a sua visão de democracia – diga-se, que até ali não estava bem definida –, instituindo políticas sociais e econômicas voltadas à população trabalhadora. Nesse ponto da Resolução, realça-se a necessidade da ampliação da democracia representativa

¹⁴⁷ Resolução, 1978, p 4.

¹⁴⁸ *Ibidem.*

¹⁴⁹ *Ibidem.*

burguesa pelo aporte da participação popular, ou seja, a explicitação de uma das concepções da corrente renovadora. Com nuances que a diferenciavam das outras coalizões, as massas sem identificação com uma classe em especial, para a corrente renovadora, teriam sempre uma preeminência na arena democrática, pois, através do consentimento das massas, ocorreria o desequilíbrio da correlação de força em favor de reformas econômicas, sociais e políticas. A conquista contínua de espaços no campo político, social e econômico permitiria a consolidação de posições na estrutura político-social, o que, em tese, resultaria em uma mudança na correlação de forças, uma acumulação de forças para ocupação do Estado como uma possibilidade para implantação do socialismo. No caso, esse posicionamento não representava o posicionamento majoritário no PCB, preterido pela visão conservadora de um socialismo “necessário”, com etapas indispensáveis para superar um capitalismo nacional emperrado pela ação das forças externas do imperialismo e das forças internas geradas pela estrutura agrária (SANTOS, 1991, p. 64). Entretanto, isso não teria impedido a corrente renovadora de introduzir vocábulos que expressassem as suas concepções. Entre eles estariam também a defesa da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte

[...] na qual estejam representadas todas as correntes de opinião; e a elaboração e aprovação de uma Constituição aberta à renovação democrática — política, econômica e social — do país: eis o caminho que os comunistas propõem ao conjunto das forças de oposição, a todos os setores democráticos do país.¹⁵⁰

Por outro lado, teria sido consenso que a manutenção da unidade seria condição *sine qua non* nas lutas pela conquista da democracia, ainda mais em um momento em que a correlação de força estaria pendendo para a oposição graças à maturidade e ao nível de organização que a classe operária passara a demonstrar. Segue-se a isso mais uma observação cautelar aos quadros do PCB. Estes não deveriam se deixar iludir pelas palavras de ordem, das ações aventureiras tão ao gosto dos “ultraesquerdistas” no momento em que, segundo o PCB, a morosidade conciliadora dos liberais, chegados a acordos de cúpula, estariam paralisando o avanço da democracia no Brasil. Apesar dos obstáculos criados por grupos liberais, o PCB manteria sua estratégia de alianças, pois estaria seguro de que a formação de alianças facilitaria o caminho para que a classe operária conseguisse “[...] conquistar posições, acumular forças, consolidá-las e prosseguir em sua luta”.¹⁵¹

No último trecho da Resolução de 1978, o PCB demonstrava suas aspirações em se inserir no campo político brasileiro que viria a se abrir com o fim da ditadura, citando a necessidade que o partido teria em se constituir em um grande partido de massas que criasse

¹⁵⁰ Resolução, 1978, p. 5.

¹⁵¹ *Ibidem*.

raízes na população. Urgia, portanto, que o PCB recuperasse a influência sobre o proletariado, cujas ações necessárias passariam pela atuação maciça dos quadros do partido nas fábricas, onde, naturalmente, o operariado estava concentrado. Nesse quesito, o PCB demonstraria consciência de que, sem o apoio massivo dos operários, o partido seria impotente. O que o PCB ainda não sabia é que os anos posteriores se mostrariam difíceis no que competia a reestabelecer sua influência no operariado, pois o lugar que já tinha sido do partido estaria processualmente sendo ocupado por uma liderança nascida e formada no próprio movimento operário.

Os dirigentes do PCB, apesar da retórica, estariam indecisos entre se efetivar como um partido de classe ou como um partido de massas, pluriclassista. Os textos das Resoluções e afins parecem revelar certa ambiguidade entre (re)construir um partido cujo programa político estivesse voltado para a convergência de interesses imediatos e de interesses econômicos da classe operária e de outros grupos, típico da estratégia socialdemocrata, ou criar um programa político voltado aos interesses da classe operária. A tendência, ao que tudo indica, era a de que a balança pendia para a criação de um partido de massas, pluriclassista. Se foi o caso, o PCB parecia ignorar que essa estratégia levaria o partido a uma ruptura com o modelo partidário proposto pela ideologia marxista-leninista, pois, apesar de não deixar de representar os interesses imediatos do operário como indivíduo, deixaria de ser a organização dos operários como classe, que disciplina os indivíduos na competição entre si, contrapondo-os a outras classes (PRZEWORSKI, 1989, p. 43).

Se foi esse o caso, o PCB teria sido induzido, como acreditamos que tenha ocorrido, a cair na mesma armadilha que atraíçoara a socialdemocracia e enxergaram nas batalhas eleitorais o meio mais efetivo de conquistar uma maioria que operacionalizasse reformas que expropriasse os privilégios das classes dominantes e abrissem caminho para o socialismo. Nesse sentido, o PCB teria assumido que a burguesia poderia ser vencida em seu próprio jogo. Essa linha de raciocínio, segundo Przeworski, teria levado a socialdemocracia a depositar todas as suas esperanças e empenhar todos os seus esforços na competição eleitoral, imbuída da convicção de que a vitória eleitoral estava ao seu alcance. A crença da socialdemocracia de que o proletariado poderia se tornar a maior força votante da sociedade induzia também o PCB à ideia de que sua força residiria nos números absolutos dos eleitores e de que as classes trabalhadoras — subestimando o peso, as diferenças e até as visões de mundo conflitantes que haveria entre “as classes trabalhadoras” — seriam efetivamente a maior expressão numérica. Portanto, a inclusão de todos os cidadãos, sem distinções de renda, cor, alfabetização, idade, gênero etc., como eleitores seria garantia o bastante para assegurar as vitórias eleitorais, consequentemente, as reformas estruturais que abririam o caminho para a vitória socialista, se

não imediatamente, com certeza no futuro próximo. O PCB estaria assumindo, assim, que a revolução dar-se-ia nas urnas.

As evidências nos conduzem nessa direção. Nas fontes analisadas¹⁵², encontramos o PCB mencionando reiteradas vezes que, para exercer suas ações em uma sociedade tão heterogênea como a brasileira, seria imperativo a existência de um partido numeroso, de massas, condição *sine qua non* na luta pelo estabelecimento de uma democracia política, disputar eleições, “[...] travar a luta ideológica e fortalecer o partido de vanguarda da classe operária”.¹⁵³ Posição que seria reafirmada na Resolução do VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro de 1984:

O caminho da revolução brasileira, orientada para o socialismo, é, deste modo, democrático e nacional e o seu desenvolvimento e coroamento colocam no centro da atividade dos comunistas e da classe operária a luta pela conquista e ampliação contínua da democracia e as transformações econômico-sociais necessárias à sua conquista, consolidação e avanço, na medida em que o imperialismo e a reação interna, para garantirem sua dominação, concentrem-se principalmente na supressão ou restrição da democracia política [...].

A necessidade da conquista e ampliação da democracia política, no curso do processo revolucionário, decorre da própria natureza dos objetivos imediatos e finais da classe operária e do caminho para alcançá-los. Entretanto, a luta pela democracia não se desenvolverá nem vencerá divorciada do empenho para renovar social e economicamente a sociedade brasileira e sem a construção de um bloco de forças capaz de fazê-lo.¹⁵⁴

A ilegalidade impunha ao PCB uma situação desvantajosa em relação a outras tendências políticas e restringia a ação do partido na conquista de espaços vitais. O PCB apelava, então, a seus aliados e a “todos os verdadeiros democratas”¹⁵⁵ que lutavam pelas liberdades democráticas, para que fosse incluída na pauta da transição a sua legalização. As alianças com setores tão distintos ideologicamente teriam sido as primeiras dívidas políticas assumidas com grupos politicamente dissemelhantes, mas, também, um sinal de que o PCB se comprometeria com as regras e os limites do jogo parlamentarista após a democratização.

Entretanto, nada disso seria possível, conforme a Resolução de 1978, sem que o PCB criasse vínculos “com as massas”,¹⁵⁶ os quais resultariam da “[...] iniciativa e as mais variadas formas de trabalho legal dos comunistas no seio dos movimentos de massas e, simultaneamente,

¹⁵² Ver nota de rodapé da página 34.

¹⁵³ Resolução, 1978, p. 5.

¹⁵⁴ Resolução Política do VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro de 1984. In: DIAS, Giocondo. **Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira**. São Paulo: Novos Rumos, 1984, p. 157 e 165.

¹⁵⁵ Resolução, 1978, p. 5.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

fortalecer a estrutura do partido”.¹⁵⁷ Essa teria sido “uma premissa básica” para que o partido pudesse “desempenhar as tarefas que a nova situação do país”¹⁵⁸ lhe colocava.

A corrente renovadora teria se mostrado confiante e explicitado que a Resolução Política de 1978 teria sido um avanço sobre as concepções marxistas-leninistas de democracia. Entretanto, para o dissabor dos renovadores, a Resolução Política de 1979 apresentaria um refluxo e um retorno às posições conservadoras da ala ortodoxa em aliança com o setor majoritário pragmático do Comitê Central (SANTOS, 1991).

2.8 O PROLETARIADO SE FORTALECE

A Resolução política de 1979¹⁵⁹ abre a exposição com um balanço das eleições de 1978, afirmando que “[...] as eleições de 1974 já haviam mostrado que o povo não se deixava enganar pela política de ‘distensão’”¹⁶⁰ Ou seja, a expectativa de a ARENA acumular eleitoralmente, em 1978, os benefícios da disseminada redemocratização de Geisel não teria se materializado, portanto, o PCB teria acertado mais uma. Para o partido, os resultados das eleições de 1974 e 1976 nada teriam de fortuitos, pois confirmariam a previsão do PCB de que nem mesmo todo o aparato estatal seria capaz de impedir a manifestação da insatisfação da população, demonstrando que a perda do prestígio do regime entre a classe média seria um sintoma forte do enfraquecimento da ditadura entre um setor que havia sido beneficiado pelas políticas econômicas desse regime. O decréscimo, porém, não teria sido condicionado somente pela reversão das expectativas ou como consequência apenas do fim do

[...] milagre brasileiro, [mas também do fim dos] privilégios da classe média nos meandros do aparelho repressor [tipificados nos numerosos] casos de tortura de pessoas de *status* elevado: diretores de importantes empresas, filhos de famílias prestigiosas pela tradição ou pela riqueza. (GORENDER, 1987, p. 227).

As implicações desse aspecto teriam sido o aumento progressivo de votos na legenda de oposição, como fora em 1974. As eleições de 1978 teriam comprovado que nas regiões onde estariam concentrados as classes médias e o proletariado, a ARENA não possuiria forças para vencer os pleitos, por isso foi, mais uma vez, fragorosamente derrotada. A despeito da importância dos setores médios da sociedade — aliados nas lutas contra o fascismo e em um eventual processo revolucionário —, o PCB defendia que o protagonismo teria cabido ao proletariado, que se mostrara, mais uma vez, um poderoso oponente à ditadura.

¹⁵⁷ Resolução, 1978, p. 5.

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ Resolução Política do Comitê Central, **Voz Operária**, n.º 159, jun. 1979, p. 3-6. Mensal.

¹⁶⁰ *Idem*, 1979, p. 3

No entendimento esboçado na Resolução de 1979, o resultado do pleito de 1978 não teria deixado dúvidas de que o “[...] instrumento partidário legal do conjunto das forças oposicionistas, o MDB, [saíra] reforçado no embate eleitoral”.¹⁶¹ É curioso que, para o PCB, os resultados dos pleitos foram sempre tidos como evidências corroboradoras de suas táticas. Por outro lado, segundo Dulce Pandolfi, a compreensão dos resultados eleitorais teria mantido vívidas “[...] as disputas internas permanentes no interior da organização, alimentadas pelo dilema entre adotar uma posição mais ‘reformista’ ou mais ‘revolucionária’” (PNDOLFII, 1995, p. 207). No entanto, se o conjunto das forças oposicionistas saía fortalecido da disputa eleitoral, o mesmo não ocorria no PCB. No fim das contas, os presságios pareciam dar razão ao PCB, as forças de oposição à ditadura saíram fortalecidas das eleições de 1978. O movimento democrático conseguira driblar as restrições impostas pelo regime e teria estimulado debates sobre os problemas nacionais que, por sua vez, teriam instigado a consciência popular a elevar seu nível de unidade, organização e combatividade. Em outras palavras, para o PCB, que se via como vanguarda legítima da classe operária, o partido estaria cumprindo o papel que a história lhe outorgara na luta contra a ditadura, a de catalisador do processo histórico de conscientização da classe operária e dos seus aliados.

No segundo tópico, a Resolução de 1979 destaca a ascensão das lutas trabalhadoras e o entrelaçamento da luta monetária reivindicativa com a instauração de uma democracia. Para o PCB não haveria dúvidas, o entrelaçamento das duas questões teria sido indicadores incontestáveis do despertar da classe operária para sua missão histórica de liderar as forças progressistas e conduzir a sociedade naquela etapa da revolução. Segundo o PCB, a greve de 1.º de maio, reunindo mais de 100 mil trabalhadores apenas no ABC, 56 entidades, fato inédito na história do movimento operário e sindical brasileiro, não teria deixado nenhuma dúvida de que a classe operária despertara. Não teria sido apenas isso, os pecebistas teriam deduzido que a solidariedade exercida a favor dos operários em greve e suas lideranças por diversas organizações sindicais, vários setores da população, parlamentares do MDB e pela Igreja Católica, teria despertado a classe média urbana, vista como “[...] um dado que interessa ao proletariado como um elemento importante para sua política de alianças”.¹⁶² Tudo dentro da mais estrita lógica do marxismo-leninismo de que o capitalismo geraria as condições necessárias para o proletariado assumir o protagonismo no processo revolucionário que estaria em curso.

¹⁶¹ Resolução, 1979, p. 3.

¹⁶² *Ibidem*.

Na passagem seguinte da Resolução de 1979, os pecebistas teriam afirmado que a consequência dos acontecimentos descritos descortinava uma nova conjuntura. Teria sido a pressão popular que induzira o regime a aprovar a Emenda Constitucional n.º 11, de 1978, que acabava com o AI-5, com a cassação de deputados pelo poder Executivo, com a censura prévia, que previa a volta do *habeas corpus* e extinguia a pena de morte e prisão perpétua. O efeito mais imediato teria sido em relação ao governo Figueiredo, que chegaria ao poder com suas forças reduzidas, uma situação bem diferente da conjuntura encontrada nos governos anteriores. A própria eleição de João Baptista Figueiredo, em 15 de outubro de 1978, pelo Colégio Eleitoral, por margem “apertada” — 355 a 266 e 4 abstenções —, teria sido uma evidência dessa perda crescente de forças da ditadura. Assim, os pecebistas teriam visto nessa conjuntura novas e melhores formas de ação política. Entre elas estaria a possibilidade de conquistar a legalização do PCB e melhores condições de atuar em território de caça privilegiado: a classe operária.

Segundo os dirigentes do PCB, o governo Figueiredo assumia o poder sob a égide propagandística de que o novo governo restabeleceria, gradualmente, uma democracia que estaria vinculada ao modelo desenvolvimentista, no qual os interesses do país teriam primazia. Para o PCB, tudo não passaria de uma cilada, cujo objetivo verdadeiro seria a institucionalização do regime, um movimento que teria sido iniciado pelo general Ernesto Geisel. Para o PCB, não havia dúvidas quanto a isso, a prova residiria nas reservas arbitrárias preservadas na Lei de Segurança Nacional, na lei antigreve, na nova CLT proposta e nas novas reformas políticas, ou seja, a ditadura teria assegurado um leque de órgãos repressivos que seriam suficientemente fortes para reprimir as forças de oposição. Realmente, o PCB não estaria enganado, pois, segundo Marcos Napolitano,

Nas transições, mesmo aquelas tuteladas pelo regime vigente, como no Brasil, as regras se afrouxam e o jogo político fica aberto. São momentos em que se buscam novos limites para os valores democráticos, procurando caminhos para o “day after” das ditaduras [...]. Naquele início de 1979 [...] o regime estava longe de ser “derrubado”, como sonhavam os setores oposicionistas mais contundentes. (2018, p. 282).

Na continuação, a Resolução de 1979 afirma que o governo Figueiredo teria optado pelo desaquecimento da economia como meio de diminuir o impacto da crise, o que o PCB teria interpretado como sinal de que a ditadura não sabia lidar com a crise e, por isso, teria recorrido a uma política reacionária, antipopular, antioperária e antinacional. Lembremo-nos que, para o PCB, o país não possuía e não construiria sua liberdade enquanto não houvesse um desenvolvimento econômico independente, desvinculado dos interesses dos monopólios

imperialistas. Portanto, qualquer política que atravancasse o desenvolvimento econômico haveria de ser tomada como uma política de favorecimento dos monopólios imperialistas e tachada de antinacional, procedimento que nos passa a impressão de que haveria uma subestimação da força do capital na economia real. Na esteira das alegações, estaria a venda de empresas estatais lucrativas aos monopólios estrangeiros e a configuração da continuidade das políticas de gerenciamentos dos governos anteriores, que haviam se mostrado igualmente incapazes de resolver as contradições inerentes entre a política imperialista e os grandes problemas nacionais. O PCB teria afirmado que o governo Figueiredo se mantinha submisso às exigências imperialistas. O partido parece ter desconsiderado que o sistema capitalista impõe alguns limites ao Estado. Por exemplo, se os donos do capital considerassem que um conjunto de medidas governamentais afetariam os níveis de remuneração considerados aceitáveis no investimento realizado, haveria retenção de investimentos, o que provocaria retração das atividades econômicas e poria em risco o financiamento da máquina estatal já fragilizada pela crise. Para um Estado inserido dentro do sistema capitalista, esta seria uma das lógicas difíceis de se escapar (MIGUEL, 2014).

O PCB também não estaria alheio à força que o capital poderia exercer e às dificuldades que poderia gerar no caso de uma pouco provável transição para o socialismo. Os integrantes do partido encontravam-se em uma encruzilhada: haveria o caminho adotado pela União Soviética, que teria sido construir um mundo separado, econômico e politicamente autossuficiente, baseado em escassas relações com as economias capitalistas; possivelmente impraticável na conjuntura mundial existente daqueles anos. Ou uma via pacífica — também problemática — que conduzisse ao socialismo através de uma democracia plural, representada por diversos partidos e tendências, na livre expressão de diversos interesses e pendores do povo, no respeito às instituições, às regras do jogo, o que, inescapavelmente, demandaria negociações com o capital e o aparecimento de contradições.

Todavia, sendo um partido revolucionário que adotava em sua linha política a via pacífica de transição, a escolha mais óbvia seria a segunda opção. Se as encruzilhadas da história conduzissem o partido a formar governo, muito provavelmente, pela escolha estratégica, o PCB também se veria obrigado a lidar com a complexa tarefa político-institucional de realizar reformas, conceder benefícios imediatos aos trabalhadores, manter a economia e a produção em crescimento, gerar recursos, além de não esquecer de promover a transição para o socialismo. Como fazer isso sem afugentar os eventuais investimentos privados necessários ao desenvolvimento? Conforme já haviam aprendido os socialdemocratas, em uma economia de transição, os investimentos permaneceriam como a espinha dorsal para o

desenvolvimento social e econômico. Nesse caso, invocar-se-ia o velho mantra da nacionalização das empresas privadas como elemento para a transição para o socialismo. No entanto, no horizonte de expectativas, o projeto de nacionalização poderia sofrer a impugnação do parlamento. Em resumo, por não existir um sistema socialista de produção pronto para substituir o sistema capitalista, os donos do capital preservariam muito de sua força. Além disso, em um ambiente político plural, representativo e de respeito às regras do jogo, preservar-se-ia lacunas das quais os interesses capitalistas poderiam se fazer valer através de uma oposição às políticas socialistas, mas, caso perdessem na arena parlamentar, os donos do capital teriam como último recurso retirar seus investimentos, por consequência, a fuga de capitais levaria ao desequilíbrio dos empreendimentos indispensáveis ao processo produtivo, o que, possivelmente, levaria a uma crise, que geraria desemprego, inflação, queda do poder de compra etc. Provavelmente, a crise retiraria recursos do Estado, e este, sem os recursos necessários, não conseguiria prover indefinidamente os benefícios imediatos concedidos aos trabalhadores. Com tal conjuntura, dificilmente um partido manter-se-ia no poder. O provável é que, em tal situação, um partido perderia sua condição majoritária e veria suas forças drasticamente reduzidas via eleições, cedendo o poder para um grupo rival. Conforme entende Claus Offe (1984), as instituições políticas dispõem de uma seletividade própria, condizente aos interesses do processo de valorização do capital atrelado à dependência estrutural que os Estados capitalistas detêm ao que se refere à acumulação privada. A própria engrenagem eleitoral é um caractere de seletividade, visto que favorece a expressão de interesses individuais, em lugar de privilegiar as coletivas. Todos esses apresentavam-se como indícios de que o caminho do PCB seria espinhoso e repleto de contradições.

A Resolução de 1979 é fruto de um momento no qual os dirigentes do partido se viam em condições razoavelmente confortáveis para destacar as fragilidades da política econômica do regime. As incongruências das políticas econômicas constituíam cenário favorável às forças democráticas, pois escancaravam o favorecimento dos interesses dos monopólios imperialistas — estágio final do capitalismo —, incrementando a persuasão de seus argumentos críticos junto ao movimento operário, agente histórico da revolução. Segundo o PCB, ao agir em favor dos monopólios imperialistas, a ditadura não teria apenas ganhado opositores na classe operária, mas teria desestabilizado ainda mais o cenário político, que, por sua vez, teria deixado mais perceptível o olor exalado das contradições existentes entre as classes dominantes nos mais variados espaços: no Parlamento, no Judiciário, nas Universidades, nos municípios, nas Forças Armadas e nos ministérios de Figueiredo. Contextualizando, as críticas tecidas pelo PCB

encontrar-se-iam no agravamento da crise internacional provocada pela Revolução Iraniana de 1979. Nessa conjuntura,

Para controlar os efeitos da crise e da inflação e atrair capitais para o seu país, o governo americano aumentou os juros básicos da economia, impulsionando a taxa cobrada dos empréstimos bancários como um todo. Como os empréstimos brasileiros para bancar o II PND tinham sido feitos a partir de juros flutuantes, o custo da dívida brasileira explodiu. As exportações não cobriam os custos da dívida, e com o país altamente dependente de petróleo importado o déficit da balança comercial saiu do controle. Em 1982, o custo da dívida (juros + amortizações) (*sic*) consumia mais de 90% das exportações brasileiras. O governo Figueiredo foi atropelado pela história levando consigo as promessas desenvolvimentistas de Delfim Netto. (NAPOLITANO, 2018, p. 284).

Para o PCB, a Revolução Iraniana de 1979 — e o “prejudicial” aumento nos valores dos insumos energéticos tão necessários à economia brasileira — teria acrescentado mais evidências da libertação dos povos e do avanço do socialismo. Na perspectiva do PCB, os acontecimentos confirmavam o prognóstico do CC de que o cenário internacional favorável se reproduzia na situação política nacional. Assim como supostamente ocorria no mundo, as transformações nacionais replicavam o momento favorável às forças democráticas, de libertação nacional e de crescente conscientização das massas e do proletariado. Como no mundo, iniciava-se, no Brasil, uma “[...] etapa qualitativamente nova na luta dos trabalhadores contra o regime”.¹⁶³

Nesse sentido, as Resoluções teriam funcionado como relatórios, nos quais os dados teriam sido reunidos para serem apresentados aos quadros partidários e demais setores sociais como evidências de que os diagnósticos da direção estiveram sempre certos. Isso corroborava a tese de que a linha política do PCB estaria lastreada do rigor científico das projeções contidas no marxismo-leninismo, com destaque para a parte em que o amadurecimento das condições históricas teria sido acompanhado pelo despertar dos operários, o que teria significado um salto qualitativo na etapa da luta anti-imperialista.

O ponto nevrálgico da luta pelas liberdades democráticas estaria nas relações entre a ditadura militar e o movimento operário. As evidências que corroborariam essa projeção estariam no agravamento das lutas econômicas e políticas da classe operária e das massas populares, classificadas como elemento político novo e qualitativamente superior no movimento democrático. As lutas por melhores condições de vida exprimiriam a ação das novas forças sociais que estariam se contrapondo à classe conservadora e às velhas relações de produção apoiadas, segundo o PCB, pelo regime militar-fascista. Daí que, segundo o PCB, com

¹⁶³ Resolução, 1979, p. 4.

o favorecimento das novas condições seria imprescindível à classe progressista conquistar o poder político.

A nova situação criada no país — e que demonstra o acerto das linhas essenciais da Resolução do VI Congresso do PCB — coloca para os comunistas e para o conjunto das forças de oposição a questão de encaminhamento da luta para alargar as faixas e espaços democrático já conquistados, até a liquidação da ditadura.¹⁶⁴

Diante da confirmação quanto ao suposto acerto da linha política do VI Congresso, o PCB deliberou como tarefa principal das forças oposicionistas urdir uma alternativa democrática para a questão brasileira. Transcorrido conforme previsto, a criação de uma alternativa democrática seria viável por conta da acertada tática de acumulação de forças, razão pela qual as massas estariam manifestando uma vitalidade que os 15 anos de ditadura não teriam conseguido destruir. Nessa lógica, o PCB teria colocado a si mesmo como o principal responsável pelo complexo processo de despertamento das forças populares em oposição à ditadura. Desafortunadamente, as aparências pareciam convergir para a interpretação dos pecebitas, pois, se a conjuntura não se caracterizava pelo “assalto ao céu” da revolução socialista, também não se caracterizaria pela opção conciliatória sempre preferida pelos liberais de corte mais conservador nos momentos de crise ao longo da história brasileira. O PCB teria percebido, acertadamente, que somente focalizando a unidade em torno da derrubada da ditadura é que seria possível contornar o que estaria cada dia mais evidente: a heterogenia dos interesses, princípios políticos e os variados pontos de vista sobre qual democracia predominava entre as forças que compunham a oposição. Portanto, manter a unidade nesse ponto em comum seria a condição necessária para a conquista da hegemonia pela classe operária na frente antifascista,

[...] principalmente na sua luta firme e unitária pela conquista das liberdades democráticas. Esta tarefa básica abre caminho à nossa luta pela conquista no Brasil de uma democracia política, econômica e social, porque “intimamente ligada aos objetivos revolucionários em sua etapa atual e ao desenvolvimento de luta da classe operária pelo socialismo”, ainda conforma a Resolução Política do VI Congresso.¹⁶⁵

Eis aí o refluxo às posições conservadoras da ala ortodoxa em aliança com o setor majoritário pragmático do CC. A visão de um socialismo como uma necessidade histórica refluí na esquematização marxista-leninista de etapa, na qual a revolução democrática é a disposição necessária para a revolução socialista, e a revolução socialista é a tendência inevitável da revolução democrática. Entretanto, há outro ponto que chama a atenção por sua divergência com a doutrina marxista-leninista, evidenciando o esforço em combinar prática revolucionária

¹⁶⁴ Resolução, 1979, p. 4.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

e via democrática: a “conquista de uma democracia política”. Conforme uma leitura do marxismo-leninismo, a democracia nas formas existentes na sociedade burguesa é uma ditadura de classe. Em outras palavras, de um lado a democracia, na sociedade capitalista, é a democracia para insignificante minoria, democracia para os ricos. Sendo o poder econômico uma forma particular do poder da classe capitalista, conclui-se, por outro lado, que não poderia haver democracia enquanto esse poder existisse, de maneira que, a mera democracia política não passaria de uma farsa, porque o respeito às regras do jogo na arena parlamentar não asseguraria a eliminação desse poder e o fim da “exploração do homem pelo homem” e, em simultâneo, o início do “governo do povo”. (SCHUMPETER, 2017). A via teorizada para eliminar essa contradição foi a “ditadura do proletariado”, isto é, “[...] uma etapa historicamente necessária para pôr termo à exploração do homem pelo homem, a todas as formas de opressão social e nacional e construir o socialismo”. (OLIVEIRA, 2019, p. 244). Entretanto, há muito que a ditadura do proletariado havia sido retirada da linha política do PCB. Esse foi um dos motivos, inclusive, da secessão de 1962. O papel do proletariado, conforme a Resolução de 1967,¹⁶⁶ seria o de intensificar e não o de amainar a luta em defesa de seus interesses e direitos. Ao agir dessa maneira, o proletariado aceleraria “o processo da revolução nacional e democrática”.¹⁶⁷

Apesar de a revolução nacional e democrática não liquidar a exploração dos operários pela burguesia, a revolução nacional e democrática abriria caminho para a vitória do socialismo. Para que a luta fosse bem-sucedida, a classe operária deveria agir em aliança com o campesinato e a pequena burguesia urbana, desse modo, seriam essas as condições necessárias para que o proletariado conquistasse a hegemonia por sua força numérica e de agente historicamente determinado. Ou seja, a hegemonia é a condicionante majoritária para estabelecer as reformas necessárias para implantação do socialismo. Entretanto, a conquista da hegemonia — historicamente predeterminada — seria lastreada na idealização da superioridade moral, numérica e de ação da classe operária. Como argumentou Jacob Gorender, a ideia de um “requisito da hegemonia do proletariado” era ilusória “quando se trata de hegemonizar a burguesia nacional de um país como Brasil” (GORENDER, 1987, p. 30). Se a corrente renovadora dava mostras claras do rompimento com o marxismo-leninismo em busca de uma teoria condizente com a democracia como valor universal, nem por isso menos reformista que a socialdemocracia, a corrente majoritária manobrava em um labirinto conciliatório entre a posição reformista e a revolucionária.

¹⁶⁶ VI Congresso do PCB. In: **PCB: vinte anos de política – 1958-1979.** 1980, p. 171-174.

¹⁶⁷ Resolução, 1980, p. 171-174.

As complexas condições para que o PCB fosse aceito no campo democrático não seriam desconhecidas do partido. Os pecebistas discerniam a heterogeneidade das forças que compunham a oposição, assim como, as vias e os objetivos nem sempre idênticos para implantar uma democracia no país. Apesar dos desencontros ideológicos, não haveria razão para enfraquecerem a união das forças para a causa primeira de derrotar a ditadura. Por conseguinte, as forças da oposição deveriam propor ações que focassem no enfraquecimento do regime para que o processo de acumulação de forças prosseguisse até a conclusão do objetivo comum de derrotar a ditadura.

Apesar da retórica pecebista em torno da união das forças oposicionistas e da assertividade sobre o diversionismo da ditadura, com as reformas dos anos 1979 e 1980 — Lei de Anistia, a reforma partidária e a volta das eleições diretas para governadores — a unidade da oposição se pulverizou. À medida que a luta comum contra a ditadura avançava, as divergências entre os grupos que compunham a oposição tenderam, como a história o demonstrou, a se tornar mais conflitivas. Mas, para o PCB, a unidade teria tido outra função além da de derrubar a ditadura. Conforme prescrevia a teoria leninista, as alianças entre classe operária, campesinato, pequena burguesia urbana e rural, bem como, empregados e intelectuais, seriam necessárias para a próxima fase, pois as forças sociais unidas, sob a hegemonia da classe operária, interfeririam como forças motoras nas reformas necessárias para o estabelecimento do socialismo. A preocupação maior do partido, portanto, seria assegurar a adesão da classe operária para guiá-la no cumprimento de seu papel histórico. A aliança interclasses, portanto, permanecia central para alcançar o desfecho da luta contra a ditadura. Em outras palavras, o partido precisava desempenhar o papel para o qual fora criado: determinar os princípios organizacionais, atuar como elo mais próximo entre as grandes massas de trabalhadores e liderar a luta que a fase impunha.

Caberia ao PCB, portanto, organizar e orientar a classe operária. No entendimento dos dirigentes, os acontecimentos daquele último ano teriam mostrado uma ampliação no nível de consciência da classe operária. No entanto, seria preciso mais. Caberia ao partido, como o Estado-Maior do proletariado, ser reconhecido como vanguarda como meio de superar as outras tendências que atuariam no movimento operário. O PCB deveria, consequentemente, apoiar todas as forças, assumindo pouco a pouco a liderança do movimento. O partido teria muito a contribuir com o movimento operário, uma dessas contribuições seria mostrar-lhe que a greve não seria a única forma de luta salarial, ou seja, existiriam outras formas de agir, entre elas: “[...] as demonstrações públicas de massas e das paradas de advertência por tempo curto e

limitado”.¹⁶⁸ Não poderia haver deslizes, o momento seria crucial, pois as greves possuiriam uma conotação eminentemente política, tanto que teriam atingido, segundo o PCB, os alicerces da política econômico-financeira do regime. A lógica das orientações seguia à risca a cartilha de que a classe operária deveria compor a principal força motriz da frente ditatorial, da defesa das liberdades democráticas e da necessidade de que as amplas massas interviessem na vida política e no processo revolucionário.

A luta pelas liberdades, desde os direitos de reunião, associação e manifestação, até à liberdade de imprensa e de organização dos partidos políticos liga-se à luta de massas em todos os seus níveis, das reivindicações mais elementares às batalhas decisivas pelo poder. Cada vitória, pequena ou grande, ou mesmo derrota na luta pelas liberdades, incorpora-se à experiência de luta que levará as massas a avançar em seus objetivos, formar e prestigiar suas organizações e seus líderes, intervir decisivamente nas ações políticas que conduzirão à derrota do regime ditatorial. A classe operária, o campesinato e a pequena burguesia urbana são as forças fundamentais da frente antititatorial. A aliança destas forças constituirá a base de aglutinação das demais forças antititatoriais, dará firmeza e consequência às ações contra a ditadura, influindo na sua derrota e na evolução ulterior da situação do país. A burguesia nacional participa da frente antititatorial, embora sua oposição ao regime seja limitada. Outros sectores das classes dominantes, cujos interesses são contrariados pela política do governo ditatorial, podem participar de ações contra o regime e ser úteis à ativação e fortalecimento da frente ditatorial.¹⁶⁹

Pode-se, assim, dizer que, para o PCB, a suposta ascensão da consciência da classe operária teria reforçado a necessidade de intensificar a estratégia que viabilizaria a construção de um poderoso partido de massas, que seria liderado pela classe operária sob a orientação da doutrina leninista. Apesar dos êxitos das manifestações operárias, seria apenas de posse da doutrina marxista-leninista que a classe operária encontraria a solução para os problemas cruciais do movimento operário. Até mesmo a luta pela democracia só teria êxito se estivesse atrelada aos “[...] objetivos revolucionários em sua etapa atual e ao desenvolvimento da luta da classe operária pelo socialismo”.¹⁷⁰ Segundo o PCB, na fase em que se encontrariam, a luta pelas liberdades democráticas passava pela conquista da anistia ampla, geral e irrestrita para os presos, condenados e perseguidos políticos, pois significaria um acréscimo nas forças oposicionistas a lutar contra a ditadura. Em tese, significaria o fortalecimento do partido com o retorno da maior parte de sua direção do exílio. Apesar de a luta pela anistia não ter sido uma bandeira criada pelo PCB, ela se coadunava com a política do partido.

A fundação do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) liderado por Therezinha Zerbine, tornou-se também uma bandeira dos exilados brasileiros no exterior, onde se formaram mais de trinta comitês para lutar pelo tema. Mas ganhou força com a Fundação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em fevereiro de 1978, que tinha a proposta de articular a luta pela anistia com a democratização geral da sociedade,

¹⁶⁸ Resolução, 1979, p. 5.

¹⁶⁹ VI Congresso do PCB. *In: PCB: vinte anos de política – 1958-1979.* 1980, p. 153-190.

¹⁷⁰ Resolução, 1980, p. 153-190.

levando o tema para ruas [...]. A campanha ganhou as ruas em 1979, realizando comícios e conseguindo espaço na imprensa. Em junho, em uma resposta às pressões das ruas, o governo enviou seu projeto ao Congresso, iniciando-se o debate parlamentar para regulamentar uma lei de anistia. (NAPOLITANO, 2018, p. 297).

Conquistar as liberdades democráticas representaria a possibilidade da formação de novos partidos políticos, como, consequentemente, alargaria as chances de o PCB conquistar sua legalidade para agregar mais e mais cidadãos. Em vista disso, o PCB teria exortado seus quadros a desenvolverem a organização de comitês para realização de manifestações de “[...] nível nacional, regional ou local, onde seja exigida a concessão imediata da anistia”¹⁷¹. De fato, a anistia viria com a Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979, mas seria acompanhada, como pré-condição imposta pelo regime, pela anistia também aos chamados crimes correlacionados que foram cometidos durante a repressão promovida pelo Estado.

Em bom português, isso significava a possibilidade legal de anistiar torturadores e assassinos a serviço das forças de segurança. Como se não bastasse, a lei deixava de fora aqueles envolvidos em “crimes de sangue”, ou seja, os militantes de esquerda que pegaram em armas contra o regime, o que na época totalizava cerca de 195. Estes, na prática, foram sendo libertos por outros recursos jurídicos, com revisões de pena e indultos. (NAPOLIANO, 2018, p. 299).

As tarefas do PCB, no entanto, não paravam por aí: passariam, ainda, pela garantia do cumprimento do calendário eleitoral. As eleições eram tidas como, nada mais nada menos, do que o momento privilegiado na luta contra o regime e exercício cívico que as massas deveriam aperfeiçoar para as batalhas futuras. Entretanto, para a consternação do PCB, veio no momento inoportuno a reforma partidária, que acabaria com o bipartidarismo e dividiria as forças oposicionistas. Essa conjuntura teria exigido do PCB uma ação contundente para manter a unidade em torno do MDB. Não que o partido fosse contra a formação e criação de novos partidos políticos, pelo contrário, compartilhava da ideia de que o pluripartidarismo seria uma exigência de um verdadeiro regime democrático. A questão seria outra. Para os pecebistas, a legislação aprovada impediria a livre organização de qualquer novo partido político, visando “[...] dividir e enfraquecer o único canal político-parlamentar legal de que o povo e as forças de oposição dispõem”¹⁷².

Uma leitura acertada pelo PCB, diga-se de passagem, pois, de fato, a Lei de Reforma Partidária, aprovada pelo Congresso em novembro de 1979, não permitia alianças, impondo o voto vinculado, diretórios organizados em vários estados da federação e exigia que os partidos lançassem candidatos em todos os níveis. Por isso, havemos de dar crédito ao PCB quando defendeu a ideia de “[...] fortalecer a unidade do MDB e não permitir que o regime possa dividir

¹⁷¹ Resolução..., 1979, p. 5.

¹⁷² *Ibidem*.

as forças oposicionistas”. Afinal, nas “[...] eleições de 1978, o MDB recebera um mandato popular cuja importância não podia ser subestimada”.¹⁷³ Abandonar essa conquista antes da factual liberdade de organização partidária significaria prescindir “[...] de uma tribuna e de uma trincheira da luta comum contra o regime”.¹⁷⁴

A Lei de Reforma Partidária teria suscitado outra preocupação ao PCB: a iniciativa das lideranças sindicais para criar um partido de trabalhadores, evidentemente, vista com uma certa apreensão pelo partido. Afinal, o PCB se considerava o autêntico partido operário, tanto por sua ideologia política como por sua composição. Sem falar na concepção marxista-leninista de que só poderia existir um único partido da causa operária. Contudo, como mandava o decoro, além de considerar compreensível a criação de um partido por operários, foi retratado como um visível amadurecimento alcançado pelo movimento sindical, que já compreenderia que apenas a luta econômica não seria suficiente para resolver os problemas da classe operária. Entretanto, o PCB teria ressaltado que “[...] a criação do projetado Partido dos Trabalhadores não deve envolver os sindicatos como tais; eles devem permanecer organizações classistas unitárias de todos os trabalhadores por isso mesmo, apartidárias”,¹⁷⁵ um descenso em relação à doutrina marxista-leninista que pregava que os sindicatos deveriam agir sob a orientação do Partido Comunista, isso sem mencionar que “[...] o partido 'revolucionário' da teoria leninista ou da teoria gramsciana é uma organização que se esforça para dominar a própria base social para agir sobre ela, transformando-a”. (PANEBIANCO, 2005, p. 22). Ou seja, mais uma vez encontramos a preocupação do PCB, qual seja, a necessidade de estabelecer uma reserva de caça com a qual o partido pudesse agir.

Para o PCB, a criação de um partido de trabalhadores foi interpretada pela carência da classe operária em ter um partido que a representasse. Isso teria sido consequência tanto do desencanto com o quadro partidário existente, quanto da ausência de um Partido Comunista legal. Apesar de, nos últimos anos, o MDB ter exercido um papel relevante, suas ações junto ao movimento operário processualmente teriam ficado cada vez mais tímidas. Como não podia atuar legalmente, o MDB teria sido um meio que o PCB teria encontrado para agir legalmente na vida política. Entretanto, com seu território de caça ameaçado pela criação de um partido operário e sem poder contar com um partido legal, a saída encontrada pelo PCB teria sido a de fortalecer a unidade em torno do MDB e influenciar sua política a imprimir maior proatividade na resolução dos problemas sociais dos trabalhadores. Todavia, apenas a ação indireta via MDB

¹⁷³ Resolução, 1979, p. 5.

¹⁷⁴ *Ibidem.*

¹⁷⁵ *Ibidem.*

não bastaria para mitigar as dificuldades e limitações junto à base social do PCB, dessa forma, a legalização do PCB ficara ainda mais urgente.

Uma das iniciativas que o PCB escolheu para acelerar sua legalização, segundo a Resolução de 1979, foi a desmistificação das propagandas anticomunistas, tão abundantemente utilizadas pela ditadura. A maneira de constranger seus “aliados” na luta pela legalização do partido seria defender que a ilegalidade de um partido comunista seria anacronismo, já que um verdadeiro regime democrático não poderia discriminar os comunistas, e que, no Brasil, jamais haveria um legítimo regime democrático enquanto o PCB permanecesse na ilegalidade. A argumentação do PCB acerca da sua legalização, associada à afirmação de que uma democracia sem um PCB legal estaria mutilada é inquietante. Durante toda a sua existência, o Partido Comunista Brasileiro não fez nenhuma reflexão séria sobre a “democracia” existente nos países de “socialismo realmente existente”, ou seja, regime capitaneado pela URSS nunca fora uma democracia (HOBSBAWM, 1995, p. 232). Dessa forma, durante o período em que o PCUS comandou o país, não foi permitida a existência de nenhum outro partido sem a permissão do *establishment*. Se a visão democrática pecebista referia-se só a trabalho, comida, roupa e habitação a preços controlados, haveria muito a se dizer. Mas àquela democracia, na qual haveria liberdade “[...] para a livre organização das massas e dos partidos políticos e a livre manifestação e expressão do pensamento”,¹⁷⁶ a democracia socialista dos países de socialismo realmente existente nada teria a dizer ou a ensinar. O agravante nesse ponto seria o fato de o PCB ter-se mantido alinhado e defensor da URSS até a sua queda em 1991, sem jamais proferir uma reflexão sobre a democracia na URSS.

O consequente alinhamento à URSS apresenta-se na Resolução de 1979, na forma de denúncia da “crimosa agressão do governo de Pequim ao heroico povo do Vietnã”.¹⁷⁷ As ações do Partido Comunista Chinês foram classificadas como contrárias às forças do socialismo, da paz, da democracia e da libertação nacional e antissoviética. Sem diminuir o sofrimento dos povos citados, em quais desses países existia uma democracia do tipo que o PCB advogava em suas resoluções? Essa falta de nitidez sobre a democracia dava indicativos das dificuldades para conciliar a doutrina marxista-leninista com a “democracia política”¹⁷⁸ que os pecebistas postulavam. Ao invés de explicar de maneira apropriada a democracia, a ala ortodoxa em aliança com o setor majoritário pragmático do CC interpretava as ações chinesas submissas ao imperialismo norte-americano e prejudiciais à paz e a política de distensão

¹⁷⁶ Pleno do Comitê Central do PCB: Resolução Política. *Voz da unidade*, n.º especial, abril de 1977, p. 3

¹⁷⁷ Resolução Política do Comitê Central, *Voz Operária*, n.º 159, jun. de 1979, p. 6.

¹⁷⁸ Resolução, 1977, p. 4

liderada pela União Soviética. É bem verdade que havia um grupo questionador e crítico ao alinhamento incondicional e inconteste à URSS.¹⁷⁹ De qualquer forma, a linha oficial do partido permaneceu alinhada à URSS.

As políticas soviéticas foram repetidamente apresentadas como pacíficas e favoráveis à democracia, ao progresso social dos povos e em favor de uma política de desarmamento e da solução pacífica dos conflitos entre Estados. Como prova das ações pela paz, a Resolução de 1979 menciona a assinatura do acordo soviético-norte-americano SALT 2 como uma vitória da política da iniciativa soviética à distensão e ao desarmamento. Acrescenta, ainda, que, graças às ações incansáveis da URSS, a correlação de forças no plano internacional permanecia propícia às forças da paz. Por consequência, o PCB convocava seus militantes e todos os brasileiros a prosseguirem na luta pela paz e pela coexistência pacífica. Conclui que, sustentado na concepção do internacionalismo proletário, o PCB tudo faria para mobilizar os trabalhadores em apoio e auxílio à União Soviética e demais países socialistas, só faltou dizer que o apoio aos outros países estaria condicionado ao alinhamento à URSS.

¹⁷⁹ Armênio Guedes membro do Comitê Estadual da Guanabara redigiu documento contra a intervenção em 1968 na Tchecoslováquia pela URSS. Em 1981 a corrente renovadora, da qual Armênio Guedes também participava, criticou a repressão da URSS sobre a Solidariedade em 1981.

3 DIVISÃO NÃO FAZ REVOLUÇÃO

3.1 QUEM ESTÁ NO CONTROLE?

A frouxidão disciplinar entre os anos 1975 e 1984 foi muito prejudicial à estrutura partidária orientada pelo modelo da III Internacional, baseado em princípios rígidos e hierárquicos. Favoreceu a ação de setores divergentes que antes estavam sob a contenção da coalizão personificada em Luiz Carlos Prestes. A marca disciplinar era assegurada pela submissão completa ao centralismo democrático. Apesar da resoluta defesa da tese de que o centralismo-democrático — por meio do qual o Comitê Central (CC) figurava como representação máxima — não era um órgão autoritário, na prática não era bem assim. O material empírico investigado sustenta a percepção de que a direção buscava reafirmar o mecanismo contra críticas.¹ Os indícios puderam ser encontrados desde lecionações, como a do secretário-geral do PCB, Giocondo Dias:

Não há contradição entre centralismo e democracia: há uma relação dialética. A prática correta do centralismo cria as melhores condições para o florescimento da democracia interna e o desenvolvimento desta, por sua vez, fortalece o centralismo. É esta relação dialética que viabiliza o partido dos comunistas como vanguarda revolucionária. A democracia sem direção centralizada converteria o partido num clube de discussões. O centralismo sem democracia, por seu turno, engendra o culto das personalidades, as mistificações e o caudilhismo. E o centralismo, combinado apenas com uma democratização atrofiada e subdesenvolvida, deságua no burocratismo adubado pela “compreensão” deste ou daquele dirigente, que acaba por se tornar um “juiz”, um “árbitro” de polêmicas.²

Em outro momento, o suposto êxito do período Brejnev na URSS era atribuído à “[...] instância superior de conjunção entre a democracia e o centralismo”.³ Empiricamente, entretanto, especialistas já haviam verificado que, em partidos ao estilo da III Internacional, o

¹ Resolução Política do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro, 1967. In: **PCB: vinte anos de política, 1958-1979**, 1980, p. 185. Resolução Política do Comitê Central, *Voz Operária*, n.º 159, jun. de 1979. Divergência na direção do PCB podem levar a novo cisma. **Jornal do Brasil**, 03 de fev. de 1980. Caderno, p. 8. Comitê Central do PC Destituiu também Hércules e Armênio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1980. Política, p. 4. Construir um PC influente na vida política nacional. *Voz da Unidade*, n.º 12 de 19 a 25 de jul. de 1980. Comunistas, p. 8 a 10. O tortuoso processo de mudança da linha do PCB. *Voz da Unidade*, n.º 32 de 07 a 11 de nov. de 1980. Nacional, p. 5. O socialismo maduro da URSS de Brejnev. *Voz da Unidade*, n.º 57 de 22 a 28 de maio de 1981. Cultura, p. 14. Declaração de Março inaugurou novo estilo de conciliação. *Voz da Unidade*, n.º 60 de 13 a 20 de jun. de 1981. Política, p. 7. Lutar pela legalidade de princípios. *Voz da Unidade*, n.º 77 de 9 a 16 de out. de 1981. Opinião Nacional, p. 3. Centralismo democrático e direção coletiva. *Voz da Unidade*, n.º 82 de 13 a 20 de nov. de 1981. Opinião, p. 3. O PCB tem direito à existência legal. *Voz da Unidade*, n.º 98 de 25 de mar. de 1982. Edição Especial, p. 3. O centralismo democrático. *Voz da Unidade*, n.º 176 de 27 de nov. a 02 de dez. de 1983, p. 14.; REIS, Dinarco, **A luta de classe no Brasil e o PCB**. vol. 2, 2011, p. 104.

² *Voz da Unidade*, 20 a 27 de novembro de 1981. Opinião, p. 3.

³ O socialismo maduro da URSS de Brejnev. *Voz da Unidade*, n.º 57 de 22 a 28 de maio de 1981. Cultura, p. 14.

que havia era um modelo de intransigência. A eleição dos membros do CC nos congressos nacionais tinha caráter mais de confirmação, cuja eleição não passava de uma formalidade, um rito despojado de toda eficácia (DUVERGER, 1980, p. 179). Em outras palavras,

O centralismo democrático serviu como instrumento para fazer do PCB uma máquina de forjar unanimidades [...]. Conhecido como “porrada de mãe” (*sic*), o centralismo democrático, segundo Hércules Corrêa, era aquele “cala a boca!” com todo respeito, politicamente correto, democrático. (FERREIRA, 2002, p. 282).

Sem mencionar a restrição da prática democrática à proporção que se aproximava das bases, em que discordar das posições do CC permaneceu na história do partido como uma falta grave⁴. A permanência de Luiz Carlos Prestes como secretário-geral do PCB por 37 anos ou a exoneração e/ou expulsão de membros do CC quando estes discordavam da coalizão dominante são indícios da intolerância e da intransigência do “centralismo democrático”. Ou, conforme manifestou Armênio Guedes — membro do CC até 1983 —, o centralismo democrático seguia o modelo de partido da III Internacional, o modelo do partido soviético; modelo no qual o centralismo esmagava e afogava a democracia partidária⁵. Ou, ainda, como Dulce Pandolfi aponta, “[...] a despeito de adotar posições moderadas, não rompia com o modelo partidário da III Internacional, adotado desde a sua fundação em 1922 e baseado em princípios rígidos e hierárquicos”. (PANDOLFFI, 1995, p. 227). Em outras palavras, a tão afamada democracia partidária existia mais em tese do que em ações.

De um lado, seria ingenuidade julgar que em outros modelos de partido reine a mais idílica democracia, mas cabe, porém, focalizar aqui uma organização que se apresentava como democrática, embora com inúmeras restrições. Por outro lado, não significa a inexistência de indivíduos de *ethos* democrático no CC, a questão é que esses indivíduos tinham pouca assertividade no *modus operandi* do partido. No entanto, assim como nenhuma agremiação pode ser concebida de forma idealizada ou homogênea, o princípio vale também para o grupo que compunha o efetivo do CC. Ou seja, conforme nos revelam as crises de 1945, 1956, 1962 e 1979, tudo o que não existia no PCB era a homogeneidade de concepções. Portanto, devemos perceber essas pessoas em suas diferenças, afinidades e desafetos entre si. Como, por exemplo, declara um membro do CC entrevistado pelo *Jornal do Brasil*:

O fato de estarmos no mesmo barco, expostos aos mesmos riscos, não nos faz amigos e iguais em tudo. Para dizer a verdade, entre companheiros de Partido e direção, fiz até alguns inimigos. Está na hora de dizer que um partido político não é clube de

⁴ FERREIRA, 2002, p. 282-283; PANDOLFI, 1995, p. 215; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A Cultura Política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos *et al.* (Orgs.). **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 15-39.

⁵ GUEDES, Armênio. O socialismo. Entrevista de Armênio Guedes a José Fuchs. In: SANTOS, Raimundo. **O marxismo político de Armênio Guedes**. Brasília: Contraponto. 2012. p. 148.

gentlemen, um “Rotary Club”, previne um dos 18 que mais seriamente vêm vivendo a experiência do exílio.⁶

Em outro viés, a consciência dessa realidade não invalida a crítica ao centralismo democrático como “máquina de forjar unanimidades”, que de democrático só havia o nome. Isso posto, partamos para a exposição de um dos prismas da perspectiva de Ângelo Panebianco (2005) sobre o funcionamento das organizações partidárias. Segundo o autor, os partidos funcionam de forma semelhante, mesmo os que, aparentemente, se mostram bastante distintos entre si. Essas semelhanças e distinções são apresentadas em suas análises sobre a organização e poder nos partidos políticos. Uma delas diz respeito às formas como as lideranças conquistam e mantêm seus *status* à frente da organização, em que

Cada decisão deve ser considerada como resultado — negociado explícita ou implicitamente — de uma pluralidade de forças no interior da coalizão. Além disso, para cada coalizão de decisão “majoritária” sempre há, ao menos potencialmente, uma ou mais coalizões alternativas, prontas para agir e se aproveitar de cada passo em falso. (PANEBIANCO, 2005, p. 27, 28).

Ainda, segundo Ângelo Panebianco,

Uma coalizão dominante é sempre uma construção potencialmente precária. Ela pode desagregar-se sob o impacto de forças externas (as elites minoritárias) quando mostra não estar mais em condições de controlar as zonas de incertezas organizativas ou pode dissolver-se em razão dos seus conflitos internos, devidos a mudança no centro de gravidade do poder. (PANEBIANCO, 2005, 74).

Panebianco entende que o objetivo principal da liderança é a preservação da estabilidade organizativa. Isto é, a ordem é sempre uma *ordem negociada*, uma ordem que se subordina ao equilíbrio entre forças e questões as mais diversas. De fato, os líderes são, portanto, aqueles que, controlando as zonas de incertezas mais importantes, podem determinar com maior vivacidade os próprios objetivos. Por conseguinte, os acordos internos, nos quais a ordem organizativa se revela, são sempre acordos entre as diversas diligências que se manifestam no interior da organização, de uma parte, e a exigência de estabilidade, de outra. É desse acordo, consequentemente, que brota a articulação dos fins, e é ele que torna inteligíveis os comportamentos, as atividades das organizações — caso do CC e do apostolado centralismo democrático.

Ângelo Panebianco (2005) destaca as principais zonas de incerteza nesse campo: a competência, o gerenciamento das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento da organização e o recrutamento. Grosso modo, podemos sintetizar cada competência da seguinte maneira: a) a competência define o poder do esperto,

⁶ O PCB encara a Democracia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 jul. 1979. Caderno especial, p. 1-8.

aquele que possuindo o “saber especializado”, devido à divisão do trabalho organizativo, controla importante zona de incerteza. Aquele saber adquirido pela experiência no gerenciamento das resoluções político-organizativas internas e externas ao partido é um saber reconhecido por outros agentes organizativos, de que algumas pessoas detêm as melhores qualidades para ocupar certas funções. Mais especificamente, é a ideia de que, por suas competências, tal agente é *indispensável* na função que ocupa; b) as relações com o ambiente, antes de tudo “ambiente” é, na verdade, uma metáfora para indicar uma pluralidade de *arenas* nas quais cada partido age quase sempre sincronicamente; arenas que usualmente são correlatas e comunicantes entre si, mas também distintas. Controlar as relações com o ambiente exprime controlar uma zona decisiva de incerteza organizativa, afinal é no ambiente que se fomenta, redefine e se estipula alianças e acordos com outras organizações; c) a comunicação, quem detém a capacidade de partilhar, manobrar, procrastinar ou suprimir as informações controla uma área crucial de incerteza; tem à sua disposição um recurso decisivo nas relações de poder; d) as regras formais caracterizam-se pelo controle (definição e manipulação) das regras da organização. Significa estabelecer as regras, engendrar suas interpretações, impor ou não a visão de uma coalizão sobre os demais grupos partícipes do partido; e) financiamento, quem controla os meios pelos quais aflui o dinheiro que mantém o partido funcionando controla o recurso fundamental; f) recrutamento é o meio utilizado para controlar não apenas a entrada de neófitos, mas o ingresso a outros níveis da organização. Assim sendo, a coalizão dominante detém o poder de refrear as coalizões concorrentes de alçar seus componentes a posições de prestígio e força no partido.

Em resumo, quem detiver o maior acesso ao controle das zonas de incertezas, consegue distribuir, manipular, retardar ou suprimir as informações e recursos, possui maior incidência sobre a máquina partidária e, por extensão, maior poder decisório nas relações de poder.

Vejamos como o próprio PCB regulamenta o funcionamento do partido. No artigo 33.^º do Estatuto do Partido Comunista Brasileiro, aprovado em 1967,⁷ define-se que:

O Comitê Central é o órgão dirigente do Partido entre um e outro Congresso. O número de membros efetivos e suplentes do Comitê Central é estabelecido pelo Congresso Nacional. Os poderes principais do Comitê Central são:

- a) Dirigir a atividade partidária em cumprimento às resoluções do Congresso Nacional do Partido;
- b) Examinar a prestação de contas da Comissão Executiva do Comitê Central e do Secretariado do Comitê Central, e sobre ela decidir;
- c) Representar o Partido nas relações com outros partidos e organizações;
- d) Nomear e substituir os responsáveis pelos órgãos centrais da imprensa do Partido;
- e) Distribuir os quadros do Partido;

⁷ Estatutos do Partido Comunista Brasileiro, dezembro de 1967. In: **PCB: vinte anos de política, 1958-1979.** São Paulo: Lech, 1980, p. 191-208.

- f) Resolver sobre os candidatos a postos públicos eletivos federais a serem registrados na legenda do Partido ou por este apoiado;
 - g) Estabelecer as normas relativas às contribuições dos membros do Partido e as quotas financeiras a que são obrigadas as organizações partidárias e administrar os meios financeiros e os bens patrimoniais do Partido;
 - h) Autorizar os Comitês Estaduais ou Territoriais, quando necessário e em casos excepcionais, a organizarem em suas circunscrições Comitês em setores profissionais, tendo em vista unir os membros do Partido para uma atuação partidária mais eficiente;
 - i) Eleger-se entre os seus membros a Comissão executiva, o Secretário-Geral, três ou mais secretários que constituirão o Secretariado do Comitê Central. Eleger a Comissão Nacional de Controle;
- Art. 35º [...] as resoluções só se tornam obrigatórias para o Partido depois de ratificadas pelo Comitê Central.⁸

Nas linhas acima temos um exemplo robusto de como o CC detinha o controle da máquina partidária ou das zonas de incerteza. Enquanto se manteve em funcionamento no Brasil, com suas 32 cadeiras preenchidas, o equilíbrio das forças entre os grupos divergentes e o acesso aos recursos se mantinham sobre controle. Entretanto, a partir do momento em que o frágil arranjo de poder se desfaz com o assassinato de 10 membros do CC e a ida dos demais dirigentes ao exílio — ocorridos entre 1974 e 1975 — espalhados nas várias cidades da Europa Ocidental e do Leste,⁹ esses recursos são apropriados pelos indivíduos que melhor condição ou capacidade tiverem para os manipular. Quer dizer, apesar de nomeados pelo CC para desempenharem funções específicas e importantes, os nomeados não trabalhariam sob a rédea curta e vigilante da coalizão dominante, permitindo ao escolhido uma maior margem para manobrar o instrumento à sua moda. Vejamos, por exemplo, os efeitos da pouca fiscalização da coalizão dominante sob o mensário *Voz Operária*.

Os documentos que foram investigados são assim intitulados: “A Comissão Executiva do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro”, abr./maio de 1975; “Resolução política do Comitê Central do PCB”, abril de 1976; “Resolução de organização do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro”, maio de 1976; “Declaração da Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro”, fevereiro de 1977; “Pleno do Comitê Central do PCB: Resolução Política”, abril de 1977; “Resolução Política do Partido Comunista Brasileiro”, novembro de 1978; e “Resolução Política do Comitê Central”, jun., de 1979. Tais documentos foram todos deliberados no exílio e publicados pelo mensário *Voz Operária*. As análises dos documentos e o apontamento das incongruências das posições em relação ao marxismo-leninismo não foram à toa. Expliquemos.

⁸ Estatutos do Partido Comunista Brasileiro, dezembro de 1967. In: **PCB: vinte anos de política, 1958-1979**. São Paulo: Lech. 1980, p. 205-206.

⁹ Os dirigentes e militantes de **alto nível** do CPB estavam em atividade em pelo menos 10 capitais e grandes cidades: Paris, Bruxelas, Moscou, Lisboa, Milão, Estocolmo, Gotemburgo, Praga, Bucareste e, vez por outra, Roma. *Jornal do Brasil*, 29 jul. 1979. Caderno especial, p. 7.

O mensário *Voz Operária* voltou a ser o órgão oficial de comunicação do PCB em 1975, em substituição ao jornal *Novos Rumos*. A responsabilidade pela incumbência da coordenação do *Voz Operária* coube a Orlando Bonfim Júnior¹⁰, função que desempenhou por pouco tempo. Em seu lugar foi nomeado Marco Antônio Tavares Coelho¹¹, que esteve à frente do mensário até a sua prisão, em janeiro de 1975, momento em que a repressão fechou as oficinas do partido e o *Voz Operária* parou de funcionar. O fim da operação subtraiu o CC de seu principal instrumento de comunicação com as bases. O desbaratamento do jornal agravou ainda mais a situação organizativa, desse modo, sem ele e com o CC exilado, o partido ficou ainda mais isolado e distante das bases.

Voz Operária voltaria a funcionar em abril de 1976 sob a coordenação de Armênio Guedes¹², sendo a primeira edição no exílio a de n.º 23, de abril de 1976. Foi enquanto morava em Paris, como responsável pela Secretaria de Agitação e Propaganda, que Armênio Guedes foi incumbido de redigir e voltar a publicar o *Voz Operária*. A conjuntura permitiu a Guedes reunir um grupo de militantes alinhados ideologicamente à sua visão. Conforme Marcos Vinícius Bandeira de Menezes:¹³

Em pouco tempo, ele e seu grupo sofisticaram a *Voz Operária*, o que a tornava de difícil compreensão para as bases, principalmente as que estavam no Brasil. A *Voz Operária* transformar-se-ia em uma espécie de “aparelho ideológico” (Althusser) para esse veladamente, destilar críticas ao “socialismo real” e introduzir propostas gramscianas e do eurocomunismo.¹⁴

Foi aproveitando-se dessa conjuntura que Armênio Guedes — utilizando-se de um órgão oficial da organização — teria expressado ideologias “estranhas” ao cânon oficial do partido. Antônio Carlos Peixoto¹⁵ explica em mais detalhes como se deu a articulação e escolha da equipe reunida por Armênio Guedes para publicar o mensário *Voz Operária*. Segundo Peixoto, Armênio lhe propôs que participasse do comitê que estava sendo criado para redigir a *Voz Operária*. Da mesma forma, Guedes convidou outros militantes — Mauro Malin,¹⁶ Milton

¹⁰ Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior (1915 – 1975) foi um militante do Partido Comunista Brasileiro — PCB, Advogado, Jornalista. Era membro do Comitê Central do PCB quando foi sequestrado por agentes do DOI-CODI/SP no dia 8 de outubro de 1975, foi dado como “desapareceu”. Dicionário Político Marxista. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/bonfim_orlando.htm>

¹¹ In: **PCB**: Vinte anos de política – 1958-1979. p. 30.

¹² In: **PCB**: Vinte anos de política – 1958-1979, p. 29.

¹³ MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira de. **Estratégias e táticas da revolução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB**. 2002. 391 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

¹⁴ MENEZES, 2002, p. 333.

¹⁵ Entrevista concedida à Marcus Vinicius Bandeira de Menezes. In: MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira de. **Estratégias e táticas da revolução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB**. 2002. 391 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 332.

¹⁶ In: **PCB**: Vinte anos de política – 1958-1979, p. 30.

Temer,¹⁷ Aloísio Nunes Ferreira,¹⁸ Leandro Konder,¹⁹ Carlos Nelson Coutinho,²⁰ Sérgio Moraes²¹ e Ivan Ribeiro²² – para fazer parte de um pequeno comitê de redação da *Voz Operária*, visando reeditá-la a partir da França. Nessa conjuntura, Armênio Guedes ocupou a função de redator-chefe e criou – a partir dos membros do comitê editorial – uma assessoria para o CC, cujo objetivo essencial era subvencionar teoricamente as decisões do CC. Não demorou muito para que a equipe da *Voz Operária* e a assessoria formassem um único grupo, o grupo do Armênio. A *Voz Operária* funcionava “[...] de modo relativamente independente, com influência dessa assessoria e do Armênio, não passando pelo aval do Comitê Central”.²³ Entretanto, Anita Leocádia Prestes tem uma interpretação diferente da criação da assessoria:

A criação de uma Assessoria do Comitê Central, dirigida por Armênio Guedes, membro da Comissão Executiva, foi uma das maneiras de fortalecer a oposição às teses defendidas por Prestes. Com sede em Paris, a Assessoria foi composta por alguns intelectuais do PCB, residentes em países europeus e simpatizantes em geral das teses do chamado eurocomunismo, então em voga principalmente entre setores das esquerdas europeias. Sua criação era justificada pela necessidade de assessorar o trabalho do CC, contribuindo para a formulação da política do PCB e, em particular, para a elaboração das resoluções a ser discutidas e aprovadas pela direção. Uma parte dos membros da Assessoria compunha a redação de *Voz Operária*, também com sede em Paris e dirigida por Guedes, responsável pelo setor de agitação e propaganda do CC.²⁴

De qualquer maneira, estabelecida a equipe de Guedes, iniciaram-se as discussões sobre questões teóricas do marxismo, utilizando-se dos novos modelos teóricos em construção nos PCs da Itália, França e Espanha. Era Armênio Guedes quem incentivava os debates e reflexões,

¹⁷ Jorge Milton Temer nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 12 de dezembro de 1938, filho de Gabriel Temer e de Júlia Temer. Iniciou-se na vida partidária filiando-se ao proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1966. Também neste ano começou suas atividades como jornalista, estagiando no Diário Carioca e posteriormente trabalhando na Editora Abril, na qual foi chefe da sucursal do Rio de Janeiro e diretor em São Paulo. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-milton-temer>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

¹⁸ Aluísio Nunes Ferreira Filho nasceu em São José do Rio Preto (SP) em 5 de abril de 1945, filho de Aluísio Nunes Ferreira e de Nice Beolchi Nunes Ferreira. Formou-se em direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1965 e estudou ciências sociais na mesma instituição entre 1965 e 1968, sem concluir o curso. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em abril de 1964, quando o regime militar foi instaurado no país. Com a extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instituição do bipartidarismo, ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo militar, e, na clandestinidade, trocou o PCB pela Ação Libertadora Nacional (ALN), organização revolucionária liderada pelo ex-deputado comunista Carlos Marighella. Nessa organização, participou de assaltos a banco e ao trem pagador Santos-Jundiaí, em agosto de 1968, e teve sua foto estampada em cartazes que o apontavam como terrorista. Com a desarticulação da ALN, refugiou-se em Paris, onde morou a partir de 1969. CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aluizio-nunes-ferreira-filho>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

¹⁹ In: **PCB**: Vinte anos de política – 1958-1979, p. 30.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Sérgio Moraes, foi militante do PCB nos anos 1970 e início dos anos 1980.

²² *Op. cit.*, p. 29.

²³ *Op. cit.*, p. 114.

²⁴ PRESTES, 2015, p. 500-1.

ou seja, “Armênio jogava sementes em nossa cabeça e deixava que as plantas crescessem”²⁵. Corroborando, Dinarco Reis (2011) descreve o quadro nas seguintes palavras:

Durante os anos de 1976 a 1979, a luta interna no Comitê Central travou-se no combate às tendências direitistas que se verificavam entre grupos de exilados brasileiros, principalmente em Paris, cujas posições se refletiam na *Voz Operária*, editada nessa época como órgão oficial do Partido. (REIS, 2011, p. 106).

Entretanto, a situação não permaneceu incontestada, segundo Luiz Carlos Prestes,

A “*Voz Operária*” se tornava cada vez menos aceitável, com posições nitidamente direitistas e antissoviéticas. Era o sinal da influência que os eurocomunistas exerciam sobre o jornal. Conseguí uma resolução contendo censuras ao trabalho da comissão e está renunciou.²⁶

Marcos Vinícius Bandeira de Menezes (2002) complementa, informando que o CC objetou a linha ideológica da equipe coordenada por Armênio Guedes, “[...] acusando-as de estarem se afastando do marxismo-leninismo e promovendo uma linha independente, simpática ao eurocomunismo”. (MENEZES, 2002, p. 334). Acrescenta que, em 1978, no IV Pleno do CC realizado em Sofia, capital da Bulgária,

Houve uma quase unanimidade no reconhecimento de que a *Voz Operária* estava utilizando uma redação e um enfoque que destoava da orientação do CC e do que deveria ser um jornal dirigido à classe operária. A causa disso estava no “liberalismo” (frouxidão no centralismo da direção) que grassava no Partido e no caráter pequeno-burguês dos redatores da *Voz Operária*. Outra questão importante levantada por alguns membros do CC e que foi um dos cernes da discussão era se esse periódico poderia abrir debates para o conjunto do Partido. A opinião geral foi que não deveria fazê-lo, que a abertura de quaisquer debates internos era uma prerrogativa exclusiva do Comitê Central. (MENEZES, 2002, p 335).

Entretanto, mesmo após as referidas reprimendas, a influência das ideias do grupo de Armênio não desapareceu e ecoou nas Resoluções até 1979 via assessoria criada por Guedes para subsidiar teoricamente as decisões do CC. De fato, a discussão estava apenas começando.

As origens das ideias de Armênio Guedes remontam aos anos 1950. Guedes foi um dos responsáveis por introduzir no PCB uma linha política considerada reformista, cuja expressão é apresentada na “Declaração de Março de 1958”. (GORENDER, 1987, p. 29). A redação da Declaração de Março ficou marcada como um momento espinhoso e tenso, ocasião em que a corda se esticara até o ponto de rompimento. Após muitas reuniões e debates, chegaram à redação final da Declaração Política de Março de 1958. Não fosse o bastante, Armênio Guedes foi o primeiro membro da cúpula do PCB a criticar o alinhamento do partido ao PCUS e a predicar uma atuação autônoma do partido em relação à URSS. Já desligado do PCB, Armênio

²⁵ In: PCB: Vinte anos de política – 1958-1979, p. 114.

²⁶ MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. Prestes: Lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 209.

Guedes afirmaria, em 1985, que o alinhamento à URSS e ao modelo de partido nela inspirado formavam divergências básicas com o CC. Segundo Guedes:

Padrões estabelecidos pela 3.^a Internacional, de partidos como elementos de transformações sociais, de regimes políticos centralizados, uma democracia absolutamente restrita às massas, que na prática, como vemos, parlamentos que não têm uma expressão maior, porque tudo é uma centralização excessiva, onde as liberdades individuais, o florescimento do cidadão enquanto membro da sociedade foi achatado.²⁷

Não fosse isso o bastante, Armênio Guedes foi também um dos vanguardistas da concepção de democracia como um valor próprio, universal, isto é, uma democracia para todas as classes. O que ia de encontro à concepção leninista de democracia de classe, colidindo com a visão encontrada no “socialismo real” e, mais grave, chocando-se com a doutrina marxista-leninista.

Como apontado anteriormente, além das incompatibilidades herdadas das teses de 1958, acrescentaram-se à documentação publicada na *Voz da Unidade* as posições do grupo liderado por Guedes. Conforme procuramos demonstrar, o afrouxamento das amarras do controle centralizado — entre os anos 1975 e 1984 — proporcionou a Guedes e seu grupo o controle de uma das zonas de incertezas estratégicas: a comunicação. Conforme frisou Ângelo Panebianco:

[...] o terceiro recurso crucial do poder é dado pelo controle dos canais de comunicação: quem tem a capacidade de distribuir, manipular, retardar ou suprimir as informações controla uma área fundamental de incertezas; tem um recurso decisivo nas mãos nas relações de poder. (PANEBIANCO, 2005, p. 68).

Apesar do afastamento do grupo de Armênio Guedes da coordenação da *Voz Operária*, em 1978, por introduzir ideias estranhas ao marxismo-leninismo, Armênio permaneceu na Comissão Executiva do Partido até maio de 1980²⁸. Surpreendentemente, Guedes e sua equipe assumiram a coordenação da *Voz da Unidade*, substituto da *Voz Operária* — de março de 1980 a agosto de 1981, período em que é perceptível o crescimento no número de militantes e artigos alinhados aos posicionamentos considerados “eurocomunistas”²⁹ —, mais uma vez

²⁷ FUCS, 2012, In: SANTOS, 2012, p. 160.

²⁸ Secretario do PCB quer conversar com PDS. **O Globo**. Rio de Janeiro, 21 maio 1980. Caderno: O País, p. 4.

²⁹ 1.^a Equipe (de 30 mar. de 1980 a 16 de abr. de 1980): **Diretor responsável**: Henrique Cordeiro. **Conselho Editorial**: Armênio Guedes, Lindolfo Silva, Teodoro Mello e Gildo Marçal Brandão. **Editor-chefe**: Gildo Marçal Brandão. 2.^a Equipe (de 23 de abril de 1980 a 25 de jun. de 1980): **Diretor responsável**: Henrique Cordeiro. **Conselho Editorial**: Armênio Guedes, Lindolfo Silva, Teodoro Mello e Gildo Marçal Brandão. **Editor-chefe**: Gildo Marçal Brandão. **Secretaria de Redação**: Ruth Tegon. **Fotografia**: Bia, f4. **Produção**: Fernando A. R. de Freitas. **Editor de Arte**: Assuero Dias. **Secretaria Gráfica**: Antônio Gaspar. 3.^a equipe (de 26 de jun. de 1980 a 04 de jul. de 1980): **Diretor responsável**: Henrique Cordeiro. **Conselho editorial**: Armênio Guedes, Lindolfo Silva, Teodoro Mello e Gildo Marçal Brandão. **Editor-chefe**: Gildo Marçal Brandão. **Secretaria de redação**: Ruth Tegon. **Editores assistentes**: David Capistrano Filho, Marco A. Coelho Filho, Marco Aurélio Nogueira, Marco Moro. **Repórteres**: Fátima Murad, Francisco Almeida, Marco Damiani, Rachel Soares. **Produção**: Fernando A. R. de Freitas. **Editor de arte**: Assuero Dias. **Secretario gráfico**:

aproveitando a conjuntura para semear as concepções democráticas dissonantes das posições do marxismo-leninismo oficial do partido e do socialismo real. No próximo capítulo, analisaremos mais detalhadamente a questão.

Essa é apenas uma parte da história. Para compreendê-la de modo mais abrangente, é preciso mapear o catalisador das divisões, portanto, retroceder à conjuntura dos idos de 1967 e às condições sob as quais foi realizado o VI Congresso Nacional do Partido Comunista Brasileiro, acessando outros prismas que nos ajudam a compreender as divisões.

3.2 O MARXISMO-LENINISMO ENCONTRA A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Grosso modo, a teoria da dependência foi desenvolvida entre as décadas 1950 e 1960 e teoriza a relação de subordinação entre os países do sistema capitalista. A subordinação dar-se-ia pela posição dominante das economias centrais localizadas nos países europeus (Reino Unido, França, Alemanha), Estados Unidos e Japão. No restante do mundo, prevaleceriam as economias “periféricas”, nos países da África, América Latina e Ásia (MACHADO, 1999).

Antônio Gaspar. **Sucursais**: Rio —. Recife: Paulo Cavalcanti. Brasília: Hélia Maciel Hauer. Florianópolis: Cirineu Cardoso. **4.ª equipe** (05 de jul. de 1980 a 17 de jul. de 1980): Diretor responsável: Henrique Cordeiro. **Conselho editorial**: Armênio Guedes, Lindolfo Silva, Teodoro Mello e Gildo Marçal Brandão. **Editor-chefe**: Gildo Marçal Brandão. Secretaria de redação: Ruth Tegon. **Editores assistentes**: David Capistrano Filho, Marco A. Coelho Filho, Marco Aurélio Nogueira, Marco Moro. **Repórteres**: Francisco Almeida, Marco Damiani, Rachel Soares. **Produção**: Fernando A. R. de Freitas. **Editor de arte**: Assuero Dias. **Revisão**: Luiz Arturo Obojes. **Secretário gráfico**: Antônio Gaspar. **Sucursais**: Rio —. Recife: Paulo Cavalcanti. Brasília: Hélia Maciel Hauer. Florianópolis: Cirineu Cardoso. **5.ª equipe** (de 18 de jul. a 14 de ag. de 1980): **Diretor responsável**: Henrique Cordeiro. **Conselho editorial**: Armênio Guedes, Lindolfo Silva, Teodoro Mello e Gildo Marçal Brandão. **Editor-chefe**: Gildo Marçal Brandão. **Secretaria de redação**: Ruth Tegon. **Editores assistentes**: David Capistrano Filho, Marco A. Coelho Filho, Marco Aurélio Nogueira e Marco Moro. **Repórteres**: Francisco Almeida, Marco Damiani, Rachel Soares. **Produção**: Fernando A. R. de Freitas. **Editor de arte**: Assuero Dias. **Revisão**: Luiz Arturo Obojes. **Secretário gráfico**: Antônio Gaspar. **Sucursais**: Rio —. Recife: Paulo Cavalcanti. Brasília: Hélia Maciel Hauer. Florianópolis: Cirineu Cardoso. Porto Alegre: João B. Aveline. **Correspondentes internacionais**: Portugal: Zillah Branco. Roma: Danilo S. Galletti. **6.ª equipe** (de 15 de ag. 1980 a 23 de jul. 1981): **Diretor responsável**: Henrique Cordeiro. **Conselho editorial**: Armênio Guedes, Lindolfo Silva, Teodoro Mello e Gildo Marçal Brandão. **Editor**: Gildo Marçal Brandão. **Secretaria de redação**: Ruth Tegon. **Redação: São Paulo**: David Capistrano Filho, Francisco Almeida, Marco A. Coelho Filho, Marco Aurélio Nogueira, Marco Damiani, Marco Moro, Rachel Soares. **Rio**: Carlos Alberto Lopes, Carlos Nelson Coutinho, Ivan Ribeiro, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna, Mauro Malin, Paulo Sérgio Markum, Rogério Marques Gomes, Sylvia Moretzsohn, Teresa Ottoni. **Produção**: Fernando A. R. de Freitas. **ARTE**: Reinaldo Belintani. **Revisão**: Luiz Arturo Obojes. **Secretário gráfico**: Antônio Gaspar. **Sucursais**: Manaus: Rui Brito da Silva. São Luís: Maria Aragão. Recife: Paulo Cavalcanti. Brasília: Hélia Maciel Hauer. Florianópolis: Cirineu Cardoso. Porto Alegre: João B. Aveline. **Correspondentes internacionais**: Portugal: Zillah Branco. Roma: Danilo S. Galletti. **7.ª equipe** (de 24 de jul. de 1981) **Diretor responsável**: Henrique Cordeiro. **Representações**: Manaus: Rui Brito da Silva. Belém: Jocelyn Brasil. São Luís: Maria Aragão. Recife: Paulo Cavalcanti. Londrina: Jussara Rezende. Goiânia: Elias Moreira Borges. Belo Horizonte: E. Garcia. Brasília: Arlindo Fernandes. Florianópolis: Nildo José Martins. Porto Alegre: João Avelino. Fortaleza: Caboclinho Farias. Salvador: H. Casas e Silva. Alagoas: Rubens Colaço Rodrigues. Santos/S.P.: Rua Conselheiro Nébias, 368-A, sala 511. Roma: Danilo S. Galletti.

Conforme essa tese, os países de economia periférica foram colônias dos países centrais ou desenvolveram-se tardiamente, por essa razão, estavam na dependência da importação de capitais e tecnologias de países centrais. A racionalidade seria a seguinte: se por um lado as entradas externas de capitais impulsionam as economias, por outro, tornam-se um empecilho ao crescimento das economias capitalistas locais. Em outras palavras, as economias subdesenvolvidas necessitavam de investimentos para aumentar sua capacidade produtiva devido a problemas históricos de acumulação. Entretanto, ao fazerem uso dessa via, os países tornam-se dependentes do afluxo desses capitais para importação de bens e serviços e/ou na contração de empréstimos para a construção da infraestrutura necessária à produção e modernização do parque industrial, de forma que não conseguem criar condições para um desenvolvimento emancipado, mantendo-se subordinados aos países das economias centrais.

Segundo Claudio Katz (2020), a teoria da dependência alcançou grande notoriedade nos anos de 1970. As três principais escolas da teoria da dependência foram as do marxismo, do liberalismo e do desenvolvimentismo. A variante marxista foi a mais duradoura e produziu um pensamento coerente com os pilares do “dependentismo”. Os principais expoentes dessa escola foram: Ruy Mauro Marini, Theotonio Santos e Vania Bambirra. Esses autores reformularam as antigas interpretações de subdesenvolvimento centradas no confisco imperialista dos recursos da periferia. Em seguida, combinaram esse legado com certas peculiaridades da América Latina para explicar a reprodução econômica dependente e a inserção internacional subordinada da região.

A vertente inspirada por Fernando Henrique Cardoso seguiu uma trajetória oposta. A partir de uma concepção weberiana, entendeu a dependência como vinculada às causas exclusivamente políticas. Depois de apresentar diferentes graus de autonomia de regiões e países da América Latina, rejeitou a antinomia entre dependência e desenvolvimento. Fernando Henrique presumiu um desenvolvimento correlacionado com as multinacionais e incorporou primados do liberalismo.

A terceira corrente da teoria da dependência foi liderada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e representou a etapa de maior radicalização do desenvolvimentismo latino-americano. Essa vertente ensejou uma combinação de dependentismo e industrialismo, favorecendo a regulação estatal da economia e avalizando propostas de reforma agrária.

A constatação de influência da teoria da dependência em setores do PCB não é algo novo, Jacob Gorender já havia identificado isso para reforçar uma perspectiva socialista:

Toda esta produção das ciências sociais, direta ou indiretamente, se inspirava na *teoria da dependência*, prestigiada nos meios acadêmicos franceses e anglo-americanos. Por isso mesmo, assimilada e amplamente difundida nos meios universitários brasileiros. A caracterização do Brasil como país dependente fazia parte da concepção marxista do PCB. Agora, esta caracterização chegava atualizada e remodelada dos grandes centros de pesquisa econômica e sociológica da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. De maneira imediata ou remota, suas matrizes eram as ideias de Trotski e de Rosa Luxemburgo. A teoria da dependência absolutizou a causalidade do sistema imperialista mundial e levou à subestimação ou à omissão da causalidade interna de cada país. Uma vez estabelecido que o sistema mundial está maduro para o socialismo, segue-se que todos os países nele integrados e dele dependentes, não importando peculiaridades diferenciais, também se encontram às bordas da revolução socialista. (GORENDER, 1987, p. 75).

Assim como a teoria keynesiana preencheu uma lacuna na teoria econômico-política dos socialdemocratas (PRZEWORSKI, 1980, p. 52), a teoria da dependência exerceu papel semelhante, ao proporcionar à abstração marxista-leninista do controle imperialista algo mais palatável, racional, corpóreo, articulado e intencional, retroalimentando a visão de uma revolução socialista como uma etapa inevitável da história. Foi sob essa perspectiva que Luiz Carlos Prestes pleiteou a linha política a ser executada no Brasil. Analisemos a conjuntura na qual Prestes esboçou suas primeiras considerações subsidiadas na teoria da dependência.

3.2.1 É marxismo-leninismo, mas não só marxismo-leninismo

Nosso objetivo é analisar o conteúdo de fontes por meio das quais Luiz Carlos Prestes apresentou, via a teoria da dependência, suas divergências com o CC. Três fontes servirão como fio condutor da análise: Os *Monólogos de Prestes*³⁰ (1982); A versão de Dinarco Reis³¹ (1987) e a entrevista de Luiz Carlos Prestes ao *Perfil do Pensamento Brasileiro*³² (1988). Por uma questão de método de exposição, focalizaremos as partes dos documentos que se complementam ou se sobrepõem aos fatos narrados.

O *Perfil do Pensamento Brasileiro* foi um projeto do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro iniciado em agosto de 1986. O propósito do programa era entrevistar personalidades de destaque na vida cultural da cidade do Rio de Janeiro. Ao fim de um ciclo de doze meses, selecionavam-se sete entrevistas para compor um livro do mesmo nome. O material tinha por destino principal a distribuição a Bibliotecas e entidades culturais, escolas do Ensino Médio e universidades. O exemplar examinado é do ano de 1988, possui 227 páginas e sete

³⁰ Monólogos de Prestes. In: MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes: lutas e autocriticas**. Petrópolis. Vozes, 1982, p. 199-215.

³¹ REIS, 2011.

³² HOUAISS, Antonio et al. **Perfil do pensamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro. Correio da Serra, 1988, p. 111-143.

entrevistados: Antonio Houaiss³³, Dirce Cortes Riedel³⁴, Hélio Silva³⁵, Luiz Carlos Prestes³⁶, Nélson Werneck Sodré³⁷, Oscar Niemeyer³⁸ e Raimundo Santa Helena³⁹.

O *Correio Braziliense* é um diário fundado no dia 21 de abril de 1960 por Assis Chateaubriand⁴⁰. A trajetória do jornal apresenta uma ascensão robusta e gradual, cujos números revelam que, em 1963, eram de 1.500 exemplares, chegando a 24.500 exemplares em 1969. Nos anos de 1980, o aumento da população de Brasília impulsionou ainda mais sua impressão, ultrapassando 30 mil exemplares diários. Na segunda década dos anos 2000, a circulação média diária chegou a 53 mil exemplares, atingindo a faixa de 92 mil exemplares aos domingos, de acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC). O Correio Braziliense consolidou, assim, sua posição como o principal jornal de Brasília, tornando-se o

³³ Antonio Houaiss, foi professor, diplomata e filólogo, nasceu no Rio de Janeiro em 15 de outubro de 1915 e faleceu no dia 7 de março de 1999, na mesma cidade. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ghyN4> Acesso em: 04 jul. 2022.

³⁴ Dirce Côrtes Riedel uma pedagoga e crítica literária, nasceu no Rio de Janeiro em 27 de abril de 1915 e faleceu em 3 de janeiro de 2003, também no Rio. Era filha do educador La-Fayette Cortes, fundador do Instituto La-Fayette e criador da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, uma das quatro unidades que deram origem à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). A carreira docente, iniciada aos 16 anos, estendeu-se por toda a sua existência, contribuindo decisivamente para a formação de várias gerações de estudantes. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gosLY>. Acesso em: 04 jul. 2022.

³⁵ Hélio Silva, homem singular, nasceu em 1904 e faleceu em 1995. Médico de formação, jornalista de profissão e historiador de vocação passou a dedicar-se exclusivamente ao jornalismo na década de 30 e rapidamente tornou-se um colunista influente. No início dos anos 90, Hélio Silva fez voto de pobreza e recolheu-se ao Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro, onde faleceu em 21 de fevereiro de 1995. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/gprU4>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

³⁶ *op. cit.*, p. 25.

³⁷ Nélson Werneck Sodré (1911-1999): Militar, historiador e sociólogo brasileiro, fez carreira no Exército, chegando ao posto de general-de-brigada. Foi crítico literário e sempre se considerou um profissional da imprensa. Até o início da década de 1950, Nelson Werneck Sodré teve uma brilhante carreira militar: chegou a ser instrutor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde lecionava História Militar. Em 1951, foi desligado da Escola de Estado-Maior devido às posições identificadas com as posições sustentadas à época pelo PCB, em que combatia a participação do Brasil na Guerra da Coreia. Logo após o golpe de 1964, teve os seus direitos políticos cassados por dez anos. Ficando impedido de lecionar e de escrever artigos para a imprensa. Disponível em: <https://encurtador.com.br/biuRT>. Acesso em: 04 jul. 2022.

³⁸ Oscar Niemeyer (1907-2012), arquiteto brasileiro, comunista por ideologia e membro do PCB. Um dos maiores representantes da arquitetura moderna mundial, com mais de 600 obras pelo mundo. Oscar Niemeyer foi quem cedeu um apartamento na Rua das Acácias, Gávea, Rio de Janeiro para que Luiz Carlos Prestes residisse após destituição do cargo de secretário-geral do PCB em maio de 1980.

³⁹ Raimundo Santa Helena. Cordelista. Nasceu em Santa Helena, PA, fundado por seu pai, que morreu em 1927 combatendo o bando de Lampião. Saíu de casa aos 11 anos de idade disposto a vingar a morte do pai. Em Fortaleza no Ceará, trabalhou como trocador de ônibus, garçom, baleiro e engraxate. Em 1943 ingressou na escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará. Participou da Segunda Guerra mundial a bordo do navio CT Bracuí, sendo por duas vezes condecorado pelo presidente da República. Disponível em: <<https://dicionariompb.com.br/artista/raimundo-santa-helena>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

⁴⁰ Francisco Assis Chateaubriand (1892-1968), jornalista, empresário e político brasileiro. Dono dos "Diários Associados", a maior rede de comunicação do país, entre as décadas de 30 e 60. Em 1950 inaugurou a TV Tupi de São Paulo, a primeira emissora de televisão da América Latina. Disponível em: <https://abre.ai/gsag>. Acesso em: 05 jul. 2022.

diário de maior circulação do Centro-Oeste e passou a figurar entre os 20 jornais diários de maior circulação do Brasil.⁴¹

A obra de Dênis de Moraes⁴² e Francisco Viana,⁴³ prefaciada por Raymundo Faoro,⁴⁴ além de material jornalístico, é composta de trechos do próprio Luiz Carlos Prestes. As informações são de grande ajuda àqueles que desejam compreender a trajetória e mazelas do Partido Comunista Brasileiro. É uma obra, de certa maneira, não autorizada por Luiz Carlos Prestes, sob o argumento de conter muitos erros:

Veja, por exemplo, o prefácio que o Faoro escreveu para este livro [...]. Eu não tenho nada a ver com este livro. Eu dei as gravações aos rapazes porque fiquei com pena deles, estavam sem trabalho, vieram me pedir e a coisa se prolongou. Fizeram uma gravação, depois pediram outra, depois outra, e acabaram fazendo o livro às pressas. De maneira que tem muita coisa errada.⁴⁵

O que não invalida a documentação, pelo contrário, acrescenta mais elementos à controvérsia. No entanto, nos ateremos apenas à parte em que foram transcritas as narrativas de Prestes sem a intervenção de perguntas: *Os Monólogos de Prestes* (capítulo 10), páginas 198-222.

O material *A Luta de classes no Brasil e o PCB*, vol. 2, é uma narrativa da trajetória política do Partido Comunista Brasileiro entre os anos de 1964 e 1985 sob o ponto de vista de

⁴¹ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB): Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Correio Braziliense*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-braziliense>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

⁴² Dênis de Moraes nasceu no Rio de Janeiro em 1954. É doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-doutor pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), sediado em Buenos Aires. Atualmente, é professor associado do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). É autor e organizador de mais de vinte livros, dos quais oito foram editados no exterior (Argentina, Espanha, Cuba e México). Disponível em: <<https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/denis-de-moraes-228>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

⁴³ Francisco Viana (1957-2019), jornalista Graduado pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, Mestre e Doutor em Filosofia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e especialista em Media Training e Gestão de Crises, Francisco Viana possuía vasta experiência nas áreas de Comunicação Estratégica, Pública, de Crise e Filosofia da Comunicação. Deu contribuições como escritor, professor, consultor de comunicação e colunista, palestrante e autor de diversos livros como "Hermes, a Divina Arte da Comunicação" e "Marx, o labirinto da utopia". Disponível em: <<https://www.aberje.com.br/especialista-em-comunicacao-empresarial-jornalista-francisco-viana-morre-em-salvador>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

⁴⁴ Raimundo Faoro (1925-2003). Gaúcho, formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1948, radicou-se no Rio de Janeiro em 1951. Além de jurista, foi um dos mais importantes cientistas sociais brasileiros, autor de ensaios de direito e ciências humanas. Referência obrigatória na teoria política do Brasil contemporâneo, Faoro conquistou o respeito dos intelectuais do país através de suas análises do Estado, que contribuíram para o desenvolvimento da literatura crítica nacional. Sua obra de maior destaque “**Os donos do Poder**” foi publicada em 1958. No dia 23 de novembro de 2000 foi eleito imortal da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 6 que pertenceu à Barbosa Lima Sobrinho. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/raymundo-faoro/biografia>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

⁴⁵ PRESTES, Luiz Carlos. Luiz Carlos Prestes. **Novos Rumos**, São Paulo, n.º 33, 5 ago. de 2012. Entrevista., p. 34.

Dinarco Reis,⁴⁶ reconhecido militante e membro do CC do PCB entre 1960 e 1985. Entretanto, nossa análise se aterá aos capítulos 6 e 7 da obra, entre 1975 e 1985.

Característica marcante nas linhas que registram os depoimentos de Luiz Carlos Prestes é a habilidade na explanação dos argumentos sobre as divergências que abrasavam as interações no CC. Na versão de 1982, registrada nos *Monólogos de Prestes*, o “Cavaleiro da esperança” inicia sua explicação de forma direta, sem especificar, inicialmente, quais divergências assolavam o partido, mas afirmando que elas vinham de longe e que o ano de 1968 marca a escalada progressiva do agravamento até que, em 1971, teria se costurado uma manobra para estancar a sangria, sem muitos efeitos.

Segundo Prestes, esse artifício foi engendrado por Marco Antônio, Armênio Guedes e Givaldo como um plano de enviar um terço do CC para o exterior sob a justificativa da segurança. Prestes, pelo contrário, interpretou-a como um golpe da direita do CC para afastá-lo e diminuir sua influência nos debates travados desde 1968. Ou seja, Prestes parecia crer que, até o suposto golpe de 1971, gozava de forças para impedir a consolidação de posições ideológicas “direitistas” na linha política do partido. Entre os nomes citados por Prestes, o de Armênio Guedes é emblemático, um dos principais antagonistas de Prestes no CC. Entretanto, o que Prestes classificou como direita não nos fornece uma diferenciação detalhada dessa facção, pois, nessa conjunção, os grupos de Giocondo e de Armênio Guedes vincularam-se por questões em comum, o que nos leva a crer que, no entender de Prestes, praticamente o CC inteiro era dominado pelo que ele classificou como direita. Prestes, entretanto, diversamente da sua reconhecida determinação, mesmo tendo percebido a manobra para afastá-lo, resolveu acatar a decisão, alegando sua inconspurcada disciplina partidária. Isto é, como membro obediente e submisso, mas longe de ser ingênuo, acatou a decisão e foi para Moscou. Distante da arena de debates, o enfraquecimento das suas posições teria sido inevitável, o que, como veremos, não foi de todo verdadeiro.

Durante a permanência de Prestes no exterior, Giocondo Dias teria sido escolhido como dirigente do PCB no Brasil e seria ele, portanto, quem representaria o partido à luz dos Estatutos. A menção de Dias nessa função não foi aleatória, pelo contrário. O relato é de 1982, apenas dois anos depois da destituição de Luiz Carlos Prestes do secretariado-geral do PCB e da eleição de Giocondo Dias como novo secretário-geral do Partido, com 80% dos votos dos

⁴⁶ REIS, 2011.

membros presentes.⁴⁷ É uma insinuação sugestiva de Prestes para circunscrever desde quando a direita do partido manobrava para impor seus posicionamentos políticos.

Sem embargo, diversamente do que ambicionavam, o ostracismo de Prestes não teve o efeito esperado, ao contrário, a crise assumiria dimensões inéditas. Prestes explica que o CC ficara reduzido aos dirigentes que partiram para o exílio e a alguns suplentes, condição que teria facilitado o recrutamento de alguns companheiros à sua causa. Essa parte carece de uma contextualização. Se é como Prestes está narrando, o ano salta de 1971 para 1975, mais exatamente ao momento em que cerca de 10 dos 31 membros do Comitê Central foram presos e assassinados pela repressão do Governo Geisel. Foi nesse contexto que os membros do CC driblaram a repressão e fugiram para outros países. Assim sendo, com a morte de dirigentes e a fuga de outros, o CC, para manter-se em funcionamento, viu-se na necessidade de investir suplentes no lugar dos que haviam tombado ou dos que permaneceram no Brasil. Nesse novo contexto, nos parece, Prestes recuperou partes de sua influência que, conforme afirmara anteriormente, teria perdido.

Nos anos 1978 e 1979, Prestes alude para o um novo crescimento das divergências, já bastantes acirradas, motivadas, supostamente, pelos arranjos contidos na resolução política de novembro de 1978.⁴⁸ Na deliberação da pauta que resultou na resolução, Prestes assegura que, apesar da conceituação muito abstrata de democracia, ainda foi possível dialogar. Por trás dos debates estaria um artigo de Hércules Corrêa para “‘O Diário’, em 1978, jornal de massa do Partido Comunista Português, afirmando que nós, comunistas, lutávamos pela democracia burguesa”,⁴⁹ muito criticada por ele e alguns outros que não nomeia. No entanto, afirma que o conceito de Hércules Corrêa era, supostamente, a concepção defendida pela maioria do Comitê Central, especialmente da “seção de agitação e propaganda, dirigida por Armênio Guedes”.⁵⁰ Em nossa interpretação, Prestes destaca o grupo de Armênio por duas questões: a primeira constituída pela cerrada oposição de Armênio a Prestes e a infiltração das teses eurocomunistas a partir de 1975; a segunda diz respeito às concepções de democracia, as quais não eram exatamente iguais às do grupo pragmático, liderado por Giocondo Dias, o que, no entanto, não parece ter alterado as acusações de Prestes às duas correntes, apresentadas como direitistas.

⁴⁷ Secretário do PCB quer conversar com PDS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 maio 1980. Caderno: O país, p. 4. Comitê Central do PC destituiu também Hércules e Armênio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 maio 1980. Caderno: Política, p. 4. Comunistas afastam Prestes da secretaria. *Voz da Unidade*, São Paulo 22 a 28 de maio 1980. Caderno: Política, p. 8.

⁴⁸ Resolução Política do Partido Comunista Brasileiro, *Voz Operária*, nº 152, novembro de 1978.

⁴⁹ MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes**: Lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 208.

⁵⁰ MORAES; VIANA, 1982, p. 209.

Não obstante, conforme temos defendido, nenhum membro do partido, assim como nenhum dos documentos oficiais, expõe de maneira incontrovertida ou satisfatória definições que conciliem democracia e prática revolucionária. Fica tudo circunscrito ao “centralismo-absolutizador”, nenhuma conceituação sólida, nenhuma articulação satisfatória que equaliza duas amplitudes de ondas teóricas diversas em uma mesma sintonia. Tudo fica subentendido nas entrelinhas. Definições mais inteligíveis só mesmo com o fim do PCB em 1992 e a guinada explícita ao social-democratismo e abandono do marxismo-leninismo.

Apesar da posição minoritária no Comitê Central, Prestes alega ter compelido o Comitê a acrescentar na Resolução o distintivo tópico sobre a democracia: “[...] há outros conceitos de democracia, mas isso não impede que existe um terreno comum na luta contra a ditadura. E deixava claro que nós comunistas, lutamos por um objetivo estratégico mais distante; a democracia socialista”.⁵¹ O que Prestes relata de memória no documento é escrito da seguinte maneira na resolução:

Participando ativamente da luta unitária pelas liberdades democráticas, os comunistas reconhecem que não são idênticas as concepções de democracia que circulam, explícita ou implicitamente, entre as diversas correntes da oposição. Para os comunistas, a luta pela democracia, pela manutenção, ampliação e aprofundamento das conquistas alcançadas, é parte integrante da luta pelo socialismo.⁵²

Na perspectiva de Luiz Carlos Prestes, o papel dos comunistas na luta contra a ditadura seria o de levar o povo às ruas, assim pressionando o regime a partir de baixo. A sequência dos acontecimentos dependeria da correlação de forças, de forma que tudo era imprevisível. O partido deveria lutar para derrubar a ditadura e participar da composição do novo governo. Falhassem nessa tarefa, defenderiam um governo progressista que garantisse as liberdades democráticas e a livre organização e propaganda do Partido Comunista Brasileiro. Em qualquer das hipóteses, incluindo o estabelecimento de outro governo reacionário, Luiz Carlos Prestes é categórico: “[...] o comunista terá sempre esse objetivo: o socialismo, a revolução, a democracia socialista”.⁵³ Aqui nos deparamos novamente com um conceito de democracia “pastoso” que nunca é definido e sempre generalizado em direitos sociais. É muito possível que Prestes estivesse se referindo à “democracia socialista” soviética, tornando a questão mais nítida, mas opõe-se à concepção inaugurada com as teses da “Declaração de Março de 1958”, buscando restabelecer a coerência com o marxismo-leninismo. Por outro lado, abandonar as teses de 1958 teria sido considerado, pela maioria do CC, um retrocesso inadmissível para o partido. Então,

⁵¹ MORAES; VIANA, 1982, 1982, p. 209.

⁵² Resolução Política do Partido Comunista Brasileiro, *Voz Operária*, nº 152, novembro de 1978, p. 3.

⁵³ *Op. cit.* p. 209.

tal ambiguidade passou a exigir acomodações teóricas entre marxismo-leninismo e democracia em “banho-maria”, com definições fugazes, sem muita ênfase, enquanto transcorria a luta pela inserção do partido na arena política brasileira, em simultâneo à tentativa de pacificar as linhas políticas divergentes.

Prestes registra que, apesar da luta fratricida, ele teria participado de uma última reunião com o Comitê Central em maio de 1979, na qual fez a proposição de que o Comitê assumisse a responsabilidade exclusiva por organizar o Congresso Nacional do Partido,⁵⁴ com vistas a substituir a Resolução do VI Congresso, de 1967, por ele considerada atrasada. Tudo em vão, sua proposta foi voto vencido. A explicação dessa iniciativa nos remete a outra questão: a alegação dos companheiros de Comitê Central de que Prestes jamais apresentou qualquer desacordo à linha política e que sempre apoiou as decisões do Comitê. O que Luiz Carlos Prestes afirmava ser uma inverdade.

Para explicar o imbróglio, Prestes recorre à conjuntura que envolveu as discussões das teses do VI Congresso, de 1967. Teria havido, na época, a necessidade de anular a ultraesquerda, forçando uma conciliação com a direita. A despeito disso, defendia ter sempre desaprovado as teses do VI Congresso. As teses, segundo ele, já nasceram superadas, aparentemente reputadas por uma conjuntura que forçou a conciliação entre duas posições divergentes. Como resultado, teria sido elaborada uma resolução com orientação dúbia⁵⁵. Desse ano em diante, as divergências só aumentariam, afinal, o que antes era uma discussão de teses tornara-se linha política. Uma luta que se estendeu de 1968 a 1979, ano em que Prestes alega que teria se convencido de que não havia mais possibilidades de discussão, pois o Comitê Central, em sua maioria absoluta, havia assumido uma posição direitista. Em 1979, a luta interna, que por princípio estatutário deveria ter permanecido circunscrita ao Comitê Central teria, segundo Prestes, teve seus primeiros vazamentos expostos nos “jornais burgueses”, ou seja, expunha-se os sinais da grave cisão que assolava o PCB. Os vazamentos e as deliberações da reunião de 1979 foram apontados por Prestes como os responsáveis por sua decisão definitiva: a publicação da “Carta aos Comunistas”, em maio de 1980. A razão da carta:

[...] todos os comunistas revolucionários do país, o povo inteiro, todo o povo brasileiro saiba que não fui conivente com a situação que está aí. Desde que cheguei no Brasil minha preocupação tem sido esta: deixar claro que não sou conivente com o CC. Porque a convivência seria traição à classe operária.⁵⁶

⁵⁴ Art. 31º dos Estatutos do Partido Comunista Brasileiro. In: **PCB: vinte anos de política 1958-1979.** 1980, p. 204-205.

⁵⁵ MORAES; VIANA, 1982, p. 211.

⁵⁶ *Ibidem.*

Durante todos aqueles anos, portanto, Luís Carlos Prestes teria se resignado a suportar as hostilidades e contrariedades, procurando alterar o *status* da linha política. Quando as possibilidades se esgotaram, não haveria mais condições de compactuar com o que considerava um erro em favor de uma suposta unidade. Teria, então, decidido deixar manifesta a todos os militantes sua incompatibilidade com as teses do VI Congresso. Asseverava que antes de 1980 ninguém poderia tê-lo acusado de indisciplina, pois se submetera às decisões do CC. Tal submissão pode explicar o motivo de diferentes dirigentes argumentarem que não compreendiam as divergências de Prestes, pois este votara sempre a favor das Resoluções. Todavia, votar a favor não justificaria a afirmação de que ele jamais houvesse manifestado qualquer divergência com a linha política.

A luta interna que antes era apenas fomentada na chamada imprensa burguesa, tornou-se pública e notória, deixando as bases do partido perplexas. Alertas às consequências da ruptura de Prestes com o PCB sobre as bases, teriam sido iniciadas tratativas para mitigar a situação. Entre elas, a ida de membros do Comitê Central para conferenciar com Prestes a possibilidade de conciliação com o partido. Prestes, no entanto, afirma ter recusado, peremptoriamente, receber qualquer membro do Comitê Central. Nem mesmo o secretário-geral Giocondo Dias, sob a seguinte justificativa:

Ele [Dias] continua tendo ilusões sobre a possibilidade de conciliação. Nós estamos diante de uma questão de princípios. É isso que Giocondo não entende. Diante de questões de princípios, não pode haver transigência. O camarada Brejnev é taxativo quando tratou dessa questão no seu informe ao XXVI Congresso do PCUS. Disse: “As divergências entre comunistas devem ser tratadas com camaradagem e dentro do partido, salvo se se trata de questões de princípios”. E exemplifica: “divergências entre revolucionários e reformistas; entre marxistas criadores e dogmáticos esquerdistas. Nestes casos não pode haver transigência. São questões de princípios”.⁵⁷

Para explicar a tal questão de princípios, Prestes se vale de um argumento muito utilizado nas Resoluções analisadas no primeiro capítulo: o desconhecimento das doutrinas marxistas-leninistas. Uma sentença que lembra algo um tanto quanto escatológico do tipo “o meu povo perece por falta de conhecimento” (Oséias 4:6) para explicar, inclusive, a falta de penetração do PCB na classe operária. Pormenoriza o argumento, referindo-se à estratégia indicadora do caráter político do partido:

Se nós temos uma estratégia nacional-libertadora, nós vamos ter um partido nacional-libertador, e não um partido comunista. Um partido do proletariado. O nosso partido era um partido nacional libertador, policlassista e não o partido de uma classe. Hoje, o partido é reformista. Não é um partido revolucionário. É um partido que luta por um

⁵⁷ MORAES; VIANA, 1982, p. 213.

governo burguês e tem a ilusão de que este governo burguês vai ter um desenvolvimento capitalista independente.⁵⁸

Finalmente chegamos ao momento em que o marxismo-leninismo de Luiz Carlos Prestes encontra a teoria da dependência. Aparecem timidamente, mas os indícios da teoria da dependência estão ali para explicar no que Prestes divergia da Resolução de 1967.

Nas palavras acima, encontramos desmembramento do corpo teórico que o PCB seguiu por mais de 60 anos. Prestes secciona com cortes precisos os pontos vitais da linha política do I ao VI Congresso. Afinal, o PCB sempre apregoou que o caráter da revolução brasileira era nacional e democrático — o mesmo que dizer nacional e libertador — mas Prestes sustenta que um partido nacional-libertador não condiz com um partido comunista, um partido **da classe operária**⁵⁹, porém, o PCB organizara-se durante todos aqueles anos como um partido nacional-libertador, policlassista. Na visão de Prestes, um disparate. Se é policlassista, não é um partido da classe operária, da defesa da causa operária, da luta pelo estabelecimento de um governo dirigido por operários e para operários. Em outras palavras, a alegação de Prestes é uma referência à ditadura do proletariado ou governo dos trabalhadores. Um argumento coerente com os princípios do marxismo-leninismo. No que a linha política resultou? O PCB se tornou um partido reformista. De estratégia reformista. Um partido que defende a utilização da arena política burguesa como caminho para eliminar, no Brasil, a subordinação (dependência) das economias dominantes (imperialismo) e desenvolver um capitalismo independente.

Às vistas de Prestes, o partido estava desconcertado, alienado, pois um país como o Brasil precisava era do socialismo. Mas, por ser um partido reformista, segundo Prestes, o PCB concebia “[...] o socialismo [como] um objetivo distante; [recusando-se] o CC [a] falar [...] de socialismo”.⁶⁰ Essa estratégia de lançar o socialismo para um futuro distante, diz Prestes, só contribuiria para o fortalecimento das forças imperialistas. Aos seus olhos, teria sido escandaloso o Comitê Central não ter enxergado que se tratava de uma estratégia conciliadora, uma estratégia que jamais romperia a dependência da economia nacional dos monopólios imperialistas. Como não divisava que essa estratégia não eliminava o inimigo principal da revolução:

[...] os monopólios, as multinacionais, o latifúndio que está integrado nesse sistema de poder. Nós precisamos ter no poder um bloco de forças anti-imperialistas, antimonopolistas e antilatifundiário. O imperialismo hoje não é só o inimigo externo;

⁵⁸ MORAES; VIANA, 1982, p. 214.

⁵⁹ Grifo nosso.

⁶⁰ *Op. cit.*

está incrustado no sistema socioeconômico brasileiro. São os monopólios estrangeiros, as multinacionais que estão aqui dentro.⁶¹

Da perspectiva do marxismo-leninismo, o capitalismo, de fato, já atingira o último estágio histórico: o imperialismo.⁶² Portanto, o que Prestes fez foi incluir o Brasil como um país com centenas de milhares de operários, de capitalismo desenvolvido, mas dependente; enquadrando-o na etapa da luta anti-imperialista, da desintegração do capitalismo e a transição para o socialismo. Em outras palavras, na perspectiva história-progresso marxista leninista, o estágio atual é a época da passagem de todas as nações para a nova via socialista. Da perspectiva leninista, a arguição de Prestes é impecável.

Qual tarefa Prestes elege a mais urgente? A luta interna. Por onde deve começar a luta? Pela “elevação do nível teórico do partido”.⁶³ Por elevação teórica entendemos a anexação ao marxismo-leninismo as teses da teoria da dependência. Prestes considerava que apenas a elevação teórica faria do PCB uma força capaz de conquistar a vanguarda do proletariado, condição *sine qua non* para o êxito do processo revolucionário.

O segundo aspecto era a questão do socialismo.

Numa primeira fase, o poder não pode ainda ser socialista, mas não vai ser um poder tipicamente capitalista. O objetivo inicial é o desenvolvimento da economia, mas com base nas massas e na elevação do nível de vida do povo. É lei do capitalismo: na medida em que ele desenvolve, a riqueza se acumula nas mãos de uma minoria. Um exemplo típico é o chamado milagre brasileiro. É a última constatação no nosso país das leis de Marx sobre a concentração do capital. Tudo que aconteceu aqui está descrito no primeiro tomo de “O Capital”. Explico: a medida em que o capitalismo se desenvolve – Marx usa a palavra polariza – a riqueza se concentra nas mãos de uma minoria e a miséria se polariza nas grandes massas. Isto é a lei do capitalismo. E é essa fatalidade que nos dá a segurança de que a classe operária é a classe que cresce, e a classe do futuro, é a classe que pode chegar ao poder. E é essa questão teórica que o CC quer jogar de lado.⁶⁴

O que chama nossa atenção é o determinismo que Prestes dá as “leis de Marx”. Segundo Denis Collin⁶⁵ (2010), a obra de Marx nunca foi terminada. Não há, portanto, uma teoria das classes sociais, uma teoria do Estado. A proposta de Marx, em *O Capital*, era realizar uma crítica da economia política. A versão padronizada do “marxismo”, com sua sucessão dos modos de produção, ou seja, o aumento do proletariado no modo de produção capitalista levaria, inevitavelmente, à tomada do poder pelos operários pela necessidade histórica da sucessão do modo de produção capitalista pelo socialista, o que é impossível de sustentar. Aliás, em carta a

⁶¹ MORAES; VIANA, 1982, p. 214.

⁶² LÊNIN, Vladimir Ilitch, 1870-1924. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021. Disponível em: <<https://pt.br1lib.org/book/17395262/ea032f>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ COLLIN, Denis. **Compreender Marx**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.296, p.

Vera Zassulitch, Marx declara que a sucessão dos modos de produção vale para a Europa ocidental, frisando as numerosas passagens de *O Capital* desautorizando qualquer extração que faria dela uma teoria da sucessão dos modos de produção. Segundo Collins, foi o encanto de Karl Marx pelo progresso técnico, a aplicação da ciência à técnica para o desenvolvimento da produtividade do trabalho e da terra o que permite compreender o aspecto da história-progresso e delimitar as dimensões utópicas de Marx.

Não queremos com isso imputar a Prestes a padronização do marxismo, reconhecemos que foi algo que ele herdou. Por outro lado, permanece a questão de que os comunistas transformaram o “marxismo” em uma teoria que prevê a inescapável ascensão do proletariado como classe e do socialismo como uma consequência do processo histórico. Essa é a parte contida no final da citação “[...] fatalidade que nos dá a segurança de que a classe operária é a classe que cresce, é a classe do futuro, é a classe que pode chegar ao poder”.⁶⁶ Questão teórica que Prestes enfatiza querer o Comitê Central jogar de lado.

Diferentemente de Prestes, não é possível afirmar que o Comitê descartasse a tese de que o capitalismo brasileiro já formara a classe do futuro e a inevitabilidade do socialismo. As diferenças estavam em como cada grupo manipulava os significados dos conceitos para projetar a aptidão do estágio revolucionário. É possível considerar que o comunismo expressa uma estrutura de sentimentos. Nessa perspectiva, a ação de elementos residuais, emergentes e dominantes da estrutura, cuja seleção dos significados seria o ponto chave para as diferentes posições, manteria os grupos divergentes abrangidos pela perspectiva ampla do socialismo. A contradição se manteria apenas na medida em que o marxismo-leninismo é tomado como verdade absoluta, portador de uma única interpretação, ou seja, uma contradição de origem mais ontológica do que de visão de mundo que estabelece não se, mas como e quando o socialismo pode ser instaurado.

Na concepção de Prestes, por outro lado, o PCB assumira uma posição direitista que ficava mais explícita com as constantes insinuações e maus agouros contra a União Soviética; como se já não bastassem as ilações das forças imperialistas. Ao cometer tais infâmias, o PCB faria a política ideológica do mundo capitalista e maculava a única força capaz de enfrentar as potências imperialistas, a URSS:

O capitalismo sabe que a URSS é a única força capaz de enfrentar o imperialismo. Por que nós temos 36 anos de paz? O clima que Churchill criou no começo da guerra fria era de uma terceira guerra mundial. O imperialismo desejava a guerra. E só não conseguiu porque não teve condições objetivas para desencadeá-la. Mas o imperialismo não mudou de caráter, embora a guerra fria tenha terminado. Continua sendo o imperialismo. Acredita que a única saída para a crise mundial é a guerra. A

⁶⁶ MORAES; VIANA, 1982, 214.

guerra mundial, para que o mundo possa ser redividido. E só não conseguiu a guerra porque a União Soviética impede. É a União Soviética a potência econômica e política que cria obstáculos. Sem dúvida alguma, age com a ajuda de outros países socialistas e do movimento mundial pela paz, que tem penetração dentro dos próprios Estados Unidos. Aliás, a população norte-americana tem se posicionado contra a guerra, particularmente após o desastre do Vietnã. Reagan faz questão de dizer que pretende intervir em El Salvador, mas se apressa em esclarecer que não quer criar ali um novo Vietnã. Por quê? O povo americano vai às ruas e protesta: milhares de manifestantes desfilaram em Washington contra a intervenção. Eu não posso admitir o antisovietismo.⁶⁷

Entretanto, a maioria dos membros do Comitê Central não era antisoviética e, nesse ponto, Prestes omite esse aspecto para dar mais peso aos seus argumentos. Era improvável que Prestes não soubesse que o antisovietismo vinha do grupo de Armênio Guedes, minoria no Comitê Central. Por outro lado, as exibições antisoviéticas nas publicações do PCB controladas por Guedes só confirmam a fragilidade no controle das zonas de incertezas. Armênio Guedes e sua equipe tinham presença forte no semanário *Voz da Unidade* e partiram desse grupo as críticas à URSS. Inclusive, na concepção de Armênio:

Eles concordam em assumir uma atitude crítica diante do tipo de política conduzida pela União Soviética. Acham normal o que ocorreu no caso da Tchecoslováquia, do Afeganistão e da Polônia. Eles pensam que tudo que a União Soviética realizou como política exterior é correta – é uma política a favor do socialismo [...]. A coisa complica ainda mais quando se sabe que Prestes também acusa a direção do partido de ser ‘antisoviética’. Na verdade, não é. As posições de Prestes e a do grupo da direção atual [1985] do partido, na realidade, são muito semelhantes.⁶⁸

A dificuldade em diferenciar os posicionamentos estava no uso de conceitos comuns à estrutura de sentimento dos comunistas.

A versão de janeiro de 1988 de Luiz Carlos Prestes é iniciada com uma longa digressão de fatos anteriores que julgava terem sido os mais importantes de sua trajetória. As 22 laudas empregadas para registrar desde o início a sua atividade política, em 1921, como um conspirador, “[...] elemento da pequena burguesia, oficial do Exército, querendo lutar contra o governo da época”,⁶⁹ até sua prisão em 1935, quando permaneceu “num isolamento total de nove anos”⁷⁰. A partir daí, Prestes inicia uma espécie de justificativa para as falhas cometidas nos anos que o conduziram aos equívocos.

Chegamos a 1945 sob a alegação de que teria sido esse o início de sua atividade como comunista. Não deixa de nos causar certa estranheza, pois que, apesar de reconhecermos que os anos de prisão (1935-1945) imobilizaram a ação política de Prestes, o mesmo já havia permanecido na União Soviética de outubro de 1931 a 1934, período em que estudou marxismo-

⁶⁷ MORAES; VIANA, 1982, p. 215.

⁶⁸ GUEDES, Armênio. Revista *Socialismo & Democracia*, n.º 6, ano 2, 1985. Entrevista. SANTOS, 2012, p. 148.

⁶⁹ HOUAISS *et al.*, 1988, p. 111.

⁷⁰ *Ibidem*.

leninismo com professores soviéticos, entre os quais Dmitri Manuilsky, destacado membro da Internacional Comunista, que sugeriu a Prestes que entrasse para o PCB. Certamente, Prestes já estava inclinado ao convite. Recebendo a assertiva de Prestes, Manuilsky escreveu para que o PCB recebesse Prestes como membro. Entretanto, as primeiras solicitações foram recusadas, pois, segundo Prestes, o Comitê Central acreditava que sua filiação, por sua origem burguesa, seria prejudicial ao partido. Cansado de discutir, Manuilsky teria enviado ordens expressas para filiação. Teria sido assim, alega Prestes, que, em 1.º de agosto de 1935, se tornou membro do PCB. Isso sem mencionarmos a participação de Prestes na insurreição de 1935. Contradições a parte, continuemos.

Mesmo que tenha iniciado sua atividade política como comunista em 1945, o sufrágio que o elegeu secretário-geral ocorreu em 1943, permanecendo no cargo por 37 anos. Prestes, entretanto, ressalva: “[...] o que eu conhecia da realidade brasileira? E mais. O que conhecia do marxismo?”⁷¹. Provavelmente, pela sua instrução e capacidade de ler em outras línguas, somadas à sua experiência na União Soviética, mais do que a maioria dos membros do Comitê Central. Afinal, como ele mesmo afirma, em 1929 já havia lido Marx, Lênin e outros autores:

Eu li em espanhol e já havia muita coisa em espanhol. *O Capital* já estava traduzido, o *Anti-Duhring*, todos esses livros já estavam traduzidos. E lia alguma coisa em francês. Santa Fé tem muito boas livrarias e se encontram livros em português, livros em espanhol, livros em francês.⁷²

Das mãos de Astrojildo Pereira, em 1927, na cidade de Puerto Soarez (Bolívia), recebeu tudo quanto Astrojildo pode conseguir de literatura marxista — Marx, Engels, Lênin etc., quase todos em francês das edições L’Humanité (PEREIRA, 2012). Não obstante o acesso a um bom acervo e meios para sua instrução, distingue outras condicionantes que induziram ele e o partido ao erro. Primeira, erros intrínsecos da Resolução do VI Congresso da Internacional Comunista, de 1928, transmitidos a todos os comunistas. Uma distinção intrigante e sugestiva. Seria como se Prestes quisesse nos induzir a crer que seus erros não eram propriamente seus, posto que, “[...] era muito difícil, para um homem apenas, superar e contrariar a orientação dada a todos os Partidos Comunistas da América Latina”,⁷³ a qual classificava os países do subcontinente como coloniais ou semicolonais, prognosticando o caráter nacional-libertador para uma possível revolução. Isto é, segundo Prestes, o “pecado original” transmitido aos comunistas.

⁷¹ HOUAISS *et al.*, 1988, p. 132.

⁷² CARONE, E. Entrevista: Luís Carlos Prestes. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, n. 33. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.15.v0n33.2179>>. Acesso em: 15 jun. 2022

⁷³ HOUAISS *et al.*, 1988, p. 132.

Outra condicionante teria sido o dogmatismo na forma de apreensão e aplicação das teses do VI Congresso de 1928 até aqueles dias (1988). O conceito de dogmatismo, entretanto, é muito utilizado para justificar erros da linha política atribuídas sempre aos intérpretes, nunca admitindo-se que o problema poderia estar no próprio marxismo-leninismo. No nosso entendimento, o dogmatismo serviu com uma categoria estanque à crítica ao marxismo-leninismo. A definição que cada comunista dá ao que denomina “marxismo dogmático” nunca é clara, tornando-se um conceito espinhoso ao pesquisador defini-lo, sem embargo, na maioria das vezes parece indicar um usuário que recorre aos textos “marxistas” de forma sacra ou *ipsis litteris*, transplantando os paradigmas fundamentais de Lênin e Marx sem a exegese das condições e do tempo decorrido. Em outras palavras, um significado monolítico, exclusivo, imanente, imutável, mas, exequível em toda e qualquer realidade social. Um subterfúgio utilizado com frequência para desqualificar os desviantes da interpretação oficial ou adotada por um grupo majoritário. Entretanto, a utilização desse sofisma não era uma exclusividade de Luiz Carlos Prestes, pois foi muito comum, nos documentos analisados, os escribas utilizarem-se dessa adjetivação para desqualificar uma posição ou interpretação diferente daquela endossada pelo Comitê Central.

Como, então, Prestes teria conseguido escapar à atração das teses do VI Congresso? Segundo ele, através de um processo moroso, resultado de anos de muito estudo, esforço e disciplina, cujo ponto fundamental foi o cuidado para o marxismo não assumir a categoria de dogma. Do espinhoso processo venceu a razão, responsável por arrancar-lhe as traves que bloqueavam seus olhos de enxergar a verdade:

Os principais países da América Latina, inclusive o Brasil, conquistaram a independência no princípio do século passado, se fosse colônia, deveria ter aqui um Vice-Rei. Colônia eram Moçambique, Angola e outros países da África. Colônia era a China que somente em 1949, com a revolução de Mao-Tse-tung, ultrapassou a condição de semicolônia.⁷⁴

Nessa perspectiva, o Brasil não precisava de uma revolução nacional-libertadora, pois a libertação nacional ocorreu em 1822, quando deixou de ser colônia de Portugal. Por que levar cerca de 60 anos para chegar à conclusão que ele mesmo classificou como óbvia? Diga-se, não parecia tão óbvia para os demais membros do Comitê Central. Entramos na outra condicionante discriminada por Prestes para fundamentar sua arguição: o atraso cultural brasileiro contribuiu para o monolitismo teórico do partido.

Prestes, como era comum entre os comunistas, interpretava a história pelo viés evolutivo, em um sucessão de etapas cumulativas que engendravam o progresso induzindo a

⁷⁴ HOUAISS *et al.*, 1988, p. 133.

classificação das sociedades entre atrasadas e evoluídas ou superiores e inferiores. É sob esse ângulo, por exemplo, que Prestes identifica, como uma das causas da demora em perceber os erros das teses, o atraso cultural brasileiro⁷⁵. Em outros termos, considerando o engajamento nas ideias socialistas e comunistas como uma estrutura de sentimento, não só Prestes, mas os comunistas, tinham balizas nítidas ao conceberem a sociedade socialista em um estágio mais avançado que a sociedade capitalista, de forma que a URSS só poderia ser uma sociedade evoluída, civilizada, desenvolvida. Já a sociedade brasileira, em relação à URSS, era atrasada. As causas estariam no processo histórico de cada sociedade.

É dessa perspectiva que Prestes classifica o atraso do Brasil. Por exemplo, enquanto no Brasil nunca se registraram estatísticas confiáveis para a realização de uma análise da realidade brasileira, na Rússia czarista já havia boas estatísticas capazes de avalizar o célebre livro de Lênin, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. A sofisticada cultura russa caucionou o surgimento de uma intelectualidade profícua capaz de formar bons professores, legando a futura URSS de condições para formação de “[...] uma corrente intelectual marxista, que Lênin chamava *marxismo de cátedra* — o marxismo legal — exercido por professores marxistas”.⁷⁶ Tal processo, infelizmente, não ocorrera no Brasil, furtando-nos a formação da corrente intelectual marxista e da possibilidade de uma leitura da realidade brasileira mais efetiva. O irônico é que as *Teses Para a luta Revolucionária dos Povos dos Países Coloniais e Semicoloniais*, de 1928, eram afiançadas por intelectuais marxistas da URSS. Em última causa, portanto, a origem de seus erros e a demora em concluir o que descobrira óbvio, sem dúvida foi:

[...] o atraso cultural do nosso povo, porque, membros e partes desse povo, nós, também, não conhecíamos a realidade brasileira. Não temos dados suficientes sobre a realidade. E insuficiência do conhecimento do próprio marxismo, pois se não houvesse essa insuficiência, poderíamos ter rompido com essa orientação há mais tempo. Todavia, essa orientação perdura, hoje, em toda a América Latina, com a exceção de Cuba.⁷⁷

Para Prestes, o intelectual marxista por excelência forma-se no ventre da classe revolucionária, mas a teoria revolucionária não conseguia penetrar na classe operária brasileira porque, além de pouco alfabetizada, não conhecia idiomas estrangeiros e os poucos livros em língua portuguesa “eram perseguidos” (*sic*), ou seja, de difícil localização e perigosos ao acesso. Não fosse isso o bastante, o pouco que chegava aos operários era de interpretação de terceiros e tudo isso somado à ilegalidade e à perseguição ao partido. “Aí é que está a origem. Em função

⁷⁵ HOUAISS *et al.*, 1988, p. 133.

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ *Ibidem*.

de todo esse quadro, ficamos patinando na aplicação das *Teses Para a Luta Revolucionária dos Povos dos Países Coloniais e Semicoloniais*”.⁷⁸

Os argumentos de Prestes nos parecem deterministas demais, afinal, não era apenas no Brasil que a classe operária não sabia ler em idiomas estrangeiros, nem a perseguição ao comunismo era exclusividade brasileira. Aliás, assim como na Rússia e na quase totalidade dos países, a classe operária era, em sua maioria, analfabeta (HOBSBAWM, 1990), o que explica, inclusive, porque o PCB lutava pelo direito do voto aos analfabetos.

A propósito, a “corrente renovadora” utilizar-se-ia de argumentos análogos para desqualificar o marxismo-leninismo. Leandro Konder, um dos expoentes dessa corrente, enfrentou as mesmas dificuldades: realmente eram raríssimos os livros de Marx traduzidos para o português ou mesmo para o espanhol. Com muitas dificuldades era possível encontrar alguns livros em francês (KONDER, 1988, p. 169). O contato com Marx teria ocorrido de forma indireta através de citações em obras de terceiros e, mesmo assim, sob a ótica interpretativa do autor. Condição que nem os membros do Comitê Central teriam escapado, pois eles também eram “[...] todos mal-informados a respeito das concepções de Marx, tinham noções extremamente vagas do marxismo”. (KONDER, 1988, p. 131). Essa debilidade — ausência de Karl Marx — teve por consequência o assentamento irrestrito da doutrina “marxista-leninista” no PCB. Konder argumenta que o marxismo-leninismo resulta de um processo histórico específico que legou concepções difíceis de serem abandonadas: um corpo doutrinário criado com o propósito de fortalecer o partido, “compacto, maciço, simples e imponente”. Uma doutrina capaz de inculcar, nos militantes, a convicção de que o partido estava sempre certo ou, quando eventualmente errado, era sempre o agente mais indicado para correção do erro. Essa doutrina foi elaborada nos anos que se seguiram imediatamente à morte de Lênin e recebeu o nome de marxismo-leninismo. Se a doutrina guardava elementos do pensamento de Marx e Engels, adquiriu novas concepções a partir das interpretações de Lênin e da elaboração de novos pressupostos a partir de sua morte, bem como das condições existentes no espaço de tempo em que Stalin esteve no poder. Se nos primeiros anos comportou “exegeses diferentes, versões ideológicas distintas”, em um segundo momento “passou a ser uma doutrina rigidamente codificada [...] exclusiva”. (KONDER, 1988, p. 41, 42).

Tão profundamente a doutrina marxista-leninista penetrara no PCB, que jamais o partido conseguiu eliminar a feição “[...] legitimadora de uma necessidade inexorável, que só o partido – instância definidora do projeto revolucionário – tinha autoridade para interpretar”

⁷⁸ HOUAISS *et al.*, 1988, p. 133.

(KONDER, 1988, p. 43), perpetuando, assim, a noção de que apenas um grupo seletivo de pessoas, circunscritas à cúpula, detinha a capacidade de interpretar e de estabelecer a linha política pela qual o partido deveria agir. Heranças do período stalinista e da consequência da liderança do PCUS sobre a Internacional Comunista (IC) e a determinação do marxismo-leninismo como única corrente aceita, reconhecida e transmitida aos PCs do mundo.

De certa forma, nesses argumentos, encontra-se o arquétipo das contradições existentes no Partido Comunista Brasileiro. Do lado de Luiz Carlos Prestes, marxista-leninista, a má formação de quadros e intelectuais marxistas-leninistas era a razão pela qual a teoria revolucionária estava eivada pela tese de uma suposta democracia abstrata de concepção direitista que mitigava a necessidade da revolução. Do outro, os direitistas, lugar prévio dos “renovadores”, que atribuíam à formação marxista-leninista dos quadros do PCB o esquerdismo, razão crucial para a derrota da dialética e a dificuldade em aceitar a democracia como valor universal. Entre esses opositos, situava-se a maioria do Comitê Central, nutrindo a união entre duas perspectivas incompatíveis: marxismo-leninismo e democracia.

Quanto às razões da demora em chegar-se à verdadeira interpretação da realidade brasileira, Prestes inicia a exposição a partir das divergências políticas com o Comitê Central. Pondera que, antes mesmo da convocação do VI Congresso de 1967, já discordava das teses deliberadas. Isto é, as bases de suas novas posições já estavam cimentadas sob a teoria da dependência, escapavam-lhe, ainda, alguns pormenores, mas nada que mudaria sua interpretação, qual seja: “[...] o Brasil era um país capitalista e, portanto, as teses não eram aplicáveis. O caráter da revolução tinha que ser outro”;⁷⁹ eis aí o primeiro choque: as teses. Prestes lastimava, pois, nem mesmo após a apresentação que fizera das contradições das teses, estas deixaram de ser aprovadas. Contradizendo a essa afirmação, os companheiros do Comitê Central alegavam que “[...] o companheiro Prestes sempre votou a favor de todas as resoluções políticas aprovadas nas reuniões do Comitê Central”.⁸⁰ Vejamos, porém, como Prestes explica sua aprovação à versão da Resolução Política do VI Congresso, publicada em 1967:

Muita gente não sabe, mas fomos obrigados a comprar um terreno todo arborizado, um bosque, para que não tivéssemos vizinhos. No meio, abrimos uma clareira, construímos barracões, instalamos água, esgoto. Ainda assim, com todos esses cuidados, era perigoso ficarmos ali por muito tempo e já estávamos reunidos há quinze dias. A comissão de resoluções, que tinha que elaborar a resolução política, estava empatada, não andava. Eu tinha uma opinião, que expressava a posição do Secretário-

⁷⁹ HOUAISS *et al.*, 1988, p. 134.

⁸⁰ Divergências na direção do PCB podem levar a novo cisma. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 fev. 1980. Caderno: Política e Governo, p. 8.

Geral, com um certo peso. E todo o resto do Comitê Central contra mim. Tivemos de apressar as coisas.⁸¹

A razão da sua aprovação à resolução não foi o consentimento com as teses, mas a pressa, o que não desmente a sua alegada exposição das contradições, mas apenas informa que a conjuntura o levara a se acomodar, afinal, pior do que a publicação de teses contraditórias era o risco de todo o Comitê Central ser capturado pela repressão.

Logo em seguida à aprovação das teses, Prestes afirma ter viajado à União Soviética para explicar as teses do VI Congresso de 1967. Além de sua explicação, pediram-lhe que escrevesse um artigo para a *Revista Internacional*.⁸² Prestes, entretanto, afirma ter ficado aturdido com o pedido, pois arriscaria expor as contradições das teses, entre elas a ausência da meta do Partido Comunista Brasileiro. Expor as contradições era piorar o relacionamento e divergências com o Comitê Central. Mas, como atender o pedido dos soviéticos sem entrar no caráter da revolução, a meta dos comunistas? Para contornar a dificuldade, diz ter usado a expressão governo revolucionário, afiançando um posicionamento de que “[...] os comunistas brasileiros lutavam por um governo revolucionário”.⁸³ Mas, ao retornar ao Brasil, descobriu que seu artigo não fora bem recebido pelos companheiros, que o descreveram como esquerdista, sectário e golpista⁸⁴, por empregar o termo “governo revolucionário”. Tentando acalmar os espíritos, dissera que a expressão “governo revolucionário” fora publicada com uma ressalva em nota de rodapé, os ânimos permaneceram exaltados. Propôs, então, que o Comitê Central debatesse o assunto, mas negaram-lhe também isso. O ano de 1968 chegou e as tensões continuaram elevadas. Em meados de setembro de 1968, decidido a enfrentar o problema, seguindo o rito apropriado, escreveu um texto de 15 laudas e o distribuiu aos membros do Comitê, explicando suas considerações publicadas no artigo da *Revista Internacional* e seu posicionamento, inútil. O Comitê Central mantinha-se inflexível, recusava-se a debater as divergências. A reunião subsequente só foi realizada em abril de 1969, quer dizer, 6 meses depois da apresentação de seu texto.

Aprofundando-nos um pouco mais, encontramos a alegação de Prestes de que seu documento não fora, sequer, considerado e incluído na pauta de debates da reunião de 1969. O Comitê Central, por outro lado, desacredita a alegação de Prestes, afirmando que o tal

⁸¹ HOUAISS *et al.*, 1988, p. 134.

⁸² Revista Internacional: O mundo em revista n.º 5/6 de 1968. Não tivemos acesso ao volume, apenas a edição e ano da publicação.

⁸³ HOUAISS *et al.*, 1988, p. 135.

⁸⁴ A expressão não tem uma definição exata, mas geralmente está ligada a posicionamentos radicais como a via armada, que defende a tomada do poder via golpe de Estado ao invés da via pacífica. Mas dependendo do contexto pode assumir definições como: superestimação das próprias forças, avaliação exagerada das possibilidades objetivas, isolamento das massas, sectarismo.

documento, em tempo algum, chegou-lhes às mãos, duvidando, inclusive da existência deste documento. Todavia, diversamente do que afirmara o Comitê Central, o documento de fato existiu, e nele se encontram alguns elementos que iriam aparecer na “Carta aos Comunistas”, de março de 1980. Contudo, se e quando foi efetivamente apresentado, não podemos precisar, apesar de Anita Leocádia Prestes confirmar não só a sua existência, como sua distribuição ao Comitê Central em 1968:

Nesse documento [...] Prestes [...] apresenta vários problemas, mas levanta, basicamente, que os comunistas no Brasil, naquela época, deviam lutar contra a ditadura, mas só lutar contra a ditadura descharacterizava o partido como um partido revolucionário da classe operária. Quer dizer, na luta contra a ditadura, na opinião dele, era necessário – ele cita Lenin, inclusive nesse sentido – aproveitar essa participação na luta contra a ditadura para educar os trabalhadores, as massas, no sentido da necessidade do socialismo, e formar quadros, as lideranças, para marchar rumo ao socialismo. Essa é a proposição dele nesse documento.⁸⁵

O documento foi escrito sob o pseudônimo Antônio Almeida⁸⁶ e, diferentemente da descrição, tem 23 páginas, sendo uma cópia deixada para Lygia Prestes e outra enviada para Moscou, mais tarde transferida para o Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, coleção Luiz Carlos Prestes, pasta 009. Segue a transcrição do primeiro parágrafo do documento:

[p. 1] (sic). Pelo Comitê Central foi decidido, em sua reunião de setembro de 1968, colocar na ordem-do-dia para discussão, a linha política e tática do Partido no que se refere aos problemas da frente única das forças antiditatoriais e do governo por que lutamos nas condições atuais. É evidente que, ao tomar essa resolução, não tinha em mira o CC modificar ou rever a linha traçada pelo VI Congresso, como está exposta em sua Resolução Política, mas decidir a respeito da interpretação que deve ser dada a uma ou outra passagem daquela Resolução Política, em torno das quais surgiram divergências de interpretação. Justamente por isso, foi também decidido, que os membros do CC poderiam apresentar por escrito sua opinião sobre os problemas em discussão, para prévio conhecimento dos demais membros do CC, e que se partaria das opiniões escritas que fossem apresentadas para realizar-se a discussão da próxima reunião ordinária do CC, como ponto obrigatório da ordem-do-dia.

2 (sic). Cabe aqui recordar que a questão em apreço foi suscitada no CC em consequência da maneira por que abordei problemas relacionados com a linha política e tática do Partido em dois artigos por mim assinados: um deles na *VOZ OPERÁRIA* (sic) (julho de 1968) e outro na *REVISTA INTERNACIONAL* ("O MUNDO EM REVISTA", nº 5/6, de 1968) (sic). Algumas passagens desses artigos foram consideradas errôneas ou, pelo menos, contrárias ao espírito e à letra da resolução Política do VI Congresso. Tanto que para ser publicado o meu segundo artigo na versão brasileira da *REVISTA INTERNACIONAL* (sic), decidiu o CC que seria agregado ao referido artigo, como de fato se deu, todo um parágrafo da Resolução Política do VI Congresso. E com isto concordei porque não vejo nenhuma contradição

⁸⁵ PRESTES, Anita Leocádia. **Uma intelectual da revolução.** In. *Novos Temas*, n.º 7. Ed. Instituto Caio Prado Junior, 2012, p. 29-36.

⁸⁶ Nome falso utilizado por Luiz Carlos Prestes.

entre o que escrevo nos meus referidos artigos e a Resolução Política do VI Congresso, como procurarei em seguida demonstrar.⁸⁷

Dadas as evidências de que desde os anos de 1960 havia fortes divergências sobre a linha política do partido, não temos razões para crer que Prestes fabulou a sua distribuição ao Comitê Central. Parece, entretanto, que nem mesmo atendendo às regras prescritas pelo Comitê Central — apresentar por escrito suas opiniões de forma prévia aos membros do Comitê —, seriam abertas as portas para o debate interno de seus posicionamentos, levando Prestes a lamentar: “[...] tudo que o congresso havia decidido era certo. Tudo o que havia sido firmado era sagrado”⁸⁸ É irônico Prestes estranhar e/ou criticar essa postura, afinal, o que ele experimentara fora, nada mais nada menos, que a imposição do centralismo democrático. Em tese, o centralismo democrático deveria ter posto um fim às divergências, mas não foi o caso. Em relação à versão de 1982, seis anos depois, Prestes acrescenta que, de 1969 a maio de 1979, foram 10 anos desagradáveis, período no qual, como membro disciplinado e secretário-geral do partido, coube-lhe “[...] transmitir as decisões partidárias, dito aos partidos-irmãos, não o que eu pensava, mas o que havia sido firmado”⁸⁹

Não obstante, não renunciou ao direito ao debate, utilizando-se de insistentes e constantes pedidos para que o Comitê Central discutisse as alegações de setembro de 1968. A consequência teria vindo em 1971. Dissimulada na justificativa de preservar a integridade física, “era necessário que uma terça parte do CC fosse para o estrangeiro”⁹⁰ Teria sido esse, segundo Prestes, o golpe para asfixiar sua voz no Comitê. Afinal, replicou Prestes, a determinação era enviar um terço do Comitê para o estrangeiro, no Comitê havia 31 membros e um terço era para ser, no mínimo, uma dezena. Entretanto, só enviarem três membros, e dos três, o primeiro e o segundo enviados faziam oposição às posições do Comitê Central, configurando a impudência com que a situação fora planejada.

Prestes atribuiu às divergências com o Comitê as razões de seu exílio compulsório na União Soviética, entre os anos 1971 e 1979. Da mesma forma, lá, ele teria concluído por seu “exame autocrítico [...] a origem do [seu] erro”,⁹¹ sendo este atribuído ao atraso cultural da sociedade brasileira e à insuficiência do conhecimento do marxismo. Fora lá que o marxismo-leninismo de Luiz Carlos Prestes concluiu sua adaptação à teoria da dependência, ao

⁸⁷ ALMEIDA, Antônio (pseudônimo de Luiz Carlos Prestes). Documento sem título (reservado). Cópia. Abril, 1969. 23 páginas. Instituto Luiz Carlos Prestes. Documentos. Disponível em: <http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=493:2021-04-06-17-32-57&catid=26:documentos&Itemid=146>. Acesso em: 12 jul. 2022.

⁸⁸ HOUAISSE *et al.*, 1988, p. 135.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ *Idem*, 1988, p. 136.

diagnosticar que, no Brasil, não se lutava “[...] pela independência nacional, pela libertação nacional, para nos livrarmos do colonialismo”:

Que colonialismo? O que ocorre é que a indústria brasileira, o capital industrial, começou a surgir, como classe, já na época do imperialismo, quando o capitalismo já havia passado à etapa imperialista, logo, do capital financeiro. Então, essa burguesia já nasceu sob a influência do capital estrangeiro, o capital financeiro. É uma burguesia dependente. Mas isso é capitalismo, porque mesmo sendo dependente, é uma classe capitalista. Enquanto isso se dava, ficávamos a defender a orientação dúbia do VI Congresso.⁹²

Quando retornou do exílio, em outubro de 1979, descobriu que a imprensa brasileira já tinha conhecimento das divergências no PCB, recusando-se a fornecer informações aos jornalistas. Afinal, por que seria logo ele — após anos de resignação em prol da manutenção da unidade do partido — a quebrar a disciplina partidária para satisfazer a curiosidade da imprensa burguesa? Quem se prestou a esse papel, assegura Prestes, foram justamente aqueles que panfletavam a suposta submissão à disciplina e à unidade do partido (Giocondo Dias, Hércules Corrêa e Salomão Malina), concedendo entrevista ao *Jornal do Brasil*, no dia 3 de fevereiro de 1980. A publicação “[...] cedeu toda uma página à Comissão Executiva, com entrevistas, um suposto dirigente, do qual não se citava o nome, já me atacava pessoalmente, inclusive caluniando”.⁹³ O dirigente a que se refere era Hércules Corrêa, ferrenho opositor de Prestes. A parte à qual Prestes se refere é um trecho do prefácio da entrevista intitulada “Fim do ‘Prestismo’”:

Para um dos dirigentes que mais se opõe à permanência do Sr. Luiz Carlos Prestes na secretaria-geral, ele estaria levando o PCB “a mais uma aventura, pois o que vai conseguir com isso é o endurecimento do regime.” O caso — acrescenta — é que o Prestes vive da glória de ser reprimido. Mas os tempos são outros e, no PCB, não há mais lugar para o caudilhismo. Nós não somos como ele, que entrou no partido por cima. Eu estou nisso desde 1944 e asseguro que o PCB acha que é hora de acabar com o prestismo. O mesmo dirigente reconheceu que dificilmente será adotada uma solução de força, como a destituição sumaria do Sr. Luiz Carlos Prestes, considerando que o carisma do Cavaleiro da Esperança é um trunfo com que o secretário-geral ainda conta para mobilizar as bases partidárias e anular qualquer golpe. A aliança com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) — organizador remanescente da guerrilha urbana do início dos anos 70, e que se originou de uma dissidência do PCB — mostra que o prestismo dispõe de campo de manobra. Numa atitude que segundo seus adversários é de falsa cautela, o Sr. Luiz Carlos Prestes já declarou que o 7.º Congresso só deve ser convocado quando o PCB alcançar a legalidade. Percebendo nisso uma manobra para ganhar tempo, eles contra-atacaram com a tese de que a realização do congresso, mesmo com o Partido na ilegalidade, é um risco a ser corrido “em hora oportuna” para testar a capacidade de absorção dos comunistas pelo processo de abertura do regime. Depois de investir contra o Sr. Luiz Carlos Prestes, o mesmo dirigente reconhece que a crise interna no PCB é grave.⁹⁴

⁹² HOUAISS *et al.*, 1988, p. 137.

⁹³ *Idem*, 1988, p. 138.

⁹⁴ Divergências na direção do PCB podem levar a novo cisma. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 03 fev. 1980. Caderno: Política e Governo, p. 8.

Todavia, não foi tanto o prefácio que provocou a irritação de Luiz Carlos Prestes, mas a caluniosa “[...] afirmação de que não sabiam por que eu divergia. Ora, levantei, no Comitê Central, a divergência com toda a clareza”.⁹⁵ Segue o trecho a que Prestes se refere:

[Jornal do Brasil]. Qual o caráter das divergências do Sr. Luiz Carlos Prestes com o Comitê Central?

Hércules Correia — Não estamos em condições de precisá-las, porque o companheiro Prestes nunca as explicou diante do nosso coletivo, tanto assim que ele sempre votou a favor de todas as resoluções políticas e outras, aprovadas em nossas reuniões quando estávamos no exterior.⁹⁶

Nas palavras do Comitê Central, como se observa, Prestes nunca, sequer, expôs suas divergências com a linha política do VI Congresso, tratando-o, portanto, de mentiroso. Foi só depois, segundo Prestes, desse derradeiro excesso do Comitê, que publicou sua “*Carta aos Comunistas*, um documento sintético no qual [demostra] que estavam erradas as orientações e medidas que vínhamos tomando até então”.⁹⁷

Logo na sequência, Prestes faz uma defesa curiosa da sua noção de revolução. No interior de uma estrutura de sentimentos, talvez seja possível abordar esses desencontros entre os posicionamentos dos litigantes da linha política do PCB. Segundo Maria Elisa Cevasco, o conceito de estrutura de sentimentos de Raymond Williams decorre da “fixação de um sentido como resultante de um histórico de disputas” (CEVASCO, 2001, p. 115). Isto é, cada conceito possui historicidade. Essa historicidade corresponde ao imbricamento de múltiplas camadas que compreendem um conjunto de práticas e valores, ideias, símbolos, linguagens e possibilidades vividas, experimentadas e imaginadas em competição, cujo sentido predominante, ou é designado por um grupo dominante ou por ele incorporado.

Por outro lado, conforme Reinhart Koselleck (2006, p. 98), “[...] sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política”. Entretanto, não é porque existe um sentido predominante que apenas esse seja utilizado, pelo contrário. Os contendores, por exemplo, utilizam-se da experiência vivida no manuseio das camadas históricas de forma a dar ao conceito o sentido que corresponda à sua visão de mundo, sem que, com isso, atribuam-lhe um sentido “errado”.

A essa ação inconsciente recorrem os grupos litigantes, fazendo uso comum de autores, engendrando interpretações que corroborem com sua visão de mundo. Prestes, por exemplo, faz isso para endossar sua visão de que existe uma “lei geral à revolução”.⁹⁸ Ele o faz

⁹⁵ HOUAISS *et al.*, 1988, p. 138.

⁹⁶ Divergências na direção..., **Jornal do Brasil**, 1980, p. 8.

⁹⁷ HOUAISS *et al.*, 1988, p. 138.

⁹⁸ *Ibidem*.

apresentando uma citação de Lênin sobre os caminhos para o socialismo: “[...] quanto mais avançar o socialismo no mundo, mais diversificado serão os caminhos para a revolução”.⁹⁹ Mas, afinal, o que é a revolução? O significado e os diferentes trajetos que um grupo escolher podem ser interpretados como “heréticos” pelo outro. O grande motor das contradições, portanto, fica a cargo do conceito de verdade única e absoluta do marxismo-leninismo, isto é, há caminhos, desde que todos estejam em conformidade com o marxismo-leninismo. Teria sido nesse sentido que Prestes apresentara o caminho dos eurocomunistas: “[...] esse eurocomunismo, que surgiu na Europa, por exemplo, o que é? É que nesses partidos está-se procurando discutir e elaborar qual será o caminho para a revolução nos países de capitalismo avançado”.¹⁰⁰ Ou seja, a procura de um caminho é admitida, mas “[...] é claro que quando se procura algo de original, no caso um novo caminho, está-se sujeito a cometer erros”. Este seria o problema no caso do Partido Comunista Italiano (PCI). Enquanto o Partido Comunista Francês (PCF) “tratou de corrigir os principais, erros”, o PCI insistiu neles ao afirmar que a revolução não obedeceria a uma lei geral. Qual lei? A lei determinada pelo marxismo-leninismo.

O descontrole das zonas de incertezas corrói os alicerces do partido ao possibilitar à verdade revolucionária marxista-leninista concorrer com outras versões revolucionárias pela utilização dos meios e de personalidades da própria cúpula partidária.

3.3 AS DIVERGÊNCIAS DE PRESTES SOB A PERSPECTIVA DE DINARCO REIS

Antes de entrarmos propriamente na análise do texto de Dinarco Reis, é significativo localizarmos seu perfil político. Dinarco, assim como a maioria dos membros do Comitê Central (grupo pragmático), era entusiasta da linha política oficializada no V Congresso de 1960, o que, nesse sentido, localizava-o, no espectro político, à direita de Luiz Carlos Prestes. Outro dado verificado por nós diz respeito ao texto de Dinarco Reis: o texto apresenta um arranjo que parece sugerir a atuação de Luiz Carlos Prestes na secretaria geral do PCB como a maior responsável pelas turbulências que acompanharam o partido entre os anos de 1947 e 1980. O que não chega a ser estranho, afinal, Dinarco Reis não é o único, entre os ex-companheiros de Luiz Carlos Prestes, a desfiar ácidas críticas à liderança de Prestes. Encontramos essa tendência da esquerda à direita, de Jacob Gorender a Armênio Guedes. As críticas de Dinarco, por exemplo, vão desde a anuência de Prestes a métodos pouco condizentes à prática de direção até à falta de destreza para resolver os conflitos do partido. Por outro lado,

⁹⁹ HOUAISS *et al.*, 1988, p. 138.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

o texto de Dinarco Reis nos indica uma certa tendenciosidade na apresentação dos fatos, o que também não chega a ser um problema.

Além disso, Dinarco Reis parece sugerir que a origem da crise dos anos 1970 é consequência direta de lutas internas mais longínquas, encadeando os acontecimentos até o ano de 1947. Entretanto, diferentemente da compreensão de que as divergências seriam fruto direto de acomodações teóricas incompatíveis, a preferência de Dinarco é explicar a luta interna como reflexo da luta de classes na sociedade, atribuindo responsabilidade ao secretário do Comitê Central:

[...] coube ao secretário do Comitê Central, que vinha atuando desde 1945 nessa função com sérios desvios orgânicos-políticos, entre os quais sobressaíam: o arbítrio autoritário, o dogmatismo sectário e o subjetivismo político, em flagrante violação do princípio da direção superpunha permanentemente.¹⁰¹

Tomando as digressões de Dinarco Reis e complementando-as com as outras fontes analisadas, poderíamos teorizar o seguinte fio condutor: **1947**: luta interna: comissão executiva adota uma linha política sectária e insurrecional após a ilegalização do PCB; **1948**: luta interna: confirmação da linha política “golpista” (*sic*) pelo manifesto de janeiro; **1950**: luta interna, vantagem da linha esquerdistas e o Manifesto de agosto; **1954**: luta interna, vantagem da linha esquerdistas, reafirmação da linha política pela Resolução do IV Congresso; **1956**: luta interna: divulgação do relatório Kruschev e as denúncias do culto à personalidade, o partido enfrenta uma “séria crise no trabalho de direção [...], que se prolongou por dois anos”;¹⁰² **1958**: luta interna: após “[...] duros debates entre os defensores de ambos os pontos de vista [...]” foi derrotada a anterior linha política e substituída pela orientação exposta na ‘Declaração de Março’’;¹⁰³ **1960**: luta interna: afastamento dos membros do secretariado e da comissão executiva considerados os mais responsáveis pela orientação sectária do manifesto de agosto de 1950 e aplicação de medidas disciplinares. Inconformados com as decisões os divergentes,

Passaram a assumir posições fracionistas, ingressando ou formando organização de orientação foquista e ultras. No V Congresso em 1960, foram ratificadas as propostas de expulsão do Partido dos fracionistas declarados. Desse modo, ocorreu o agravamento da luta interna, na qual as tendências esquerdistas sofreram efetiva derrota.¹⁰⁴

1962: luta interna: direita mantém vantagem; agravamento: irrompem as primeiras dissidências; **1964**: “[...] luta interna, a nível de direção, voltou a acirrar-se. Alguns dirigentes,

¹⁰¹ REIS, Dinarco. **A luta de classes no Brasil e o PCB**, vol. 2. 2. ed. Rio de Janeiro. Fundação Dinarco Reis. 2011, p. 93.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ *Idem*, p. 94.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

sob a influência de ideologias estranhas ao marxismo-leninismo ou simplesmente equivocados, assumiram posições esquerdistas, absolutizando a solução pela violência do quadro político nacional". O partido enfraquece ao peso de inúmeras dissidências; **1967**: luta interna: De Partidão à partidinho (GORENDER, 1987). Convocação do VI Congresso, ratificação da linha política de 1960 e expulsão dos membros dissidentes da direção: Carlos Marighella, Mário Laves, Jacob Gorender, Jover Teles, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista; **1968**: AI-5: partido enfraquecido e deterioração administrativa do partido devido à forte repressão; **1971**: luta interna: setores da direita e da esquerda que permaneceram no PCB mantêm as divergências, acontecem os primeiros exílios; **1975**: luta interna: a repressão desaparece com 10 membros do Comitê Central, os demais, os que puderam, vão para o exílio; **1975**: luta interna, exílio: inserção do agravante "eurocomunista", outubro de 1975, primeira reunião do Comitê Central no exílio; em dezembro é concluída a Resolução de Organização do Comitê Central, publicada na *Voz Operária*, n.º 123, abril de 1976; **1976**: luta interna, exílio: nova reunião do Comitê Central: nova resolução (Resolução de organização do CC do Partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária*, n.º 124, maio de 1976); **1977**: luta interna, exílio: duas reuniões: novas orientações (Pleno do Comitê Central do PCB: Resolução Política. *Voz Operária*, n.º especial, abril de 1977; Declaração da Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro. *Voz Operária*, n.º 131, fev. de 1977); **1978**: luta interna, exílio: nova reunião, nova resolução (Resolução Política do Partido Comunista Brasileiro, *Voz Operária*, n.º 152, novembro de 1978); **1979**: luta interna, exílio: nova resolução (Resolução Política do Comitê Central, *Voz Operária*, n.º 159, jun. de 1979); **1980**: luta interna, pós-anistia: primeiras declarações públicas admitindo a luta interna (Divergências na direção do PCB podem levar a novo cisma. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 fev. 1980. Caderno: Política e Governo, p. 8); **1980**: luta interna escancarada, ruptura: Prestes publica "Carta aos Comunistas" (Luiz Carlos Prestes, *Carta aos comunistas*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1980); **1983**: luta interna, ruptura: o grupo de Armênio deixa o PCB; **1984**: Realização do VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro; **1985**: o PCB consegue o registro partidário e torna-se um partido legal.

Cabe considerar o contexto compreendido entre 1960 e 1964. Dinarco alega que, naqueles anos, teria ocorrido um relaxamento das disputas entre os divergentes. Entretanto, estranhamente, não são mencionadas as disputas que culminaram com as dissidências de 1962, ocorridas no mesmo espaço de tempo em que Dinarco relata ter havido um relaxamento nos atritos que envolviam a linha política. A razão das amenidades estaria no contexto daqueles anos em que o partido teria experimentado, senão a legalidade jurídica, mas a liberdade de ação:

Sob o governo de João Goulart, o Partido pode atuar em condições de legalidade de fato bastante amplas, se bem que não tenha conseguido obter a legalidade jurídica. A atividade política do Partido desenvolveu-se notavelmente nessa conjuntura, como seu funcionamento orgânico normalizou-se e cresceu numericamente. A luta interna permaneceu em torno de questões secundárias, demonstrando resultados positivos na aplicação das resoluções do V Congresso, realizado em 1960.¹⁰⁵

Ou seja, as divergências permaneciam latentes, só não estavam mais sob o monopólio da cúpula, apenas diminuíram a contundência ao se atomizarem entre a militância graças ao clima de liberdade política entre 1961 e 1964. Mas, assim que irrompe o golpe militar de 1964, a esquerda radical, segundo Dinarco, voltou a bramir o cordel de erros e desvios classificados de “infantilismo” (*sic*) cujas divergências estouraram nas dezenas de dissidências registradas a partir de 1964. Na visão de Dinarco, fora apenas a repressão e a dor, ao custo do sacrifício de vidas preciosas, os únicos argumentos capazes de convencê-los do equívoco de seus posicionamentos. Apenas fazendo um adendo, gostaríamos de citar um trecho do artigo de Jaime dos Santos (1968-1978): dez anos depois o “esquerdismo” serve à reação,¹⁰⁶ para corroborar essa percepção não apenas de Dinarco Reis, mas de outros membros do PCB sobre os quadros que reconheceram o erro político dos seus posicionamentos:

Em alguns anos, aqueles “esquerdistas” tinham passado por uma experiência trágica e contribuído, em certa medida, para justificar o uso do terror policial contra o povo. É uma história dolorosa. Muitos dos jovens que foram sacrificados, neste desvio sangrento e politicamente sombrio das lutas populares, eram militantes que se haviam destacado no movimento de massas, particularmente na Universidade. A autocritica que tantos realizaram mostra que **a todos estão abertas as portas do retorno à estrada real.**¹⁰⁷

Não que a escolha pela luta armada tenha sido acertada, mas é sintomático como Jaime dos Santos identifica a linha política do PCB como a estrada autêntica, isso em um contexto de resoluções políticas ambíguas, em que três correntes se digladiavam para imprimir na linha política sua própria versão do que deveria ser a estrada real. Evidentemente, a estrada real a que Jaime dos Santos se refere é a do espectro político com o qual contemporizava.

Entretanto, na crítica de Dinarco, a despeito do processo de afastamentos de muitos quadros recalcitrantes, teria permanecido no partido uma porção menos radicalizada da esquerda mantenedora da luta interna. Não obstante, Dinarco não discrimina quem eram nem quais seriam, exatamente, essas divergências. Na verdade, essa foi sempre uma questão fugidia nas fontes analisadas, fruto, em nossa interpretação, da ambiguidade das resoluções políticas que procuravam alinhar dois vieses: *práxis* revolucionária e *práxis* democrática plural sob

¹⁰⁵ REIS, 2011, p. 94.

¹⁰⁶ SANTOS, Jaime dos. 1968-1978: dez anos depois, o “esquerdismo” serve à reação. *Voz Operária*, n.º 145, abr. 1978.

¹⁰⁷ SANTOS, *Voz Operária*, n.º 145, abr. 1978, p. 5.

consenso, ou seja, em tese, a democracia socialista só existe realmente a partir da implantação do socialismo. Entretanto, para chegar ao socialismo, a revolução tomaria o caminho do respeito e garantia do direito privado, individual e representativo de todas as classes, isto é, para haver revolução deveria haver consenso. Daí que, com exceção da condenação à luta armada, faltava ao PCB um delineamento doutrinário nítido capaz de eliminar as incompatibilidades que motivavam as indefinições do Comitê Central, preocupado em atuar mais pragmaticamente para a manutenção da unidade do partido do que para eliminar as inconsistências que municiavam as divergências. Por causa disso, o que encontramos são acusações multilaterais de: “esquerdismo”, “dogmatismo”, “liberalismo”, “direitismo”, “eurocomunista”, “ortodoxo”, “duro” etc. Essa indefinição torna compreensível casos como o de Luiz Carlos Prestes, que propôs uma interpretação para a etapa da revolução ao abrigo da enxertia da teoria da dependência ao marxismo-leninismo repelida pelo Comitê Central. Ou o caso mais frugal de Hércules Corrêa, que, apesar de membro da corrente pragmática, muitas vezes foi “considerado no PCB um eurocomunista”.¹⁰⁸

As indefinições sugerem que, dependendo do lugar político ocupado pelo militante, o companheiro ao lado poderia estar mais ideologicamente à esquerda ou à direita. Dessa forma, mesmo que isso não seja uma posição explícita, indica uma conjunção que torna a realização de um mapeamento ideológico muito complexo. Por exemplo, para Luiz Carlos Prestes, a maioria do CC era de orientação direitista, mas o grupo de Armênio estava ainda um pouco mais à direita. Para o núcleo pragmático, liderado por Giocondo Dias, Prestes estava à esquerda e o grupo de Armênio à direita. Para o grupo de Armênio, tanto Prestes quanto o núcleo pragmático estavam à esquerda, com Prestes um pouco mais à esquerda, mas sem grandes diferenças. Para a esquerda radical, os três grupos estavam à direita.

É possível sugerir, contudo, o seguinte quadro: Prestes na centro-esquerda e o núcleo pragmático na centro-direita, com muitos pontos em comum, entre eles: o marxismo-leninismo, a defesa da URSS e o rechaço ao eurocomunismo, com discordâncias sobre o caráter da revolução. A corrente renovadora, à direita, destoava pelos posicionamentos divergentes ao marxismo-leninismo, apregoando a democracia como valor universal para todas as classes, a percepção de que a revolução estava em um futuro distante, alcançada pela contínua conquista de espaços na arena democrática, marcadamente antissoviéticos. Só assim para

¹⁰⁸ Hércules Corrêa: o comunismo foi varrido pela História. **Agenda Bafafá**, Rio de Janeiro, 22 de maio 2016. Disponível em: <<https://bafafá.com.br/mais-coisas/entrevistas/hercules-correa-o-comunismo-foi-varrido-pela-historia>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

compreendermos, por exemplo, afirmações nas quais Prestes teria acomodado com a direita para derrotar a esquerda.

Alongando-se um pouco mais, Dinarco Reis adentra a conjuntura entre 1968 e 1975. Nesse novo recorte, Dinarco explica que, não obstante as cisões, consequência direta da peleja contra a extrema-esquerda, o AI-5 teria dificultado o contato do CC com as bases e massas trabalhadoras. Para piorar, o partido se viu em uma situação de queda de arrecadação e de recursos escassos. A piora contínua do cenário político encorralava o partido e expunha os quadros dirigentes a altos riscos. Ou seja, o que na versão de Prestes teria se tratado de engodo para afastá-lo da direção do partido, na de Dinarco, a ida para Moscou teria sido uma exigência da conjuntura, “visando preservar a segurança e a continuidade da atividade partidária”.¹⁰⁹ Entretanto, Dinarco não cita, em nenhum momento, os questionamentos de Prestes sobre a linha política entre os anos 1967 e 1971. Vejamos mais detalhadamente a explicação de Dinarco Reis sobre essa conjuntura:

A partir de 1968, o Comitê Central, analisando a tendência do desenvolvimento do quadro político brasileiro, chegou à conclusão que a ditadura iria acentuar sua atividade repressiva contra as organizações e as pessoas democráticas, sobretudo os comunistas e o Partido Comunista Brasileiro – PCB.¹¹⁰

Na visão de Dinarco, apesar do conhecimento que a ditadura teria sobre a posição do PCB em relação à luta armada, este não toleraria a permanência de um partido comunista “organizado e atuante no combate ao regime ditatorial e ao governo que o representava”.¹¹¹ Esse diagnóstico é que teria levado a direção a concluir que, mais cedo ou mais tarde, os olhos da repressão dirigir-se-iam ao partido. O intrigante é que, em tese, o partido deveria ser uma organização preparada para funcionar na clandestinidade, repressão e falta de recursos. Sabemos que não podemos romantizar o cenário duríssimo da repressão à qual o partido estava sujeito, no entanto, nos parece que quem subestimou e esqueceu para o que o partido deveria estar preparado foi o próprio PCB. Afinal, como o próprio Dinarco Reis salienta, a resolução do VI Congresso contemplava métodos adequados, segundo os quais o partido poderia se manter em atividade, mesmo sob o cenário mais adverso de ilegalidade e repressão. Interessante como o PCB, um partido revolucionário profissional, regido por princípios rígidos e hierárquicos infalíveis do marxismo-leninismo, não mantivera sob controle as zonas de incertezas, criando espaços para a existência e movimentação de tendências ditadas nocivas no seio do partido, ao ponto de, segundo Dinarco, quadros da direção comportarem-se “[...] com

¹⁰⁹ REIS, 2011, p. 98.

¹¹⁰ *Idem*, p. 104.

¹¹¹ *Ibidem*.

um acentuado liberalismo ou falso democratismo que se revelava sobretudo na subestimação da grave situação política imperante no país”.¹¹² Observemos, porém, que a referência não é dirigida aos membros da esquerda pró-luta armada, posto que, estes já haviam sido expulsos ou saído do partido, mas de quadros que permaneceram no partido em rejeição a luta armada. Há tergiversações acerca do marxismo-leninismo, censurando eventuais erros em sua interpretação. Cada tendência utiliza-se de Gramsci, Lênin, Marx etc., de maneira que as ideias destes corroborem com a deles.

Infelizmente, Dinarco não nomeia os companheiros, mas pelo menos explica o que quis dizer com “acentuado liberalismo ou falso democratismo”: o questionamento do centralismo democrático, ou seja, a insubordinação às determinações do Comitê Central pelos próprios membros do Comitê Central. Segundo Dinarco, este não só teria sido a perigosa falta dos quadros dirigentes como a responsável pela desagregação da estrutura partidária.

Entretanto, apesar de não nomear os companheiros, podemos deduzir pelo menos um deles pela leitura das entrelinhas. Percebemos que, segundo Dinarco, o Comitê Central já expulsara de sua direção os membros da esquerda defensora da luta armada. Além disso, na parte introdutória, Prestes é descrito como um secretário-geral vacilante na contenção das divergências. Somado a isso, temos Prestes descrevendo-se como um insistente questionador da estratégia da linha política do VI Congresso, afirmando que não deixou de questionar o Comitê Central para que debatesse suas posições, provocando, em toda reunião, uma grande perda de tempo em torno das discussões que ele iniciava.¹¹³ Temos mais o caso do artigo publicado na *Revista Internacional*, em junho de 1968, considerado esquerdistas, sectarista e golpista e, também, o documento contestando as acusações e a linha política do partido no final de 1968, o que nos leva a crer que Luiz Carlos Prestes esteja entre aqueles que, da perspectiva de Dinarco Reis, agiam com acentuado liberalismo ou falso democratismo.

Retornando às considerações de Dinarco Reis, encontramos uma reflexão nos seguintes argumentos: se, mesmo seguindo a mais rígida disciplina e centralismo democrático, a segurança já se revelava de difícil manutenção, descuidos deixariam a situação do partido ainda mais precária. Ou seja, na perspectiva de Dinarco, foram essas as razões que teriam levado o CC a deliberar pela saída de Prestes do Brasil:

Dado que a partir de 1968 a reação passara a intensificar a “caça às bruxas” prendendo, torturando e eliminando os que combatiam, em particular os comunistas, o Comitê Central considerou que, naquela situação, “queda” (prisão) (*sic*) de seu secretário-geral representaria sério golpe que se refletiria na organização, inclusive com aspectos desmoralizantes para a própria direção partidária. Além da capitalização política que

¹¹² REIS, 2011, p. 104.

¹¹³ HOUAISS *et al.*, 1988, p. 135.

a reação obteria com a prisão de Luiz Carlos Prestes, não estava excluída a possibilidade de sua liquidação física pelos beleguins policiais. Acrescente-se que a segurança de Luiz Carlos Prestes, nessa altura, encontrava-se bastante precária, não só devido à limitação de recursos materiais de que dispunha o Partido como às próprias facilidades cometidas por Luiz Carlos Prestes na questão de sua segurança, em momento em que as forças da repressão intensificaram ao máximo suas atividades [...] Estes foram os motivos principais que levaram o Comitê Central a tomar decisão de retirar Luiz Carlos Prestes do país, assim como a maioria dos dirigentes do Partido. Já na Europa, após a execução dessa medida, Luiz Carlos Prestes passou a afirmar que a decisão tomada pelo Comitê Central sobre sua saída teve como objetivos afastá-lo da direção do Partido e do Brasil, o que em absoluto não corresponde à verdade. Em realidade, tal decisão aprovada pela maioria do Comitê Central, partida de uma apreciação correta do quadro político em desenvolvimento nessa época no Brasil.¹¹⁴

Insistindo nesse argumento, Dinarco Reis informa que, na medida em que os membros do Comitê Central desobedeciam à determinação estipulada, teria sido necessária uma nova reunião, em novembro de 1973, para dar cumprimento à decisão anteriormente deliberada. Finalmente, os dirigentes foram enviados para o exterior, “o que ocorreu até 1976”.¹¹⁵ Agora vejamos: se a prisão do secretário-geral representaria, conforme Dinarco, um sério golpe ao partido e a capitalização do regime, a ida de apenas Luiz Carlos Prestes para o exterior teria uma certa justificativa. Mas, se levarmos em conta a versão de Prestes, a suposta determinação definia que 1/3 dos dirigentes deveria sair do país. Entretanto, segundo Prestes, apenas três dirigentes teriam sido enviados para o exterior, nessa ordem: 1.º Prestes, 2.º Agliberto Azevedo, 3.º Davis Capistrano. Essa execução parcial da determinação foi, aos olhos de Prestes, a prova de que a iniciativa tratar-se-ia de um golpe. Afinal de contas, foi sintomático a ida de apenas três, sendo que dois divergiam do Comitê Central, do terceiro, Prestes nada relata sobre seu posicionamento no Comitê Central.

É aí que se instala a desconfiança. Por que apenas três foram para o exterior e, dos três, dois notórios divergentes da maioria do Comitê Central? Se a decisão era acertada, por que foi concluída cinco anos depois de proposta? Não teria sido a falta de recursos, afinal, se assim o fosse, como teriam planejado a complexa tarefa e encontrado recursos para enviar, entre março de 1974 a outubro de 1975, entre suplentes e titulares, cerca de 17 membros do Comitê Central para o exterior? É nesses termos que a explanação de Prestes, nas versões destacadas analisadas, nos parece mais verossímil. Com diferenças insignificantes entre as explanações de janeiro de 1982, janeiro de 1988 e outubro de 1988, Prestes descreve os antecedentes da reunião de 1971, ano que teria sido determinada a ida de 1/3 dos dirigentes para o exterior, como um período turbulento em consequência da publicação do seu artigo em junho de 1968 na *Revista Internacional*, a distribuição do documento detalhando seu posicionamento em setembro de

¹¹⁴ REIS, 2011, p. 105-106.

¹¹⁵ *Idem*, p. 105.

1968, a reunião de abril de 1969 em que questionou o porquê de não incluírem o documento de setembro de 1968 na pauta da reunião e de, finalmente, em 1971, a realização da reunião na qual foi determinado o envio dos dirigentes ao exterior. Convergem a favor de Prestes a coerência mantida na narrativa nas versões entre 1982 e 1988, mais a conhecida e malvista vocação para “arquivista” (GORENDER, 1987, p. 86), isto é, o reconhecimento da meticulosa habilidade em armazenar informações.

Entretanto, as considerações não eliminam totalmente as dificuldades em determinar qual versão é a mais verossímil, pois, no caso de Dinarco, a argumentação busca sustentar que a insubordinação e a indisciplina, de natureza democracista-anarcóide (*sic*), manifestadas por alguns dirigentes, teria conduzido à quebra do centralismo democrático. Como o centralismo democrático possuía um *ethos* sagrado, é muito provável que, mesmo que não compartilhemos dessa interpretação, na memória de Dinarco e de outros dirigentes, fora o recrudescimento da repressão e a consequente insubmissão ao centralismo democrático, e não as divergências, a causa maior do envio dos dirigentes para o exterior. Dinarco Reis, adiante, só reconheceria a existência de divergência entre Prestes e o CC a partir de 1979. Entretanto, enquanto narrou os fatos que teriam levado o CC a despachar os dirigentes para o exterior, nenhuma referência é feita às divergências de Luiz Carlos Prestes.

Da parte de Prestes, a determinação de sair do Brasil prendia-se exclusivamente ao fato de ser um membro disciplinado. Também teria sido em função de sua disciplina que apenas em 1979 teria manifestado que sua saída se tratara de um golpe, após concluir não haver mais possibilidades de mudar as posições da direção, portanto, não havia mais motivo para manter a disciplina. Dinarco, no entanto, contra-argumenta que a evidência da apreciação correta do quadro político é ratificada, entre os anos 1974 e 1975, pela captura e morte de 10 companheiros. Contudo, parece haver uma discrepância na sincronia apresentada por Dinarco, posto que a decisão ocorreu em 1971, reforçada em 1973 e posta em prática entre março de 1974 e outubro de 1975. Sem mencionar que a bibliografia especializada¹¹⁶ converge na interpretação que, no final de 1971, a luta armada já estava aniquilada e que a ditadura só voltou seus olhos para o PCB para justificar o desastre das eleições de 1974 como resultado da ação

¹¹⁶ NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo. Contexto, 2018; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano IV**. O tempo do regime autoritário [recurso eletrônico]: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019; GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987; PACHECO, Eliezer. **A formação das esquerdas no Brasil**. Ijuí. Ed. Unijuí, 2008; PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1995.

comunista nas eleições. Ou seja, o PCB poderia não ser considerado uma ameaça real ao regime até então.

De qualquer forma, Dinarco assegura que foram estes “[...] os motivos principais que levaram o Comitê Central a tomar decisão de retirar Luiz Carlos Prestes do país”.¹¹⁷ Com a maioria dos dirigentes no exterior em 1975, Dinarco afirma que o Comitê Central teria estabelecido as reuniões coletivas normais, sendo, a primeira, realizada no início de 1976, seguindo uma rotina de uma ou duas reuniões anuais até 1979. Acrescenta que:

As principais questões que o Comitê Central discutia consistiam na evolução da situação política interna no Brasil, na possibilidade de um futuro regresso dos dirigentes do Partido ao Brasil, do relacionamento político com os outros grupos políticos de exilados e, também, com a própria manutenção dos camaradas no exílio, além dos inúmeros outros problemas que surgem naturalmente nessa situação.¹¹⁸

A versão de Prestes, mais uma vez, não se coaduna com a de Dinarco, ao informar que a primeira reunião teria acontecido ainda em 1975, momento, inclusive, em que Armênio Guedes é encarregado de retomar a edição da *Voz Operária*, como já verificado. Entretanto, Anita Leocádia Prestes corrobora a versão de Dinarco, explicando: “[...] a primeira reunião do CC no exterior realizou-se em Moscou, em janeiro de 1976. Por motivos de segurança, os documentos nela discutidos e aprovados foram datados de dezembro de 1975” (PRESTES, 2015, p. 496). Anita Prestes confirma, contudo, que a seleção de Armênio Guedes para reeditar a *Voz Operária* teria ocorrido em 1975. O que pudemos deduzir desse desencontro de datas, com base no relato de Prestes e Antônio Carlos Peixoto,¹¹⁹ é que o CC teria se reunido (extraoficialmente) em 1975 com os poucos membros já exilados para tratar de assuntos mais urgentes, mas sem caráter resolutivo, como a indicação de Armênio para reeditar *Voz Operária*, o que explicaria a confusão.

Na sequência, Dinarco Reis menciona que, entre 1976 e 1979, a luta interna teria sido reforçada pela introdução de tendências direitistas vindas dos quadros exilados em Paris, “cujas posições se refletiam na *Voz Operária*, editada nessa época como órgão oficial do Partido”.¹²⁰

Chegamos, assim, a um ponto intrigante da narrativa de Dinarco Reis. As menções a Luiz Carlos Prestes limitam-se a críticas ao seu desempenho como secretário-geral, sem, contudo, se referir às divergências que Prestes teria mantido com o Comitê desde 1965; a história, a partir daqui, dará uma guinada. Dinarco relata, de forma breve, uma suposta iniciativa

¹¹⁷ REIS, 2011, p. 105.

¹¹⁸ *Idem*, p. 106.

¹¹⁹ Entrevista concedida a Marcos Antônio Bandeira de Menezes. (MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira de. **Estratégias e táticas da revolução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB.** 2002).

¹²⁰ REIS, 2011, p. 106.

para formar uma direção paralela à revelia dos demais membros do Comitê Central. O esforço teria nascido sob a liderança de Prestes e com a participação de Anita Leocádia Prestes, Marli Viana, José Salles e Regis Fratti. O obscuro nessa história — verdadeira sob a ótica de Dinarco e falsa na de Prestes — é que um empreendimento dessa natureza conta com um período de fermentação, sem o qual a iniciativa não é concebida. Ou seja, verdadeira ou falsa, ela admite a existência de divergências antigas que Dinarco Reis omitiu em sua narrativa. Vamos aos fatos.

Em maio de 1979, teria sido convocada uma reunião extra do Comitê Central. Sem nada oficial ou previamente delineado, os participantes teriam ido à suposta reunião sem saberem do que se tratava. Para a surpresa da maioria, um grupo de cinco dirigentes (Luiz Carlos Prestes, Anita Leocádia Prestes, Marly Vianna, José Salles e Regis Fratti) teria tomado a iniciativa, sem o consentimento do Comitê, de conduzir um trabalho de reorganização do PCB no Brasil, alegando que o sigilo com o qual a operação teria sido conduzida visava preservar a segurança dos dirigentes que haviam permanecido no Brasil e seriam contatados por três companheiros enviados exclusivamente com esse propósito. A iniciativa foi qualificada por Dinarco como uma tentativa de golpe, caracterizando uma “[...] flagrante violação dos Estatutos e dos princípios que regem o Partido”.¹²¹ Teria sido apenas em razão desse acontecimento que Prestes manifestaria suas divergências. Com o conflito instalado, os cinco dirigentes teriam sido acusados de fracionismo — acusação geralmente dirigida aos que procuram quebrar a unidade do partido. No calor da pugna, três dirigentes (Luiz Carlos Prestes, Anita Leocádia Prestes e Marly Vianna) teriam repudiado, veementemente, a acusação de fracionismo. Como consequência imediata da discussão, Anita Leocádia Prestes e Marly Vianna teriam solicitado demissão imediata e irrevogável do Comitê Central. José Salles e Regis Fratti teriam alegado que foram enganados, realizando uma autocrítica e mantido suas posições no Comitê Central. Entretanto, sobre o episódio, Prestes assegura:

No fundo, o que estava em jogo [...] [eram] as antigas divergências. Não era direção paralela coisa nenhuma. O que ocorria era o seguinte: o trabalho da comissão de reorganização era ultrassecreto. Não podia se divulgar nada. Reorganizar o partido nas condições pós-1975 não era tarefa fácil. As quedas que tínhamos amargado eram consequências do liberalismo, da falta de vigilância, do esquecimento das regras mais elementares de segurança. E não podíamos repetir tudo de novo.¹²²

Portanto, não obstante o reconhecimento das divergências que acompanhavam o partido desde 1947, teria sido apenas em 1979, nessa reunião e não antes disso, segundo Dinarco Reis, que Prestes, para surpresa de todos, teria manifestado suas divergências ao Comitê Central,

¹²¹ REIS, 2011, p. 107.

¹²² MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes**: Lutas e autocríticas. Petrópolis. Vozes, 1982, p. 208.

simultaneamente à decisão de “[...] romper com a linha política estabelecida pelo VI Congresso e com a orientação do Comitê Central e passar a agir por conta própria”:

Declarou que, fazendo um exame autocritico, concluiu que a linha política seguida pelo Partido estava totalmente equivocada desde 1947 e, com ela, todas as direções desde então. E que durante esse período fora enganado, “traído”, pelos dirigentes em que ele mais confiava – citou nominalmente a Miranda, Arruda e inclusive Dias. Também explicou que considerava a atual direção do Partido como incapaz de dirigir o movimento revolucionário no Brasil, por ser composta em sua maioria por “oportunistas” e “reformistas”, em particular, o Comitê Central, e que, por essas razões, decidira empenhar-se em organizar outro partido do proletariado, efetivamente revolucionário.¹²³

Surpreendidos pelo arroubo, os dirigentes teriam apelado para que o secretário-geral mudasse seu posicionamento. Entretanto, Prestes teria se mostrado irredutível em seus novos posicionamentos. Apenas dois membros do Comitê Central teriam se solidarizado com o “Cavaleiro da Esperança”, Agliberto Vieira de Azevedo e Gregório Bezerra. Entretanto, enquanto Agliberto Azevedo acompanhou Prestes em seus novos posicionamentos, Gregório Bezerra permaneceu no partido, mas afastou-se da vida política. Quanto às divergências apresentadas, o Comitê Central e Luiz Carlos Prestes teriam contemporizado sobre o posicionamento de que as questões fossem definitivamente resolvidas no Brasil, após o regresso dos exilados e a realização do VII Congresso. Não obstante a acusação de golpe, Prestes teria sido mantido como secretário-geral do partido pela decisão da maioria dos 19 dirigentes restantes na reunião. Admitimos que a decisão de manter um líder secessionista no cargo é, no mínimo, inquietante.

Outro ponto controverso nesse acontecimento é a temporalidade sugerida individualmente pelos narradores. O relato de Prestes sugere que a reunião teria ocorrido no final de 1975:

Estávamos em 1975. Era preciso reorganizar o partido. E começamos a nos reunir: Moscou, Praga, Budapeste, Sofia. ... Ficou deliberado que José Salles, membro do secretariado do partido, viria ao Brasil numa missão ultra-secreta para tratar da reorganização.¹²⁴

O ano de 1975 não deixa de ser uma data factível, de acordo com nossa dedução apresentada anteriormente.¹²⁵ Entretanto, Dinarco Reis relata que a reunião teria ocorrido em maio de 1979:

Em maio de 1979, foi convocada uma reunião extra dos dirigentes no exterior. Somente ao chegar ao local da reunião a maioria destes teve conhecimento da questão que iria ser tratada. Ela consistia no seguinte: um grupo de cinco dirigentes, sem

¹²³ REIS, 2011, p. 108.

¹²⁴ MORAES; VIANA, 1982, p. 208.

¹²⁵ Ver página 163.

conhecimento da maioria do Comitê Central, havia decidido e levado à prática um trabalho de reorganização do Partido no Brasil.¹²⁶

Procurando outra versão para compreender o possível desencontro nas datas, encontramos o relato de Anita Leocádia Prestes. Segundo a então dirigente, a reunião teria se realizado entre os dias 30 de janeiro e 3 de fevereiro de 1979. Entretanto, nenhuma menção à suposta acusação de formação paralela é feita. Anita Prestes relata que o processo ocorreu em 1978, em uma reunião na qual, entre outras deliberações, teria sido aprovada a abolição do secretariado do Comitê Central e, em seu lugar, teria sido criado o cargo de coordenador da Comissão Executiva, que estaria ligada e subordinada ao secretário-geral do partido. Para o cargo de coordenador da Comissão Executiva teria sido eleito José de Albuquerque Salles, um dos suplentes do Comitê Central enviado ao exílio. Segundo esse relato, Luiz Carlos Prestes teria conquistado o apoio de Salles para suas posições políticas:

Prestes, contando com Salles e os poucos membros do CC que o apoiavam, esperava implementar medidas concretas que levassem à reorganização do partido, rompendo com as tendências reformistas que haviam impedido até então sua inserção na classe operária.¹²⁷

Com relação à denúncia, diferentemente da apresentada por Dinarco, ela teria sido de outra natureza.

Entre os dias 30 de janeiro e 3 de fevereiro de 1979, realizou-se em Praga uma reunião extraordinária do CC. A denúncia de possível envolvimento de José Salles com tráfico de drogas foi o motivo de tal convocação. Havia séria suspeita de que o acusado efetivamente tivesse recorrido a tal expediente aventureiro e inadmissível.¹²⁸

Por outro lado, Prestes não nega que entre as coxias do Comitê Central teria circulado a acusação de formação de direção paralela: “me acusavam de estar tentando criar uma direção paralela”¹²⁹. Mas, ainda na versão de Anita Prestes, a tensão em torno das divergências vindas desde 1970 teria atingido níveis críticos e, em consequência disso, Luiz Carlos Prestes, ao invés de golpe, como sugere Dinarco, teria apresentado apenas uma proposta para reformular o Partido, muito mal-recebida. Para convencer seus pares dessa necessidade, Prestes teria apresentado ao Comitê Central uma autocrítica “muito séria de seu próprio desempenho à frente do CC”:

[...] ressaltando que as causas profundas não só do caso em apreço naquele momento, como também de muitos outros presentes nas atividades partidárias, eram fruto de todo um “sistema de métodos de direção errados”, pelo qual ele se sentia o principal responsável. Reconheceu, em particular, sua responsabilidade pela criação do cargo de coordenador da Comissão Executiva e por sua designação como responsável, “na

¹²⁶ REIS, 2011, p. 107.

¹²⁷ PRESTES, 2015, p. 517.

¹²⁸ *Idem*, 2015, p. 516.

¹²⁹ MORAES; VIANA, 1982, p. 209.

esperança – que hoje verifico ser errônea – de poder assim melhor dinamizar a direção do Partido” (*sic*).¹³⁰

Teria sido a autocrítica de Prestes que extrapolara a política de conciliação em torno das divergências, isto é, o Comitê teria finalmente rachado por completo. Entretanto, o ato final ainda não chegara, segundo Anita Prestes. Temerosos do efeito que um possível rompimento de Prestes exerceria nas bases, o Comitê Central “[...] concedeu-lhe um voto de confiança ao decidir por sua permanência na secretaria-geral”.¹³¹ Essa versão explicaria a estranhíssima decisão de manter um líder secessionista no cargo de secretário-geral. Por último, segundo Anita Prestes, o “pântano”¹³² teria ficado preocupado com a repercussão da reunião entre as bases no Brasil e, sem forças para tomar outras medidas, teria conciliado com os eurocomunistas (corrente renovadora) para enfrentar as posições de Prestes e, no “[...] momento propício, desvincilar-se dos eurocomunistas e de suas ideias ‘inovadoras’, o que não tardaria a acontecer após o regresso de todos ao Brasil”.¹³³ O último trecho faz referência ao afastamento de Armênio Guedes da Comissão Executiva do Comitê Central em 1980.¹³⁴

No fim, a reunião parece ter mesmo sido realizada em 1979, como informou Dinarco Reis, mas sem eliminar as divergências entre as versões. Ainda, Dinarco encerra o trecho informando que teria havido “outra reunião na Europa para tratar principalmente do regresso dos dirigentes ao Brasil, pois o projeto de anistia avançava. O regresso dos membros do Comitê Central realizou-se a seguir”.¹³⁵ Segundo Dinarco, os exilados retornados ao Brasil estariam divididos em três tendências:

Uma consistia em considerar que a ditadura no poder não se manteria por muito tempo e seu fracasso se daria a curto prazo. Os que assim pensavam alimentavam as suas convicções na expectativa de um golpe de Estado, baseados na crônica tendência constatada no processo político brasileiro. Outros opinavam, revelando injustificavelmente ceticismo, que a ditadura ainda iria permanecer no poder por longo período, visto haver esmagado no país as forças de oposição. Os apressados, isto é, os que acreditavam numa solução golpista a curto prazo, subestimando ou superestimando o quadro real, pensavam em organizar ações concretas no interior do país, visando a acelerar a realização de seus objetivos, alguns comunistas apoiavam essas ideias e, por sua vez, intentavam pô-las em prática com o envio de camaradas ao país para as calendas, procuravam, na figura alimentada por suas especulações teóricas e na cópia de modelos externos, a explicação para as suas posições, nas quais

¹³⁰ PRESTES, 2015, p. 517.

¹³¹ *Idem*, 2015, p. 518.

¹³² Anita Leocádia Prestes empresta essa expressão de Lênin para se referir ao que ela classificou como a maioria do CC, composta por elementos conservadores, acomodados, sem posições definidas e, por essa razão, aferrados a uma suposta defesa da “linha do VI Congresso” do PCB.

¹³³ PRESTES, 2015, p. 520.

¹³⁴ Comitê Central do PC destituiu também Hércules Corrêa e Armênio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 maio 1980, p. 4.

¹³⁵ REIS, 2011, p. 108.

um mal digerido eurocomunismo e um indisfarçável antissoviétismo não eram estranhos.¹³⁶

As duas primeiras descrições são muito gerais e vagas, de pouca valia para mapear os partícipes dessas ideias, levando-nos apenas a especular que o primeiro grupo pode ser uma descrição dos prestistas. O segundo grupo é ainda menos nítido. O terceiro grupo, entretanto, é o que mais nos intriga, pois, a ambiguidade da descrição nos sugere uma mistura entre as acusações dirigidas a Prestes: formação de direção paralela, envio de José Salles ao Brasil e defesa da revolução socialista sem etapas prévias. E, também, parece dirigir-se ao grupo de Armênio Guedes, identificado como exilado em Paris, de tendência direitista, antissoviética, de ideias revolucionárias ou pseudo-revolucionárias, sobretudo as do socialismo reformista, da socialdemocracia e de um mal digerido eurocomunismo. Parece-nos, aqui, que Dinarco se vale da máxima segundo a qual “esquerdismo e direitismo não passam [...] de um mesmo fenômeno”¹³⁷. Cabe insistir, contudo, na existência de três grupos: os prestistas, o grupo pragmático e a corrente renovadora.¹³⁸

Não obstante as três tendências, segundo Dinarco, a maioria dos comunistas teria o posicionamento de que a ditadura fracassaria em sua tentativa de se institucionalizar,

[...] havendo adotado um modelo fascista que o povo não aceitava, inadaptável à realidade da nação, tenderia a médio prazo a fracassar em seu esforço de institucionalizar-se e que, pressionada pelas massas procuraria modificá-lo, buscando uma saída para o impasse em que se encontrava. Os sucessivos resultados nas eleições indicavam a justeza dessa posição.¹³⁹

Munido da maioria, o grupo pragmático teria iniciado preparativos para seu retorno ao Brasil. O primeiro passo teria sido restabelecer contatos com os dirigentes e militantes que haviam permanecido no país. O objetivo teria sido realizar um exame conjunto da situação econômica, política e social do Brasil para forjar a unidade em torno da ação política. Para essa finalidade, a principal incumbência teria sido a superação das divergências com Prestes para unificar o movimento. Entretanto, nos parece que a principal preocupação teria sido blindar o CC da possível perda de autoridade que as posições políticas de Prestes poderiam exercer sobre as bases.

A empreitada parece não ter tido muitas dificuldades, pois o entrosamento entre o Comitê Central e os companheiros que haviam permanecido no Brasil se deu em prazo relativamente curto. No complemento desse processo, Prestes teria sido procurado pelos

¹³⁶ REIS, 2011, p. 108 e 109.

¹³⁷ SANTOS, Jaime dos. 1968-1978: dez anos depois o “esquerdismo”... *Voz Operária*, n.º 145, abril 1978.

¹³⁸ Ler páginas 26 a 30 da tese.

¹³⁹ REIS, 2011, p. 109.

dirigentes. No suposto diálogo, não teria sido exigido que Prestes mudasse suas opiniões, a única condição teria sido a submissão à decisão da maioria do CC. É possível que a suposta proposta possa ser entendida como uma possível compensação em troca de silêncio. Talvez seja o que Prestes tenha pensado, pois Dinarco afirma que os diálogos malograram. Nessa derradeira tentativa, segundo Dinarco, Luiz Carlos Prestes teria deixado patente sua intenção “de criar ou aderir a uma organização [...] capaz de dirigir o processo revolucionário no Brasil”, condição que, segundo ele, “o Partido Comunista Brasileiro já não preenchia”.¹⁴⁰

A partir deste ponto, Dinarco tece críticas às entrevistas públicas em que Prestes teria externado suas divergências com o partido. Entre as críticas de Prestes estariam as acusações de que o CC assumira uma posição antissoviética, as quais, segundo Dinarco, estavam categoricamente infundadas. Segundo Dinarco, Prestes não poderia simplesmente tomar declarações isoladas de dirigentes como manifestações do CC. Na continuação, Dinarco cita, mais uma vez, a existência da luta interna para descrever suas repercussões no CC:

Só podem ser interpretadas como visando deteriorar as fraternas e simultaneamente respeitosas relações entre o PCB com o PCUS. Luiz Carlos Prestes não ignora a luta interna que se trava no Comitê Central em que, ao mesmo tempo em que é assegurado aos seus membros o direito de opinar e divergir mesmo equivocadamente, predomina na grande maioria de seus componentes, assim como na dos militantes do Partido, desde a fundação em 1922, o mais profundo reconhecimento pelo papel de heroica vanguarda assumida pelo PCUS no movimento comunista internacional. Esse respeito e inabalável relação de amizade dos comunistas brasileiros com o PCUS são insidiosas e permanentemente atacados pela reação que não cessa de, através de seus meios de desinformação, acusar o PCB de manter relações de dependência e subordinação ao PCUS. Este, porém, é o seu papel. No entanto, é simplesmente lamentável que uma pessoa – como Luiz Carlos Prestes – que se diz comunista colabore nessa campanha de deturpação dos fatos.¹⁴¹

As tais entrevistas públicas, na verdade, são referentes à “Carta aos Comunistas”. Quanto às repercussões junto aos militantes do partido, Dinarco retoma a tese de que somente Prestes poderia responder as razões que o levaram à ruptura. Esse também foi o argumento que outros dirigentes sustentaram quando questionados sobre as razões que teriam levado Prestes a romper com o PCB. Segundo Dinarco, mesmo após a ruptura “vários camaradas, por iniciativa própria, procuraram dissuadi-lo das decisões por ele tomadas”:

Também sucessivas convocações foram a ele apresentadas para voltar a participar das reuniões do coletivo de dirigentes e com eles reexaminar a sua intempestiva decisão. Todos os esforços, porém, foram baldados: ele se manteve intransigente, como aliás, sempre foi do seu feitio.¹⁴²

¹⁴⁰ REIS, 2011, p. 110.

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² *Idem*, 2011, p. 112.

É curioso como, no final da citação, temos uma assertiva sobre o comportamento intransigente de Prestes, o que contraria a imagem de que era um conciliador encontrada em memórias bibliográficas de ex-dirigentes do PCB, inclusive na de Dinarco. Afinal, para ser um conciliador, um líder deve ter uma postura flexível, não o contrário. Um líder intransigente nas suas posições e opiniões não concilia, manobra para que suas posições sejam instituídas.

A causa da ruptura de Prestes é tomada como mais uma deficiência de natureza ideológica, tal qual teria ocorrido em outros casos:

[...] com João Amazonas de Souza Pedroso, Pedro Pomar e Maurício Grabois, no V Congresso e com Carlos Marighella e Mário Alves no VI Congresso por terem assumido posições incompatíveis com a linha política do Partido e seus estatutos, foram expulsos da organização partidária por decisões aprovadas no V e VI Congressos, respectivamente. A posição antipartidária assumida por Luiz Carlos Prestes é idêntica às das pessoas acima mencionadas.¹⁴³

Se foi como descrito acima, ao contrário do que Dinarco afirmou anteriormente, tanto ele como o CC conheciam a natureza das divergências que levaram Prestes a romper com o Partido. Entretanto, segundo Dinarco, as dificuldades iniciais foram superadas através dos contatos e esclarecimentos pessoais. Essa frase de Dinarco é muito sugestiva, dela deduzimos que a derrota de Prestes tem a ver com o sucesso da reunificação do partido em território nacional em torno da direção do grupo pragmático, isto é, a coalizão liderada por Giocondo. A precaução em restabelecer os contatos com os líderes e militantes que haviam permanecido no Brasil deu a vantagem ao grupo de Giocondo Dias no controle da narrativa. Foi a manutenção da unidade em torno do CC que oportunizou a Giocondo Dias e seus apoiadores a condição de superar os prestistas, apesar do terremoto provocado pela “Carta aos Comunistas”. E, ainda, de expurgar a coalizão liderada por Armênio Guedes. Ou seja, deduzimos que, a partir daquela iniciativa, o grupo de Giocondo tomava as rédeas das zonas de incertezas.

Em 1981, o PCB já teria se recuperado da instabilidade causada pela ruptura de Prestes. O partido já teria se organizado, praticamente, em todos os Estados. Tal condição teria possibilitado a eleição de representantes para “compor a comissão nacional provisória para dirigir a reorganização de uma direção central efetiva”.¹⁴⁴ Na sequência desses acontecimentos, no dia “13 de dezembro de 1982, na redação do semanário *Voz da Unidade*, situada na capital de São Paulo”, teria sido realizada a reunião da direção provisória pela reorganização do Partido. A reunião teria sido interrompida por uma batida policial que levara presos todos os presentes. Entretanto, apesar do contratempo, o partido teria prosseguido na campanha de

¹⁴³ REIS, 2011, p. 213.

¹⁴⁴ *Idem*, 2011, p. 114.

legalização, com os dirigentes “confiantes em que, sob a crescente pressão das massas, a derrota da ditadura seria iminente e o ascenso do processo democrático em curso irreversível”¹⁴⁵. Entretanto, a leitura precisou ser refeita, após as manifestações populares de 1982 e 1984, indicando que tais pressões das massas poderiam ser insuficientes. Teria sido na estratégia aprovada nos textos de *Uma Nova Alternativa Democrática para a Crise Brasileira* que o PCB encontrara o melhor caminho para a conquista da legalidade em 1985: uma estratégia de alianças amplas e irrestritas com todos os setores sociais para o estabelecimento das liberdades democráticas. Uma política de compromissos com partidos e classes que nada tinham em comum com a revolução, localizada em um futuro distante, resultado da conquista da hegemonia política do partido na arena democrática. A tese de Prestes, diferentemente, pleiteava que o momento seria propício à revolução socialista, já que o Brasil figurava como um país de capitalismo desenvolvido, mas dependente, portanto, deveria haver a criação de uma frente de esquerdas que pusesse em movimento o trem da revolução.

3.4 UMA DEMOCRACIA SOCIALISTA

Em 1980, foi publicado um artigo de Anita Leocádia Prestes¹⁴⁶ na revista Oitenta, sob o título: *A que herança os comunistas devem renunciar?* No texto, há uma longa avaliação do que a autora denominou de erro histórico da concepção da revolução brasileira que teria perdurado na interpretação pecebista do 1.º ao 6.º Congresso do PCB. A autora fazia referência às teses do valor intrínseco da democracia burguesa e da revolução nacional-libertadora como únicos caminhos para o desenvolvimento capitalista independente e democrático, capaz de amadurecer a revolução socialista no Brasil. Teses, segundo Anita Prestes, direitistas e incompatíveis com o marxismo-leninismo. A consequência disso teria sido o desenvolvimento de uma teoria complementar ainda mais à direita, classificada de socialismo democrático, em que o socialismo adere simbioticamente à democracia burguesa, defendida por Armênio Guedes. A ex-dirigente afirmava que a tese de Guedes ficava explícita em suas manifestações públicas, como na entrevista em que informa que a realidade brasileira não demandava “a passagem ao socialismo”:

¹⁴⁵ REIS, 2011, p. 114.

¹⁴⁶ A página do Instituto Luiz Carlos Prestes afirma que Luiz Carlos Prestes participou da elaboração do texto que só leva o nome de Anita Leocádia Prestes. Disponível em: <http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=161:-a-que-heranca-devem-os-comunistas-renunciar&catid=26:documentos&Itemid=146>. Acesso em: 03 mar. 2022.

É a fase de democratização do país que está em causa [...]. Reorganização que se deverá fazer não por uma ruptura violenta em relação às antigas instituições do regime, mas por uma ruptura gradual exercida sob pressão do movimento democrático de uma oposição ampla que se estenda a todo o país [...]. Estamos num período de transição para a democracia. E nós comunistas, não pretendemos instrumentalizar essa democracia. Nossa concepção de democracia vai além da tática. Para nós, não é simples expediente, mas um dado estratégico [...]. É preferível apoiar-se sobre um consenso obtido na confrontação democrática, entre as ideias da classe operária e nas forças de vanguarda com o Partido Comunista ocupando evidentemente lugar importante nesta luta. Ideias que acabarão por conquistar a maioria da população. É o que denominamos de conquista de hegemonia pela classe operária [...]. De qualquer maneira, estou convencido de que a sociedade brasileira tem tal nível de complexidade, em função do desenvolvimento do capitalismo, que um socialismo que seria conquistado através da luta armada poderia tornar-se um socialismo do tipo autoritário, e não um socialismo do tipo democrático. Porque, afinal, é o socialismo democrático que devemos pretender. Somos não apenas revolucionários, mas também libertários. Temos a pretensão de desejar a liberdade do homem.¹⁴⁷

Para Anita Prestes, o que Armênio Guedes defendia era a transferência para a arena parlamentar das disputas que deveriam ocorrer em âmbito revolucionário, como se uma revolução não viesse pela força, mas pelo convencimento; não pela necessidade histórica, mas pelo consenso. Ou seja, as palavras de Armênio Guedes são interpretadas como uma violação de princípios marxista-leninistas do papel vanguardista do Partido Comunista, do proletariado como agente revolucionário histórico e da democracia de classe.

Na sequência, Anita Prestes destaca o quanto eram oportunos para os comunistas e todos os que se interessavam pelos destinos do socialismo a discussão e o questionamento da orientação política do Partido Comunista Brasileiro. O lançamento da coletânea de documentos no livro “PCB: vinte anos de política, 1958 – 1979 (Documentos)”,¹⁴⁸ inclusive, vinha a calhar com a discussão. Entretanto, sublinha que, apesar da coletânea conter documentos importantes dos últimos 20 anos do PCB, esses não seriam suficientes para a compreensão do que deveria ser renunciado na linha política do partido. Seria necessário retroceder aos documentos forjados a partir de 1922, posto que seria o desconhecimento da história do partido a causa maior das “análises superficiais e interpretações falsas”¹⁴⁹ que marcaram, ao longo dos anos, a política e a organização do partido.

Anita Prestes recorre ao termo dogma para identificar a posição política do PCB, quando buscou tornar a linha política de 1967 uma verdade inquestionável. Critica a proposição de que entre os documentos de 1958 a 1979 estivesse a herança a ser celebrada pelos comunistas. Segundo a autora, a linha política delineada em março de 1958 e consolidada na resolução de

¹⁴⁷ Dirigente do PCB diverge de Prestes sobre luta armada. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 out. 1979. Caderno, p. 7.

¹⁴⁸ PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos). São Paulo. Lech, 1980.

¹⁴⁹ PRESTES, Anita Leocádia. A que herança os comunistas devem renunciar? **Revista Oitenta**, n. 2. Porto Alegre: L&PM, 1980, p. 197-223.

1967 simbolizava o momento em que o direitismo e o reformismo teriam ganhado contornos nítidos na teoria partidária. Nesse sentido, o artigo discutia a ideia de que na Declaração de Março de 1958 a democracia seria um campo favorável, não um fim, para o partido alcançar maior inserção na sociedade brasileira, o que teria sido

Uma nova fase na vida do Partido, redefinindo a compreensão que os comunistas tinham do movimento democrático e nacionalista, da política de frente única e do papel da democracia na luta pelo socialismo. E é inegável que, a partir dela, o PCB passou a se inserir de forma mais ativa na sociedade brasileira.¹⁵⁰

A coletânea de documentos seria um “verdadeiro patrimônio dos comunistas brasileiros”:

Os documentos, além do mais, demonstram que, no fundamental, a orientação do PCB foi confirmada pela vida e aceita na prática por muitas das principais forças democráticas do país. [...] [Com] a "Declaração de Março de 1958", [...] o PCB iniciou sua longa caminhada em direção a uma ampla política de massas, inserida ativamente na realidade concreta do país.¹⁵¹

Os documentos demonstravam que a inserção da democracia burguesa na linha política do PCB não teria sido recente, porque fruto da infiltração das ideias eurocomunistas. Nesse tópico, Anita Prestes afirma convergir, excepcionalmente, com a tese apresentada por Leandro Konder, no livro *A democracia e os comunistas no Brasil*, na qual o autor defende a ideia de que a valorização da democracia burguesa teria ocorrido antes mesmo da inserção do elemento eurocomunista no Partido, especialmente a partir da Declaração de Março de 1958. Portanto, no entender da ex-dirigente, a compreensão da atual linha política do PCB não poderia se restringir aos documentos entre 1958-1979, mas da publicação dos principais documentos da história do partido,

[...] que podem e devem ser analisados antes de se chegar a conclusões apressadas e dirigidas com sentido político definido: tentar transformar a atual orientação política do PCB – aprovada em seus 5º e 6º Congressos – em dogma inatacável, que não caberia questionar, nem revisar. Estaríamos diante de um patrimônio, que, no máximo, poderia ser aperfeiçoado, jamais revisto ou rejeitado. Preferimos seguir outro caminho: tentar descobrir as principais concepções que estiveram presentes nos documentos dos períodos fundamentais da vida do PCB e verificar sua correção. Isso nos permitirá responder à pergunta que nos colocamos: a que herança devemos renunciar para poder avançar rumo aos nossos objetivos socialistas? O que houve na história do PCB de fundamentalmente errado, que precisa ser rejeitado e corrigido, como condição para sair da crise atual apontada na "Carta aos Comunistas" de Luiz Carlos Prestes?¹⁵²

¹⁵⁰ NOGUERA, Marco Aurélio. Prefácio do livro PCB: vinte anos de política, p. IX.

¹⁵¹ CAPISTRANO FILHO, David. Vinte anos de PCB. *Voz da unidade*. São Paulo, 17 a 23 abril 1980. Cultura, p. 15. Semanal.

¹⁵² CAPISTRANO FILHO, 1980, p. 198.

Além do dogmatismo, que por si só, na visão de mundo comunista, desqualificava qualquer interpretação, são apontadas outras condicionantes para explicar os erros que acompanharam as interpretações da realidade brasileira nas teses do PCB, o atraso econômico, social, político e cultural. Desse modo,

O débil conhecimento do marxismo, assim como da realidade brasileira, que o partido se propunha a transformar, teria que conduzir seus dirigentes à cópia de modelos e esquemas elaborados em outros países e para situações diferentes. Era o início de toda uma tradição de acentuado dogmatismo na elaboração da política do PCB.¹⁵³

Uma visão de mundo em que as sociedades são interpretadas a partir de escalas evolutivas¹⁵⁴ é determinante para explicar as condicionantes que teriam levado o PCB a formular teses, segundo Anita Prestes, errôneas desde o início. Igualmente a Luiz Carlos Prestes, Anita defendia a ideia de que o atraso econômico, cultural, político e social teria sido a causa principal da recorrência aos erros e à cópia dogmática da linha política do VI Congresso da Internacional Comunista de 1928. Nenhuma referência de que as teorias de Marx, dirigidas para países capitalistas desenvolvidos, foi transplantada mecanicamente para um país predominantemente agrário como a Rússia. O curioso é que a crítica à cópia de modelos foi utilizada por prestistas, pragmáticos e renovadores, ou seja, por todos que desejavam desqualificar as teses de outrem.

No caso de Anita Prestes, compreendemos que esse enredo foi utilizado para esculpir o espaço para a entrada da teoria da dependência no marxismo-leninismo. Afinal, a tese marxista-leninista defendia que o imperialismo, estágio superior do capitalismo, bloqueava o desenvolvimento capitalista e a criação das condições objetivas e a passagem para o estágio socialista. Mas, não dava conta da situação de um país que desenvolvesse o capitalismo estando sob o jugo imperialista, como no caso brasileiro. Em 1950, o desencontro entre a realidade e a tese já era gritante. Mesmo assim, o PCB teria insistido na linha política de libertação nacional, o que não é de se estranhar, pois que outra opção subsidiava a teoria marxista-leninista? Anita Prestes e outros só fugiram à regra porque enxertaram o marxismo-leninismo com a teoria da dependência, tanto que, antes dela, nem Prestes e nem qualquer outro membro do PCB discordou das projeções que circulavam acerca da revolução brasileira. É possível que tenha sido Anita quem tenha influenciado Luiz Carlos Prestes na adoção da teoria da dependência. Sabe-se que Anita Prestes valeu-se da teoria da dependência em sua tese de doutorado.¹⁵⁵ Seja

¹⁵³ CAPISTRANO FILHO, 1980, p. 198.

¹⁵⁴ Ver página 136.

¹⁵⁵ Em 1975, foi defendida e aprovada, no Instituto de Ciências Sociais de Moscou, a tese de doutoramento de Anita Leocádia Prestes, intitulada *O capitalismo monopolista de Estado no Brasil e suas particularidades*.

como for, a teoria da dependência não tem sua origem no marxismo, apesar das versões que possibilitaram diálogos intelectuais, muitos dos quais evidenciavam as limitações do marxismo-leninismo. Essa insuficiência do marxismo-leninismo foi escamoteada sob o argumento do atraso político, cultural, econômico e social do Brasil, na falta de dados, na ausência de intelectuais marxistas, na carência de livros marxistas. Entretanto, omite-se o fato de que muitos dirigentes do PCB foram à URSS para aperfeiçoamento na teoria marxista-leninista.

Foi assim que, respaldada em uma teoria não genuinamente marxista-leninista, Anita Prestes partiu para a desconstrução das resoluções políticas aprovadas entre 1922 e 1967:

Se no 1º Congresso [d]o PCB não foi aprovada nenhuma resolução sobre a situação nacional, nenhuma análise sobre o Brasil, em seu 2º Congresso, realizado em 1925, as teses sobre a situação política nacional baseavam-se na concepção “agrariano-industrialismo” (sic), formulada inicialmente no livro de Otávio Brandão *Agrarianismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil* (sic), escrito em 1924. Esta “primeira tentativa feita no Brasil de análise marxista da situação nacional” (sic), nas palavras de Astrojildo Pereira, era também um exemplo de aplicação dogmática e mecânica do pensamento de Lênin, de suas ideias expostas no *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (sic).¹⁵⁶

A crítica é dirigida à interpretação proposta por Otávio Brandão, em que o Brasil figurava como um país semifeudal de capitalismo agrário. De acordo com esse diagnóstico, a revolução no Brasil passava pela formação de frente única reunindo o proletariado, a pequena burguesia e a burguesia industrial. Tal união de forças voltar-se-ia contra o imperialismo e seus aliados internos: os grandes proprietários rurais feudais interessados em preservar o *status quo* e obstruir o desenvolvimento capitalista independente do país. Ou seja, Otávio Brandão seguiu a cartilha da Internacional Comunista. Posteriormente, a mesma organização classificaria as teses de Otávio Brandão como mencheviques, isto é, direitistas, obrigando-o à formulação de uma autocritica.¹⁵⁷

Entretanto, mesmo com a negação das teses de Otávio Brandão, o esquema parece não ter mudado muito. Segundo Anita, no terceiro Congresso do PCB, de 1928, a interpretação não teria sido diferente, pelo contrário, tornara mais evidente a transposição mecânica de interpretações da Internacional Comunista quanto ao que seria uma economia brasileira “agrária, semifeudal, semicolonial”:

E nas resoluções sublinhava-se que “a situação política e socioeconômica do Brasil é determinada pelos seguintes fatores principais: 1) a dominação imperialista; 2) a economia agrária; 3) o problema da terra; 4) a revolução democrático-burguesa” (sic). Por isso, a primeira etapa da revolução deveria levar à “solução do problema agrário

¹⁵⁶ CAPISTRANO FILHO, 1980, p. 199.

¹⁵⁷ ROIO, Marco Del. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. In: Crítica Marxista, São Paulo. Revan, n.º 18, p. 115-132, 2004.

através do confisco da propriedade latifundiária, da liquidação das sobrevivências semifeudais e da emancipação da dependência imperialista” (*sic*).¹⁵⁸

A crítica de Anita Prestes volta-se, ainda, à interpretação que propunha como contradição principal ao desenvolvimento brasileiro o confronto entre o imperialismo inglês e seus aliados internos, os setores agrários e conservadores, versus o imperialismo americano e a burguesia industrial. O PCB, equivocadamente, via um agravamento do conflito entre o imperialismo norte-americano e o imperialismo inglês como motivo para o aumento das tensões sociais que levaram aos levantes tenentistas de 1922 e 1924. A construção da relação entre o movimento tenentista e as disputas imperialistas teria ocorrido de forma mecânica, como receita pronta, sem análise, seguindo apenas a esquematização de procedimentos forjados em realidades diferentes da brasileira. A consequência, segundo Anita Prestes, teria levado à formulação de outra teoria descabida, a da terceira revolta. Essa teoria postulava uma terceira explosão revolucionária como continuação mais ampla e radical dos movimentos de 1922 e 1924. É nessa perspectiva, segundo Anita Prestes, que consistia no dogmatismo, ou seja:

Toda a tática do Partido Comunista deve, portanto, subordinar-se a esta etapa estratégica de mobilização das massas em vista do movimento que se prevê. O Partido Comunista deverá colocar-se à frente das massas a fim de conquistar, por etapas sucessivas, não só a direção da fração proletária, mas a hegemonia de todo o movimento.¹⁵⁹

Nessa linha, de certa forma, foi considerado dogmatismo tomar as resoluções do VI Congresso de 1928 sobre os países coloniais e semicoloniais como corretas. Entretanto, não seria esse o dever de todo comunista fiel, reputar as análises da instituição máxima dos Partidos Comunistas como exteriorização do comunismo científico? Vejamos um trecho da tese do VI Congresso selecionado pela autora:

Na América Latina os comunistas devem tomar parte ativa e geral no movimento revolucionário de massas dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive lá onde este movimento ainda esteja sob a direção da pequena burguesia. Para isso, os partidos comunistas não devem se subordinar, em nenhuma hipótese, a seus aliados temporários. Ao mesmo tempo e que os partidos comunistas lutam pela hegemonia no movimento revolucionário, devem esforçar-se em primeiro lugar pela independência política organizativa do seu partido e trabalhar para que o Partido comunista se converta no partido dirigente do proletariado.¹⁶⁰

Qual Partido Comunista — sessão da Internacional Comunista — não seguia as diretrizes estabelecidas pela IC? Todos seguiam. Não se tratava, portanto, no contexto dessas resoluções, um problema apenas do PCB, já que envolvia uma questão de princípio, isto é, todo

¹⁵⁸ CAPISTRANO FILHO, 1980, p. 199 e 200.

¹⁵⁹ *Idem*, 1980, p. 200.

¹⁶⁰ *Idem*, 1980, p. 201.

PC, sessão da IC, deveria submeter-se ao artigo 16 das 21 condições de admissão na Comintern. “[...] Todas as resoluções dos congressos da Internacional Comunista, bem como as de seu Comitê Executivo, são obrigatórias para os Partidos a ela filiados [...]”.¹⁶¹ Apesar da dissolução da IC em 1956, a maioria dos PCs, incluindo o PCB, mantiveram-se subordinados ao partido que coordenava a IC, o PCUS, através da fidelidade ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário¹⁶². Isso implicava em questões que envolvem a forma de militar e de subjetivamente ver-se no mundo: uma estrutura de sentimentos. Não foi à toa que quando o PCB, em 1962, se decidiu pela estratégia de retirar da identificação “sessão da Internacional Comunista”, a afirmação de que se orientaria pelos princípios do marxismo-leninismo, da “ditadura do proletariado” e do internacionalismo, foi considerada por muitos militantes como uma traição ao princípio revolucionário, ao marxismo-leninismo e à URSS, provocando a primeira ruptura e a criação do PC do B. Se as teses estavam completamente equivocadas, como defendiam Anita Prestes e Luiz Carlos Prestes, isso não deveria redundar em posicionamentos críticos à linha política da URSS? Afinal, quem ditava as resoluções da IC era a URSS.

Anita Prestes segue sua análise com várias citações das resoluções do VI Congresso da IC para cimentar o argumento de que o PCB copiava, mecanicamente, uma receita cujos ingredientes não correspondiam ao que existia no Brasil: “[...] O profundo desconhecimento da realidade latino-americana e das particularidades do capitalismo no Brasil levava o PCB à aceitação passiva das teses da IC, que, por sua vez, estavam impregnadas de dogmatismo e esquematismos.¹⁶³

Sob outra perspectiva, segundo a interpretação de Anita Prestes, as teses do VI Congresso seriam corretas no que se referiam às análises e conclusões elaboradas aos países asiáticos e africanos. Ao mesmo tempo considerou dogmatismo “a transposição mecânica das ideias de Lênin para uma realidade inteiramente distinta, como a da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular”, desse modo,

Em vez de partir-se do estudo do processo real do desenvolvimento capitalista nesses países, passava-se a identificar a situação no campo com um suposto feudalismo, que, juntamente com o imperialismo, desempenharia o papel de entraves ao desenvolvimento do capitalismo. Enquanto o capitalismo encontrava novas formas de desenvolver-se nas condições de determinados tipos de relações de produção não capitalistas, considerava-se que nas semicolônias era necessário realizar a revolução agrária e anti-imperialista – que seria a forma concreta da revolução democrático-

¹⁶¹ As 21 condições de admissão dos Partidos na Internacional Comunista. Disponível em: <http://ciml.250x.com/archive/lenin/portuguese/lenin_1920_condicoes_de_admissao_na_internacional_comunista_portuguese.html>. Acesso em: 16 dez. 2016.

¹⁶² GOSSWEILER, Kurt. Dimitrov sobre a dissolução da III Internacional. *Etudes marxistes*, n.º 7, 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gossweiler/2005/mes/90.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

¹⁶³ CAPISTRANO FILHO, 1980, p. 202.

burguesa, sob a hegemonia da classe operária – para assegurar o desenvolvimento capitalista livre e independente nesses países.¹⁶⁴

O motivo dessa transposição mecânica teria sido a falta de visão estratégica da revolução e a ausência de uma análise concreta das contradições reais presentes na formação social brasileira. Mas, se teria sido, como Luiz Carlos Prestes afirmou, o atraso cultural brasileiro o “culpado” pela falta de dados e de intelectuais marxistas, como o PCB poderia realizar uma análise diferente daquelas propostas pela IC?

Para explicar os equívocos das análises das resoluções do PCB, Anita Prestes utiliza-se fartamente da teoria da dependência:

O desconhecimento das particularidades do desenvolvimento capitalista em países dependentes do imperialismo como o Brasil, onde a dominação imperialista não só não representava um entrave ao capitalismo, como propiciava seu *desenvolvimento dependente*, conservando e utilizando para isso estruturas anteriores do tipo pré-capitalista [...] levava à separação mecânica entre a luta anti-imperialista e a luta anticapitalista. Precedia-se realizar uma revolução de libertação nacional — a etapa democrático-burguesa — em que fossem liquidados os restos feudais e a dominação imperialista e, assim, criadas as condições para um desenvolvimento capitalista autônomo. Deixava-se de perceber que este esquema era impraticável e que a luta anti-imperialista tinha um conteúdo marcadamente anticapitalista, uma vez que o capitalismo possível em países como o Brasil é o capitalismo dependente e associado aos monopólios estrangeiros. Liquidar a dominação imperialista significa, portanto, dar um golpe de morte no capitalismo; jamais contribuir para o seu desenvolvimento, ainda por cima autônomo. Essa visão estratégica errônea tem um conteúdo de direita na medida que se propõe um objetivo já ultrapassado pelo próprio processo de desenvolvimento histórico no Brasil: desenvolver o capitalismo.¹⁶⁵

Sob a interpretação da teoria da dependência, há uma inversão total na interpretação que postulava o combate à dominação imperialista. Nesse sentido, a estratégia de uma revolução por libertação nacional contra dominação imperialista passaria a ser classificada como uma posição direitista pelos prestistas. Mesmo em momentos de formulação de táticas esquerdistas, como no “programa da Aliança Nacional Libertadora”, não se mudava o caráter direitista da orientação do PCB. Nem mesmo após a Conferência da Mantiqueira, de 1943, o partido teria rompido com a “visão estratégica da luta pelo desenvolvimento do capitalismo na democracia”¹⁶⁶. Pelo contrário, segundo Anita Prestes, a visão estratégica da revolução democrático-burguesa, uma visão notadamente de direita, era apresentada da seguinte maneira:

Se a democracia for restabelecida durante a guerra, a união nacional em torno do governo permitirá uma transição dentro da lei e da ordem até a constitucionalização definitiva do país. Com a derrota do nazismo o governo de guerra e de união nacional será então para o povo um governo vitorioso, contando com o apoio espontâneo e livre das grandes massas trabalhadoras que na defesa de suas conquistas democráticas serão as mais interessadas em sustentá-lo para que se faça em ordem a

¹⁶⁴ CAPISTRANO FILHO, 1980, p. 205.

¹⁶⁵ *Idem*, 1980, p. 206.

¹⁶⁶ *Idem*, 1980, p. 208.

reconstitucionalização do país. [...] Aos comunistas [...] o que convém é a consolidação definitiva das conquistas democráticas sob um regime republicano, progressista e popular. Ora, uma tal república, para poder ser instituída sem maiores choques e lutas, dentro da ordem e da lei, não poderá ser de forma alguma uma república soviética, isto é, socialista, mas capitalista, resultante da ação comum de todas as classes sociais, democráticas e progressistas, desde o proletariado até a grande burguesia nacional [...] No caso particular do Brasil a única perspectiva justa para um marxista [...] é que entre nós faltam para uma revolução socialista não só as mais elementares condições subjetivas como as imprescindíveis condições objetivas. [...] Os comunistas do Brasil sempre lutaram pela revolução democrático-burguesa [...]. O que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido do capitalismo no país. Na situação atual do Brasil [...] nada pode haver de mais reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo...¹⁶⁷

Anita Prestes mapeia, na sucessão de conjunturas da história do PCB, “as ilusões parlamentaristas”.¹⁶⁸ Segue-se a análise do Manifesto de Agosto de 1948 que, apesar de uma guinada à esquerda, era elucidativa do que ela procurava mostrar:

[...] a continuidade da mesma concepção estratégica de direita, não obstante as inúmeras guinadas táticas à “esquerda” (*sic*) e à direita [...]. O Brasil continuava a ser “um país atrasado, semifeudal e semicolonial” (*sic*) [...]. Continuava-se a ver na “industrialização” o caminho para a emancipação nacional.¹⁶⁹

Nos documentos de 1949 não era diferente: reafirmava-se “o caráter da revolução como ‘democrático-burguês’”.¹⁷⁰ E, apesar de tática esquerdista, segundo Anita Prestes, a estratégia direitista manifestava-se na visão “de um partido que tivesse esse caráter policlassista”, na qual “Era ainda evidente a profunda ilusão de classe de supor viável um desenvolvimento capitalista autônomo do imperialismo, que permitisse, inclusive, deslocar o Brasil do campo do imperialismo para o “campo do progresso e da democracia” (*sic*).¹⁷¹ Nem mesmo um documento mais à esquerda da história do PCB, o “Manifesto de Agosto” de 1950, teria modificado a estratégia direitista do PCB, pelo contrário. Anita Prestes o considerava uma continuação da estratégia direitista das teses de 1948 e 1949 de “Frente Democrática de Libertação Nacional”, ou seja:

A estratégia continuava a mesma: a revolução de libertação nacional [...]. A estratégia de direita permanecia com todas suas consequências desastrosas, dentre as quais a mais importante consistia exatamente na incapacidade de formular uma orientação tática que correspondesse à real correlação de forças sociais e políticas e permitisse o avanço rumo a objetivos políticos corretos, que só poderiam ser decorrência de uma justa análise das particularidades do capitalismo dependente que se desenvolvia no Brasil.¹⁷²

¹⁶⁷ CAPISTRANO FILHO, 1980, p. 209.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ *Idem*, 1980, p. 212.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ *Idem*, 1980, p. 213.

¹⁷² *Idem*, 1980, p. 214.

No 4º Congresso, em 1954, teria sido reafirmado, na interpretação de Anita Prestes, o fundamental das teses do “Manifesto de Agosto” de 1950:

A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho anti-imperialista e agrária, antifeudal. É uma revolução contra os imperialistas norte-americanos e contra os restos feudais e tem por objetivo derrotar o regime dos latifundiários e grandes capitalistas. Libertando o Brasil do jogo dos imperialistas norte-americanos e dos restos feudais, desloca, simultaneamente, o país do campo da guerra e do imperialismo para o campo da paz, da democracia e do socialismo. O Programa do Partido reflete essa justa caracterização da revolução brasileira em sua atual etapa.¹⁷³

Chega-se, enfim, à Declaração de Março de 1958. Segundo Anita Prestes, essa Declaração teria sido a consequência de uma perspectiva estratégica errônea que enveredou na acumulação de deformações no funcionamento interno do PCB. Em outras palavras, Anita acreditava que teria sido a falta de democracia interna a responsável pela amplificação das denúncias feitas no XX Congresso do PCUS de 1956. Não teria sido o modelo terceiro internacionalista seguido pelo partido, nem a liderança personalista de Luiz Carlos Prestes, pelo contrário. Luiz Carlos Prestes não seria responsável pela ausência de democracia interna, pois estava na clandestinidade, escondido. Apenas dois companheiros teriam conhecimento do local do esconderijo, entre eles Giocondo Dias, responsável pela comunicação entre Prestes e o CC. Diógenes de Arruda Câmara é que seria o responsável, dado os seus métodos arbitrários de direção, apelidados de “arrudismo”, permanecendo para sempre na história do partido como sinônimo desqualificador de direção “mandonista”. Prestes, no entanto, explica que não tinha conhecimento do que se passava no partido, alegando desconhecer as práticas adotadas por Arruda:

Trabalhávamos juntos: ele [Arruda] na tarefa de organização e eu no encaminhamento dos problemas políticos. Minha atividade era intensa. De maneira que eu não percebia como ele tratava as pessoas. Comigo era diferente: não usava de brutalidade, nem era violento. (MORAES, 1982, p. 130).

É muito curioso como, na história do PCB, há sempre culpados pelos problemas orgânicos do partido, mas nunca uma crítica em relação ao modelo de partido. É como se a estrutura partidária herdada do leninismo fosse sacrossanta: não era permitido alterá-la, uma vez que não havia imperfeições. Os indivíduos que coordenavam a estrutura foram sempre os responsáveis pela falta de visão ou erros de interpretação. Todos os que se arriscaram em criticar a estrutura partidária foram relegados ao ostracismo ou denunciados como antissoviéticos, traidores da classe operária, pequeno-burgueses ou qualquer outro adjetivo desqualificador.

¹⁷³ CAPISTRANO FILHO, 1980, p. 214.

Anita Prestes não parece ter escapado à regra. A questão é que ela, como os demais prestistas, encontrava-se naquele momento em oposição ao núcleo dirigente. Sem discriminar os problemas estruturais do modelo partidário do PCB, partiu para o que seriam os desvios históricos de dirigentes:

Sem uma estratégia correta, não era possível ter uma política de organização justa. O Partido Comunista é o instrumento de transformação da sociedade capitalista em socialista, e uma política voltada fundamentalmente para o desenvolvimento do capitalismo teria que resultar numa concepção deformada do Partido Comunista, de seus objetivos e métodos de funcionamento.¹⁷⁴

Nessa lógica, as denúncias do XX Congresso do PCUS de 1956 não teriam criado a crise, pelo contrário, elas teriam sido apenas a espoleta que deflagrara o que as resoluções políticas do partido haviam acumulado durante anos: “o afastamento cada vez mais flagrante da orientação política do Partido das condições nacionais [...] fez com que explodisse a crise que vinha se desenvolvendo no PCB”.¹⁷⁵ A similaridade da análise de Anita Prestes e Dinarco Reis está na constatação de que os problemas que geraram a crise no PCB vinham de anos anteriores. Se, para Dinarco, fora a partir de 1947, para Anita foi a partir das primeiras resoluções.

Para Anita Prestes, diferentemente do que postulavam os dirigentes, a Declaração de Março de 1958 não qualificara a capacidade analítica ou estratégica do partido, pelo contrário, apenas acrescentara e perpetuara tendências direitistas, dessa forma,

[...] continuava-se a fazer uma separação mecânica entre a luta contra o imperialismo e o latifúndio, de um lado, e o capitalismo, de outro [...]. Nas condições de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”.¹⁷⁶

O partido, segundo Anita, insistia na interpretação de que o país precisa combater o imperialismo para que o país dispusesse de condições para desenvolver o capitalismo no Brasil. O partido, por suas interpretações desconexas da realidade, insistia na negação do objetivo principal de um partido revolucionário: o socialismo. A mudança realmente expressiva na estratégia direitista das resoluções anteriores teria sido “na tática, que passou a ser a da luta por um governo nacionalista e democrático”, com vistas a “[...] um possível “caminho pacífico” (*sic*) — tese provavelmente proveniente do XX Congresso do PCUS — numa maior

¹⁷⁴ PRESTES, 1980, p. 215.

¹⁷⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

preocupação com o movimento de massas em geral e com o movimento nacionalista então em desenvolvimento, em particular.¹⁷⁷

Na sequência da análise, Anita volta-se para a crítica das teses de Leandro Konder:

[...] seria falso dizer que com a “Declaração de Março” e, posteriormente, com o 5º e 6º Congressos do PCB, teria sido superada a ausência da democracia interna e corrigidos os métodos mandonistas e autoritários [...]. Como é sabido, no 6º Congresso, realizado em 1967, da mesma maneira que no 4º, o que prevaleceu não foi a opinião da maioria dos militantes; ao contrário, diversas organizações que discordaram da orientação defendida pelo CC foram dissolvidas e impedidas de se fazerem representar na plenária do Congresso. Na verdade, continuaram os mesmos métodos, talvez um tanto liberalizados, de imposição de opiniões e ausências de debate democrático, como é mostrado agora por Luiz Carlos Prestes em sua “Carta aos Comunistas”.¹⁷⁸

Na sentença acima, Anita reporta-se à ausência de democracia interna que Prestes denunciara em sua “Carta aos Comunistas”. A tão afamada democracia interna que os dirigentes gostavam de saudar como uma conquista dos V e VI Congressos, segundo Anita, teria permanecido ausente da vida do PCB, apenas escamoteada em métodos mais amenos de arbítrio. O curioso, nesse caso, é que — sem julgar se as teses de cada corrente estavam ou não corretas — o princípio do centralismo democrático defendia a submissão de todos ao consenso de uma maioria. Pelo que pudemos apurar das fontes, a maioria categórica do CC permaneceu unida em torno das teses do VI Congresso. Se o princípio do centralismo democrático era o de maioria, não houve, como alegam Prestes, Anita, Armênio e outros, uma mera ausência de democracia interna, pelo contrário, houve a prevalência do centralismo.

Anita Prestes, portanto, defende a tese de que a anuência à democracia burguesa do PCB permaneceu, durante toda a sua história, atrelada à necessidade de desenvolver o capitalismo e apoiar a industrialização capitalista do Brasil. Entretanto, na medida em que a tese da revolução nacional-libertadora revelou seus limites, pois o desenvolvimento do capitalismo ocorreu sob o jugo imperialista, por que permanecer na tese da democracia burguesa? O momento para os prestistas era o da revolução socialista.

As teses da “Declaração de Março”, portanto, segundo Anita, não constituíam uma reflexão nova:

Os períodos de maior autoritarismo e repressão não passariam de percalços no processo de democratização inerente ao desenvolvimento capitalista em curso, apesar da permanência do imperialismo e do latifúndio [...]. A democratização do regime de 1930 não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocesso ou brutais interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com a ofensiva reacionária de 1947

¹⁷⁷ PRESTES, 1980, p. 216.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

ou por ocasião do golpe de 1954. Mas o processo de democratização é uma tendência permanente.¹⁷⁹

Anita procurou provar que essas interpretações provinham do desconhecimento das particularidades do capitalismo dependente em um país como o Brasil. Tanto a tese do núcleo pragmático, quanto a de Leandro Konder, segundo Anita, desconsideravam essa constatação factual e, portanto, a Declaração de Março não inaugurara nenhuma tese nova que tenha impulsionado um salto qualitativo na história do PCB. O que permaneceu foi uma estratégia direitista lastreada em uma leitura errônea da realidade brasileira.

E se em algum sentido é possível aceitar a tese do “início de uma nova fase na vida do Partido” (*sic*) a partir de 1958, seria exclusivamente no de que nesse momento teve início uma longa caminhada para posições cada vez mais de direita, em que alguns lances “esquerdistas” (*sic*), principalmente às vésperas do golpe de 1964, não passaram de fatos esporádicos, de exceção que só vem confirmar a regra: uma tática reboquista (*sic*) em relação à burguesia, tendo como pano de fundo a manutenção da mesma estratégia direitista.¹⁸⁰

Se antes havia uma falta intrínseca de dados e estudos que justificassem os equívocos das teses para a revolução brasileira, não era mais o caso, pois intelectuais como Florestan Fernandes demonstravam, de maneira fundamentada, as consequências antidemocráticas e autoritárias do tipo de desenvolvimento capitalista dependente que vinha se processando no Brasil.

Conforme Anita, portanto, a concepção defendida inconsistentemente pelo CC e veiculada no semanário *Voz da Unidade* estava completamente equivocada. O dito salto qualitativo da Declaração de Março de 1958 não alterara em nada a estratégia direitista presente nas resoluções anteriores do PCB. A questão democrática, conforme delineada por Leandro Konder, apontando para uma necessidade de preservação das conquistas democráticas realizadas sob o capitalismo e nos limites liberais, elevadas a nível superior, mostrava-se à direita da concepção do núcleo pragmático. Ainda mais à direita estaria a concepção exposta por Armênio Guedes, segundo a qual, “[...] a democracia, ao avançar, forçaria o governo a encarar a questão das transformações revolucionárias, socialistas. Não havia, pois, uma muralha entre a ‘questão democrática’ e a ‘questão socialista’; a primeira penetrava na segunda”. Na concepção de Anita, as ideias de Leandro Konder estavam mais próximas das ideias de Armênio Guedes e de Carlos Nelson Coutinho da “democracia como valor universal”.¹⁸¹ Konder seria, assim, adepto da democracia burguesa e tencionava estender a democracia burguesa à sociedade socialista.

¹⁷⁹ PRESTES, 1980, p. 218.

¹⁸⁰ *Idem*, 1980, p. 219.

¹⁸¹ *Idem*, 1980, p. 220.

Ainda, segundo Anita, o núcleo pragmático não teria elaborado uma crítica contundente para “a tese da ‘democracia como valor universal’”¹⁸² nem rechaçara a ideia de que a democracia burguesa deveria ser transplantada para o futuro Estado socialista. Essa teria sido a herança, conforme Anita, que os adversários pretendiam legar ao partido revolucionário: a confusão da democracia burguesa com o socialismo; já que o CC não teria rejeitado de todo a tese defendida pela corrente renovadora.¹⁸³

Conforme procuramos analisar neste capítulo, a teoria da dependência foi o elemento novo, o divisor de águas entre Prestes e as outras correntes. A teoria foi interiorizada em um momento em que o partido possuía um frágil controle das zonas de incertezas, permitindo que novas concepções se desenvolvessem com mais facilidade entre os dirigentes e militantes do PCB. Talvez o que mais tenha agravado a situação tenha sido a adesão da maior personalidade do partido, Luiz Carlos Prestes, à nova interpretação social e histórica. É possível supor que a derrota de Prestes tenha ocorrido em razão da perda do controle das zonas de incerteza para o Comitê Central. O controle das zonas de incertezas deu ao quadro dirigente majoritário do partido os meios necessários para impor a versão oficial da organização frente às demais interpretações possíveis, mas a um custo alto. Um partido dividido, com teorias para a revolução distintas. Para uma organização abalada pelas dissidências e pela repressão, não restava muito o que preservar. Com um efetivo diminuto e teses concorrentes, as zonas de incerteza tornaram-se cada vez mais decisivas e amplas. O fato é que as dúvidas e as perspectivas em torno da democracia, as complicações decorrentes das relações econômicas internacionais e a deterioração do socialismo real conduziram o partido a posições conflitantes com o marxismo-leninismo, iniciando uma lenta e contínua corrosão de seus alicerces.

¹⁸² PRESTES, 1980, p. 220.

¹⁸³ *Ibidem.*

4 SOCIALISMO DEMOCRÁTICO (?)

4.1 AS POSIÇÕES DE ARMÉNIO GUEDES

Na biografia de Giocondo Dias¹ encontramos uma descrição da “corrente renovadora”:

Para essa, havia chegado a hora do Partido libertar-se dos velhos métodos e dos velhos fantasmas, e surgir diante da sociedade como um partido novo, com uma visão mais ampla do socialismo, e, por isso, profundamente crítica do sistema que se havia implantado no leste europeu. Os renovadores estavam vinculados à discussão do marxismo na Europa Ocidental, ao que se chamava *eurocomunismo (sic)*, e se propunham a discutir o modelo soviético, a questão da democracia nos regimes do leste europeu, a renovação teórica e a organização do Partido. Essa ala era constituída principalmente por intelectuais do eixo Rio-São Paulo, que foram os principais elaboradores do jornal *Voz da Unidade (sic)*.²

Os renovadores teriam permanecido ao lado do Comitê Central durante todo o período da crise Prestes, no intuito de levar os dirigentes ao exame da política, dos métodos, dos vícios e erros do Partido Comunista Brasileiro para a formação de um partido renovado. Entretanto, o Secretário-geral do PCB, Giocondo Dias, parece não ter conduzido a mudança da forma como a corrente renovadora esperava. Apesar de tolerar o debate teórico em torno das novas concepções, combinando-as às “velhas” concepções partidárias, Dias parece tê-las circunscrito à prática do centralismo democrático, bloqueando o debate junto às bases. Portanto, a despeito do potencial que os renovadores enxergavam em Dias para promover a reformulação do PCB, o novo secretário-geral parece ter permanecido fiel à velha estrutura partidária. Deceptionados com a permanência das antigas concepções teóricas, os renovadores romperam com o partido e descreveram o antigo aliado como um homem do aparelho, preso ao modelo partidário inspirado na III Internacional.

Conforme procuramos identificar, a acomodação dessa miscelânea de posicionamentos e concepções teóricas esteve presente nos documentos publicados nos meios oficiais do partido, delineando os posicionamentos de cada grupo. Se, em alguns casos, as ideias parecem opor-se, em outros, são muito semelhantes, podendo ser diferenciadas apenas pelo conhecimento do fundo teórico que as orientam. Ou seja, a questão democrática permaneceu imiscuída a uma etimologia na qual apenas o autor de uma tese poderia elucidar qual seu sentido, conforme estratégias de luta interna. Se, para os litigantes, as diferenças eram nítidas, para o pesquisador demandou um esforço analítico considerável em compreendê-las. Afinal, como Luiz Carlos Prestes asseverou, a conjuntura teria forçado o partido a muitas acomodações, dando ao texto

¹ FALCÃO, 1993.

² *Idem*, 1993, p. 388.

das resoluções um caráter confuso, dúbio. Além disso, de orientação diferente, mas à semelhança dos “renovadores”, Prestes também defendeu a criação de um novo partido, uma vez que, as interpretações em torno das concepções teóricas do partido estariam ultrapassadas. Para Prestes, a democracia dita formal representava um meio para iniciar a revolução socialista, ao passo que, para os renovadores, a democracia era um fim e deveria ser incorporada ao socialismo. Entretanto, analisemos como a corrente renovadora, sob a perspectiva de Armênio Guedes, comprehendia a questão. Comecemos pelas duas entrevistas que concedeu à revista *Socialismo & Democracia*, em 1985.³

Somadas, as duas entrevistas possuem 29 questões, perfazendo 18 páginas. Como os entrevistadores interrogaram Guedes sobre assuntos diversos, nos aterremos apenas àqueles em que são abordados os temas em consonância com a temática do presente estudo.

A primeira entrevista é iniciada com uma indagação quanto às divergências que caracterizaram o relacionamento da corrente renovadora com o PCB. Armênio Guedes, pelo menos de início, não menciona a questão democrática, descrevendo as divergências em dois pontos:

[...] o modelo de socialismo idealizado por estes dirigentes — que é uma concepção baseada no socialismo construído nos países chamado “socialismo real” — e pela opção deles em seguir o modelo de partido da 3^a Internacional, principalmente do partido soviético, modelo em que o centralismo esmaga e afoga a democracia partidária.⁴

De acordo com Guedes, portanto, as divergências entre a corrente renovadora e o Comitê Central giravam em torno da postura acrítica do segundo quanto à política externa praticada pela URSS. A crítica ao Comitê era motivada, entre outros aspectos, pelo apoio às intervenções realizadas pela União Soviética na Tchecoslováquia (1968), no Afeganistão (1979) e na Polônia (1980), confundindo tal postura com internacionalismo operário em favor do socialismo. Para Guedes, no entanto, as intervenções da URSS pouco tinham a ver com a política de solidariedade internacional e mais com uma política de grande potência. Todavia, evitava classificar tal política como imperialista, mesmo diante das evidências de que os interesses estratégicos da grande potência oriental subordinavam outros povos. Essa análise parece resguardar um pouco da visão romântica sobre a política da União Soviética. Seja como for, para Guedes, o posicionamento acrítico do CC sobre a política da União Soviética teria sido fundamental para deteriorar o relacionamento entre renovadores e dirigentes.

³ GUEDES, 2012.

⁴ *Idem*, 2012, p. 147.

O segundo ponto destacado por Guedes⁵ foi a prática do centralismo democrático, com suas características descritas anteriormente. Tal forma de organização interna gerava contradições nas pretensões democráticas do PCB. Afinal, como um partido que não permitia a coexistência de correntes divergentes no seio do partido poderia advogar a existência da pluralidade política e partidária na sociedade quando, e se, o socialismo fosse estabelecido? E, em especial, em um país em processo de transição política a partir de uma ditadura militar.

Na sequência, reporta-se a um ponto que ainda permanecia importante: as acusações de antisovietismo que Prestes fazia ao Comitê Central. É curioso como a utilização de termos semelhantes causava incompreensão de todos os lados. A corrente renovadora defendia uma postura teórico-política autônoma à URSS. Uma autonomia, portanto, que liberasse o PCB dos modelos oficiais do marxismo-leninismo soviético e da obrigatoriedade de concordar incondicionalmente com a política externa da União Soviética, bem como, favorecesse uma política de alianças inspirada no Partido Comunista Italiano. Não obstante, não era assim que os companheiros e ex-companheiros enxergavam os posicionamentos da corrente renovadora. Como os integrantes da corrente renovadora permaneciam no PCB, representados no Comitê Central por Armênio Guedes e com forte presença na *Voz da Unidade*, aberto a publicar críticas à URSS, todo o CC era classificado por Prestes como antisoviético. Na lógica de Prestes, baseada no centralismo democrático, o Comitê Central deveria controlar o que era publicado no semanário *Voz da Unidade*. Prestes não era ingênuo e sabia que Armênio era minoria no Comitê Central e que as publicações na *Voz da Unidade* não representavam o posicionamento da maioria dos dirigentes em relação à URSS. Mas, mesmo após a saída dos integrantes da corrente renovadora, Prestes manteve as acusações de antisovietismo ao Comitê Central, uma postura mais condizente com as disputas partidárias do que com a realidade efetiva. As acusações do histórico dirigente ao Comitê Central eram, de fato, como apontou Guedes, surpreendentes, pois “[...] as posições de Prestes e a do grupo da direção atual do partido, na realidade, são muito semelhantes”.⁶ Segundo ele,

Não só quanto concepção de partido, mas também quanto concepção de socialismo. Eu acho que eles não são capazes de definir as divergências existentes entre eles, porque talvez estejam muito mais em jogo questões relacionadas com o controle do aparelho partidário do que propriamente concepções. Não estão em jogo as concepções de cada um deles sobre o socialismo, sobre o “socialismo real”, ou melhor, sobre a relação da democracia com o socialismo.⁷

⁵ GUEDES, 2012.

⁶ *Idem*, 2012, p. 148.

⁷ *Ibidem*.

No entender de Guedes, as divergências entre Prestes e o Comitê Central não estavam naquilo que seria fundamental naquele contexto: convergir a democracia e o socialismo em um único conceito. É necessário apontar que as divergências em torno da questão democrática existiam, mas estavam, em geral, circunscritas à crítica ao centralismo democrático. Tanto que essas dissonâncias aparecem nas resoluções partidárias, na publicação de textos e artigos que discutiam os posicionamentos sobre democracia e acusações de reformismo.⁸ Por outro lado, de fato, apesar das divergências e acusações de reformismo diversas, nem Prestes e nem o CC elaboraram um conceito diferente daquele existente no socialismo real. De sua parte, os renovadores pretendiam um rompimento com o marxismo-leninismo. Prestes e o Comitê Central, apesar de interpretações diferentes, mantinham o marxismo-leninismo como baliza estratégica fundamental.

Ao responder sobre a posição da corrente renovadora em relação ao eurocomunismo, Guedes afirmou sua aproximação com aquela perspectiva. A democracia, aquela que o partido chamava de formal, para ele tinha um valor universal, isto é, deveria ser parte intrínseca do socialismo. Acreditava ser inimaginável uma sociedade socialista sem a existência de uma democracia política, em que os princípios de “[...] representatividade e as liberdades fundamentais da pessoa humana sejam garantidas [...]. Sem que exista o pluralismo político e a alternância do poder”.⁹ Se não o fosse, seria como nos países do socialismo real, onde, segundo Guedes, existia um único comando, extremamente centralizado, completamente esvaziado da participação popular, caracterizando uma total ausência de democracia política. Afinal, em que país do socialismo real havia um parlamento cujas discussões pudessem ser realizadas livremente? Ou seja, segundo Armênio Guedes, um mundo sem a democracia política, sem a livre manifestação, sem a pluralidade política e a alternância no poder eram inimagináveis. A questão, contudo, permanece: como realizar a revolução em tal sistema no qual as partes dissonantes não podem ser suprimidas? Essa característica comum com a socialdemocracia foi uma das questões abordadas por Adam Przeworski:

A democracia representativa, para os socialdemocratas, tornou-se simultaneamente o meio e o objeto, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, a estratégia e o programa, apresentando um caráter ao mesmo tempo instrumental e prefigurativo. (PRZEWORSKI, 1989, p. 29).

Como fazer a revolução respeitando incondicionalmente a democracia formal e as regras do jogo democrático? Parecia impossível, sob as regras da democracia formal, que um partido

⁸ PRESTES, Anita Leocádia Prestes. A democracia por que lutamos. *Voz Operária*, n.º 157, abril 1979. Notas, p. 8. Mensal; RODRIGUES, Otávio (Val de Carvalho). **Contra o revisionismo**. 1979.

⁹ GUEDES, 1985, In: SANTOS, 2012, p. 149.

classista conseguisse a maioria para governar. Os socialdemocratas logo perceberam que, para chegar e manter o poder, deveriam assumir compromissos com várias classes:

Estendem seu apelo, têm de prometer lutar não pelos objetivos específicos dos operários como coletividade — aqueles que constituem os bens públicos para o operariado como classe — mas somente pelos objetivos que os operários partilham, como indivíduos, com membros de outras classes. (PRZEWORSKI, 1989, p. 43).

Ao defenderem o respeito às instituições e às regras do jogo democrático, descartam qualquer ruptura com o sistema.

Guedes, no entanto, segue argumentando que, diferentemente do que pensavam seus ex-companheiros, nos países de socialismo real não havia uma democracia que funcionasse de forma diferente da burguesa, com leis amplamente debatidas nas bases: o que havia era a imposição do partido das propostas que seriam aprovadas. O sistema supercentralizado desses países controlava a participação do povo, isso quando não a impedia, como no caso da Polônia. Não havia, portanto, aquilo que seria fundamental em um sistema que se pretenda emancipador: a espontaneidade das massas na atividade política.

No que diz respeito à questão da chamada “democracia social” e se os comunistas a opunham à “democracia liberal”, Guedes assinala:

[...] quando se faz crítica à democracia liberal dizendo que é uma democracia formal, não pode se esquecer que há um lado formal da democracia que é importante, porque é uma conquista das massas através da história. O que é formalismo? É ter garantidos a representatividade parlamentar, os partidos políticos, a liberdade do cidadão de ir e vir, a liberdade da palavra, a liberdade de expressão cultural? Não se pode dizer que essas são liberdades formais. E isso não se choca com a democracia social, com as reivindicações das massas por um bem-estar geral, por uma maior participação no controle do Estado. Ao contrário, eu acho que sem essa democracia política dificilmente pode-se ter uma democracia social e econômica efetivas.¹⁰

Os posicionamentos da corrente renovadora se distanciavam, assim, tanto da perspectiva prestista quanto da pragmática assumida pelo Comitê Central. Nem prestistas e nem pragmáticos poderiam defender tal posição sem romperem completamente com as bases teóricas marxista-leninistas. Caso o fizessem, romperiam com o ponto primordial da identidade partidária.

Guedes, no entanto, parecia compreender que não podia romper totalmente com a herança soviética sem perder influência no debate interno. Não negava o que julgava ser importantes conquistas alcançadas pela URSS – ao romper as regras do capitalismo – como divisor de águas na história das lutas populares. Mesmo assim, ao longo do processo, a centralização excessiva teria retirado das massas o seu protagonismo.

¹⁰ GUEDES, 1985, In: SANTOS, 2012, p. 149.

Guedes avança às diferenças entre eurocomunismo e socialdemocracia. Diferenças certamente tênues, tanto que muitos intelectuais não conseguiram delimitar com precisão. Para um intelectual como Florestan Fernandes, por exemplo, o eurocomunismo não passava “de um processo de social-democratização dos PCs” (FERNANDES, 1981, p. 37). Entretanto, para Guedes:

[...] na concepção clássica da socialdemocracia, não há uma ideia de se romper com a lógica do capitalismo. Há, de parte da socialdemocracia, muitas vezes, apenas a ideia de reformar o capitalismo, de melhorar ao capitalismo. Mesmo que, na prática política, o “eurocomunismo” possa se confundir com a ação da socialdemocracia, porque ele também não busca uma abolição violenta do capitalismo, isso não obscurece o fato de que, em última instância, os “eurocomunistas” querem a negação da lógica do capitalismo a partir da defesa intransigente dos interesses das massas trabalhadoras e não a partir de uma conciliação entre os interesses dos trabalhadores e dos capitalistas. Mas é evidente que há um amplo campo de ação comum entre estas forças. E eu não creio que a política feita pelos setores socialdemocratas mais avançados se oponha, totalmente, à proposta dos “eurocomunistas”, na medida em que as massas se mobilizem e sejam capazes de romper com a lógica da exploração capitalista.¹¹

Parece uma formulação fugidia. A interpretação marxista dos socialdemocratas clássicos era a de que o processo histórico levaria, inexoravelmente, o proletariado à posição de maior e mais numerosa classe, o que então permitiria a transição do sistema capitalista para o socialista pela força dos números. Enquanto esse estágio não fosse atingido, os socialdemocratas lutariam por benefícios imediatos do proletariado: melhores salários, segurança social etc. Ou seja, havia, sim, a perspectiva de ruptura com o capitalismo, mas, assim como no eurocomunismo, isso era lançado para um futuro distante.

Entretanto, as diferenças não eram tão perceptíveis no processo político concreto, pouco bastando afirmar que os eurocomunistas buscassem um “terceiro caminho para transformar a sociedade no sentido do socialismo”, ou seja, “fugindo às leis e às lógicas do capitalismo, um caminho diferente não só do ‘socialismo real’ do modelo apontado pela 3^a Internacional, como também daquele que luta apenas para reformar e melhorar o capitalismo”.¹²

Era um caminho diferente, mas que também buscava reformar e melhorar o capitalismo. Era um caminho que buscava um caminho diferente ao do modelo do socialismo real, pretendendo quebrar a lógica do capitalismo pelo caminho da democracia formal, eleitoral, representativa. Assim como para os socialdemocratas, o eurocomunismo confiava que seus objetivos finais seriam concretizados, porque a história estava do lado do socialismo.

Ao ser questionado quanto à sua posição ser uma revisão do marxismo e do leninismo, formulou o seguinte raciocínio: “nem do marxismo, nem do leninismo, mas um enriquecimento

¹¹ GUEDES, 1985, In: SANTOS, 2012, p. 150.

¹² *Ibidem*.

do que estes pensadores fizeram no terreno da ciência social”.¹³ Acrescenta à resposta o argumento de que a ciência social não é um monólito e que, com o processo histórico, novas contribuições são acrescentadas, citando Antonio Gramsci. O que não deixa de ser controverso, pois Gramsci foi um defensor intransigente da luta de classes e da ditadura do proletariado, isto é, fundamentalmente, um marxista-leninista de sua época. Sua diferenciação se dá do ponto de vista tático na condução da estratégia etapista, isto é, em relação à formação do “bloco histórico”, sobre o qual os comunistas devem conquistar uma “hegemonia consentida” perante seus aliados na “sociedade civil”. Portanto, a maleabilidade tática tinha como objetivo maior tornar mais viável o cumprimento da estratégia socialista, sendo esta, com base na luta de classes, orientada para formar uma hegemonia que evidenciasse o protagonismo do proletariado, equivalendo à ditadura do proletariado.

Na segunda entrevista,¹⁴ foi perguntado a Guedes o que ele entendia por socialismo, uma questão que acrescenta elementos para melhor compreendermos as diferenças entre renovadores, prestistas e núcleo pragmático do Comitê Central. Guedes formula:

[...] um regime para ser socialista, além da socialização dos meios de produção, deve ter como característica uma ampla democracia política. É inconcebível socialismo sem que se assegurem a todos os cidadãos as liberdades mais amplas: de votar, ser votado, de livre organização; das pessoas se organizarem nos partidos que desejarem; liberdade de imprensa, enfim, das chamadas liberdades fundamentais dos cidadãos. Em contrapartida, fica definido aquilo que não deve ser o socialismo; que não se baseia e não admite o pluripartidarismo, que não exista a alternância no poder.

Considerando as balizas históricas no interior das quais o movimento comunista se construiu no Brasil e em grande parte do mundo no século XX, isso significava algumas dificuldades em termos de estratégia política. Ao defender a permanência dos valores e dos direitos presentes na democracia política, o da inviolabilidade da propriedade privada e o da representatividade de todas as correntes políticas, por exemplo, tanto eurocomunistas quanto socialdemocratas não eliminariam a via utilizada pela classe burguesa para sua dominação: o poder econômico. Luiz Felipe Miguel, ao analisar os limites da democracia formal, conforme o dialeto dos comunistas, explica:

A igualdade formal depende de recursos desigualmente distribuídos para se efetivar em influência política; o pluralismo abstrato reveste uma situação em que alguns interesses têm maior capacidade de se apresentar na esfera pública; as vontades dos cidadãos não surgem espontaneamente, mas refletem processos sociais marcados por

¹³ GUEDES, 1985, In: SANTOS, 2012, p. 151.

¹⁴ *Idem*, 1985, p. 155-165.

essas assimetrias, ou seja: a democracia política não está imune, muito menos cancela as relações de dominação estabelecidas em outras esferas da sociedade.¹⁵

Dentre os recursos destacados por Luiz Felipe Miguel está o poder econômico, que dá ao agente/partido político os recursos necessários para formar ou fortalecer a ideologia partidária, isto é, formar ou aumentar o capital político. Em todo o processo, a força do capital econômico age para que seus interesses se mantenham o mais próximo possível do almejado. Outra questão seria o modelo de eleição da democracia formal, em que cada cidadão é chamado para participar a votar de acordo com seus interesses, consciência e valores, como um indivíduo isolado em detrimento dos interesses produzidos coletivamente. Conforme a análise de Adam Przeworski (1989), ao defender o pluralismo político e a transformação de um partido que defende o interesse de uma classe para um partido de todas as classes, inserindo-se no sistema parlamentar representativo da democracia formal, significaria aderir a uma visão em que a política aparece como um processo de definição do bem-estar coletivo de todos os membros da sociedade, sem conflitos. Ao flexibilizar seu caráter classista, a política do partido volta a ser definida conforme a dimensão indivíduo-nação, e não em termos de classe. O partido operário deixa de se diferir de outros partidos políticos:

[...] a lealdade de classe não mais constitui a base mais sólida de auto identificação. Os operários veem a sociedade como sendo composta de indivíduos, e veem a si próprios como membros de coletividades distintas de classe; comportam-se politicamente com base em afinidades religiosas, étnicas, regionais ou outras. Tornam-se católicos, sulistas, francófonos ou, simplesmente, cidadãos. (PRZEWORSKI, 1989, p. 43).

Ao não limitar a ação de correntes contrárias ao sistema socialista, mantêm-se os mecanismos que travam a revolução. Guedes, no entanto, argumentou que, nas condições que o mundo apresentava nos anos 1970 e 1980, seria impensável fazer a revolução e estabelecer um regime socialista sem os direitos já existentes na democracia burguesa. Menciona a socialização dos meios de produção como um direito a ser estabelecido, mas como estabelecê-lo preservando os direitos individuais e de representação de todas as classes? Com certeza os proprietários não disponibilizariam seus bens de livre e espontânea vontade.

Para Armênio Guedes, um partido socialista seria caracterizado por sua luta e inserção na vida política de um país. Mais importante, um partido socialista se coloca ao lado dos trabalhadores, luta pelo estabelecimento de uma ampla democracia em que os trabalhadores disponham de participação irrestrita nas decisões políticas da nação. Um partido socialista seria

¹⁵ MIGUEL, Luís Felipe. Mecanismo de exclusão e os limites da democracia liberal. *Revista Novos Estudos*, ed. 98, v. 33, n. mar. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/mK3mcw8QCLYYnQqbB9m79jp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 jul. 2021. p. 146.

aquele que “não transige diante de conquistas fundamentais ou dos interesses fundamentais dos trabalhadores”, ou seja,

[...] procura sempre uma relação ou estabelece uma relação correta entre o mundo do trabalho e o da cultura, no sentido também de que a liberdade se exprima na possibilidade ampla de todos poderem elevar seus níveis culturais, participar da elaboração da política do país, participar amplamente da sociedade civil.¹⁶

Guedes aborda, ainda, as características não condizentes a um partido socialista:

[...] se um partido se diz socialista e se coloca contra os interesses dos trabalhadores, contra a ampla organização dos sindicatos, da sociedade civil, se ele coloca qualquer medida de restrição às liberdades públicas, às organizações que lutam pela melhoria das condições de vida do povo, contra as medidas do progresso, é evidente que esse partido não é o que se possa chamar de socialista. Principalmente se esse partido não tem como objetivo final – e deixe isso sempre muito claro nas batalhas que trava – acabar com a lógica da sociedade privada e do capitalismo e da sociedade organizada na base da propriedade privada.¹⁷

No sentido exposto por Guedes, um partido socialista deve estabelecer como objetivo acabar com a lógica da sociedade privada e do capitalismo, ou seja, conduzir a sociedade à revolução. Contudo, parece haver, aí, algumas contradições então insanáveis. Desde uma perspectiva liberal, o direito e a defesa da propriedade privada são parte inseparável do que seria a democracia. A lógica da defesa dos direitos individuais, confundidos com o direito à propriedade privada, na democracia política defendida pelos eurocomunistas, portanto, anularia a possibilidade de uma revolução que pretendesse romper aquele vínculo. Anular a possibilidade da revolução pela defesa dos direitos individuais, em última instância, significaria abandonar uma perspectiva socialista. Permaneceria assim a questão: como realizar uma revolução sem ruptura? Como realizar uma revolução respeitando as instituições e as regras do jogo da democracia política?

Há, nessa ideia, uma complexa combinação entre democracia, socialismo e revolução. Questionado sobre as características de um regime socialista, Guedes faz referência ao paradoxo percebido pelo cientista político italiano Norberto Bobbio: “onde houve revolução socialista, a liberdade política não foi preservada, e onde a liberdade política foi mantida, não houve revolução socialista”.¹⁸ A resposta para esse dilema deveria ser o ideal do todo socialista, isto é, encontrar uma junção compatível entre democracia, socialismo e revolução.

As falhas fundamentais dos países de socialismo real seriam a ausência de democracia política, a inexistência de pluralismo e a onipresença do partido único. Tenhamos em mente que a utilização constante do conceito democracia política se dá em razão da compreensão de

¹⁶ GUEDES, 1985, p. 156.

¹⁷ *Ibidem.*

¹⁸ *Idem*, 1985, p. 157.

ter ocorrido uma efetiva democratização dos bens socialmente produzidos nos países socialistas, contudo, sem avançar para o campo das relações políticas. Essa é uma questão chave, afinal, o conceito clássico de “democracia” para o socialismo é que enquanto existir propriedade privada, não há igualdade entre os cidadãos, portanto, não há verdadeira democracia.

Com as declarações de Armênio Guedes à Revista *Socialismo & Democracia*, acrescentam-se mais detalhes às divergências que marcaram a disputa entre as coalizões que buscaram impor a sua visão política à prática partidária do PCB. Entretanto, ao contrário de Luiz Carlos Prestes, a corrente renovadora manteve o acesso aos meios oficiais do partido para difundir suas teses.

4.2 DEMOCRACIA: O CAMINHO UNIVERSAL PARA O SOCIALISMO

Em março de 1979, Carlos Nelson Coutinho acrescentaria mais combustível nas acaloradas discussões sobre a posição e a prática do PCB em relação à democracia. As resoluções políticas há muito vinham acumulando um emaranhado de concepções dissonantes, em arranjos cada vez mais complexos. De um lado, havia Luiz Carlos Prestes, defensor da posição na qual as condições objetivas para a revolução socialista estavam amadurecidas. A democracia política era apenas o estágio favorável para conduzir as massas à revolução socialista. Ou seja, democracia política deveria ser uma fase transitória, cedendo lugar para uma forma mais evoluída: o governo dos trabalhadores (ditadura do proletariado), que direcionaria à socialização dos meios de produção, à eliminação progressiva dos resquícios capitalistas e à criação de uma sociedade sem classes. Qualquer concessão ao sistema burguês deveria ser efêmera e tendo em vista o objetivo final da revolução. Qualquer outra opção que não fosse essa, seria reformista e/ou revisionista.

De outro lado, estava o núcleo pragmático, maioria do Comitê Central e personalizado na liderança de Giocondo Dias. O posicionamento desse grupo é o mais complexo, pois buscava uma conformação entre posições incompatíveis. Acreditava que precisaria inserir o PCB no campo político, visando imprimir sua força na arena eleitoral por uma questão estratégica, pois o proletariado estava destinado a se tornar a maior força da sociedade. A hegemonia viria pela força quantitativa e com o tempo. Ao partido caberia a missão de estender progressivamente sua influência nas instituições, pressionar pela criação de benefícios imediatos aos trabalhadores e, assim, retroalimentar a influência e a liderança do partido na sociedade até

atingir o controle indiscutível do Estado. A democracia, portanto, tinha seu valor atrelado a essa estratégia.

Os renovadores, por sua vez, encontravam na democracia um valor intrínseco, um valor que deveria ser preservado, assegurando a pluralidade de opiniões e visões de mundo que deveriam conviver, sendo que a política de Estado deveria ser conduzida até o ponto que o consenso permitisse, sem imposições pela força. O convencimento da superioridade do sistema socialista seria a força que conduziria à revolução.

Conforme vimos no capítulo anterior, os anos finais da década de 1970 constituem um período em que as relações entre Luiz Carlos Prestes e o Comitê Central se retesaram. Os debates em torno do peso, duração e tipo de democracia eram um ponto nevrálgico. Para Prestes, o PCB jamais deveria abdicar do seu caráter revolucionário em favor da acomodação a uma democracia abstrata que retiraria do partido a sua principal meta: a revolução. Nessa perspectiva, já não era mais tempo para uma luta democrática, pois as condições para a revolução teriam amadurecido em sua ausência, sob o autoritarismo. Era momento, portanto, de transição imediata para o socialismo. Qualquer linha política que ainda defendesse a necessidade de democracia política para o desenvolvimento independente do Brasil só poderia ser classificada como reformista. No processo revolucionário, a democracia política burguesa evanesceria na medida em que a sociedade se transformasse em socialista.

Desse ponto de vista, as teses apresentadas por Carlos Nelson Coutinho, no artigo “A Democracia como valor Universal”¹⁹, eram ainda mais inaceitáveis. O “pântano”, como Anita Prestes classificou o Comitê Central, teria permanecido inerte diante de declarações que faziam crer, aos leitores do artigo, que o PCB compartilhava do mesmo entendimento. Afinal, como filiado do PCB, Coutinho deveria se submeter ao centralismo democrático e não realizar declarações que divergissem daquela estabelecida pelo Comitê Central. Além disso, Coutinho participaria da equipe comandada por Armênio Guedes, que editava a *Voz Operária* no exterior, uma condição que comprometia a imagem do partido junto às bases, induzidas ao entendimento de que o Comitê Central compactuava com posições que divergiam da linha política do partido. Da inércia do Comitê Central, muitos prestistas foram induzidos a crer que o Comitê Central, em maior ou menor grau, compartilhava com as posições de Coutinho.

Para Carlos Nelson Coutinho, disputas e controvérsias envolvendo a democracia como um valor universal não eram um dado novo, pelo contrário, esse debate vinha de longe e remontava não só às querelas entre “revisionistas” e “ortodoxos”, mas envolvia a própria

¹⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como valor Universal. In. *Encontros com a civilização Brasileira*, v. 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 33-47.

formação do pensamento marxista, conforme poderia ser constatado nas polêmicas envolvendo Rosa Luxemburgo, Lênin e Trotsky. Tanto Marx quanto Engels teriam abordado o vínculo entre democracia e socialismo. Se em Marx teria havido uma preocupação referente à democracia representativa burguesa, Engels compreenderia os efeitos do direito universal ao voto sobre o operariado socialista e a luta revolucionária.

Coutinho, entretanto, introduz uma clivagem na orientação dessas concepções ao classificá-las como orientais e ocidentais. As concepções orientais seriam aquelas que caracterizavam os governos nos países de socialismo realmente existente (SRE): o marxismo-leninismo, enquanto a orientação ocidental seria marcada pelas concepções gramscianas, uma sociedade caracterizada pela existência de países de capitalismo desenvolvido e a democracia política como uma instituição político-social consolidada. Distingue as duas orientações com a seguinte sentença: diferentemente dos marxista-leninistas dos países do SRE, os marxistas ocidentais rejeitavam o modelo socialista soviético. Coutinho acentua a noção de marxismo ocidental. Para os eurocomunistas, a ideia do marxismo era independente da interpretação posterior construída por Lênin.

Os eurocomunistas, portanto, negavam a identificação com o marxismo-leninismo: marxismo e leninismo seriam duas abordagens distintas. Haveria conexões entre ambos. Mas, enquanto o marxismo seria uma análise geral do sistema capitalista, o leninismo seria um fenômeno especificamente russo. Enquanto o marxismo teve como ponto de partida uma sociedade desenvolvida, de tradição democrática, o leninismo partira de uma sociedade subdesenvolvida e de tradição autoritária. Há, aqui, a construção de um novo arranjo teórico com a pretensão de eliminar qualquer incompatibilidade entre socialismo e democracia, desvinculando marxismo e leninismo, socialismo ocidental e oriental. Coutinho afirma que a rejeição ao modelo soviético resulta da pretensão dos marxistas ocidentais em conciliar socialismo e democracia, isto é, o conceito ortodoxo de democracia socialista deveria ser enxertado com o conceito de democracia liberal. A construção teórica desse conceito teria sido sintetizada no discurso do dirigente comunista italiano Enrico Berlinguer, em 1977, em Moscou: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”.²⁰

Essa democracia não deveria ser entendida apenas no sentido teórico ou restrito unicamente a determinadas regiões, mas como um conceito-prática válido para todas as regiões

²⁰ COUTINHO, 1979, p. 34.

e sistemas políticos do globo. Entretanto, as reflexões teóricas do eurocomunismo seriam a prova de que a democracia não poderia ficar restrita a determinadas áreas do globo, pelo contrário. Por uma compreensão renovada da dialética, o eurocomunismo buscara uma relação intrínseca entre socialismo e democracia: esta deveria ser um valor ético, moral e cívico assegurado em todas as sociedades.

Para estender seu argumento, Coutinho se volta para a conjuntura brasileira de 1979. A prova de a democracia possuir um valor universal estaria na luta pela derrubada do regime ditatorial militar, ou seja, a democracia não era adequada apenas a determinadas regiões do globo. Fosse assim, o regime despótico deveria permanecer como uma característica da cultura brasileira. Entretanto, o que se via naqueles dias era a presença de forças progressistas que lutavam pelo estabelecimento de um regime democrático, apesar de cada grupo possuir uma compreensão diferente ou até mesmo contraditória da democracia pretendida. Segundo Coutinho, a expressão salutar dessa pluralidade, ainda mais em uma conjuntura ditatorial, estaria na coexistência e união de grupos oposicionistas ao regime ditatorial em uma luta comum para o estabelecimento de um regime de liberdades político-formais, pondo fim ao regime de exceção que dominava a sociedade brasileira.

Anita Leocádia Prestes denunciava que a democracia defendida tanto por Carlos Nelson Coutinho, quanto por Armênio Guedes, seria a democracia burguesa, aquela que preservava os direitos individuais, o sistema parlamentar representativo e a propriedade. Tanto que a democracia política seria um sinônimo para a democracia burguesa, assegurando, conforme Guedes, a “representatividade parlamentar, os partidos políticos, a liberdade do cidadão de ir e vir, a liberdade da palavra, a liberdade de expressão cultural”, ou seja, “Não se pode dizer que essas são liberdades formais. E isso não se choca com a democracia social, com as reivindicações das massas por um bem-estar geral, por uma maior participação no controle do Estado”²¹.

Se, em âmbito político, o eurocomunismo pudesse “[...] se confundir com a ação da socialdemocracia, porque ele também não busca uma abolição violenta do capitalismo”, conforme Guedes:

[...] isso não obscurece o fato de que, em última instância, os “eurocomunistas” querem a negação da lógica do capitalismo a partir da defesa intransigente dos interesses das massas trabalhadoras e não a partir de uma conciliação entre os interesses dos trabalhadores e dos capitalistas. Mas é evidente que há um amplo campo de ação comum entre estas forças.²²

²¹ GUEDES, 1985. In: SANTOS, 2012, p. 147.

²² *Idem*, 2012, p. 150.

Entretanto, apesar de se diferenciarem da socialdemocracia por defenderem o fim da lógica do capitalismo, os eurocomunistas, ao escolherem a via democrática, incorriam em armadilhas, ou seja, como romper com o capitalismo na prática política real. Segundo Przeworski (1989), teria sido o objetivo dos socialdemocratas acabar com a lógica do capitalismo através de leis que garantissem ganhos imediatos aos trabalhadores e melhorassem suas vidas, reformas estruturais que encaminhassem as estruturas econômicas e estatais ao socialismo, tudo de forma a aumentar progressivamente a força e a representatividade da socialdemocracia no sistema. Entretanto, o que os socialdemocratas perceberam foi que, em um sistema político plural, as reformas e direitos sociais não são irreversíveis ou cumulativos.

As teses eurocomunistas implicavam um caminho alternativo ao socialismo real, mas a democracia política talvez não permitisse a eliminação do controle privado dos meios de produção. Como os socialdemocratas aprenderam a duras penas, as receitas que financiam o Estado advêm de recursos oriundos da produção, patrocinada e financiada, em sua maioria, pelo investimento privado. Essa realidade dá aos proprietários do capital uma enorme capacidade para influenciar a gestão das políticas de Estado e assegurar que suas reivindicações sejam atendidas na maior proporção possível. O poder da classe capitalista se manifestava como uma forma particular do seu poder econômico. Nessa concepção das questões abrangentes que atravessavam aquele debate, a democracia política não passaria de uma arena desigual, em que o poder econômico dos capitalistas prevaleceria. Essa desigualdade impediria o estabelecimento de um sistema de governo entre iguais, isto é, o início do governo do povo. Renovadores e núcleo pragmático do PCB, na sua busca de inserção no campo político, procuraram conciliar concepções antagônicas com vistas a eliminar as ideias que os classificavam como inimigos da democracia e converter a agremiação comunista em defensora da democracia.

Contudo, Carlos Nelson Coutinho critica os que não compreendiam a importância das liberdades democráticas e os movimentos que revelavam “[...] ter da democracia uma visão estreita, instrumental, puramente tática”. Para Coutinho,

[...] segundo tal visão, a democracia política — embora útil à luta das massas populares por sua organização e em defesa dos seus interesses econômicos-corporativos — não seria mais, em última instância e *por sua própria natureza (sic)*, do que uma nova forma de dominação da burguesia, ou, mas concretamente, no caso brasileiro, dos monopólios nacionais e internacionais. Essa visão estreita se baseia, antes de mais nada, numa errada concepção da teoria marxista do Estado, numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa.²³

²³ COUTINHO, 1979, p. 34.

Cabe dizer que as críticas de Coutinho se dirigiam à ortodoxia marxista-leninista, atingindo tanto o PCB, quanto Prestes e demais movimentos que assim se identificavam. O mais grave, contudo, era a crítica direta ao partido. Afinal, a democracia política era, segundo as tradições socialistas, uma ferramenta de dominação burguesa. A outra questão diz respeito ao que Coutinho identificou como uma “errada concepção da teoria marxista do Estado”. Esse é um assunto espinhoso que ainda suscita debates acalorados, portanto, não é um tema, como Coutinho dá a entender, de fácil apreensão. Contudo, em certa concepção marxista do Estado capitalista, este não passa de uma ditadura burguesa travestida de democracia. O Estado, em suas várias formas, monarquia parlamentar ou república democrática, seria influenciado pelos interesses burgueses sem representar ameaça aos interesses da burguesia. A existência de um Estado liberal, em que são garantidos e respeitados os direitos individuais, constituiria o que se denomina de democracia burguesa. Ou seja, apesar da proclamada igualdade dos cidadãos ante a lei, a liberdade de expressão, associação, imprensa, de reunião e de sufrágio. Segundo V. G. Afanásiev:

Não obstante, por sua posição real e por diferentes artifícios jurídicos e políticos da classe dominante, as amplas massas populares carecem da possibilidade real de aproveitar em toda sua plenitude os direitos e as liberdades promulgadas nas Constituições. (AFANÁSIEV *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 247).

De sua parte, Claus Offe aponta que, em uma realidade em que o sistema econômico mundial é dominado pelo capitalismo, o financiamento da máquina estatal é estruturalmente dependente dos investidores privados e o Estado torna-se refém das preferências ou plataformas políticas desses investidores. De forma que, ao Estado, cabe

[...] proteger o capital global contra interesses e conflitos anticapitalistas [...] uma seleitividade, portanto, que permite ao Estado defender prática e politicamente, o interesse de classes que ele próprio constituiu e reduziu ao seu núcleo racional [a burguesia], conferindo-lhe oportunidades de realização fundamentalmente privilegiadas. (OFFE, 1984, p. 150).

Entretanto, se a referência à teoria marxista do Estado for na direção de um corpo teórico que articule e torne inteligível e funcional um Estado socialista, o problema ficaria ainda mais complexo, já que, para intelectuais como Norberto Bobbio (1979), não existe uma teoria marxista do Estado. O que existe é uma profunda análise do Estado capitalista, mas não uma teoria marxista de Estado. Portanto, o que Coutinho classificou como uma concepção errada da teoria marxista do Estado permanece, ainda hoje, um tema difícil e sensível. Se, para intelectuais reconhecidos, o tema é complexo e permanece em debates, como requerer da militância uma compreensão estável do debate?

É verdade que a discussão tinha como dimensão mais próxima a conjuntura em que foi escrita, principalmente aquela segundo a qual as tarefas urgentes não poderiam ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo – posição de Luiz Carlos Prestes –, mas “[...] pela criação dos *pressupostos* (*sic*) políticos, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso país”²⁴. A partir deste ponto, Coutinho constrói seu argumento no sentido de identificar os tópicos essenciais desses pressupostos. O mais importante deles seria provar o vínculo entre socialismo e democracia na teoria marxista.

Coutinho relembra a controvérsia entre Lênin e Kautsky²⁵, quando o debate circunscreveu a questão de que não existiria democracia pura, já que a democracia só poderia ser, ou burguesa ou proletária. Na visão de Coutinho, contudo, o que estivera em debate entre Lênin e Kautsky não tinha conexão com a proposição que Berlinguer²⁶ classificou como valor universal da democracia política. Na interpretação de Coutinho, a oposição de Lênin não estava em negar a democracia substantiva, mas em provar que não poderia “[...] existir um regime estatal sem conteúdo de classe determinado, sem que uma classe fundamental no modo de produção determinante exerça através desse regime sua dominação sobre o conjunto da sociedade”.²⁷

Nessa colocação, Coutinho se referia a uma questão polêmica no universo marxista, isto é, se a base determinava, em absoluto, a superestrutura. Sobre essa questão, afirma que Lênin negava essa visão economicista e defendia a posição de que a superestrutura possuiria uma autonomia relativa na totalidade social, compreendendo o papel da práxis humana subjetiva nas ações políticas sobre a base. Essa posição, segundo Coutinho, teria sido oposta à interpretação dominante do marxismo da II Internacional. Aqueles que quisessem manter-se fiéis ao método de Lênin, deveriam discernir as diferenças entre as teses leninianas e as teses da II Internacional e, assim, chegariam à seguinte conclusão:

É verdade que o conjunto das liberdades democráticas em sua forma moderna (o princípio da soberania e da representação popular, o reconhecimento legal do pluralismo, etc.) (*sic*) tem sua *gênese histórica* (*sic*) nas revoluções burguesas, ou mais precisamente, nos amplos movimentos populares que terminaram (mais ou menos involuntariamente) (*sic*) por abrir o espaço político necessário à consolidação e

²⁴ COUTINHO, 1979, p. 35.

²⁵ Karl Kautsky (1854 – 1934) Economista, historiador e socialdemocrata alemão, nascido em Praga, em 16 de outubro de 1854. Um dos dirigentes da socialdemocracia alemã e da II Internacional. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/k/kautsky.htm>>. Acesso em: 21 set. 2022.

²⁶ Enrico Berlinguer (1922-1984): Político comunista italiano. Em 1972, foi eleito Secretário-Geral do Partido Comunista Italiano (PCI). Com o “Eurocomunismo”, rompeu com o conceito de ditadura do proletariado e abandonou a ideia de seguir a URSS como centro de obediência ideológica. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/berlinguer_enrico.htm>. Acesso em: 21 set. 2022.

²⁷ COUTINHO, 1979, p. 35.

reprodução da economia capitalista; mas é igualmente verdade que, para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre *gênese e validade* (*sic*).²⁸

Para emprestar força ao raciocínio exposto acima, Coutinho supõe que Lênin conheceria a observação de Marx sobre a arte de Homero, que não perderia sua validade universal com o desaparecimento da sociedade grega primitiva. Assim, não se deveria supor que a democracia, ao desenvolver-se em uma cultura burguesa, perdesse seu valor intrínseco. Com a suplantação da burguesia e do capitalismo, a democracia perderia apenas sua função como meio de controle social utilizado pela classe dominante e não o seu valor político. Ao contrário das interpretações stalinistas na sociedade socialista, a democracia deveria continuar como um valor inegociável, pois, se é verdade que o socialismo introduz o processo de extinção de classes, não seria verdade que o processo realizaria a completa homogeneização da sociedade. Portanto, a democracia permaneceria como um valor imprescindível para a condução de interesses divergentes.

Para o PCB, além dos problemas com a democracia política, aceitar a tese de Coutinho representaria romper com o marxismo-leninismo, base ideológica do partido revolucionário. E isso, naquela conjuntura, parecia muito difícil.

Conforme Coutinho, se fosse instituída uma sociedade socialista no Brasil, esta deveria ser democrática e heterogênea, na qual a hegemonia consensual majoritária não anularia as conquistas dos sujeitos políticos, dos movimentos de massa e asseguraria a democracia como valor universal, como sistema imprescindível para a preservação da pluralidade:

[...] para aqueles que, em nome dos interesses histórico-universais dos trabalhadores, lutam pelo socialismo, a democracia política não é simples princípio tático: é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade²⁹.

Entretanto, assegurar a democracia como um valor inalienável na sociedade socialista sob a perspectiva político-institucional, não significava manter intacta a democracia liberal aos moldes formalizados pelos teóricos do século XVIII, como John Locke e Montesquieu. A democracia, ao mesmo tempo que preservaria a liberdade, também seria a instituição que promoveria, pela força da hegemonia consensual, profundas transformações econômicas e sociais, principalmente a gradativa abolição da propriedade privada dos meios de produção. A factibilidade dessas transformações dar-se-ia pela representação direta das massas populares, partidos, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresários e de bairros. Mecanismos, segundo Coutinho, pelos quais as massas populares e, em especial, a classe

²⁸ COUTINHO, 1979, p. 36.

²⁹ *Idem*, 1979, p. 37.

operária, se organizariam e exerçeriam sua representatividade de baixo para cima, como “sujeitos políticos coletivos”.³⁰

Essa dialética *sui generis*, isto é, a formação desses sujeitos políticos, seria consequência da própria reprodução capitalista como fenômeno social global exploratório das massas. Essa realidade compeliria a uma crescente socialização da política como meio pelo qual as massas poderiam defender seus interesses específicos por meio de suas associações. Contudo, uma condição complexa ainda permanece. Enquanto o proletariado era delineado pelos comunistas de modo nítido e coerente, o que são as massas? São operários fabris? Funcionários públicos? Profissionais liberais? Estudantes? Donas de casa? Micro/pequenos empresários? Funcionários do comércio? Na sociedade capitalista, todos são indivíduos que buscam ganhos imediatos e se desmobilizam assim que alcançam objetivos pessoais. São indivíduos com interesses e visões de mundo distintas.

Voltamos a insistir nas análises realizadas por Przeworski (1989) para indicar certa “utopia” nas conclusões eurocomunistas de Carlos Nelson Coutinho. Quando um partido classista decide voltar-se para todas as classes, perde a sua identificação enquanto partido para a classe operária. Apesar de alcançar direitos e ganhos imediatos para a classe operária, o partido deve mover-se para atender interesses de outras classes sociais, os quais nem sempre são coincidentes com os da classe operária. Confiar que o proletariado se tornaria o contingente eleitoral mais expressivo ou que esse segmento votaria conforme os desejos da política do partido, seria ilusório. Conforme Przeworski:

Se pretendemos extrair lições da experiência histórica, não podemos supor que a prática dos movimentos políticos é determinada apenas por quaisquer condições objetivas, tampouco que tais movimentos são livres para agir conforme sua vontade, independentemente das condições que procuram transformar. Tais condições constituem, em cada momento, a estrutura da escolha: aquela na qual os agentes deliberam acerca de objetivos, percebem alternativas, avaliam-nas, escolhem linhas de ação e as seguem, a fim de criar novas condições. Qualquer movimento que almeja transformar condições históricas opera sob essas mesmas condições. (PRZEWORSKI, 1989, p. 15).

Para implantar transformações que resultassem em ganhos imediatos aos representados, seria imprescindível ter em conta os limites das relações econômicas. Para haver distribuição, deve haver crescimento econômico; para haver crescimento econômico, deveria haver o crescimento da capacidade produtiva. Mas, ao preservar o sistema de produção capitalista, o Estado, ainda que sob administração de partidos de esquerda, permaneceria refém do financiamento privado para assegurar crescimento econômico. O Estado precisa assegurar ao

³⁰ COUTINHO, 1979, p. 37.

investidor um ambiente político-econômico previsivelmente seguro, caso contrário, o investimento é retido e, ao invés de crescimento, ter-se-ia uma compressão do crescimento econômico, desemprego, achatamento de salários, insatisfação popular e a diminuição da arrecadação capaz de sustentar políticas sociais progressistas. Portanto, qualquer partido socialista que assegure a representatividade de todas as classes e, ao mesmo tempo, deseje regular as atividades econômicas como forma de alcançar reformas para atender necessidades imediatas da população, de modo a acumular forças na condução dessas reformas, precisa, necessariamente, da disposição dos capitalistas em cooperar com essas políticas.

O Estado [...] depende da ação dos capitalistas para seus recursos fiscais, informação, capacidade de elaborar políticas e planejar, capacidade de fornecer serviços, etc. Ademais, o próprio apoio eleitoral para qualquer governo específico depende da ação dos capitalistas. As pessoas, ao darem seu voto a um partido, não estão pensando exclusivamente nos “bens públicos” (*sic*); elas votam contra o governo quando sua renda pessoal declina ou desemprego aumenta. Portanto, qualquer partido depende do capital privado até mesmo para sua sobrevivência no poder via eleições. Qualquer governo em uma sociedade capitalista é dependente do capital. A natureza das forças políticas que sobem ao poder não afeta essa dependência, pois ela é estrutural. (PRZEWORSKI, 1989, p. 60).

Como a pretensão estratégica do eurocomunismo era enfraquecer o capitalismo por meio de reformas estruturais, as relações de mercado permaneceriam ativas no seio econômico da sociedade. Uma vez mantidas, apesar da alegada postura de aniquilação do capitalismo, os eurocomunistas, assim como os socialdemocratas, dependeriam do investimento privado para promoverem o crescimento econômico e o financiamento do Estado. No entanto, sem romper com a burguesia, seria possível a abolição progressiva da propriedade privada? Preservando o direito à pluralidade política, seria atingida a anulação da ação da burguesia na política do Estado? Como o Estado manteria o crescimento econômico e o investimento sem assegurar aos investidores um ambiente minimamente aceitável para aplicar o capital? Para muitos comunistas, a ruptura radical seria o único meio pelo qual se poderia instalar o socialismo, mantendo-se, assim, a contradição fundamental com a democracia política.

Além da ausência de democracia, um dos elementos responsáveis pela estrangulação do sistema socialista foi a centralização estatal, ou seja, o Estado como único promotor de investimentos e alocações dos recursos necessários para aprimorar, progressivamente, a qualidade de vida do povo. Durante certo tempo, a URSS assegurou um mínimo necessário à sociedade:

[...] trabalho, comida, roupa e habitação a preços controlados (ou seja, subsidiados), (*sic*) aluguéis, pensões, assistência médica e uma certa igualdade, até que o sistema de recompensas com privilégios especiais para a “*nomenklatura*” (*sic*) se descontrolou após a morte de Stalin. Muito mais generosa deu educação. (HOBBSAWM, 1995, p. 373).

Entretanto, a inexistência ou a inabilidade em assegurar o acesso amplo da sociedade às inovações tecnológicas, teria condenado o Estado socialista à incapacidade de angariar os recursos para manter e/ou assegurar uma progressiva melhoria na qualidade de vida de sua população. Finalmente, a dificuldade em concorrer com as economias capitalistas a partir das transformações da microeletrônica e ao dinamismo produtivo da década de 1980 levaria as economias socialistas a um endividamento estrangulador, incapacitando o Estado de manter e/ou realizar as transformações sociais, levando o sistema ao colapso (HOBSBAWM, 1995).

Para Coutinho, não bastaria a formação de sujeitos políticos coletivos, mas a socialização da participação política em correspondência à socialização dos meios de produção, quer dizer, “[...] a gradativa abolição da propriedade privada dos meios de produção”³¹. Isso colidiria com o direito à propriedade privada e à representatividade do capital sob uma democracia política. Ademais, até que ponto “as massas”, sem rosto e sem identificação, consentiriam sobre as mudanças propugnadas pelo eurocomunismo, reformas que não poderiam ser impostas, mas sancionadas pelo consenso da maioria? Em um futuro hipotético, não seria incabível deduzir que as “massas”, ao serem colocadas na posição de consulta eleitoral, pudessem escolher por reverter as reformas pretendidas. Mas, caso houvesse o desrespeito à escolha das “massas”, impondo ou preservando reformas, incorrer-se-ia na quebra das regras da democracia política.

Assim, as reformas estruturais que deveriam ser alcançadas com a conservação da democracia, conforme os eurocomunistas, não estariam livres das mesmas dificuldades que os socialdemocratas haviam encontrado em outros processos ao longo do século XX: romper com o capitalismo era incorrer no alto risco de crise econômica e em perdas materiais.

Mesmo se os trabalhadores preferissem viver sob o regime socialista, o processo de transição levaria necessariamente a uma crise antes de o socialismo pudesse ser organizado. Para atingir os picos mais elevados, é necessário atravessar um vale, e essa descida não pode ser empreendida sob condições democráticas. (PRZEWORSKI, 1989, p. 61).

Coutinho, entretanto, não era um romântico ingênuo, e reconhecia as dificuldades da implantação do socialismo:

O socialismo não elimina apenas a apropriação dos frutos do trabalho; elimina também – *ou deveria eliminar* – (*sic*) a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade como um todo. A superação da alienação econômica é condição necessária, mas não suficiente para a realização do humanismo socialista: essa realização implica também a superação da alienação política. A superação da alienação política pressupõe o fim do “isolamento” (*sic*) do Estado, sua progressiva reabsorção pela sociedade que o produziu e da qual ele se alienou; ora, isso só se tornará possível através de uma crescente articulação entre os organismos

³¹ COUTINHO, 1979, p. 37.

populares de democracia direta e os mecanismos “tradicionalis” (*sic*) de representação indireta. Essa articulação fará com que esses últimos adquiram uma nova função – ampliando o seu grau de representatividade na medida em que se tomarem o local de uma *síntese política* (*sic*) dos vários sujeitos políticos coletivos. E essa síntese é imprescindível se não se quer que esses sujeitos coletivos sejam coagulados ao nível de defesa corporativista de interesses puramente grupais e particularistas, reproduzindo assim a atomização da sociedade civil que serve objetivamente à dominação burguesa.³²

Continho acentua que Marx pensara na articulação entre democracia representativa e organizações sociais: sindicatos, associações, conselhos operários e o parlamento. Vale-se ainda das reflexões do comunista Pietro Ingrao,³³ supondo que a democracia de massas serviria de superestrutura, promovendo a articulação entre as formas tradicionais de representação e o autogoverno dos produtores associados com vistas a conduzir a transição e a construção de uma sociedade socialista. O pendor da balança entre formas tradicionais de representação e a democracia direta seria determinado pela hegemonia. Para explicar a sua concepção de hegemonia, Coutinho diferencia a concepção burguesa e a concepção marxista da democracia. A teoria liberal definiria a igualdade real dos sujeitos no reconhecimento de sujeitos individuais autônomos. A “mão invisível do mercado” seria a força responsável por harmonizar os interesses plurais desses indivíduos, desembocando no bem-estar geral. Entretanto, as teses liberais fantasiariam a igualdade entre os donos dos meios de produção e aqueles que possuíam apenas a sua força de trabalho. Ao Estado, restaria o papel de postar-se acima da sociedade, isolado e neutro, sem interferir nas relações individuais. Em tal realidade, a democracia burguesa só poderia ser classificada como uma hegemonia de classes, isto é, como uma ditadura de classe, pois, por sua força, a burguesia faria prevalecer seus interesses na sociedade liberal. De outro lado, estaria a teoria socialista em oposição à formulação liberal, acentuando a questão da hegemonia como objeto central de todo o poder de Estado:

Se a burguesia disfarça sua dominação por meio do “isolamento” (*sic*) e da “neutralidade” (*sic*) da burocracia estatal, as classes populares devem pôr abertamente sua candidatura à hegemonia, ao mesmo tempo em que lutam para superar a dominação efetiva de uma restrita oligarquia monopolista sobre o conjunto da sociedade. Mas, se o socialismo é também sinônimo de apropriação coletiva dos mecanismos de poder, a hegemonia dos trabalhadores não pode (*e não deve*) (*sic*) se fazer por intermédio de uma nova burocracia que governe “de cima para baixo” (*sic*); a libertação do proletariado, como disse Marx, é obra do próprio proletariado; e deve se fazer mediante a criação de uma democracia de massas que inverta essa tendência à burocratização e à alienação do poder. Nessa democracia de massas, a dialética do

³² COUTINHO, 1979, p. 38.

³³ Dirigente do Partido Comunista Italiano e presidente da Câmara dos deputados da Itália entre os anos de 1976 e 1979. Ingressou no PCI em 1940 tendo participado da resistência contra o fascismo. Após a Segunda Guerra Mundial, ajudou a construir a República Italiana tendo liderado a "ala esquerda" do PCI. Em 1950 é eleito deputado, cargo que ocupou ininterruptamente até 1992. Entre 1976 e 1979, foi o primeiro comunista a presidir a Câmara Baixa do Parlamento italiano. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/i/ingrao_pietro.htm>. Acesso em: 03 out. 2022.

pluralismo – a autonomia dos sujeitos políticos coletivos – não anula, antes impõe, a busca constante da unidade política, a ser constituída de baixo para cima, através da obtenção do consenso majoritário; e essa unidade democraticamente conquistada será o veículo de expressão da hegemonia dos trabalhadores.³⁴

Vemos que, além da crítica à hegemonia burguesa, há uma crítica ao sistema de governo desenvolvido nos países de socialismo real, cujos Estados-partidos eram excessivamente burocratizados e alienavam as massas da política.

Em outras palavras, Coutinho defende que, em uma democracia pluralista socialista de massas, a hegemonia se dá pelo conjunto dos trabalhadores representados pelas organizações da sociedade civil. A democracia de massas fundaria sua particularidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade e na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos. Ademais, a democracia de massas cumpriria a missão última do socialismo — a construção de uma sociedade sem classe —, posto que a apropriação social da política seria o sinônimo de extinção dos aparelhos de dominação apropriados por uma classe que controla o Estado. O autor utiliza-se de Gramsci:

[...] é nesse sentido que cabe entender a lúcida observação de Gramsci, segundo a qual a “sociedade regulada” (sem classes) (*sic*) é aquela na qual o Estado será absorvido pelos organismos autogeridos da “sociedade civil” (*sic*). Podemos concluir [...] afirmando que a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação dialética: a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda.³⁵

Entretanto, tendo em conta as indicações de Adam Przeworski (1989), as teses eurocomunistas tinham grande dificuldade com os problemas da dependência do capital e o compromisso de respeitar os direitos individuais existentes em uma democracia política. Logo, permaneciam os mesmos becos revelados na estratégia socialdemocratas, o que enredava brasileiros como Armênio Guedes, Carlos Nelson Coutinho e seus companheiros renovadores.

Coutinho defendeu a validade da sua tese para o caso brasileiro com a ideia de renovação democrática como alternativa à “via prussiana”. Esta diz respeito a um desenvolvimento capitalista diferente daquele que teria ocorrido na Inglaterra. Na elaboração de Lênin, a via prussiana foi aquela em que a organização da propriedade rural permanece intocada e os camponeses e burgueses de classe média seguiam pouco desenvolvidos. Teria sido nessas condições que o capitalismo teria se desenvolvido na Alemanha, um país considerado “atrasado” em relação à Inglaterra. Na Alemanha, o desenvolvimento capitalista teria ocorrido em uma espécie de fusão com o absolutismo, caracterizando uma formação capitalista diferente daquela da Europa Ocidental, cujo princípio predominante teria sido a transformação do capital

³⁴ COUTINHO, 1979, p. 40.

³⁵ *Ibidem*.

mercantil do sistema *putting-out* em capital industrial. Daí que, em países como a Alemanha, as condições socioeconômicas objetivas para o estabelecimento da democracia moderna (burguesa) não estavam presentes, pelo contrário, o capitalismo teria sido forçado à abertura de um caminho no sistema oligárquico — a estrutura social “orgânica” —, destinado a suprimir o liberalismo burguês. Essa interpretação era a utilizada pelos comunistas para classificar tanto o desenvolvimento capitalista, quanto o desenvolvimento da democracia no Brasil. Ou seja, o Brasil seria também um país de desenvolvimento tardio, cuja realidade mantivera intocado o latifúndio e preservado o poder das oligarquias rurais, enquanto os camponeses independentes e os burgueses de classe média seguiam pouco desenvolvidos. Essa condição não só teria atrasado o desenvolvimento capitalista, como também o desenvolvimento da democracia liberal. Na interpretação de Coutinho, as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil teriam se dado também pela via prussiana:

[...] através da conciliação entre facções das classes dominantes, de medidas aplicadas “de cima para baixo” (*sic*), com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) (*sic*) e com a reprodução (ampliada) (*sic*) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações “pelo alto” (*sic*) tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas.³⁶

O primeiro ponto que nos chama a atenção é a utilização que Carlos Nelson Coutinho faz da teoria da dependência para explicar o porquê e como teria ocorrido o desenvolvimento capitalista no país durante o período ditatorial. Isso demonstra o quanto essa teoria teria influenciado os comunistas do final do século XX a interpretarem o desenvolvimento capitalista brasileiro de modo distinto das teses defendidas pelo PCB ao longo da sua história. Entretanto, Coutinho não descarta toda a teoria leninista para compreender a evolução capitalista ocorrida no Brasil. Antes, concilia tais reflexões acerca da via prussiana com as da teoria da dependência. O foco principal, entretanto, não é tanto explicar o desenvolvimento capitalista, mas demonstrar como o processo brasileiro havia suprimido o desenvolvimento pleno de uma democracia liberal burguesa no Brasil. A falta do pleno desenvolvimento da democracia liberal burguesa em seus limites puramente formais teria sido obstáculo à ação das massas na vida política nacional, sendo essa marcada pelo elitismo autoritário presente em toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos democráticos. A ditadura, portanto, é descrita não como uma anomalia do processo político-social brasileiro, mas como

³⁶ COUTINHO, 1979, p. 41.

uma expressão extrema e radicalizada do elitismo autoritário que marcou o processo político nacional.

O processo peculiar do desenvolvimento brasileiro explicaria o porquê da preservação dos grandes latifúndios, do florescimento da burguesia industrial e das camadas médias urbanas terem florescido sob a proteção do Estado simultaneamente ao crescimento e à neutralização da classe operária pela repressão e pelo populismo. Esse quadro corroborava, para além da derrota do regime de exceção, a necessidade de implantação e enraizamento de uma democracia política no Brasil que assegurasse as liberdades fundamentais. Ou seja, diferentemente das teses de Prestes e do PCB, o elemento fundamental para a condução ao socialismo seria a democracia política que possibilitasse a plena participação das massas na vida política nacional e a formação de sujeitos políticos coletivos.

Consequentemente, na conjuntura que configurava o final dos anos de 1970, as forças populares deveriam inverter a tendência elitista ou “prussiana” da política brasileira nas várias esferas da totalidade social brasileira. A “via prussiana” era uma metáfora para descrever a superestrutura de dominação de classe de uma determinada sociedade. Lutar pela implantação da democracia política de plenas liberdades no Brasil seria alterar a superestrutura (as relações de dominação de classe) de forma que essa superestrutura fosse alterada conforme os pressupostos necessários ao avanço do socialismo no Brasil. Contudo, muitas dessas questões suscitavam trajetórias já percorridas pelos movimentos socialistas que escolheram a democracia como arena em que a luta pelo avanço e pela implantação do socialismo deveria se realizar. Segundo as análises de Przeworski:

A luta pelo socialismo resulta inevitavelmente no aburguesamento do movimento socialista — esse é o ponto essencial da clássica análise de Robert Michels. A luta requer organização; demanda um aparelho permanente, uma burocracia assalariada; exige que o movimento se dedique a atividades econômicas próprias. Com isso, os militantes socialistas forçosamente tonam-se burocratas, editores de jornais, administradores de companhias de seguro, gerentes de casas funerárias, e até *Parteibudiger* — gerentes de bar do partido. Todas essas ocupações são características da pequena burguesia. “Imprimem [...] um caráter marcadamente pequeno-burguês”, concluiu Michels. (PRZEWORSKI, 1989, p. 27).

Como evitar o aburguesamento do movimento? A superestrutura a ser transformada, de certa modo, era uma expressão de classe. Caso o movimento fosse “contaminado” com os valores da superestrutura, todo o processo de transformação ficaria comprometido. A partir da nossa perspectiva de Raymond Williams (2011), pode-se considerar essa como a tendência mais provável. Na explicação de Williams sobre a formação da hegemonia, encontramos uma explicação plausível para compreender a neutralização das transformações no âmbito da superestrutura. A hegemonia (dominação de classe), para Williams, não é estática, pelo contrário,

é um processo flexível de incorporação e acomodação de elementos dominantes, residuais e emergentes. Por emergente, Williams entendia

[...] novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos e experiências [que] estão sendo continuamente criados. Mas há, então uma tentativa muito anterior de incorporá-los, apenas por eles fazerem parte – embora essa seja uma parte não definida – da prática contemporânea efetiva. Com efeito, é significativo em nosso período o quanto cedo essa tentativa ocorre, o quanto alerta a cultura dominante está hoje em relação a tudo o que pode ser visto como emergente. (WILLIAMS, 2011, p. 57).

Em outras palavras, a hegemonia seria um sistema efetivo de significados e valores que não são meramente abstratos, mas vividos e partilhados, tendo, nas instituições educacionais, os principais agentes de transmissão. Para além do controle das instituições que transmitem os valores da classe que exerce a hegemonia, estaria o mecanismo que a classe dominante se utiliza para manter o controle: a incorporação do elemento emergente (novo). Ou seja, a plasticidade característica da classe dominante seria capaz de incorporar os elementos que surgiram em um primeiro momento como uma contestação à dominação, de forma que os dominados se sintam ouvidos e representados no sistema hegemônico.

Todavia, para ativistas e formuladores como Coutinho, a debilidade histórica da democracia no Brasil seria consequência direta da “via prussiana”. Essa debilidade não teria se restringido apenas no plano do pensamento social:

Na própria estrutura do relacionamento do Estado com a sociedade civil, já que ao caráter extremamente forte e autoritário do primeiro corresponde a natureza amorfia e atomizada da segunda. Essa debilidade histórico-estrutural da democracia, aliada à presença de um regime profundamente antidemocrático, faz com que o processo de renovação democrática assuma como tarefa principal de hoje a construção e consolidação de determinadas formas de relacionamento social que, num primeiro momento, não deverão provavelmente ultrapassar os limites da democracia liberal. Em termos de conteúdo, isso significa que as forças hegemônicas do novo regime liberal continuarão a ser, durante certo tempo, os monopólios nacionais e internacionais, ainda que essa hegemonia seja exercida de modo menos absoluto e despótico que sob o atual regime.³⁷

Coutinho ainda afirma que, durante o processo de implantação e desenvolvimento pleno da democracia burguesa, anteciparia para o salto qualitativo da democracia socialista, estaria presente a dominação de classe, representada não mais no regime ditatorial, mas nos monopólios nacionais e internacionais. Permaneceria, portanto, as travas que Przeworski (1989) localizou na via democrática como meio estratégico para realizar a revolução.

A tentativa de construir um argumento que superasse o marxismo-leninismo de forma a compatibilizar a democracia com o socialismo não era e não é uma tarefa fácil. Considere-se o contexto dessa discussão, quando um regime ditatorial severo desconstruiu as teses comunistas

³⁷ COUTINHO, 1979, p. 42.

sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, demonstrando que a modernização do país prescindira da revolução democrático-burguesa de libertação nacional. A modernização capitalista ocorreu em um sistema antidemocrático e com a utilização maciça de capital internacional. Portanto, construir uma nova tese para entender as modificações ocorridas e simultaneamente indicar uma forma de se alcançar o socialismo era uma experiência desafiadora, ainda mais em um partido dentro do qual três visões buscavam conquistar o controle da narrativa e imprimir a estratégia para a condução do socialismo no cenário que se divisava no horizonte político brasileiro, em que se inserir no campo político representaria uma vantagem praticamente inexistente na trajetória política do PCB.

O artigo de Carlos Nelson Coutinho busca demonstrar o vínculo histórico e teórico entre democracia e socialismo, exprimindo que o salto qualitativo entre democracia liberal para a democracia socialista não alterava o valor das conquistas liberais-burguesas para as forças populares. De fato, segundo Coutinho, a criação de um regime de plenas liberdades democráticas representaria transpor as limitações políticas da “via prussiana”. Quanto às conquistas da democracia burguesa, deveria ser enxergada como uma conquista dos trabalhadores e uma instituição a ser preservada e aprofundada, de modo que, pelo aprofundamento da democracia política, reformas estruturais fossem instauradas e preservadas, constituindo um processo de acumulação de forças até a completa realização dos objetivos finais das correntes socialistas. Do ponto de vista de Coutinho, a democracia política não seria “[...] uma etapa no caminho do socialismo a ser posteriormente abandonado em favor de tipos de dominação formalmente não democráticos”, ou seja,

É antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto no sentido econômico-social quanto em sentido político) (*sic*), mas também conservado ao longo de todo o processo. Aquilo que antes afirmamos em nível teórico vale também para o caso brasileiro: a democracia de massas que os socialistas brasileiros se propõem constituir *conserva e elava a nível superior* (*sic*) as conquistas puramente liberais.³⁸

Essa “elevação a nível superior” compreenderia democratizar a “[...] economia nacional, criando uma situação na qual os frutos do trabalho do povo” fossem revertidos “[...] em favor da grande maioria da população”, portanto,

Pressuposto indispensável para integrar na sociedade nacional, na condição de sujeitos, enormes parcelas da população hoje reduzidas a uma condição subumana, e, desse modo, destruir pela raiz os processos marginalizadores que caracterizam a “via prussiana” [...]. a democratização da economia requer a aplicação de um programa econômico antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista; um programa que interessaria a amplas parcelas da população, desde a classe média burguesa nacional. Não se trata de um programa de gabinete, a ser mais uma vez concebido e aplicado de

³⁸ COUTINHO, 1979, p. 43.

“cima para baixo” (*sic*), por tecnocratas eventualmente generosos; a elaboração, aplicação e controle de um programa de democratização da economia deve resultar de um amplo debate que envolva todas as forças interessadas (partidos, sindicatos, associações profissionais, etc.) (*sic*); só assim ele obterá o consenso majoritário à sua aplicação consequente e, mais que isso, contribuirá – ao transformar as camadas trabalhadoras em sujeitos ativos do governo da economia – para o processo geral de renovação democrática do País.³⁹

Apesar da argumentação eloquente de Carlos Nelson Coutinho, a estratégia eurocomunista não conseguia romper os cabos que a tornavam refém do compromisso assumido com as regras do jogo democrático. Além de se comprometerem com a inviolabilidade das instituições e dos direitos individuais, permaneceria a existência do capital no seio da sociedade. Mas, se as reformas redundassem em crises econômicas provocadas pela retração do investimento e os trabalhadores sofressem com a insegurança, o desemprego, a perda de poder de compra e a inflação, como ocorreu na França, no Chile e em Portugal em 1936 (PRZEWORSKI, 1989, p. 62), o que garantiria que não seriam revogadas sob o argumento de reverter a crise? O que impediria que os trabalhadores, ao invés das “reformas estruturais”, viessem a preferir a estabilidade econômica prometida pelos proprietários? Conforme Przeworski:

A transformação socialista requer uma capacidade organizacional e administrativa que não pode ser adquirida da noite para o dia. Não existem receitas, e a experiência é limitada. O aprendizado por tentativa e erro e os tropeços dele advindo são inevitáveis. Uma transição para o socialismo deve, portanto, gerar uma crise econômica. Declinam substancialmente os investimentos, sobem os preços, deterioram-se os ganhos nominais de salário e, em consequência, a produção diminui, a demanda arrefece e o desemprego ressurge como problema fundamental. (PRZEWORSKI, 1989, p. 64).

A estratégia eurocomunista parece não oferecer uma solução satisfatória para esses problemas. Por conseguinte, a solução para essa encruzilhada na prática política do PCB não seria suficientemente encaminhada apenas pela promessa abstrata de socialização crescente da política por parte das massas organizadas, “único antídoto de eficácia duradoura contra o veneno da ‘via prussiana’”.⁴⁰ A prova de que a socialização da política e a formação de sujeitos políticos coletivos seria o antídoto para a reação capitalista estaria na força política representativa dos organismos de democracia direta que teriam sido expressivamente ampliados pelos movimentos de base que se opunham à ditadura: comissões de fábrica, associações de oradores, comunidades religiosas de base etc. O destaque estaria na forma demonstrada pelos operários nas greves do ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). Como sugere Marcos Napolitano, o arrebatamento provocado pela ofensiva operária

³⁹ COUTINHO, 1979, p. 43.

⁴⁰ *Ibidem.*

naquele contexto histórico “[...] parecia distanciado da opção moderada e conciliatória sempre preferida pelos liberais de corte mais conservador no momento de crise ao longo da história brasileira”, ou seja, “Um aroma de projeto socialdemocrata pairava no ar, equilibrando o cabo de guerra dos vários grupos e ideologias oposicionistas”. (NAPOLITANO, 2018, p. 296).

A identificação dessa manifestação robusta da organização operária foi expressa nas Resoluções políticas de novembro de 1978 e 1979, do PCB, como um salto qualitativo da conscientização da classe operária como agente revolucionário no processo de democratização do país. Entretanto, conforme aponta Hobsbawm (1995), embora fosse uma conjuntura que parecia indicar a vitória do socialismo, terminou pregando uma peça nos comunistas. Aquilo que Coutinho interpretou como sinal de multiplicação dos organismos de democracia direta, ou seja, da possibilidade de combinar democracia direta e democracia representativa, indicava transformações muito mais amplas do que a organização comunista era capaz de apreender, tanto as que ocasionaram o fim do socialismo real em 1991, tendo levado de “roldão o eurocomunismo” no início dos anos de 1980 (MONDAINI, 2001, p. 299), quanto o impacto das políticas neoliberais que levaram à crise do novo sindicalismo e de outras entidades da sociedade civil brasileira nos anos 1990.

Como Coutinho não poderia prever o futuro, insistiu na construção de uma renovação democrática, valendo-se do conceito de Gramsci de “guerra de posições”, isto é, os sujeitos políticos coletivos, ao invés de tomarem de assalto o Estado em uma “guerra de movimento” — forma privilegiada para conduzir as reformas rumo ao socialismo —, deveriam se mover em uma progressiva conquista de posições firmes no seio da sociedade civil. Isso asseguraria, gradativamente, a conquista do poder do Estado pelas classes trabalhadoras como meio de evitar precipitações que pudessem levar a recuos nas reformas já realizadas.

A questão das “classes” está mais uma vez presente, ou seja, o partido ou a entidade que comandar o processo não se dirige mais apenas à “classe operária”, agente histórico da revolução, mas precisa conciliar interesses interclassistas para manter o apoio das bases. Qualquer movimento em falso pode romper alianças e fortalecer o regime autoritário.

Na compreensão eurocomunista de Coutinho, os interesses comuns entre as classes seriam encontrados na “guerra de posições”, com a conquista progressiva do poder do Estado e a rejeição a tentações golpistas, prática que nada mais faria do que “repetir os procedimentos elitistas que caracterizam a ‘via prussiana’”. Dessa forma,

Qualquer tentativa de impor modificações radicais por meio da ação de minorias levará as forças populares a grandes desastres políticos; além disso, significará o truncamento do processo de renovação democrática, um processo que só será efetivo e realmente popular quando crescer “de baixo para cima” (*sic*) e quando representar a

incorporação de amplas maiorias ao cenário político [...]. Quanto mais se torne efetiva a socialização da política, tanto menos será possível invocar a justificação relativa de processos desse tipo.⁴¹

O processo revolucionário, conforme Coutinho, deveria se orientar pelo respeito ao pluralismo dos sujeitos coletivos. A conquista da hegemonia não poderia vir de outra maneira senão pelo consenso majoritário “das correntes políticas e das classes e camadas sociais”.⁴² Tentativas de assumir o controle do movimento revolucionário e imprimir a ruptura final com o sistema teriam ares golpistas. Conforme as análises de Przeworski (1989, p. 38), a classe operária “[...] não era e jamais se tornou maioria numérica dos membros votantes de nenhuma sociedade”. Portanto, caso os momentos de crise colocassem em risco as reformas já realizadas e o proletariado fizesse valer sua força de maioria, embora não majoritária, isso caracterizaria “golpismo”. Essa estratégia pressupõe um mecanismo que anula o caráter histórico do proletariado como agente revolucionário. Não é de se surpreender, portanto, que o artigo de Coutinho tenha sido recebido, em 1979, com muitas críticas e acusações de reformismo pelas correntes marxistas-leninistas.

Apesar disso, interpretava-se que a conjuntura brasileira se apresentava amadurecida para iniciar as transformações políticas necessárias e para superar a superestrutura criada pela “via prussiana”. O objetivo tático imediato seria a eliminação do regime ditatorial. A orientação estratégica guiava-se pela utilização e amadurecimento da democracia burguesa como estágio inicial, de modo a conduzi-la a um estágio superior. Segundo Coutinho, as tarefas principais para a renovação democrática poderiam ser divididas em dois planos principais:

- 1º — Lógica e cronologicamente conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na permanência das “regras do jogo” (*sic*) a serem implantadas por uma Assembleia Constituinte;
- 2º — Construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca de unidade, nesse nível, terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política.⁴³

Conquanto as propostas de Coutinho amealhassem algumas das proposições estratégicas comuns no PCB – construção de alianças, democracia de massas, medidas antimonopolistas –, não dirimiam a divergência teórica entre a estratégia oficial do PCB e aquela proposta pelos renovadores.

⁴¹ COUTINHO, 1979, p. 45.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Idem*, 1979, p. 45-46.

4.3 AS TESES EUROCOMUNISTAS NA IMPRENSA PARTIDÁRIA

Como já nos referimos, a zona de incerteza da comunicação estava, desde 1975, sob o comando de Armênio Guedes. Se as resoluções políticas entre 1975 e 1979 tinham sido eivadas de teses incompatíveis, sob o comando de Armênio Guedes, a *Voz Operária* publicou artigos e ensaios⁴⁴ que, por sua crítica ao marxismo-leninismo, geraram perplexidade no Comitê Central e na militância:

Em várias matérias de orientação política, de responsabilidade da redação da VO, indicações nelas contidas não correspondem, em medidas variáveis às discussões da direção central do Partido, expressas em seus documentos oficiais. O CC considera que a publicação pela VO de matérias que entram em conflito com as resoluções e indicações políticas dele emanadas contraria uma questão de princípio – a do centro único do Partido – e leva a confusão às fileiras partidárias.⁴⁵

Embora tenha sido censurado pelo Comitê Central pela forma como teria atuado na *Voz Operária* em 1979, Guedes e seus companheiros receberam a direção do novo veículo de imprensa do partido, *Voz da Unidade*. Durante o curto período em que estiveram à frente do semanário, os renovadores teriam conseguido difundir com mais energia e liberdade as teses eurocomunistas através dos artigos, editoriais e ensaios historiográficos, bem como, de uma interpretação própria do VI Congresso de 1967, abordando questões proibidas e introduzindo teses e concepções para além dos paradigmas do marxismo-leninismo. Se, porventura, o artigo de Carlos Nelson Coutinho — *Democracia como valor universal* — havia tido o atenuante de não ter sido publicado em um órgão oficial do PCB, a publicação das teses eurocomunistas na *Voz da Unidade* levantou mais dúvidas junto a uma militância bastante estremecida com as acusações de reformismo de Luiz Carlos Prestes.

Quando o mensário *Voz Operária* foi substituído pelo semanário *Voz da Unidade*, desenhar-se-ia, até julho de 1981, uma dominação da orientação eurocomunista no principal meio de comunicação do PCB. A escolha do nome *Voz da Unidade* não era à toa: tencionava funcionar como um apelo para a militância fortalecer a unidade em torno do Comitê Central. Entretanto, na prática, as ideias expostas no periódico ficaram longe de atingir esse objetivo.

⁴⁴ ARMÊNIO, Guedes. Uma discussão necessária: as Forças Armadas na Luta pela Democracia. *Voz Operária*, n.º 138, set. 1977. Militares, p. 6. Mensal. ARMÊNIO, Guedes. Construir uma saída para a crise, eis a tarefa atual para as forças democráticas. *Voz Operária*, n.º 147, jun. 1978. Conjuntura, p. 4 e 5. Mensal. FERNANDES, C. O presente e a futura democracia. *Voz Operária*, n.º 150 set. 1978. Ideias, p. 5. Mensal. TEIXEIRA, Josimar. Lutas confirmam necessidade de crescente inserção do operariado no combate geral pela democracia. *Voz Operária*, n.º 153 dez. 1978. Classe operária, p. 3. Mensal. GUEDES, Armênio. O PCB não é só um partido de propaganda, é sobretudo partido de ação política. *Voz Operária*, n.º 155 fev. 1979. Partido, p. 8. Mensal.

⁴⁵ Comitê Central do PCB. “Resolução sobre a Voz Operária, novembro de 1978, Fundo Luiz Carlos Prestes. Arquivo Edgard Leunroth/UNICAMP, Armário 3A-1, pp. 2-4. In: MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira de. *Estratégias e táticas da revolução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB*. 2002, p. 337 e 338.

Houve uma falta de sintonia entre os renovadores e o Comitê Central. Dos 53 artigos, ensaios e editoriais que mapeamos dos quinze meses que o grupo de Guedes dirigiu a *Voz da Unidade*, selecionamos aqueles em que as teses eurocomunistas estiveram mais explícitas e das quais identificamos algum ruído de insatisfação nas bases.

Na edição n.º 1, de 30 de março a 5 de abril de 1980,⁴⁶ a *Voz da Unidade* é apresentada como expressão e veículo de uma corrente de pensamento cuja linha de ação estaria orientada para ajudar a classe operária e todas as correntes democráticas a encontrarem soluções para os problemas políticos, econômicos e sociais que afigiriam o país. O jornal teria surgido com o objetivo de municiar as massas com as ferramentas que as libertariam dos males causados pelos privilégios dos monopólios, banqueiros e latifundiários. Outro objetivo teria sido auxiliar a classe operária em seu processo de amadurecimento quanto ao socialismo e às soluções definitivas para os problemas fundamentais da nação.

A partir dessa perspectiva, a *Voz da Unidade* buscava situar-se diante das questões que estariam na ordem do dia dos debates no interior da sociedade civil brasileira. A utilização do conceito de “sociedade civil” denota uma explícita referência à orientação gramsciana que norteava as teses eurocomunistas. A principal tarefa do jornal seria a de enfrentar a questão da luta por um regime de amplas liberdades democráticas que introduziriam as grandes massas na política. O jornal, portanto, se dirigiria não a uma classe, mas à classe operária, às mulheres, aos camponeses, às camadas urbanas, aos estudantes, aos artistas e à intelectualidade brasileira. Apresenta-se, aqui, a estratégia eurocomunista de construir alianças com todos os setores progressistas, buscando o diálogo para formar um governo de coalizão que construísse as pontes para um futuro regime socialista (MONDAINI, 2011).

Outro desígnio do jornal seria o de lutar pela reforma agrária e por uma política econômica que eliminasse os “[...] privilégios e o controle exercido pelas multinacionais na economia brasileira”, com vistas aos interesses da empresa nacional e o “[...] desenvolvimento do mercado interno”.⁴⁷ Esse desígnio não colidiria com a meta principal do semanário: promover a cimentação das alianças entre as diversas correntes democráticas que almejavam o fim da ditadura e o estabelecimento de uma democracia política. O jornal, portanto, não teria sido forjado para representar interesses particularistas ou classistas, mas estaria voltado para a defesa das grandes causas nacionais. A direção da *Voz da Unidade* demonstrava consciência de que a atuação do jornal levaria a pressões de poderosos que planejavam manter o *status quo* do regime ditatorial. A mesma certeza havia em relação ao apoio que o jornal receberia dos setores

⁴⁶ O que pretendemos. **Voz da Unidade**, São Paulo, 30 mar. 5 abr. 1980. Capa, p. 1. Semanal.

⁴⁷ *Idem*, 1980, p. 1.

democráticos e progressistas. O artigo de apresentação da *Voz da Unidade* exibia o semanário como um jornal comunista, mas voltado a todas as correntes democráticas.

Na edição n.º 2 da *Voz da Unidade*, foi publicado um editorial intitulado “Democracia e socialismo”:

O jornal **VOZ DA UNIDADE** (*sic*) surge como veículo de uma corrente de pensamento que concebe a democracia como elemento essencial do socialismo e que, por isso, faz sua a luta pela conquista de um regime de amplas liberdades democráticas e aberta à participação das grandes massas [...]. O jornal dos comunistas não transigirá “no combate às ideias que nos parecerem equivocadas e prejudiciais à unidade do movimento operário e da frente democrática” (*sic*), mas travará esse combate sem sectarismos e intolerâncias de quaisquer espécies, atento às posições divergentes, a polêmica e à crítica aberta e construtiva [...]. Marco Aurélio Nogueira lembrou que a instauração de uma verdadeira democracia pluralista e pluripartidária em nosso país inclui necessariamente a legalização do Partido Comunista Brasileiro. “Para nós apenas o socialismo pode oferecer soluções definitivas para os problemas fundamentais da Nação. Mas esse processo tem como pressuposto indispensável a intervenção organizada das massas e a consolidação de um regime verdadeiramente democrático” (*sic*).⁴⁸

Nessa edição, Marco Aurélio Nogueira faz uma defesa da estratégia eurocomunista, tomando a democracia pluralista e pluripartidária como elemento essencial do socialismo, um entendimento que confrontava os marxistas-leninistas do PCUS e que ia de encontro à ortodoxia do partido. Afinal, o PCB era um partido nominalmente marxista-leninista que via a URSS como o *hotspot* do movimento socialista mundial. Defender a estratégia eurocomunista assemelhava-se a pactuar com a perspectiva de Berlinguer, crítico do “anacronismo contido na existência de Estados e partidos-guia”,

[...] no plano político, o valor fundamental da democracia, do pluralismo e das liberdades individuais e coletivas, com todas as suas implicações — o Estado laico e não-ideológico, a pluralidade partidária, a alternância no poder, a autonomia sindical, a liberdade religiosa e de expressão da cultura, da arte e da ciência; no plano econômico, a convivência e cooperação de formas de gestão e de propriedade públicas e privadas, voltadas para o desenvolvimento produtivo e social. (BERLINGUER *apud* MONDAINI, 2001, p. 299).

Isso tencionava o PCB em uma conjuntura na qual a urgência em administrar as complicações derivadas da ruptura de Prestes impedia os dirigentes de debaterem detidamente a estratégia eurocomunista. Além disso, a sofisticação dos intelectuais da corrente renovadora era útil por promover o PCB no campo político institucional, defendendo a agremiação de acusações de que não seria um partido democrático (SANTOS, 1991). Todas essas razões teriam motivado o Comitê Central a ser complacente com os “renovadores” na *Voz da Unidade*.

O controle das zonas de incertezas era de importância fundamental para conduzir o PCB ao modelo de partido aspirado pelo grupo pragmático de Giocondo Dias. Portanto, se por um

⁴⁸ Democracia e Socialismo. *Voz da Unidade*. São Paulo 10 a 16 abr. 1980. Comunistas, p. 9. Semanal.

lado a aliança entre a coalizão de Giocondo e a corrente renovadora impediu a Prestes o acesso à máquina partidária, por outro, o controle da comunicação permaneceu nas mãos dos “eurocomunistas” por cerca de 15 meses. Pode parecer pouco, mas deve-se levar em conta uma conjuntura em que a transição democrática servia como polo aglutinador das várias correntes políticas que desejavam derrotar a ditadura. O conceito de democracia estava em disputa, levando o PCB a incluí-lo na Resolução Política de 1978 que, apesar de o partido lutar ativamente pelas liberdades democráticas, os comunistas reconheciam não ser idênticas as concepções de democracia que circulavam, explícita ou implicitamente, entre as diversas correntes da oposição; de certa forma, implicitamente, a declaração sugeria que nem mesmo entre os comunistas as concepções de democracia eram idênticas. Portanto, levando em consideração a legitimidade institucional que adquiriu, a força intelectual do grupo renovador e os cerca de 53 artigos publicados na *Voz da Unidade*, as teses eurocomunistas introduziram ainda mais tensionamentos nas bases de um partido que já se encontrava bastante fragilizado pela ação da repressão, pela crise com Prestes e pela busca de uma estratégia que conciliasse democracia e socialismo sem romper com o marxismo-leninismo e a identidade revolucionária do partido.

4.3.1 O diálogo com todos os democratas

Marco Aurélio Nogueira, em uma edição da *Voz da Unidade* de 1980,⁴⁹ defendia um diálogo com todos os democratas que desejavam derrotar a ditadura. O jornal, nascido com a intenção de representar não apenas os comunistas e comprometido com todas as lutas democráticas e populares, tinha duas tarefas principais: 1) desconstruir a elaboração da imagem que a sociedade brasileira fazia dos comunistas; 2) ser um espaço no qual todas as correntes democráticas pudessem se manifestar. O jornal não deveria ter um caráter classista, mas aberto a todas as classes e correntes democráticas, rejeitando “[...] as propostas ‘populistas’, que têm no sensacionalismo doutrinário, vulgar e grosseiro, o instrumento para proclamações grandiloquentes em nome do ‘povo’”. Nesse sentido,

Essas propostas apenas exploram o que há de mais atrasado na consciência popular e pouco colaboram para a organização política da sociedade, pois concebem a imprensa de forma instrumental, como elemento de mera “agitação”, sem propósitos culturais mais amplos. Tais propostas dão origem a jornais envelhecidos, presos a jargões, dogmáticos e com uma visão paternalista de seus leitores.⁵⁰

⁴⁹ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Que voz querem os comunistas? *Voz da Unidade*, São Paulo, de 8 a 14 maio 1980. Política, p. 3. Semanal.

⁵⁰ *Idem*, 1980, p. 3.

A declaração registra, ao menos, duas críticas ao formato e ao modelo do antigo jornal do partido, o mensário *Voz Operária*, construído para ser classista e voltado para a doutrinação da militância, e outra voltada ao periódico *Ecos da Carta de Prestes*, lançado por Luiz Carlos Prestes em abril de 1980, para fazer oposição e criticar a linha política do PCB. Ao conceber a democracia como uma instituição permanente, o PCB não poderia mais incorrer no retrocesso de publicar um jornal relacionado apenas aos problemas da classe operária, ou seja, deveria

[...] expor e examinar todos os problemas democráticos, ser um órgão do conjunto da democracia brasileira. Em outros termos, para ser fiel à sua própria orientação, o jornal deverá buscar o diálogo franco com as demais correntes de pensamento, abrindo suas páginas à livre manifestação destas.⁵¹

O PCB, portanto, deveria estar comprometido, segundo Marco Aurélio, com um jornal que debatesse a realidade do país, isto é, a necessidade da criação de um regime democrático e o combate a todo tipo de doutrinarismo. Esse deveria ser o papel fundamental do jornal: servir às massas populares e à democracia. Isso significaria informar a população através de análises objetivas, deixando as paixões de lado, com um jornalismo sério, rejeitando toda e qualquer separação mecânica entre técnica e política. É possível compreender que as análises expostas no jornal não deveriam estar mecanicamente atreladas à doutrina marxista-leninista, mas sim, à realidade político-social que a conjuntura descortinava diante do partido, com a necessidade de uma ampla aliança com todas as correntes democráticas para derrotar a ditadura e a instauração de um regime democrático baseado na pluralidade dos partidos políticos, pelo direito à existência de partidos de oposição, pela livre formação e possibilidade da alternância democrática das maiorias e minorias, pelo caráter laico e o funcionamento democrático do Estado, pela independência da justiça, além da liberdade e autonomia dos sindicatos.

Na sequência, apesar da crítica ao doutrinarismo, Marco Aurélio não deixaria de inserir a referência teórica na qual fundamentava sua visão. O jornal deveria formar seu próprio público, os seus “leitores orgânicos”. A expressão aparece entre aspas, uma explícita alusão aos intelectuais orgânicos apontados por Gramsci em seus textos. O jornal tinha a pretensão de formar “leitores orgânicos” familiarizados com as teses eurocomunistas, assumindo um papel instrutivo, evitando dobrar-se às “[...] aspirações imediatas e corporativas desse público”. Para tanto,

Terá que procurar realizar o “jornalismo integral” de que falava Gramsci, um jornalismo que não apenas pretenda satisfazer as necessidades de seu público, mas

⁵¹ NOGUEIRA, 1980, p. 3.

também criar essas necessidades e ampliar progressivamente sua área e sua influência. Em boa parte, a *Voz* será o reflexo de todo esse trabalho.⁵²

O jornal não deveria estar preso ao doutrinari smo – diga-se marxismo-leninismo –, abrindo-se à renovação. Essa renovação deveria acontecer de forma natural, sem negar a identidade do PCB. O partido deveria saber situar-se no debate e nas transformações que a sociedade brasileira exigia naquela conjuntura e promover a unificação da classe operária e da frente democrática. A *Voz da Unidade* deveria, nesse sentido, impor-se como um legítimo interlocutor da luta pela democracia e pelo socialismo no Brasil. Entretanto, Marco Aurélio Nogueira evitava explicitar a linha política de ação eurocomunista.

A linha editorial da *Voz da Unidade* não passou incólume às críticas que miravam tanto a linguagem como o conteúdo doutrinário dos artigos. Essas críticas, apesar de aparecerem pouco no editorial, dão pistas de uma certa resistência de leitores militantes em aceitar passivamente as ideias presentes na publicação até julho de 1981. No editorial da edição de 13 a 19 de fevereiro de 1981,⁵³ ocorre a saturação do problema, aquilo que pode ser entendido como uma rejeição ao intelectualismo e à erudição dos textos. A equipe editorial foi obrigada a sair em defesa de suas opções:

[...] sua característica de semanário destinado aos ativistas do movimento democrático, operário de massas, e não à ficção vulgarmente chamada "o leitor médio". [...] A *Voz* (sic), preocupada com a elevação do nível de compreensão [...] desses ativistas, devia ajudá-los a "ajuizar de modo sistemático e cotidiano todos os aspectos de nossa vida política, todas as tentativas de protesto e de luta das distintas classes e pelos mais diversos motivos" (Lenin Prologo do Que Fazer?) (sic). Alguns companheiros criticam a *Voz* por ser um jornal "literário demais" (sic), "teórico" (sic), e lhe opõem modelo [...] onde [predominem] "notícias curtas" (sic). Não aceitamos essa crítica. [...] Também não concordamos com os que afirmam que a *Voz* (sic) não orienta devidamente os ativistas, especialmente os comunistas, porque abre suas páginas para o debate de diferentes opiniões sobre assuntos polêmicos. [...] Por último, queremos enfrentar o problema da "linguagem" do jornal, tantas vezes mencionado em tantas reuniões a que temos sido convidados a comparecer. Compreendemos perfeitamente a necessidade de produzir um jornal que a grande maioria, senão à totalidade dos ativistas leiam com relativa facilidade, entendam, e possam discutir e aproveitar na ação prática. Por isso mesmo temos introduzido modificações no texto das matérias, temos discutido com nossos colaboradores, solicitado às vezes mudanças no modo de exprimirem suas ideias. Nada disso, entretanto, deve ser confundido com a proposta — que julgamos descabida — de rebaixarmos a linguagem e o aspecto da *Voz* (sic) ao nível de embrutecimento a que, infelizmente, o atraso e a miséria do país e a ação das classes dominantes reduziram algumas camadas de nosso povo. [...] Nossa função, nossa tarefa, é outra: ajudar a educar, a elevar o entendimento dos que lidam diretamente com as grandes massas do povo.⁵⁴

⁵² NOGUEIRA, 1980, p. 3.

⁵³ NOGUEIRA, Marco Aurélio *et al.* Que tipo de imprensa unifica e serve à política dos comunistas? *Voz da Unidade*, São Paulo 13 a 19 fev. 1980. Imprensa, p. 8 e 9. Semanal.

⁵⁴ *Idem*, 1980, p. 9.

Apesar do tema da linguagem ter sido “[...] tantas vezes mencionado em tantas reuniões”, esse não foi o maior dos problemas. Isso não parecia ter sido incontornável. Mas, as tensões em torno das teses eurocomunistas de superação do modelo Terceiro Internacionalista do PCB foram abertamente questionadas. É o que encontramos na edição de 5 a 12 de outubro de 1980.⁵⁵

Um artigo assinado por Cláudio Guedes focalizou a seguinte questão: o PCB, como o partido da classe operária, deveria permitir a filiação de pessoas dos mais diversos credos? A discussão começara em outro artigo, de Luiz Sérgio N. Henriques, na edição da semana 8 a 14 de maio de 1980⁵⁶, no qual o autor fez uma análise da tese que levou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a caçar o registro do PCB em 1947: a de que o Partido Comunista Brasileiro atuaria como mera seção de uma organização internacional centralizada em Moscou. Entretanto, Luiz Sérgio demonstrava a fragilidade da tese, posto que, no programa do PCB em 1945, “[...] não estavam compreendidos, quaisquer princípios filosóficos, sendo voltado para a unidade, a democracia e o progresso social”, assim, “Henriques conclui que é possível ‘ver neste ponto o embrião do que se chamaria depois de caráter laico do partido comunista, única forma de impedir a transformação do marxismo em ideologia oficial, fossilizada e quase mística, de um eventual poder socialista’” (*sic*).⁵⁷

A análise de Cláudio Guedes parte, então, para a defesa daquilo que Luiz Henrique havia denominado “[...] embrião do que se chamaria depois de caráter laico do partido” e a razão de existir do PCB. No entendimento de Guedes,

[...] o partido comunista deve ser o organizador e condutor de uma poderosa vontade coletiva, cuja origem se encontra nas profundas desigualdades da vida econômica e social do país, e que seja a expressão de um movimento real no sentido da luta pela hegemonia político-econômica e cultural das classes trabalhadoras, em particular da classe operária, e pela renovação radical e democrática da sociedade brasileira com a fundação de uma nova cultura. Assim, entendendo ser o PCB um partido de classe, da classe operária, e reconhecendo no marxismo a filosofia desta classe, a ideologia que a organiza para a conquista e o exercício da hegemonia (Gramsci) (*sic*), achamos que deve o PCB procurar sua diferenciação dos outros partidos democráticos e progressistas existentes (ou que venham a existir) (*sic*) em nosso país pela sua afirmação como partido que possui como matriz de orientação e inspiração o marxismo.⁵⁸

O primeiro elemento que destacaríamos desse trecho é a afirmação de que o PCB, apesar de ser um partido de classe, seria também um partido preocupado em defender todas as classes

⁵⁵ GUEDES, Cláudio. Onde está o caráter laico do partido? *Voz da Unidade*. São Paulo, 5 a 12 out. 1980. Ideias, p. 15. Semanal.

⁵⁶ HENRIQUES, Luiz Sérgio N. Em torno da cassação do PCB. *Voz da Unidade*. São Paulo, 8 a 14 maio 1980. Política, p. 4. Semanal.

⁵⁷ GUEDES, 1980, p. 15.

⁵⁸ *Ibidem*.

sociais, portanto, plural. O outro é a assertiva de que o PCB não seria um partido orientado pelo marxismo-leninismo, mas um partido cuja filosofia da *práxis* fundava-se no marxismo, cujo conceito de hegemonia era entendido de modo gramsciano — hegemonia leninista: ditadura do proletariado; hegemonia gramsciana: substância social (MONDAINI, 2011, p. 165). Uma compreensão diferente, portanto, daquela que o PCB propunha oficialmente. Desse modo, a diferença entre o PCB e as demais correntes progressistas, segundo Guedes, estaria no plano das ideais, isto é, como organização política, o partido se orientaria pela ideologia político-filosófica do marxismo, assim como outra organização poderia se orientar pelo liberalismo. No entanto, a orientação política não deveria ser um impeditivo para que pessoas de todas as classes e crenças se filiassem ao partido.

Tem-se aí uma trajetória que fora trilhada por partidos de linhagem socialdemocrata que permitiram a filiação de membros de todas as classes, com vistas a fortalecer-se para medir forças com outras correntes em uma democracia política. Representar os interesses de outras classes não anularia a defesa dos interesses da classe operária. O resultado, conforme Przeworski (1989), teria sido a perda de identificação da organização como partido da classe operária. A lógica dos partidos socialdemocratas, sob uma realidade eleitoral-parlamentar, foi a do fortalecimento de suas posições como instrumentos para assegurar o bem-estar coletivo, mas não a revolução. Com o passar dos anos, os partidos socialdemocratas foram projetando a revolução em um futuro cada vez mais distante, até o momento em que abandonaram o marxismo como ideologia oficial.

Para Guedes, entretanto, o marxismo não poderia ser compreendido de forma dogmática, monolítica e fossilizada, o que se desdobraria entre todos os membros da agremiação. Defendia que os comunistas deveriam se afastar de uma falsa ortodoxia que teria dominado o partido na época stalinista e que continuava com forte presença na mentalidade daqueles dias: economicismo, negação das especificidades nacionais etc. Também deveriam ser abandonadas as concepções classificadas como pseudomarxistas dos ultraesquerdistas: subdesenvolvimento, foquismo, luta armada etc. Fazendo isso, o marxismo não se transformaria em uma ideologia místico-religiosa (*sic*).

A militância deveria atentar-se para a real conjuntura política do Brasil, portanto, os dogmas repetidos ao longo dos anos deveriam ser abandonados. A estratégia do partido deveria partir, a cada momento, do resultado da compreensão científica retirada da leitura da estrutura social do país e das forças que nela se moviam. Mas para que essa fosse realizada de forma correta, o marxismo deveria ser recolocado no seu lugar de ciência dialética do homem e da história.

Em nenhum momento Cláudio Guedes cita o marxismo-leninismo, pois, para os eurocomunistas (corrente renovadora), aquele era a expressão do dogmatismo ortodoxo e naturalmente antidemocrático. Em outras palavras, um obstáculo para a compreensão marxista que via em uma futura sociedade socialista a manutenção da democracia política, do pluripartidarismo, dos direitos individuais, da liberdade de imprensa, da livre organização e expressão como valores arduamente conquistados pela modernidade no curso das revoluções burguesas e que deveriam ser preservados na sociedade socialista.

Guedes aprofunda a questão, argumentando que a compreensão da realidade brasileira deveria ser obtida não do marxismo-leninismo, mas da “utilização da teoria marxista de análise, das situações sócio-históricas”:

E aqui, é interessante notarmos que o método de análise marxista (também chamado Materialismo Histórico, que juntamente com a concepção do mundo dialético materialista dá unidade ao marxismo) nada tem a ver com dogmas: ele é um conjunto de instrumentos abstratos conceitos, modelos, paradigmas — que diante os quais se produzem conhecimentos, e é um conjunto aberto que deve ser continuamente desenvolvido. Assim, da análise da realidade passa-se à orientação política, ou seja, ao programa político. É evidente que no programa não poderão estar compreendidos quaisquer princípios filosóficos. Contudo, é verdadeiro que o programa depende da análise da realidade que, por sua vez, depende da concepção do mundo de quem a realizou. Desta forma, a orientação política do PCB vai depender da concepção do mundo dos comunistas brasileiros. Por outro lado, sendo o PCB simplesmente um partido político, e não uma congregação de religiosos de qualquer espécie, as adesões que são pedidas e recebidas são adesões a um programa político e nada mais. Este fato transforma o PCB num partido laico, ou seja, aberto a qualquer um — seja católico, espírita, protestante ou ateu.⁵⁹

Aqui vemos o fundamento para classificar o PCB como um partido laico, que poderia aceitar a filiação de pessoas de todas as espécies sem comprometer sua orientação política. O partido não seria uma organização religiosa cuja defesa da fé é imprescindível para a manutenção do caráter moral e nominal da instituição. Antes, seria uma organização cujo único imperativo seria a adesão a um programa político criado a partir da realidade política do Brasil. Guedes considerava, ainda, imprescindível a contribuição dos que, “concebendo o marxismo como humanismo absoluto e historicismo integral, procuram impedir que pela sua incorreta compreensão e manipulação possa ele ser transformado em algum tipo de fé”.

Para Henriques,⁶⁰ “Assim é que o marxismo pode vir a ser — superadas as formulações esquemáticas, estreitas e quase místicas — a fonte viva e criadora da intervenção dos comunistas brasileiros no processo de mudança social em nosso país.⁶¹ Entretanto, a argumentação desenvolvida para defender a tese do partido laico, uma tese eurocomunista,

⁵⁹ GUEDES, 1980, p. 15.

⁶⁰ HENRIQUES, 1980, p. 15.

⁶¹ GUEDES, 1980, p. 15.

contrapunha-se à orientação oficial do PCB como um partido oficialmente orientado pelo marxismo-leninismo.

A polêmica envolvendo o caráter laico parece não ter terminado no artigo de Cláudio Guedes. Na edição n. 12, de 19 a 25 de julho de 1980,⁶² Luiz Sérgio N. Henriques retomou a questão e insistiu na ideia de superar o dogmatismo, considerando a luta pelo socialismo com um processo que englobaria sujeitos autônomos. O dogmatismo referido é nitidamente vinculado às concepções marxista-leninistas cimentadas na prática política do PCB. Como as ideias da corrente renovadora estavam em descompasso com a interpretação marxista-leninista que imperava no PCB, suas ideias eram recebidas com desconfiança e desconforto em diferentes âmbitos. A sofisticação intelectual dos artigos era um dos elementos que incomodava. Tanto que Luiz Sérgio Henriques defende-se de quem via a discussão sobre o caráter laico do PCB como um exercício acadêmico, apresentando-a como “convite inteligente ao aprofundamento da questão”.⁶³ E repete alguns trechos do artigo de Cláudio Guedes:

Para CG. [Cláudio Guedes] “deve o PCB procurar sua diferenciação dos outros partidos democráticos e progressistas... pela sua afirmação como partido que possui como matriz de orientação e inspiração o marxismo”. Diz em seguida que “o caminho para impedir a transformação do marxismo em ideologia fossilizada tem a sua origem na *compreensão dele venham a ter* os comunistas brasileiros...”. Esta compreensão, para CG, só pode ser radicalmente antidogmática e aberta ao novo, longe da “falsa ortodoxia” do stalinismo.⁶⁴

Ora, quando descreve a compreensão de Cláudio Guedes como radicalmente antidogmática e longe da falsa ortodoxia do stalinismo, Henriques faz uma crítica direta ao marxismo-leninismo. Conforme já destacamos,⁶⁵ para Leandro Konder — membro da “corrente renovadora” — o marxismo-leninismo era sinônimo de stalinismo. Os princípios marxista-

⁶² HENRIQUES, Luiz Sérgio N. A questão é superar o dogmatismo. *Voz da Unidade*, São Paulo, 19 a 25 jul. 1980. Ideias, p. 14. Semanal.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ GUEDES *apud* HENRIQUES, 1980, p. 14.

⁶⁵ *Op. Cit.*, p. 48 — Segundo Leandro Konder (1988, p. 41 – 42), o marxismo-leninismo é a resultante de um processo histórico específico, que legou concepções difíceis de serem abandonadas: um corpo doutrinário criado com o propósito de fortalecer o partido, “compacto, maciço, simples e imponente”. Uma doutrina capaz de inculcar nos militantes a convicção de que o partido estava sempre certo “ou, quando eventualmente errado, era sempre o agente mais indicado para correção do erro”. Essa doutrina foi elaborada “nos anos que se seguiram imediatamente à morte de Lênin e recebeu o nome de marxismo-leninismo”. Se a doutrina guardava elementos do pensamento de Marx e Engels, adquiria novas concepções das interpretações de Lênin e da elaboração de novos pressupostos a partir de sua morte e das condições existentes no espaço de tempo em que Stalin esteve no poder. Se nos primeiros anos comportou “exegeses diferentes, versões ideológicas distintas” num segundo momento “passou a ser uma doutrina rigidamente codificada [...] exclusiva”. Ainda segundo Konder, o PCB, apesar de todos os esforços, nunca conseguiu evitar em sua apropriação do marxismo-leninismo a feição “legitimadora de uma necessidade inexorável, que só o partido — instância definidora do projeto revolucionário — tinha autoridade para interpretar”. Permaneceu a tendência de que apenas um grupo seletivo de pessoas pertencentes a uma cúpula detinha a capacidade de interpretar a realidade e de estabelecer a linha política pela qual o partido deveria agir.

leninistas, por sua vez, defendiam a existência e a manutenção de um partido classista capaz de orientar o operariado no processo revolucionário. Em contraposição, os eurocomunistas e renovadores defendiam um marxismo aberto ao salto qualitativo dos novos tempos. Luiz Sérgio Henriques procura mostrar que o marxismo não seria um corpo único. Em outras palavras, o próprio marxismo-leninismo não deixaria de ser apenas mais uma variante dentre muitas possibilidades.

Pode-se, contudo, no interesse de continuar a investigação, "complicar" um pouco as coisas: assim, situar o marxismo como matriz de orientação do partido comunista não deve impedir o reconhecimento de que o próprio marxismo não é mais um corpo único. Caberia até falar de marxismos — no plural —, a compor um quadro bastante heterogêneo (lukacsianismo, althusserianismo, gramscianismo...) (*sic*). O confronto e o debate que se têm de travar, com todo o rigor, no nível teórico, obedecem a uma lógica específica: não seria lícito, por exemplo, que o partido comunista adotasse qualquer corrente ou expressão, assinalando-lhe administrativamente o posto de verdadeiro marxismo.⁶⁶

Assim, o marxismo-leninismo não seria o verdadeiro marxismo, uma declaração que contrariava a disciplina partidária, já que o PCB, na Resolução do VI Congresso de 1967 e reafirmando no VII Congresso de 1984, declara que a organização se fundamentava na orientação pelos princípios marxistas-leninistas. Tampouco, segundo a argumentação de Henriques, o PCB seria o intérprete exclusivo ou privilegiado de um marxismo homogêneo que o levasse a tomar o poder e oficializar certa tradição como ideologia oficial do Estado. “Deve ficar claro, desde agora, que um eventual Estado socialista não será nem confessional nem ateu. E tampouco lhe cabe assegurar posição de privilégio a nenhuma filosofia, credo religioso ou corrente de pensamento”.⁶⁷

Para defender a tese de que o PCB seria um partido laico aberto à filiação de todas as classes e de que não importa nenhuma confissão ideológica quando assumisse o Estado, Luiz Sérgio Henriques foi de encontro ao que as resoluções políticas haviam afirmado quanto à sobrevivência do PCB dever-se à justeza da estratégia de bases marxistas-leninistas ou por aquilo que o partido havia estabelecido como imprescindível na Resolução de 1976:

Torna-se, por isso, mais necessária do que nunca, a existência no país de um forte partido comunista. Um partido que tanto por sua estratégia e tática revolucionária, quanto por sua estrutura orgânica [...]. O trabalho não deve estar desvinculado [...] do estudo permanente do **marxismo-leninismo**⁶⁸ [...]. Mais do que nunca é atual o princípio do **marxismo-leninismo**⁶⁹ [...]. Como elemento importante de nossa política de organização devemos iniciar um trabalho planificado de formação de quadros marxistas-leninistas, a fim de que possamos, num futuro não muito distante, passar a conhecer melhor a realidade brasileira e aplicar correta e criadoramente o

⁶⁶ HENRIQUES, 1980, p. 14.

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ Grifo nosso.

⁶⁹ Grifo nosso.

marxismo-leninismo. É um dos pontos importantes de nossa política de organização este trabalho ideológico. Visa também combater os erros e desvios por nós constatados, tais como: a concepção errônea do papel da classe operária na revolução; subestimação do partido, o não o ver como um partido operário por sua essência, indispensável à realização da teoria do comunismo científico [marxismo-leninismo]⁷⁰ com o movimento espontâneo da classe operária.⁷¹

Ou como apareceria em 1984:

Reconhecendo os problemas existentes, não podemos aceitar que a experiência do socialismo esteja “exaurida” nem, muito menos, que se possa falar de “caducidade”, quer do marxismo-leninismo, quer do forte apelo ideológico das experiências socialistas em curso [...]. Os problemas colocados aos partidos comunistas, no poder e no mundo capitalista, as soluções que lhes dão, mais que qualquer outra coisa, demonstram a vitalidade do **marxismo-leninismo**⁷² do movimento comunista internacional, por isso mesmo, ambos prosseguem conquistando novas posições no mundo [...].⁷³

Luiz Sérgio Henriques parecia prever alguma repercussão às suas formulações:

Somente uma avaliação atrasada e sectária pode ver em nossa argumentação uma renúncia ao caráter revolucionário do partido. Ao contrário, só depois de entendida a laicidade do partido e do próprio Estado que se quer construir, é que se torna possível considerar revolucionariamente a luta pela democracia e pelo socialismo com processo que engloba sujeitos autônomos, representativos de diferentes tradições e inspiração ideal. Renuncia-se de vez à visão do partido como “miniatura” da nova sociedade. E, por isto mesmo, abrem-se perspectivas de um confronto leal e aberto entre os diferentes sujeitos da transformação, afastada a tentação absolutista de estabelecer de um só golpe uma ditadura sem consenso.⁷⁴

Mas, é possível compreender que, se tais formulações não renunciavam ao caráter revolucionário, chocavam-se com a estratégia marxista-leninista de hegemonia ao defender a hegemonia gramsciana do consenso, contradizendo mais uma vez uma das resoluções políticas do PCB, qual seja: “A tarefa principal do nosso partido a conduzir a luta revolucionária até seu objetivo final: a tomada do poder pelo proletariado, a implantação de sua ditadura de classe, e, consequentemente, do socialismo no Brasil”.⁷⁵

De sua parte, para Luiz Sérgio Henriques, seu posicionamento não feria a linha política do PCB, porque nada mais propunha do que um acréscimo para que os comunistas conseguissem uma aliada poderosa na luta pelas liberdades democráticas, a Igreja Católica. Ao assumir o compromisso com a laicidade do partido, mas suprimindo princípios marxistas-leninistas, o partido abriria caminho para a Igreja, possível aliada dos comunistas. Ou seja, um partido comunista laico abriria espaço para visões plurais,

⁷⁰ Grifo nosso.

⁷¹ Resolução de organização do CC do Partido Comunista Brasileira. *Voz Operária*, maio 1976, p. 4-8.

⁷² Grifo nosso.

⁷³ Resolução Político do VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro. In: DIAS, Giocondo. **Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira**. São Paulo: Novos Rumos. 1984, p. 46-48.

⁷⁴ HENRIQUES, 1980, p. 14.

⁷⁵ Resolução de organização do CC do Partido Comunista Brasileira. *Voz Operária*, maio 1976, p. 4-8.

[...] concepções de mundo diferentes do materialismo-marxista (inclusive religiosas), vividas com sinceridade, podem muitíssimo bem fundamentar atitudes políticas de combate a todas as formas de domínio e exploração, a todas as situações em que se avulta a essência humana dos homens.⁷⁶

Ao abrir mão do “dogmatismo ortodoxo”, o partido não perderia essência, já que o marxismo não poderia ser tomado como sendo um corpo único e verdadeiro, manifestando formas heterogêneas, como as do lukacsianismo (*sic*), althusserianismo (*sic*) ou do gramscianismo (*sic*). A laicidade poderia se transformar em patrimônio ideal do PCB e contribuiria para a superação progressiva, entre os comunistas, de todas as concepções integristas e intolerantes que se fechavam à diversidade.

O debate sobre a laicidade do PCB contou também com a participação de Gildo Marçal Brandão na edição da semana 13 a 26 de junho de 1980.⁷⁷ O autor afirma que o partido precisaria de uma voz política e não doutrinária. A construção de um partido de massas demandaria da agremiação “[...] sair das catacumbas, vir à luz do dia, e não temer respirar o ar fresco da superfície”, isto é, sair do mecanicismo dogmático das teses marxistas leninistas e trabalhar sobre o que era a realidade política e social do Brasil. Portanto, as críticas dirigidas à linha editorial da *Voz da Unidade* eram inaceitáveis. A realidade brasileira exigia dos comunistas um “[...] jornal legal, de caráter nacional e, sobretudo, político”:

Um jornal que não seja uma espécie de “boletim interno” (*sic*) ou de “Diário Oficial” (*sic*) das atividades dos comunistas, posto que para tanto existem outros tipos de publicações. Um jornal que não seja de comunistas para comunistas e fale num jargão dos iniciados, cuja eficácia se restrinja a convencer os que, de antemão, já estão convencidos.⁷⁸

O papel do jornal seria o de ser um veículo de debate para a diversidade das correntes que lutavam pela democracia em defesa de um Brasil democrático. Um instrumento para fazer política e não doutrinar os leitores, ou seja, o partido precisaria exercitar seu caráter laico, abrindo seu veículo de comunicação a todas as correntes e pensamentos e dialogar. No que competia à linguagem dos textos, o jornal deveria refletir seu compromisso “com a realidade e com a verdade”.

É isso que muita gente ainda não entendeu ou não quer entender quanto ao projeto da **Voz** (*sic*). Porque fazer um jornal legal dos comunistas significa compreender que a luta pelo reconhecimento jurídico da organização própria dos integrantes e partidários dessa corrente de pensamento é não só possível como é atualmente necessária. De fato, significa dizer que os comunistas resolveram assumir os riscos de botar o bloco

⁷⁶ HENRIQUES, 1980, p. 14.

⁷⁷ BRANDÃO, Gildo Marçal. Nós precisamos de uma voz política, não doutrinária. *Voz da Unidade*, São Paulo, 13 a 26 jun. 1980. Política, p. 8 – 9. Semanal.

⁷⁸ BRANDÃO, 1980, p. 8.

na rua e disputar o lugar que lhes coube dentro da sociedade brasileira até por direito histórico.⁷⁹

Os comunistas propunham-se a disputar o lugar que lhes cabia na sociedade brasileira. Esta seria uma alusão à necessidade do partido de se inserir no que pode ser concebido como “campo político”, conforme Pierre Bourdieu:

Os campos sociais se definem como espaços sociais relativamente fechados (que delimitam um “dentro” e um “fora”), hierarquizados e competitivos. O campo político, assim, estabelece critérios de ingresso e progresso — as formas legítimas de discursos e de comportamento político — que afastam ou minimizam o risco de presenças potencialmente disruptivas. Os grupos dominados são deixados do lado de fora ou, quando entram, sofrem pressão para se adaptar ao padrão de discurso e ação exigido pelo campo. (*apud* MIGUEL, 2014, p. 147).

A corrente renovadora e o conjunto do PCB procuravam modular-se aos valores democráticos como forma de serem reconhecidos como um partido do campo democrático. Um dos maiores desafios teria sido desconstruir a imagem do PCB como um partido do campo autoritário, atrelado ao tipo de governo existente na URSS. Daí que, ao PCB, não seria suficiente pronunciar-se, mas tornar-se efetivamente democrático ao abrir seu jornal a todas as correntes democráticas.

Para os renovadores, a laicidade do partido seria uma das formas de mostrar ao campo democrático o quanto o PCB estava disposto a fazer para ser ali recebido. Entretanto, não seria possível mudar o *ethos* partidário sem que isso fosse percebido, o que levava Brandão a defender a equipe que comandava a *Voz da Unidade* e a responder aos críticos.

Atitude irresponsável, como quer o publicista Rogério de Freitas, que em carta recente ao editor do semanário *Movimento*. (“É errado rotular os dissidentes”, n.º 25b, de 16 a 25 de junho) acusa “os fariseus” da CER-SP (Comissão Estadual de Reorganização) do Partido Comunista Brasileiro, de estarem cumprindo “com rigor antirrevolucionário” o processo de aniquilamento do PCB, abrindo irresponsavelmente o partido como se já estivéssemos numa democracia?⁸⁰

Respondendo à crítica dirigida à equipe da *Voz da Unidade*, publicada no semanário *Movimento*, Gildo Marçal Brandão escreve que os comunistas não poderiam fugir à realidade. Se o PCB buscava construir-se como um grande partido de massas, não poderia mais se organizar nos moldes antigos, quando se reduzia a uma seita de camaradas iluminados, mas impotentes diante das novas questões impostas pela conjuntura política do Brasil. Caso o partido quisesse realmente se tornar um partido de massas, não poderia repetir os velhos mantras. O partido deveria abrir-se, pois somente assim poderia influenciar a “vida política brasileira”. Conforme Brandão, “Para chegar até lá devem, desde agora, sair das catacumbas,

⁷⁹ BRANDÃO, 1980, p. 8.

⁸⁰ *Ibidem*.

se livrar do mofo acumulado, vir à luz do dia e não temer respirar o ar fresco da superfície com o ar poluído das grandes cidades industriais”⁸¹

A postura do jornal, segundo Gildo Marçal Brandão, se movimentava no sentido de conquistar a legalidade do partido. Daí o jornal agir às claras, apregoando suas intenções políticas para provar o comprometimento do PCB com a democracia, respondendo aos que insinuavam que o clima de aparente liberdade daquele início da década de 1980 fosse uma armadilha do regime e das multinacionais de modo a identificarem os militantes e pôr fim ao movimento, afirmar conhecer os riscos e obstáculos, evitando agir de modo inconsequente. Mas, advertia aos críticos a não serem acometidos da “[...] doença da teoria conspirativa da história, cuja marca registrada é justamente a inteira falta de confiança na ação organizada das massas”.⁸² O partido deveria enfrentar o risco e abrir-se para as massas. Para que isso ocorresse, o PCB deveria conquistar a sua legalidade, lutando com destemor pela aliança com as forças democráticas. O apoio das forças democráticas aumentaria na medida em que o PCB fosse um efetivo partido democrático. Portanto, seria necessário que aqueles que defendiam a legalidade do PCB com palavras, mas com ceticismo e temor, deixassem de “jogar na retranca”,⁸³ pois a luta pela legalidade do PCB não era exclusiva dos comunistas e pertencia às massas.

Para Brandão, o processo de abertura política não poderia mais ser compreendido como um mero episódio ou uma manobra da ditadura: resultava das pressões das forças democráticas. Os dirigentes da *Voz da Unidade* reconheciam o caráter parcial, estreito e limitado do processo de abertura, o que demandaria dos comunistas, não a negação do processo, mas maior habilidade tática para aproveitarem-se das brechas oferecidas pela transição, consolidando e ampliando seu espaço de ação com mais audácia.

A legalização do PCB teria entrado na pauta das outras forças democráticas quando estas passaram a reivindicar a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte, o fim da Lei de Segurança nacional e a legalização dos partidos. Sendo assim, como o PCB poderia querer permanecer um partido fechado em torno de si mesmo? Em toda a argumentação de Gildo Marçal Brandão fica implícito o empréstimo da estratégia do Partido Comunista Italiano (PCI) no sentido do valor universal da democracia e da união de forças com todos os partidos do campo progressista no intuito de enfraquecer o regime. As diferenças deveriam ser atenuadas e os pontos em comum fortalecidos, tomando a democracia como ponto de articulação.

⁸¹ BRANDÃO, 1980, p. 8.

⁸² *Ibidem*.

⁸³ *Ibidem*.

Algumas interpretações eram comuns, tanto ao marxismo eurocomunista quanto ao marxismo-leninismo do PCB. Entre elas estava o desenvolvimento da infraestrutura, condição *sine qua non* para o desenvolvimento do socialismo. Gildo Marçal Brandão utiliza desse argumento para provar o quanto oportuno seria o momento de alçar o PCB ao campo político democrático. Diferentemente das teses do PCB, não havia sido necessária a revolução nacional libertadora e o estabelecimento de um regime democrático para desenvolver as forças de produção, porque:

[...] as bases materiais para tanto já estão criadas pela complexa evolução econômica e social que o país viveu nos últimos 15 anos. O desenvolvimento econômico ocorrido nas últimas décadas criou uma tal riqueza, variedade e contraditoriedade de interesses que, objetivamente, tornou-se impossível conter — a não ser por um custo social muito alto — o reconhecimento legal de uma força política cuja expressão nacional e cujo peso na história e na vida do país não pode ser mais contestado por ninguém de bom senso.⁸⁴

O papel que o PCB deveria desempenhar estava intrinsecamente ligado à força que o partido reuniria em uma democracia política. A democracia, não a revolução nacional libertadora, seria o caminho que conduziria ao socialismo. Uma parte da tarefa, segundo Gildo Marçal Brandão, o partido já havia realizado:

Politicamente, a atuação dos comunistas ao longo desses 16 anos na linha de frente da resistência ao processo de fascistização da vida social e política brasileira, inaugurado com o golpe de abril de 1964, qualificou-os perante a opinião pública como força política e legitimou a sua existência como corrente de pensamento com direito a ver a sua organização reconhecida pública e legalmente.⁸⁵

Apresentar-se como mais uma das forças democráticas, segundo Brandão, imputava ao PCB o direito a atuar como um partido legal na vida política do Brasil. Compreender que “a opinião pública” reconhecia o PCB por sua luta em favor da democracia constituiu uma retórica muito disseminada no interior do partido naquele contexto, embora possa ser questionada sua efetividade.

O partido deveria assumir a vida política do país: a própria possibilidade da existência da *Voz da Unidade* teria sido fruto da luta ampla das forças democráticas que alguns críticos ainda queriam afastar das colunas do jornal. A *Voz da Unidade* deveria, portanto, ser uma peça essencial para a unidade das forças democráticas e para fortalecer a luta pela legalidade do PCB.

A discussão sobre como o PCB deveria instrumentalizar a democracia ganhou consistência nas páginas da *Voz da Unidade*. A questão democrática foi ampliada e ganhou contornos cada vez mais centrais nos debates. Na edição de 18 a 24 de julho de 1980,⁸⁶ ao tratar

⁸⁴ BRANDÃO, 1980, p. 9.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ A Democracia não é expediente tático. *Voz da Unidade*, São Paulo, 18 a 24 jul. 1980. SBPC, p. 9. Semanal.

de um debate sobre “Democracia e Socialismo” ocorrido naquele mesmo mês na Secretaria Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o texto reproduz alguns argumentos de Carlos Nelson Coutinho sobre o valor universal da democracia. Na explanação dos argumentos, Coutinho reafirmou suas teses e identificou que o próprio Lênin discutiu alianças políticas e a capacidade do proletariado se tornar não apenas a classe dominante, mas a classe dirigente das massas.

Tratava-se de defender que, historicamente, houve um vínculo entre socialismo e democracia. O marxismo – nunca o marxismo-leninismo – não seria “[...] um conjunto de dogmas imutáveis, mas um método dialético de abordagem do real”.⁸⁷ Em decorrência do processo histórico, haveria a necessidade de renovação de suas categorias de análise, a fim de dar conta da emergência da democracia política nas lutas pelas transformações sociais de nosso tempo. Ou seja, contrariamente ao que havia sido consensual entre os marxistas-leninistas, a democracia política não seria uma instituição para a dominação burguesa, uma ditadura de classe que se assenhорava do Estado para garantir seus privilégios:

[...] a questão democrática esteve contida na reflexão e na ação de Marx e Engels, embora eles não tenham tido a oportunidade de colocar de modo concreto a questão da transição para o socialismo num país concreto.⁸⁸

Coutinho afirma que Lênin teria sido o primeiro marxista a abordar a questão da transição para o socialismo no tocante às alianças com outros setores da sociedade e a capacidade proletária para tornar-se a classe hegemônica e nacional do processo revolucionário. Segundo Coutinho, Lênin nega que uma minoria pudesse conquistar o poder e mantê-lo sem o consenso da maioria — vemos aqui a inserção da tese gramsciana para construir o entendimento almejado —, tanto que teria sido esse o motivo pelo qual, na Rússia, o operariado só teria aspirado ao poder de Estado com a realização de alianças com as massas camponesas que formavam a maioria do país; por outro lado, sem negar as especificidades do contexto em que ocorreu, não há nenhuma referência a respeito da ação do Partido Comunista Russo na subjugação dos camponeses quando estes se negaram a disponibilizar sua produção, fazendo valer a coerção do Estado.

Lênin teria atuado em um país de baixíssima socialização da política, sob um Estado ainda absolutista e sem nenhuma tradição política. A condição de país atrasado, subdesenvolvido, não teria permitido a Lênin pensar na questão da transição socialista em países com estruturas políticas mais complexas. A discussão sobre a transição socialista em

⁸⁷ BRANDÃO, 1980, p. 9.

⁸⁸ COUTINHO, 1980, p. 9.

países de capitalismo desenvolvido caberia, então, a Antônio Gramsci. Um intelectual que teria na sua realidade político-nacional os elementos que faltaram a Lênin. Entretanto, para muitos intelectuais, como bem assinalou Marco Antonio Bandeira de Menezes, foi curioso que tanto Coutinho quanto Leandro Konder se apoiassem em Gramsci para revisar o marxismo-leninismo:

[...] o autor dos *Cadernos do Cárcere* (sic) é, em essência, um defensor intransigente da luta de classes e da ditadura do proletariado; é um marxista-leninista convicto. Sua heterodoxia se dá do ponto de vista tático na condução da estratégia etapista, isto é, em relação à formação do “bloco histórico” (sic), sobre o qual os comunistas devem conquistar uma “hegemonia consentida” (sic) perante seus aliados na “sociedade civil” (sic). Essa flexibilidade tática tem por objetivo fundamental tornar-se um meio mais viável de se atingir a estratégia socialista, sobre a qual deve ser imposta, com base na luta de classes, a hegemonia (consentida e pela força) (sic) e pela força do proletariado, que equivale à ditadura do proletariado.⁸⁹

Apesar disso, as discussões propostas por Coutinho foram marcantes para a esquerda brasileira de então, sendo incorporadas aos movimentos que atuaram na base da sociedade e extrapolaram para além do PCB. Para Coutinho, Gramsci teria sido “radicalmente antigolpista”:

[...] ele diz que a estratégia do proletariado deve-se basear fundamentalmente numa “guerra de posições”, conquistando o máximo de posições na sociedade civil. [...] Gramsci colocou os fundamentos de uma teoria da transição democrática para o socialismo. E democrática no sentido da democracia política, no sentido de que a luta pelo socialismo, sua construção deve conservar e ampliar permanentemente a democracia política. Mas, ao falar num socialismo fundado na democracia política, não estou pensando apenas nas instituições da democracia liberal. A democracia que tenho em vista é uma democracia de massas, isto é, implica uma ampla participação organizada do povo, a intensificação da socialização da política, a criação de mecanismos através dos quais os sujeitos coletivos decidam cada vez mais sobre seus próprios problemas, sem esperar soluções de cima para baixo. A democracia de massas combina a democracia de base com a representativa.⁹⁰

Percebe-se que a *Voz da Unidade* assumiu um papel muito significativo naqueles anos ao estampar, em suas páginas, teses como a de Carlos Nelson Coutinho, para quem a democracia política deveria ser preservada em um futuro sistema socialista, o que gerava tensionamentos.

Na edição de 19 a 30 de dezembro de 1980⁹¹, mais uma vez coube a Luiz Sérgio N. Henriques levantar discussões polêmicas. O texto sob o título “Onde está o reformismo do PCB?” discutiu a suposta política conciliadora do partido.

Um velho militante do PCB lamentava ontem, em São Paulo, que a atual política do partido era “muito conciliadora” e avessa a atitudes mais ousadas, como as que, segundo ele, marcaram o PC em outros tempos. Refletindo sobre esta situação, o velho

⁸⁹ MENEZES, 2002, p. 354-355.

⁹⁰ COUTINHO, 1980, p. 9.

⁹¹ HENRIQUES, Luiz Sérgio N. Onde está o reformismo do PCB? *Voz da Unidade*, São Paulo, 19 a 30 dez. 1980. Ideias, p. 6. Semanário.

militante concluiu com certa amargura: “O PCB hoje mais parece o PDS na ilegalidade”.⁹²

Uma formulação sintomática das ideias que circulavam por meio da *Voz da Unidade*. É presumível que parte dos militantes tomassem as proposições publicadas no semanário como uma conspurcação dos fins para os quais o partido fora criado. Afinal, o PCB apresentava-se como vanguarda revolucionária, componente mais consciente do proletariado, organização cuja missão principal seria conduzir o proletariado à revolução socialista. No entanto, as teses eurocomunistas soavam como um abandono aos objetivos oficiais. A democracia política deixava de ser um meio para se tornar um fim, a hegemonia não se caracterizaria mais pela ditadura do proletariado, a sociedade civil seria o agente que outorgaria a hegemonia ao proletariado.

Sem embargo, Luiz Sérgio N. Henriques argumentara que a classificação reformista imputada ao PCB seria característica da mesma “esquerda” que teria classificado a política do VI Congresso do PCB, de 1967, de conciliadora e reformista. A consequência dessa rotulação equivocada teria sido, segundo Henriques, a aventura da luta armada. Henriques ainda afirma que a questão teria assumido um caráter paradoxal, já que, para a direita não marxista a defesa da democracia pelos comunistas seria um embuste, “puro disfarce tático”,⁹³ e a esquerda tomava a política do PCB como conciliadora, reformista e oportunista, um meio para obter a legalidade, dando início a “[...] um autêntico processo de social democratização do PCB, que o levaria a ‘colaborar’ (*sic*) cada vez mais com as classes dominantes”.⁹⁴ Para Henriques, faltaria, tanto à direita quanto à esquerda, a percepção do valor que os comunistas (PCB) deram à democracia, um elemento fundamental no projeto socialista a ser desenvolvido no Brasil.

Ao contrário do que a “esquerda”⁹⁵ alegava, os comunistas não estariam confundindo o esboço liberalizante da ditadura iniciado em 1974 como um concreto reordenamento democrático do Brasil. A posição dos comunistas seria a de que se estava justamente em um momento de ultrapassagem dos limites liberalizantes iniciados em 1974. O partido deveria se esmerar para conquistar um regime de democracia política pleno que colocaria fim a qualquer resquício ou colaboração ao regime iniciado em 1964. A estratégia para chegar à ruptura que implantaria uma democracia política passaria por dois fatores essenciais:

[...] a existência de partidos políticos de massa, nacionalmente implantados, e a afirmação de um sindicalismo classista, autônomo em face do Estado e dos próprios partidos (inclusive de esquerda) (*sic*). Assim entendida a democracia política, lutar

⁹² HENRIQUES, 1980, p. 6.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ *Ibidem*.

por ela não é propor algo abstrato e longe do cotidiano das classes e camadas subalternas. Estas sabem, melhor do que ninguém, que a ausência de liberdades se paga com baixos salários, com a exploração desenfreada do capital.⁹⁶

Diante disso, a primeira constatação da estratégia adotada pelo partido seria — aqui encontramos uma nítida referência à estratégia de Prestes, por exemplo — que a transformação — não mais revolução — socialista no Brasil não seria um objetivo imediato. Essa estratégia ecoa a teoria desenvolvida pelo italiano Togliatti de revolução socialista como processo:

[...] um processo que funde socialismo e democracia num único corpo, e cujos elos da sua cadeia são constituídos por reivindicações parciais imediatas, por medidas transitórias: as “reformas de estrutura”. Essa são definidas como objetivos transitórios de tipo particular, pois desenvolvem elementos do socialismo antes da tomada do poder político do Estado. E é justamente na teorização do relacionamento entre “finalidade revolucionária” e “reformas intermediárias” que surge a especificidade togliattiana perante a matriz leninista tradicional. (MONDAINI, 2011, p. 175).

Sem a retórica da ruptura imediata com a lógica do capitalismo, ao nosso ver, a estratégia eurocomunista de Henriques retém muitas semelhanças com a estratégia socialdemocrata. Ou seja, remete ao que Przeworski afirmou sobre a estratégia socialdemocrata de “abrir todas as desigualdades econômicas e políticas”:

Iriam emancipar não só o operariado, mas a humanidade, construir uma sociedade baseada na cooperação, orientar racionalmente as energias e recursos para a satisfação das necessidades humanas, criar condições sociais para o desenvolvimento ilimitado da personalidade. Racionalidade, justiça e liberdade eram as metas que pautavam o movimento socialdemocrata [...]. Os objetivos finais seriam concretizados porque a história estava do lado do socialismo [...]. Para os socialdemocratas, as reformas imediatas constituíam “etapas” (*sic*), no sentido de que gradualmente elas se acumulariam em direção a uma completa reestruturação da sociedade [...]. Para realizar a “revolução social” (*sic*) [...] é preciso seguir o caminho das reformas. Estas são tidas como cumulativas e irreversíveis: não há nada de estranho no argumento de Jaurès, de que “precisamente por ser um partido da revolução [...] o Partido Socialista é o mais ativamente reformista”. Quanto mais reformas, quanto mais rapidamente introduzidas, mais próxima estaria a revolução social, e mais depressa o navio socialista navegaria para o novo mundo [...]. A “revolução social” (*sic*) antevista pelos socialdemocratas fazia-se necessária porque o capitalismo era irracional e injusto. E a causa fundamental dessa ineficiência e injustiça residia na propriedade privada dos meios de produção. (PRZEWORSKI, 1989, p. 45-47).

Trata-se de um ponto no qual o marxismo-leninismo e o marxismo eurocomunista se tocam — muito citado nas resoluções do PCB de 1976 a 1979: a de que haveria uma crise no capitalismo, uma crise econômica e moral, ou seja, o capitalismo caminharia para sua crise final. Entretanto, embora reconhecessem a existência dessa crise, as condições para uma resposta hegemônica das classes trabalhadoras não estariam amadurecidas. Entretanto, se por um lado Luiz Sérgio N. Henriques compartilhava da interpretação do capitalismo agonizante, do outro divergia da tese leninista do imperialismo como estágio final do capitalismo que

⁹⁶ HENRIQUES, 1980, p. 6.

marcaria a desintegração do capitalismo e a transição para o socialismo. Para os renovadores, não era hora de transição para o socialismo. Pelo risco de retrocesso autoritário, o momento político-social apontava para a consolidação da democracia política. Evitava, contudo, incorrer na visão etapista tão presente na histórica do PCB. A democracia não teria um caráter etapista: primeiro a chamada “democracia burguesa”⁹⁷ e, depois, a etapa posterior pela luta pelo socialismo. Para os renovadores, entre a democracia e o socialismo, haveria vínculos intrínsecos que haviam sido negligenciados ou esquecidos até aqueles dias.

Luiz Sérgio N. Henriques assevera que, nesses termos, desapareceriam os problemas imputados à estratégia do PCB. O vínculo entre democracia e socialismo esterilizaria a polêmica levantada pelos esquerdistas sobre a transição para o socialismo: via armada ou pacífica. Segundo Henriques, teria passado da hora de abandonar o mito da insurreição armada ou de uma explosão revolucionária. Esquerdistas deveriam aprender que as condições para a ação não obedeciam a um modelo pronto: a realidade brasileira determinaria como os comunistas deveriam agir. Caberia um confronto crítico às antigas ideias para superar o que seria o nível miseravelmente pobre “[...] das acusações e preconceitos ‘fundamentados’ na surrada cantiga do reformismo, da traição e da conciliação”.⁹⁸

Textos, como os analisados acima, são indícios da inquietação que ideias trazidas em suas linhas levavam à base e ao Comitê Central. Implícita ou explicitamente, sobressaíam as diferenças entre a linha política oficial do PCB e a linha política que os renovadores desejavam imprimir. A tensão teria aumentado quando da publicação do texto de Ivan Ribeiro,⁹⁹ que evidencia as diferenças entre a posição política do Comitê Central e a dos renovadores. Como explicitaria em dezembro de 1981, o Comitê Central apoiava integralmente as ações repressivas soviéticas levadas a cabo contra a organização sindical Solidariedade, na Polônia, classificadas como sabotagens a antissocialistas. Os dirigentes do PCB apoiavam “[...] a ação do Partido Operário Unificado Polonês, do Governo da Polônia e de suas Forças Armadas”.

Acreditam na política de renovação que vem sendo adotada e na capacidade do povo polonês de superar suas próprias dificuldades e têm certeza de que isto não se subverter as instituições polonesas, pode alcançar mediante concessão as forças reacionárias e antissocialistas. Conclamam todos os seus camaradas e os democratas, os defensores da paz mundial e da política de distensão a não se deixarem instrumentalizar pelas forças do anticomunismo e do antissovietismo. Os comunistas não faltarão com sua solidariedade à Polônia socialista e confiam no seu futuro. Quem não tem futuro na Polônia é o imperialismo, é a contrarrevolução.¹⁰⁰

⁹⁷ HENRIQUES, 1980, p. 6.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ RIBEIRO, Ivan. Polônia: socialismo sai fortalecido com acordo. *Voz da Unidade*, São Paulo, 12 a 19 set. 1980. Internacional, p. 14. Semanal.

¹⁰⁰ Polônia: sem futuro a contrarrevolução. *Voz da Unidade*, São Paulo 18 a 15 dez. 1981. Capa, p. 1. Semanal.

Provavelmente, a publicação deste artigo pode ter sido o início do fim da participação dos renovadores como diretores da *Voz da Unidade*, o sinal de alerta que encaminharia para a retomada progressiva do controle dessa importante zona de incerteza por parte do Comitê Central.

Em seu texto, Ivan Ribeiro faz uma alusão positiva em relação aos acontecimentos que teriam ocorrido na Polônia, afirmando que o conjunto das forças que lutavam pelo socialismo e pela democracia em todo o mundo, mas sobretudo os comunistas, deveria compreender o significado e as lições daqueles acontecimentos. Ao invés de condenar as ações da organização sindical Solidariedade, Ivan Ribeiro classificou-as como um marco histórico na construção do socialismo:

[...] o governo e o partido partiram do reconhecimento do caráter objetivo e justo das reivindicações da classe operária não classificando nunca a ação como originária de inimigos do socialismo. Houve diálogo. Não houve intervenção externa. E chegou-se a um acordo, incluindo pontos de muita importância, como, no caso, a organização dos sindicatos autônomos.¹⁰¹

Segundo Hobsbawm (2005, p. 387 e 388), a crise polonesa teria sido um sinal claro da falência econômica do socialismo realmente existente. Embora a economia polonesa ainda apresentasse uma taxa de crescimento de 2% ao ano, isso teria sido insuficiente para manter estável a qualidade de vida, bastante deteriorada, dos cidadãos poloneses. Na esperança de fazer a economia voltar a níveis mais altos de crescimento e ganhar tempo, a Polônia recorrera a empréstimos internacionais. Entretanto, como a deterioração econômica avançava, o Partido Operário Unitário Polonês teria sido pressionado por reformas no sistema econômico e no planejamento central do tipo soviético. No mesmo contexto, as economias capitalistas desenvolvidas cresceram e floresceram, ampliando o fosso entre os dois sistemas.

Para Ivan Ribeiro, diversamente dos trágicos desfechos ocorridos na Hungria (1956) e na Tchecoslováquia (1968), que haviam deixado cicatrizes indecorosas a nível mundial, a crise na Polônia teria sido resolvida de forma construtiva e contribuído com lições positivas para o movimento socialista mundial. Até aqui não haveria nenhuma surpresa nas posições de Ivan Ribeiro, afinal, a tese eurocomunista negava a validade universal da experiência soviética de construção do socialismo e as ideias de Estado-guia a partido-guia (MONDAINI, 2011, p. 156). Elogiar ou tomar como positiva a ação política da organização sindical Solidariedade significava divergir da posição oficial do PCB, francamente pró soviética, em relação um movimento abertamente antisoviético. (HOBSBAWM, 2005, p. 387).

¹⁰¹ RIBEIRO, 1980, p. 14.

Para Ribeiro, era o caso de acompanhar se o acordo alcançado pelos operários poloneses seria ou não cumprido e se as causas da crise poderiam ou não ser superadas. Reconhecia que as metas assumidas tinham sido complexas e difíceis, entretanto, as manifestações do novo governante polonês, Wojciech Jaruzelski, teriam confirmado que o acordo seria cumprido e teria reconhecido o governo como culpado pela crise, já que os erros na política de investimento e na agricultura teriam afundado a economia. O positivo naquilo tudo teria sido a participação popular e a utilização de canais democráticos para a resolução dos problemas. Ficava a lição: somente com a participação do partido comunista, de outras organizações políticas, de sindicatos e demais entidades da sociedade civil, fazendo circular entre o povo os problemas, os erros, os acertos e as dificuldades, seria construído o caminho para o socialismo. Somente com a participação popular haveria a solução dos problemas do socialismo.

Textos como os de Ivan Ribeiro teriam, presumivelmente, implicado celeridade ao processo de assunção do controle da *Voz da Unidade* pelo Comitê Central, dado que a imprensa oficial do partido imputaria um verniz legitimador a posições que se chocavam frontalmente com a posição oficial do PCB, não bastando a ação fragmentadora da base que conferia certo grau de legitimidade às acusações de Luiz Carlos Prestes de que o PCB teria uma política antissoviética.

O peso da crise Prestes teria sido o fator principal para o Comitê Central não ter afastado o grupo de Armênio Guedes da direção da *Voz da Unidade*: não haveria a possibilidade da abertura de um segundo flanco até que a crise com Prestes fosse controlada. Portanto, de um lado, foi tolerada por algum tempo a publicação de textos contrários à posição política oficial do PCB. Por outro lado, outra provável consequência teria sido o maior delineamento das posições políticas de cada corrente, o que, hipoteticamente, teria gerado subsídios teóricos para a militância escolher qual linha política desejaria adotar.

A unidade protocolar, entretanto, não eliminou os problemas que os textos da *Voz da Unidade* causavam. Tanto que, na edição de 13 a 19 de fevereiro de 1981¹⁰², cinco meses antes da saída dos renovadores da *Voz da Unidade*, foi publicado um texto elaborado por pelo menos seis integrantes da corrente renovadora: Marco Aurélio Nogueira, David Capistrano Filho, Ruth Tegon, Cláudio Guedes, Pedro Célio e Reinaldo Belintani. O título do artigo era sugestivo “Que tipo de imprensa unifica e serve à política dos comunistas?” Os editores acreditavam que a discussão franca e fraternal teria sido a condição essencial que teria levado à consolidação da *Voz da Unidade* como um jornal que espelhava os interesses dos comunistas, que teriam

¹⁰² NOGUEIRA, Marco Aurélio, et al. Que tipo de imprensa unifica e serve à política dos comunistas? *Voz da Unidade*, São Paulo 13 a 19 fev. 1981. Imprensa, p. 8. Semanal.

encontrado um espaço para a construção de uma alternativa democrática na sociedade brasileira.

O texto é mesclado com menções laudatórias à iniciativa da criação da *Voz da Unidade*, que completava um ano de circulação. O êxito do semanário provara o equívoco daqueles que “[...] diziam que não havia condições para publicar, no Brasil, um jornal dos comunistas, devem rever suas profecias — entre eles o camarada Prestes”.¹⁰³ Mas, isso não significava ausência de dificuldades:

Vendemos pouco, temos poucos assinantes. Sofremos os problemas comuns a toda a imprensa “nanica”, particularmente as sequelas aos atentados contra as bancas de jornais, o retraimento de distribuidores e jornaleiros. Mas preciso destacar o principal: e o principal é que resistimos, circulamos nacionalmente, e temos todas as condições para avançar daqui para frente.¹⁰⁴

Mas um aspecto do jornal era necessário destacar:

[...] sua característica de semanário destinado aos ativistas do movimento democrático, operário de massas, e não a ficção vulgarmente chamada “o leitor médio”. Disso decorre que a *Voz*, preocupada com a elevação do nível de compreensão (e portanto de intervenção prática) (*sic*) desses ativistas, devia ajudá-los a “ajuizar de modo sistemático e cotidiano todos os aspectos de nossa vida política, todas as tentativas de protesto e de luta das distintas classes e pelos mais diversos motivos” (Lenin Prologo do Que Fazer?) (*sic*).¹⁰⁵

Do mesmo modo como em outras ocasiões, mais uma vez mostrou-se a necessidade de defender o estilo do jornal, enaltecendo ser um semanário voltado aos ativistas do movimento democrático, ao movimento operário e não “a ficção vulgarmente chamada ‘o leitor médio’”.¹⁰⁶ Segundo os autores, teria sido inspirada nas orientações de Lênin a construção do modelo editorial da *Voz da Unidade*, preocupado

[...] com a elevação do nível de compreensão (e, portanto, de intervenção prática) (*sic*) desses ativistas, devia ajudá-los a “ajuizar de modo sistemático e cotidiano todos os aspectos de nossa vida política, todas as tentativas de protesto e de luta das distintas classes e pelos mais diversos motivos” (Lenin Prologo do Que Fazer?) (*sic*).¹⁰⁷

O pensamento acima fora dirigido às críticas de que o jornal havia sido até ali literário e teórico demais. Os autores repudiavam as críticas afirmando que, conforme Lênin:

[...] desejaríamos destacar especialmente nossa oposição a um plano que pretende que o periódico operário inclua em suas páginas, exclusivamente, aquilo que de maneira imediata e direta diz respeito ao movimento operário espontâneo, deixando tudo o que se relaciona com a teoria do socialismo, com a ciência, com a política, com os problemas de organização do partido, etc., ao órgão destinado aos intelectuais. Pelo contrário, é indispensável unir todos os fatos concretos e todas as manifestações do

¹⁰³ NOGUEIRA, 1981, p. 8.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ *Ibidem*.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

movimento operário com os problemas citados; é indispensável aclarar, através da teoria, cada fato particular (...) (sic)” (“Projeto de declaração da redação de Iskra e Zariá”, publicada em Temas n.º 5) (sic).¹⁰⁸

Segundo os autores, portanto, a *Voz da Unidade* seguiria um método leninista, em que a informação deveria ser comentada, analisada e discutida para se diferenciar do que seria a ficção burguesa da chamada informação pura, neutra ou objetiva. Os leitores que almejassem notícias curtas, com o uso de manchetes berrantes e letras bem grandes, que procurassem em outros semanários, pois a *Voz da Unidade* não teria sido criada para esse objetivo.

Os autores também discordavam das acusações de que o jornal não orientaria os comunistas ao abrir suas páginas para apresentação de ideias e opiniões polêmicas. Mais uma vez Lênin foi evocado para defender e legitimar a linha editorial da *Voz da Unidade*, como um editorial que seguiria a tradição do movimento comunista:

[...] tampouco nos ocorre negar as divergências existentes, nem dissimulá-las ou confundi-las. Pelo contrário, queremos que nossos órgãos sejam órgãos de discussão de todos os problemas para todos os socialdemocratas russos que tenham pontos de vista dos mais diversos matizes. Não só não rechaçamos a polêmica entre camaradas nas páginas de nossos órgãos como, ao contrário, estamos dispostos a dar-lhes o maior espaço. É de desejar, mais ainda, é indispensável, uma polêmica franca diante de todos os socialdemocratas russos e diante de todos os operários conscientes, para elucidar a verdadeira profundidade das divergências existentes, para discutir os problemas em litígio em todos os seus aspectos, para lutar contra os extremismos em que inevitavelmente caem os representantes de diferentes opiniões, de diferentes regiões, ou de diferentes “profissões” do movimento revolucionário. Consideramos como uma das lacunas do movimento atual, a ausência de uma polêmica franca entre os pontos de vista notoriamente divergentes, isto é, o esforço para dissimular os desacordos no tocante a questões essenciais.¹⁰⁹

Diversamente, portanto, do que as acusações diziam, o jornal não estaria dificultando o debate sobre os temas controversos, não escondia a inexistência de diferenças ou de unanimidade. Quanto à linguagem do jornal, assunto constante nas reuniões para as quais os editores foram chamados a comparecer, os editores já haviam introduzido modificações, mas não haveriam de se submeter à proposta descabida de rebaixamento da linguagem. Não seria porque a ação das classes dominantes havia reduzido a linguagem do povo a embrutecimento que o jornal haveria de se embrutecer:

[...] ajudar a educar, a elevar o entendimento dos que lidam diretamente com as grandes massas do povo, exatamente para interessar aquelas camadas, hoje leitoras—apenas dos escândalos que alimentam a “imprensa marrom”, em outro tipo de problemas. Pode-se, em tese, pensar num jornal “formalmente escandaloso” que veicule ideias avançadas. Mas esse não é, simplesmente, o projeto da **Voz**.¹¹⁰

¹⁰⁸ NOGUEIRA, 1981, p. 8.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ *Ibidem*.

Entretanto, nas entrelinhas de toda essa polêmica estavam as teses eurocomunistas introduzidas em textos de linguagem sofisticada de forma a mascarar as contradições com o marxismo-leninismo. Não à toa a larga utilização de Lênin, afinal, ao utilizá-lo, os autores pretendiam delinear a afinidade do jornal ao marxismo sem negar abertamente a linha política marxista-leninista do PCB. Tanto que autores concluem escrevendo que, se recorreram a Lênin em demasia, o fizeram para deixar claro que não estavam propondo nenhuma heresia, mas para mostrar que suas ideias encontravam amparo na mais indiscutida tradição do movimento operário revolucionário.

Apesar de todo o esforço dos editores da *Voz da Unidade* de se mostrarem como continuadores da tradição operário-revolucionária, à medida que a crise Prestes arrefecia, mais o Comitê Central alongava seus braços para retomar o controle do jornal para estancar a sangria provocada pela contradição entre as teses eurocomunistas e marxistas-leninistas. O ponto de saturação ocorreria na edição de 24 a 31 de julho e 1981, momento em que a *Voz da Unidade* veria a saída de corpo editorial,¹¹¹ permanecendo apenas Henrique Cordeiro como diretor responsável. Em resposta à saída em massa dos membros do conselho editorial, a administração da *Voz da Unidade* publicaria uma nota da edição n.º 67, de 1 a 7 de agosto de 1981, explicando que:

No decorrer da última semana os jornais publicaram várias notas e entrevistas envolvendo a **Voz da Unidade**. Com o fim de esclarecer os leitores, esclarecemos algumas questões. O companheiro Gildo Marçal Brandão, durante a edição do nº 63 do nosso jornal, apresentou pedido de demissão das funções que exercia junto a este Conselho e à redação. Em suas razões, declarou vir encontrando dificuldades, opostas por outros membros da redação, a seus esforços para implementar o projeto (que nos propusera e que aprováramos por unanimidade, em suas linhas gerais) de adequação do jornal às resoluções que adotamos em março. Mas asseverou que manteria sua colaboração. Quinze dias depois, outros colaboradores de nossa sucursal no Rio também declinaram de sua responsabilidade pela mesma e por um único motivo: dificuldades em seu relacionamento com amigos e leitores da antiga Guanabara. De qualquer modo, alguns, desses companheiros asseguraram que manteriam sua colaboração através de artigos e matérias, se solicitados. No dia seguinte, segunda-feira, 20 de julho, durante a reunião deste Conselho, dois outros companheiros pediram seu desligamento do mesmo, bem como do Conselho Editorial do jornal. E foram acompanhados por outro companheiro que colaborava na redação. Conforme declararam, o motivo central de sua decisão residia numa profunda divergência quanto aos métodos de trabalho imperantes na redação — e que seriam da responsabilidade de um dos integrantes do Conselho de Administração — e à concepção do que deve

¹¹¹ Até a edição n.º 65, de 17 a 23 de julho de 1981, o corpo editorial do jornal era composto por: **DIRETOR RESPONSÁVEL**: Henrique Cordeiro. **CONSELHO DE DIREÇÃO**: Lindolfo Silva, Teodoro Mello. **EDITOR**: Gildo Marçal Brandão. **SECRETÁRIA DE REDAÇÃO**: Ruth Tegon. **CONSELHO EDITORIAL: São Paulo**: Antonio Gaspar. Armênio Guedes. Cláudio Guedes, David Capistrano Filho. Emílio Bonfante Demari, Francisco Almeida. Leny Lainetti, Luiz Arturo Obojes, Marco A. Coelho Filho, Marco Aurélio Nogueira, Marco Damiani, Marco Moro, Nilton Horita, Pedro Célio, Rachel Soares, Reinaldo Belintani. S. Ramos. **Rio**: Agenor de Andrade, Carlos Alberto Lopes. Carlos Nelson Coutinho, Ivan Ribeiro, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna, Mauro Malin, Nemésio Salles, Rogério Marques Gomes, Sylvia Moretzsohn, Teresa Ottoni.

ser o jornal. Os companheiros acrescentaram uma série de afirmativas quanto aos referidos métodos, que julgamos sem base nos fatos, e declararam que a **Voz da Unidade, a partir do nº 55 (sic)**, e mais acentuadamente do **nº 61 (sic)** descaracterizara-se e passara a claudicar no terreno político. De qualquer modo, afirmaram que prosseguiriam prestando todo o apoio ao jornal, em suas respectivas áreas de atividade. Todos os companheiros que se demitiram tiveram sempre a mais ampla possibilidade de discutir democraticamente seus pontos de vista na redação, neste Conselho ou junto a ele. Por outro lado, todas as resoluções que adotamos para cumprir nossas atribuições desde março até o dia 20 último, o foram por unanimidade e consenso, e contaram com o apoio também explícito dos diversos integrantes da redação. Prestados esses esclarecimentos, asseguramos aos nossos leitores que prosseguiremos na aplicação das resoluções que adotamos em março deste ano, e que tiveram por único objetivo assegurar cumprimento do projeto e do ideário da Voz da Unidade, já proclamados em seu primeiro editorial.¹¹²

Entretanto, o que estaria por detrás da suposta adequação a todas as resoluções aceitas unanimemente no dia 20 março de 1981 seria a retomada do controle editorial do jornal pelo Comitê Central. Sem ter mais como dissimular a crise entre as coalizões, o CC, na edição de nº 169 de 1983 da *Voz da Unidade*,¹¹³ se vê obrigado a tomar medidas devido à quebra da disciplina partidária e ao desrespeito ao centralismo democrático, ocasionados pela publicação do documento “Chegou a hora da Verdade”, publicado pelo CEDC/SP.¹¹⁴ Acreditamos que, na esteira das fontes apresentadas nesta investigação, a ruptura causada pela publicação do documento supracitado está intrinsecamente relacionada à obstrução da divulgação das ideias e estratégia eurocomunista pela tomada do controle do jornal *Voz da Unidade* pela maioria do Comitê Central (PRESTES, 2015, p. 553) o que, consequentemente, levou à saída dos renovadores da edição da *Voz da Unidade*. O ato derradeiro de estrangulamento das pretensões da coalizão renovadora teria sido a derrota nos debates preparatórios e a não inclusão de suas teses na pauta do VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro que se realizaria entre dezembro de 1983 e fevereiro de 1984. Derrotados e sem contar com meios oficiais para continuar na disputa pelo controle do partido, não teria restado à coalização renovadora outra opção a não a ruptura pública com o Comitê Central.

Assim, o desencadeamento da crise de 1981, que levou à saída dos renovadores da edição da *Voz da Unidade*, teve seu término em setembro 1983, quando foi tornado público o descumprimento da disciplina partidária pela publicação de “Chegou a hora da Verdade”. Tanto que o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma matéria em que expôs a destituição pelo Comitê Central de onze dirigentes do Coletivo Estadual de São Paulo, decisão que levou ao rompimento

¹¹² O que se passa na Voz. *Voz da Unidade*, São Paulo, 1 a 7 agosto, 1981. Geral, p. 2. Semanal.

¹¹³ Chegou a hora da verdade (Nota do Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas de São Paulo). **Voz da Unidade**. São Paulo 9 a 15 set. 1983, p. 6. Semanal.

¹¹⁴ Coletivo Estadual dos Dirigentes Comunistas: nomenclatura que substituiu a nomenclatura Comitê Estadual de São Paulo.

do Coletivo de Intelectuais do Rio de Janeiro, entre eles Armênio Guedes, ex-membro da Executiva Nacional do PCB:

Seis dirigentes do Coletivo Estadual dos Dirigentes Comunistas, destituídos pela cúpula nacional do PCB (o Coletivo Nacional) por divergirem da linha política da cúpula comunista, declararam-se ontem dispostos a resistir ao ato de cassação de seus mandatos, para os quais foram escolhidos em março do ano passado. Essa disposição foi manifestada, ontem, em entrevista imprensa dada pelo grupo. Resumindo o pensamento dos punidos, o médico Davi Capistrano Neto foi taxativo: “O Coletivo Estadual não aceita a decisão do residual do Coletivo Nacional, não aceita esta cassação e está certo de que a ampla maioria dos comunistas de São Paulo manterá sua confiança no Coletivo eleito no ano passado. Vamos ignorar essa decisão. O Coletivo Estadual continuará funcionando pela sua maioria”. Fontes da própria direção nacional do clandestino PCB confirmaram a decisão de punição de onze dissidentes de São Paulo, mas se negam a informar os nomes dos punidos. Seis deles, porém, já sabem da decisão: Davi Capistrano Filho, João Guilherme Vargas Neto, Marco Moro, Marco Aurélio Nogueira, Newton Cândido e Ubiratã Paula Santos, que concederam entrevista à imprensa ontem, numa lanchonete do bairro da Consolação. Eles disseram não ter elementos para revelar os demais nomes, sugerindo aos jornalistas que procurassem o Coletivo Nacional. Régis Frati, membro deste órgão, recusou-se a dar os nomes dos outros cinco dissidentes destituídos, alegando que vários deles estão revendo sua posição e que seria “injusto” expô-los. O que ainda não está claro é se a dissidência paulista do PCB reúne ou não a maioria dos membros do Coletivo Estadual, em vista da dificuldade de acesso dos jornalistas às informações dos militantes comunistas.¹¹⁵

Como justificativas para o rompimento com o Comitê Central, foram apresentadas:

[...] iniciativas desprovidas de bom senso [...] do CNDC ou o que restou após os assassinatos de dirigentes [que] busca desesperadamente uma legitimidade no coletivo que lhe escapa das mãos. [...] Não reconhecemos legitimidade das manobras da direção residual dos comunistas e constatamos que sua orientação conduz a um distanciamento do nosso movimento em relação aos trabalhadores, aos intelectuais, à ação política cotidiana. Não participaremos de qualquer processo que seja precipitado, pouco compatível com a gravidade da atual situação política e esvaziado de força e legitimidade, podendo ser transformado ou em um evento destinado a provocações ou amesquinhar por conflitos e confrontos exacerbatórios (*sic*), abastardado por um acerto de contas negativo.¹¹⁶

Entretanto, apesar do que o documento “Chegou a hora da Verdade” faz entender, não teriam sido apenas as iniciativas desprovidas de bom senso do Comitê Central que teriam levado à ruptura; sugerimos que a ruptura fora ocasionada pela derrota da linha política que a coalizão renovadora pretendia imprimir ao PCB. Como a coalizão pragmática havia conseguido o poder majoritário do PCB, não teria restado qualquer alternativa de incluir as propostas da linha política dos renovadores, deixando como última alternativa atacar a legitimidade do Comitê Central, assim como Luiz Carlos Prestes fizera. Tanto que não pudemos deixar de notar algumas semelhanças com a estratégia de Prestes, em “Cartas ao Comunista”, em deslegitimar o Comitê Central como forma de enfraquecer o órgão perante os quadros:

¹¹⁵ Punidos do PC querem resistir. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 set. 1983. Política, p. 4. Diário.

¹¹⁶ *Idem*, 1983, p. 6.

A crise que atravessa o PCB expressa-se também na falência de sua direção. [...] Não foi a direção do PCB capaz nem ao menos de cumprir o preceito elementar de separar com o necessário rigor a atividade legal da ilegal. [...] Ao mesmo tempo, graves acontecimentos tiveram lugar na direção do PCB, que, devido à situação de clandestinidade em que nos encontramos, estou impossibilitado de revelar de público. Tais circunstâncias estão sendo utilizadas pela atual direção do PCB para desencadear uma onda de boatos e calúnias e para, numa tentativa desesperada de se manter no poder e conservar o status-quo, ocultar a verdade da maioria dos companheiros. Assim, vem sendo levantada a bandeira da unidade do PCB para na realidade encobrir uma atividade divisionista e de simples acobertamento de graves fatos ocorridos na direção. Na verdade, uma real unidade em torno de objetivos politicamente claros e definidos inexiste há muito tempo. Nessas condições, sinto-me no dever de alertar os comunistas para a real situação da atual direção do PCB: uma direção que não funciona como tal e não é capaz de exercer o papel para o qual foi eleita, um Comitê Central em que não é exercido o princípio da direção coletiva – caracterizado pela planificação e o controle das resoluções tomadas pela maioria —, no qual reina a indisciplina e a confusão, em que cada dirigente se julga no direito de fazer o que entende. Na prática, inexiste uma direção do PCB.¹¹⁷

Portanto, assim como fora para Prestes, após ser bloqueado pela infantaria da coalizão pragmática, não teria restado à coalizão renovadora outra opção a não ser atacar o órgão de representação máxima do PCB, alcunhando-o de ilegítimo e incapaz de conduzir o partido em meio às transformações político-sociais no período de transição do regime ditatorial para um regime democrático. Enquanto, para Prestes, o Comitê Central havia enveredado para a estratégia reformista, denunciando seus membros:

O oportunismo, o carreirismo e compadrismo, a falta de uma justa política de quadros, a falta de princípios e a total ausência de democracia interna no funcionamento da direção, os métodos errados de condução da luta interna, que é transformada em encarniçada luta pessoal, em que as intrigas e calúnias passam a ser prática corrente da vida partidária.[...] Incapaz de “cumprir o papel revolucionário de dirigir a classe operária e as massas trabalhadoras rumo ao socialismo”.¹¹⁸

Entretanto, como descrevemos anteriormente, a coalizão pragmática já havia amarrado as pontas soltas da organização quando conseguiu o apoio dos Comitês Estaduais no retorno do exílio. Portanto, sugerimos que o documento “Chegou a hora da verdade” representaria os momentos finais de crise iniciada em 1975, quando três caminhos haviam ficado demarcados para o PCB. Daí a cartada de pôr em xeque a capacidade de condução do Comitê Central ao referenciar seus membros como mesquinhos e revanchistas:

[...] uma contraposição mecânica e oportunista entre legalidade e legitimidade. Isto no conjunto do coletivo e externamente. O CNDC (*sic*) — ou o que restou após os assassinatos de dirigentes pelo sistema terrorista repressivo e o alijamento de camaradas responsáveis — busca desesperadamente uma legitimidade no coletivo que lhe escapa das mãos, e com isto inflige sérios danos à nossa legitimidade na sociedade, desligando-nos das correntes profundas do movimento social. Procurando enfrentar nossas diversas dificuldades como se tratasse de um acerto de contas no coletivo e, mesmo, marchando para esse acerto de contas com uma arraigada mentalidade

¹¹⁷ PRESTES, Luiz Carlos. Carta aos Comunistas. In: CARONE, Edgard. **O PCB (1964 – 1982)**. Vol. III. São Paulo: Difel. 1982, p. 319-330.

¹¹⁸ *Idem*, 1982.

grupista, busca confirmar-se em uma falaz luta pela legalidade que nos rouba credibilidade e nem por isto garante o fim almejado. Em alguns momentos não vacila sequer em violar grosseiramente nossa legalidade normativa.¹¹⁹

No contexto das acusações estava inserida a busca de alianças com todos os espectros políticos por parte do Comitê Central para agilizar a legalização do PCB. Para a coalizão renovadora, no entanto, o CC havia abandonado a estratégia de manter a unidade em torno do PMDB, que havia sido defendida na Resolução Política de 1977:

Na grave conjuntura do país, não nos dá legitimidade uma série de ações de cúpula desligadas da luta real dos partidos políticos e das massas. Não nos dá legitimidade associarmo-nos às impensadas ações adesistas de pequenos grupos ávidos de espaço político (como, por exemplo, o MR-8) ou valorizarmos positivamente acertos e acordo em detrimento do interesse dos trabalhadores, destinados aliás à vida curta (vide acordo PDS-PTB). Nossa empenho político de unidade, de negociação, não pode ser separado do empenho de luta. A busca de negociação é uma luta, às vezes tão ou mais árdua que as lutas de confrontação. No que diz respeito aos interesses dos trabalhadores e do movimento de massas, a completa ausência de visão autocrítica do CNDC tem levado a que objetivos mesquinhos e a bazófia partidária nos atrelem a uma dinâmica de paralisia e divisão, produzindo revoltas estonteantes.¹²⁰

Ao que o Comitê Central refuta a acusação, afirmando que faltaria, aos renovadores, uma visão mais apurada do desenrolar dos acontecimentos políticos, pois estes não teriam percebido as mudanças do cenário político nacional, mas teriam ficado presos ao formalismo:

De acordo com tão estapafúrdio raciocínio, não se colocaria, pois, em nosso país, como uma das questões nodais da luta democrática, a questão da legalidade jurídica para um partido dos comunistas. Os autores do documento, intencionalmente, confundem a "legitimidade" da ação comunista com a questão da legalidade. Não é por acaso que, em nenhum momento, o seu texto não reclama explicitamente a legalidade jurídica para o PCB. E esta é a **questão central** (*sic*) de qualquer transição efetivamente consequente à democracia. A argumentação dos autores do documento é falsa e oportunista. Para eles, a campanha pelo nosso registro é "falaz", "nos rouba credibilidade" e "desliga" a nossa legitimidade das "correntes profundas do movimento social". A falsidade destas afirmações é evidente: elas se chocam com a realidade. As iniciativas do CNDC, neste terreno, cobriram-se de êxito, ampliaram a nossa respeitabilidade e introduziram, institucionalmente, com sua identidade própria, o interlocutor comunista na vida político-partidária brasileira. Exatamente isto desespera os autores do documento. E tolo é o "argumento" do "roubo" da credibilidade examinem-se as várias expressões de agências da sociedade civil, de partidos políticos e personalidades da vida pública. A campanha pelo registro do PCB somente vem ampliando os espaços de "legitimidade" e de "legalidade" da ação política dos comunistas na sociedade brasileira, inclusive na classe operária. No que respeita à opinião pública, indicadores desta ampliação são visíveis em recentes pesquisas promovidas pelo diário Folha de S. Paulo (edições de 21/8 e 4/9/83). Mas, sobretudo, a campanha vem sendo um instrumento eficaz no relacionamento dos comunistas com a sociedade e com o conjunto das forças políticas, na articulação e na afirmação de suas propostas e na unificação da frente democrática.¹²¹

¹¹⁹ Punidos do PC querem...., 1983, p. 6.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Idem*, 1983, p. 4.

A matéria da *Folha de São Paulo*, que consta na citação, descreve o descenso do PMDB em São Paulo e a perda de quase a metade de seus eleitores. De acordo com a pesquisa, se as eleições para o governo de São Paulo fossem realizadas naquele ano (1983), “[...] apenas 51,3% dos paulistanos que levaram Montoro ao poder votariam outra vez em seu partido”.¹²² Para o Comitê Central, a informação trazida pela pesquisa publicada na *Folha de São Paulo* seria indicativo forte de que o PCB precisava ampliar suas alianças para manter a inserção do partido na arena política nacional, agilizar sua legalização e, inversamente das acusações do CEDC/SP, manter viável a inserção do PCB na luta real dos partidos políticos e das massas. Entretanto, a nova conduta do CC seria mais um golpe na posição dos renovadores que defendiam que o MDB (PMDB) permaneceria o elemento articulador por excelência no processo de transição democrática. Entretanto, apesar de não negar a importância do PMDB, o Comitê Central se dizia atento às mudanças do cenário político e que, portanto, a manutenção de uma articulação orgânica do conjunto das forças democráticas não poderia dar exclusividade ao PMDB, mas sim, ampliar o leque de alianças de maneira que, contrariamente do que o acusavam, pudessem garantir o caminho para que as massas ocupassem o centro do processo político da transição e o partido alcançasse a sua legalização.

Além da falta de legitimidade, o Comitê Central teria levado o partido aos mais diversos descaminhos na condução das lutas das massas e dos seus movimentos. O exemplo maior teria sido a posição cega e relativista que o CC teria assumido em relação à Conferência Nacional da Classe trabalhadora (CONCLAT), convocada pelos sindicalistas de São Bernardo do Campo para novembro de 1983. Segundo os renovadores, o Comitê Central teria impulsionado

Um processo de CONCLAT, errado em suas entranhas e resolvendo-se perversamente em uma criseção divisionista; no movimento dos estudantes valorizamos uma ação de cúpula, abstendo-nos, em geral, de um trabalho que unificasse o movimento estudantil e a Universidade; no movimento popular de moradores, um CONAM sem nenhuma expressão e enraizamento ocupou nossas preocupações, enquanto outras forças, com orientações errôneas, se implantaram e têm um maior trato com os anseios reivindicatórios e combativos.¹²³

Segundo a réplica do Comitê Central,

Do mesmo modo, são muito grandes as nossas divergências no que toca às formas de luta e de organização do movimento sindical. Em documento de fevereiro deste ano, por exemplo, o **CEDC-SP (sic)**, em relação ao problema da greve geral nacional discutido pelo movimento, declarou: “Acreditamos que nenhuma das propostas de luta deve ser descartada ou contraposta como excludentes”. Ora, não consideramos idêntica a atitude dos sindicalistas que convocaram o “Conlat” de São Bernardo e a daqueles que se recusaram a participar do evento, defendendo a democracia sindical, a autonomia e a não partidarização do movimento, conclamando ao **CONCLAT (sic)**

¹²² PMDB perde quase a metade de seus eleitores. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 4 set. 1983. Política, p. 6. Diário.

¹²³ Punidos do PC querem...., 1983, p. 6.

em novembro. Por isto, não julgamos que nosso papel fosse o de apoiar os “dois”, como entenderam os camaradas do **CEDC-SP** (*sic*): apoiamos, pelo seu caráter abrangente e expressivo, unitário e inclusivo, o evento de novembro próximo. Não estamos, também, interessados em favorecer determinadas lideranças em seu afã de se afirmarem como interlocutores do conjunto do movimento sindical junto ao governo e ao patronato. Nas concretas condições atuais — gerais e sindicais —, a proposta de uma greve geral nacional está fora da realidade do país e não leva em conta os diferentes níveis de luta e organização dos diversos segmentos sindicais. A jornada de 21 de julho comprovou que a bandeira correta foi a de **greves e manifestações** (*sic*) — o que realmente ocorreu no país. A bandeira da greve geral, colocada como o foi, em contraposição a outras formas de manifestação de massa, inibiu a participação no protesto de determinadas categorias, fazendo com que setores com melhores possibilidades de organização e mobilização se descolassem do conjunto, permitindo que alguns fossem golpeados e derrotados.¹²⁴

Segundo o argumento dos renovadores, os descaminhos do Comitê Central seriam consequência do que denominaram de uma fuga para frente, isto é, sem que as propostas fossem referendadas pelos quadros. O Comitê Central teria assumido um comportamento não democrático e arbitrário, cujas decisões teriam sido tomadas à revelia dos comunistas e sem a fundamentação no processo de discussões que havia existido naqueles últimos dois anos. Isso explicaria o motivo de os dirigentes procurarem as lideranças políticas historicamente “inimigas” do partido. Infelizmente, o documento não faz menção de nomes. Como se não fosse o bastante, além da ação à revelia dos quadros, o CC estaria realizando um acerto de conta com a “alternativa e o caminho da vida”.¹²⁵ Também apresentam a queixa de que:

Um promissor processo de renovação, iniciado antes da anistia, foi bloqueado. A direção residual jamais se conteve no seu afã de nos prejudicar, mesmo quando isso prejudicava a ação dos comunistas e seus interesses maiores. Comemoramos o 64º aniversário da Revolução de Outubro e mesquinhos raciocínios induziram à não participação do representante do **CNDC**; lançamos — sob a ameaça de atos terroristas — um livro sobre nossa atividade em São Paulo, e não contamos com o apoio dessa direção; participamos ativa e destacadamente da campanha eleitoral unitária e sempre nos confrontamos com uma ética estreita e pontilhista (*sic*) que buscava a todo momento flanquear nossa atividade. Na ação sindical, o nosso esforço — no qual cometemos erros, como todos os que fazem algo — tem sido obstaculizado por interesses menores de luta interna, com polêmicas que esvaziavam o essencial e aferravam-se ao formal, ao secundário. Chegou a hora da verdade. À preparação do acerto de contas entre comunistas respondemos com nossa vocação e uma prática unitária.¹²⁶

É aqui, nesse trecho, que nos fica mais transparente a causa que levou à ruptura dos renovadores — o desapontamento de terem o processo de renovação idealizado pelo grupo bloqueado. A essa acusação, o Comitê Central responde que, em nenhum momento do processo, teria sido vetado aos renovadores a apresentação das suas propostas, a questão seria que elas teriam sido derrotadas, portanto:

¹²⁴ *Punidos do PC querem...., 1983, p. 6.*

¹²⁵ *Ibidem.*

¹²⁶ *Idem, 1983, p. 5.*

Seguramente, a “retomada do processo de renovação” é a retomada das práticas e concepções que os companheiros desenvolveram todos estes anos em São Paulo, ligadas ao oportunismo, aqueles que instauraram e tentaram manter na **Voz da Unidade**. Seguramente, é a retomada do arbítrio, do golpismo, das manipulações — que o **CNDC (sic)** sempre discutiu com o **CEDC-SP (sic)**, mas que este sempre se negou a reconhecer como sua prática real, escamoteando e tergiversando as discussões, limitando-as ao seu círculo fechado e jamais informando delas os comunistas de São Paulo. [...] Este cambalacho, capaz de garantir a promoção dos autores do documento ao ápice, a despeito do nenhum apoio que suas ideias receberam no processo de discussão, este cambalacho é proposto aos comunistas por aqueles que doutrinam sobre “renovação”. E que exigem “democracia”. A proposta é debochada. Mas nela se revela a concepção de democracia entre comunistas, tal como a entendem os autores do documento: um recurso para evitar a definitiva consagração da derrota das suas concepções e práticas, para evitar a continuidade do processo de discussão. Eis o que entendem por respeitabilidade. Eis a sua concepção de como se deve constituir um coletivo dirigente — ao arrepio da vontade majoritária dos comunistas. Eis como pretendem empolgar o coletivo dirigente. E eis o que entendem por um coletivo dirigente “não residual”: uma confederação de “chefes” e “chefetes” de correntes e grupos, reunidos por cambalacho à margem dos nossos critérios e princípios, para impor e aplicar a sua plataforma “renovadora”.¹²⁷

Diante do exposto é que as fontes nos sugerem que o documento “Chegou a hora da Verdade” teria dado os contornos finais à disputa identificada a partir da Resolução Política de 1976, em que três correntes buscavam o controle do PCB. Entretanto, a vitória da coalizão pragmática não representou a harmonização entre democracia e marxismo-leninismo. Poderíamos dizer que a vitória da coalizão de Giocondo Dias foi uma “vitória de Pirro”, pois, apesar da derrota dos prestistas e dos renovadores, não encontrariam a solução para a crise que se instalara no PCB. Apesar do controle das zonas de incerteza, o CC não conseguiria, através das teses do VII Congresso de 1984 e das teses do VIII Congresso de 1987, encontrar uma solução para o dilema: como ser um partido, a um só tempo, revolucionário e democrático?

O fim da URSS lançou mais um agravante à conjuntura conturbada daqueles anos, foi o golpe derradeiro do processo que vinha correndo as bases do PCB desde 1975. A queda da URSS forçara a convocação do IX Congresso do Partido Comunista Brasileiro em 1991, no intuito de refletir e traçar uma linha política capaz de recolocar o PCB nos trilhos. Simultaneamente aos esforços do partido para se manter de pé, o PCB observava a consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT) como o maior partido da esquerda, lugar que já havia sido do partido. Como as teses do VII, VIII e IX Congressos foram incapazes de encontrar uma solução para os problemas do partido, foi convocado o X Congresso do Partido Comunista Brasileiro para janeiro de 1992. Sob a liderança de Roberto Freire – eleito no IX Congresso presidente do partido, por uma margem apertada: 53%, contra 36% da chapa “Fomos, somos e seremos comunistas” e 11% da chapa “Política de esquerda pelo novo socialismo” –, o PCB,

¹²⁷ Punidos do PC querem..., 1983, p. 5.

finalmente, conseguiria resolver o dilema, assumindo-se como um partido de orientação socialdemocrata, sob o nome de Partido Popular Socialista (PPS).

5 CONCLUSÃO

A principal questão que mobilizou a investigação que deu suporte à escrita deste trabalho envolveu a questão democrática e sua constituição em base para que o PCB recepcionasse e estivesse aberto, no contexto em apreço, para novos projetos e movimentos em meio à ditadura militar. Compreende-se que tal rearranjo de ideias e forças no interior do partido tanto o encaminhou para sua diversificação e ampliação de horizontes, quanto foi decisivo para sua desestruturação. Ao estudar esse processo nas fontes analisadas, pudemos encontrar três coalizões que buscaram imprimir a sua visão política ao PCB.

A primeira a ser destacada é a coalizão prestista, assim denominada por ser liderada por Luiz Carlos Prestes. Os prestistas apresentavam-se como marxistas-leninistas, contudo, com o passar do tempo, recolheram diferentes influências, sendo uma das mais destacadas a da chamada teoria marxista da dependência, em suas análises e conclusões.

A coalizão renovadora era liderada por Armênio Guedes e contou com a participação marcante de intelectuais do Rio de Janeiro. Tal grupo defendia que o partido devesse superar o marxismo-leninismo oriundo da União Soviética, considerando que essa orientação correspondia a uma experiência histórica específica que não poderia ser transplantada para outros países. Além disso, o marxismo-leninismo guardaria em seu interior um forte vínculo com o autoritarismo, inibindo o marxismo de seu vínculo original com a democracia. O pensamento de Gramsci foi o principal articulador da linha política da coalizão renovadora: os renovadores formularam que a concepção de hegemonia passaria da leninista (dominação) para a gramsciana (consenso), situação na qual a classe operária conquistaria o consentimento da sociedade civil para realizar as reformas estruturantes que conduziriam ao socialismo.

Por último, a coalizão “pragmática” foi liderada por Giocondo Dias. Essa coalizão foi a mais complexa do ponto de vista de sua caracterização, pois subsidiou-se de elementos conceituais e teóricos tanto da coalizão prestista quanto da renovadora. A documentação investigada permite sugerir que pretendiam a manutenção de bases do chamado marxismo-leninismo, procurando conciliá-lo com a defesa de uma democracia política no contexto da transição que marcava o fim da ditadura militar no Brasil. O Brasil teria passado, conforme suas formulações, por um estágio de desenvolvimento capitalista sem libertação nacional, sob o controle de monopólios internacionais. Tal apreciação fundamentava a tese de que a revolução brasileira deveria ser democrático-nacional. Outras apropriações intelectuais do período foram superficiais e pouco consistentes, dado que, ao defender a democracia política de corte liberal, afastavam-se do leninismo, configurando uma ambiguidade conciliatória em algo que se

poderia chamar de “gramsciano-leninista”. O papel do partido seria o de lutar pelo seu reconhecimento e inclusão no campo político, lutando pela ampliação contínua da democracia política como meio para as transformações econômico-sociais estruturantes necessárias para a condução ao socialismo.

Esse amplo arco teórico experimentado pelas coalizões não foi capaz de proporcionar fórmulas que harmonizassem a democracia política com a práxis de um partido revolucionário. Os prestistas defenderam a democracia política como uma instituição a ser superada, tal como se fosse apenas uma etapa para implantar o socialismo. Os renovadores postulavam o rompimento com o marxismo-leninismo, substituindo-o por uma orientação marxista gramsciana. Entretanto, a linha política dos renovadores guardou tantas semelhanças com a estratégia socialdemocrata, que se tornou difícil encontrar sua singularidade.

Quanto à coalizão pragmática, esta adentrou em uma espiral contraditória. Havia a necessidade de acompanhar as mudanças estruturais da sociedade brasileira e reformular a linha política partidária. Contudo, esse grupo esbarrou em questões sensíveis de sua origem e identidade revolucionárias. Durante o período de confronto com as coalizões prestista e renovadora, o grupo pragmático equilibrou-se entre posições consideradas reformistas e aquelas nomeadas como revolucionárias: aceitar a democracia política como instituição a ser mantida em um possível regime socialista ou defender um partido revolucionário orientado pelo materialismo histórico, buscando a superação irrefreável gerada pelas contradições do capitalismo.

Nesse complexo conjunto de fatores, as divisões aprofundaram-se e se tornaram irremediáveis, fragmentando uma identidade partidária que havia sido muito sólida ao longo de décadas. Primeiro houve a ruptura de Luiz Carlos Prestes, depois os renovadores também se afastaram. Isso, de certa forma, caracterizou uma vitória da coalizão pragmática sobre as demais. No entanto, os vitoriosos não encontraram uma solução para a contradição entre democracia e revolução e saíram enfraquecidos da luta interna. Acontecimentos e processos históricos posteriores abalaram ainda mais o partido, em especial a crise definitiva do modelo soviético. Por fim, os remanescentes na agremiação assumiram linhas políticas que convergiram, no geral, para orientações notadamente socialdemocratas, incapazes de encontrar a harmonização entre duas orientações políticas antagônicas.

REFERÊNCIAS

AS 21 CONDIÇÕES DE ADMISSÃO DOS PARTIDOS NA INTERNACIONAL COMUNISTA. Disponível em:

<http://ciml.250x.com/archive/lenin/portuguese/lenin_1920_condicoes_de_admissao_na_internacional_comunista_portuguese.html>. Acesso em: 16 dez. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNSTEIN, 2009, p. 31.

BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 351.

BOBBIO, Norberto *et al.* **O marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

CARONE, E. Entrevista: Luís Carlos Prestes. **Novos Rumos**, São Paulo, n. 33. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.15.v0n33.2179>>. Acesso em: 15 jun. 2022

CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1964 a 1982**. v. 3. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Apolônio. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

COLLIN, Denis. **Compreender Marx**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CORRÊA, Hércules. **A classe operária e o seu partido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CORRÊA, Hércules. **Memórias de um Stalinista**. Rio de Janeiro: Opera Mostra. 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como valor Universal. In: **Encontros com a civilização Brasileira**. v. 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 33-47

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO - DHBB. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 07 mar. 2022.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FALCÃO, João. **Giocondo Dias, a vida de um revolucionário**: meio século de história política do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

FERNANDES, Florestan. Florestan Fernandes: a pessoa e o político. [1980], **Ensaio**, São Paulo, n. 8, p. 9-40, 1980.

FERNANDES, Florestan. Florestan Fernandes: a pessoa e o político. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 3, p. 61-68, jun. 1986. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n03/n03a11.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FILHO. Daniel Aarão Reis. Entre a Reforma e a Revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; FILHO, Daniel Aarão Reis. (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002, p. 69-102.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GOSSWEILER, Kurt. Dimítrov sobre a dissolução da III Internacional. **Etudes marxistes**, n.º 7, 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gossweiler/2005/mes/90.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

GRAMSCI, António. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GUEDES, Armênio. Revista *Socialismo & Democracia*, n.º 6, ano 2, 1985. Entrevista. In: SANTOS, Raimundo. **O marxismo político de Armênio Guedes**. Brasília. Contraponto. 2012, p. 148.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 528 p.

HOXHA, Enver. **O Imperialismo e a Revolução**. ZLibrary. Disponível em: <<https://pt.br1lib.org/book/22360285/4d01d8>>. Acesso em: 09 set. 2022.

KATZ, Cláudio. **A teoria da dependência 50 anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, v. 5, n. 10. 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084>>. Acesso em: 30 maio 2018.

KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LÊNIN, Vladímir Ilitch, 1870-1924. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. Disponível em: <<https://pt.br1lib.org/book/17395262/ea032f>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a Revolução**, 20__ Disponível em: <<http://lutasocialista.com.br/livros/LENIN/LENIN,%20V.%20O%20Estado%20e%20a%20Revolu%20E7%20.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2022. p. 28.

LIMA, Ricardo Rodrigues Alves de. A tendência renovadora do PCB: atuação e programa político (1970-1983). XXVII Simpósio Nacional de História, 27, 22-26 jul., 2013, Natal, RN. **Anais [...]**, Natal, RN, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364932933_ARQUIVO_RicardoRALimaAtendenciarenovadoradoPCB.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

LIMA, Ricardo Rodrigues Alves de. **O PCB vive e atua**: da crise do stalinismo a um novo ciclo de luta clandestina contra a ditadura (1956-1976). 2014. 301 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás (UFG), 2014. Disponível em: <<https://pos.historia.ufg.br/p/15810-teses-de-doutorado-2014>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

LOSADA SIERRA, Manuel. As doutrinas políticas do marxismo-leninismo no século XX. **Revista de relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, Bogotá, v. 7, n. 1, enero/junio 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S190930632012000100005&lng=en&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2021. p. 103.

MACHADO, Luiz Toledo. A Teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 13, n. 35, p. 199-215, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141999000100018>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre. Ed. L&PM Pocket, 2011, p. 23.

MENEZES, Marcus Vinicius Bandeira de. **Estratégias e táticas da revolução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB**. 2002. 391 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Pós-Graduação em Ciências Políticas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2002.229764>>. Acesso em: 15 fev. 2019. p. 340

MIGUEL, Luís Felipe. Mecanismo de exclusão e os limites da democracia liberal. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, ed. 98, v. 33, n. 1, p. 145-161, mar. 2014. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/nec/a/mK3mcw8QCLYYnQqbB9m79jp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MONDAINI, Marco. **Do stalinismo à democracia**: Palmiro Togliatti e a construção da via italiana ao socialismo. Fundação Astrojildo Pereira, Brasília; coedição, Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

MORAES, Dênis de. (Org.). **Prestes com a palavras**: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes**: lutas e autocríticas. Petrópolis. Vozes, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A “indústria” do anticomunismo. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, v. 9, n.º 15, p. 71-91. 2001. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6613>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o 'perigo vermelho'**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOURA, Milce Ferreira. **A questão democrática no Contexto da Crise Orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB)**: 1979-1987. 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/88793>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

NAPOLITANO, Marcos *et al.* (Orgs.). **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 15-39.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Trad. Barbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386 p.

OLIVEIRA, Samuel Antonio Merbach de. **Elemento do materialismo histórico e dialético**. Jundiaí: Paco, 2019.

PACHECO, Eliezer. **A formação das esquerdas no Brasil**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro. Ed. Relume-Dumará. 1995.

PANEBIANÇO, Ângelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PCB: Vinte anos de política – 1958-1979. São Paulo: Lech, 1980.

PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB 1922-1928**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

PERFIL DOS PENSAMENTO BRASILEIRO. Luiz Carlos Prestes, Hélio Silva, Antonio Houaiss... [et al.]. Rio de Janeiro: Correio da Serra, 1988.

PRESTES, Anita Leocádia. A que herança os comunistas devem renunciar? **Revista Oitenta**, n. 2. Porto Alegre: L&PM, 1980, p. 197-223.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes**: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRESTES, Anita Leocádia. Uma intelectual da revolução. In: **Novos Temas**, n.º 7. Ed. Instituto Caio Prado Junior, 2012, p. 29-36.

PRESTES, Luiz Carlos. Cartas aos Brasileiros. In: CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1964 a 1982**. vol. 3. São Paulo. Difel, 1982.

PRESTES, Luiz Carlos. Luiz Carlos Prestes. **Novos Rumos**, São Paulo, n.º 33, 5 de ago. de 2012. Entrevista., p. 34.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Socialdemocracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre a Reforma e a Revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; FILHO. Daniel Aarão Reis. (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2002.

REIS, Dinarco. **A luta de classes no Brasil e o PCB**. vol. 2. 2. ed. Rio de Janeiro. Fundação Dinarco Reis. 2. ed. 2011.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

ROIO, Marco Del. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo. Revan, n. 18, p. 115-132, 2004. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo254artigo192115_mrged.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SANTOS, José Ricardo dos. **CAME**: limites da “integração Socialista” no Século XX. 2006. 100 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13484/1/Ricardo.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

SANTOS, Raimundo. A renovação pecebista dos anos 80. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, SP, ano 6, n. 20, 1991. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.6.v0n20.2090>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SANTOS, Raimundo. **O marxismo político de Armênio Guedes**. Brasília: Contraponto. 2012. p. 148.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2017.

SILVA Marcelo Fontenelle e. Condições sociais de produção e circulação de um “clássico da esquerda”: uma análise de *A Democracia como Valor Universal*, de Carlos Nelson Coutinho. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 53, n. 1, p. 345-383, mar./jun. 2022. p. 355.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.) **O Brasil Republicano IV**. O tempo do regime autoritário [recurso eletrônico]: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SOUZA, Bertone de Oliveira. A teoria do Estado em Marx e Lênin: uma perspectiva histórica. **Revista História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 21, n. 1, p. 240-255, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5335/hdtv.21n.1.10767>>. Acesso em: 22 fev. 2021).

TAFFARELLO, Paulo Moraes. **A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “socialismo real”**. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/88782>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo. Hucitec, 1982.

WILLIAMS, Raymond. **A Política e as Letras**: entrevistas da New Left Review. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da esperança**: cultura, democracia, socialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

FONTES

As 21 condições de admissão dos Partidos na Internacional Comunista. Disponível em: <http://ciml.250x.com/archive/lenin/portuguese/lenin_1920_condicoes_de_admissao_na_internacional_comunista_portuguese.html>. Acesso em: 16 dez. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Militar. **Apelação n.º 42.031.** Apelantes: O Ministério Público Militar da 5^a CJM e outros. Apelada: a sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5^a CJM, de 10 de fevereiro de 1978, no processo n.º 749.

CARONE, Edgard. Entrevista: Luís Carlos Prestes. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, n. 33, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.15.v0n33.2179>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1964 a 1982.** v. III. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Apolônio. **Vale a pena sonhar.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CORRÊA, Hércules. **A classe operária e o seu partido.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CORRÊA, Hércules. **Memórias de um Stalinista.** Rio de Janeiro: Opera Mostra, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como valor Universal. In. **Encontros com a civilização Brasileira**, v. 9. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979

ESTATUTOS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, dezembro de 1967. In. **PCB: vinte anos de política, 1958-1979.** São Paulo: Lech, 1980.

FALCÃO, João. **Giocondo Dias, a vida de um revolucionário:** meio século de história política do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões à luta armada.** São Paulo: Ática, 1987.

GUEDES, Armênio. O socialismo. Entrevista de Armênio Guedes a José Fuchs. In: SANTOS, Raimundo. **O marxismo político de Armênio Guedes.** Brasília: Contraponto. 2012.

GUEDES, Armênio. Revista Socialismo & Democracia, ano 2, n. 6, ano 2, 1985. Entrevista. In. SANTOS, Raimundo. **O marxismo político de Armênio Guedes.** Brasília: Contraponto. 2012.

HOUAISS, Antonio *et al.* **Perfil do pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Correio da Serra, 1988.

INSTITUTO LUIZ CARLOS PRESTES. **Documentos.** Disponível em: <http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=493:2021-04-06-17-32-57&catid=26:documentos&Itemid=146>. Acesso em: 12 jul. 2022.

Jornal do Brasil, 29 jul. 1979. Caderno especial, p. 7. Diário

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 maio 1980, p. 4. Diário.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 03 fev. 1980. Caderno: Política e Governo, p. 8. Diário.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28 out. 1979. Caderno, p. 7. Diário

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, em 29 jul. 1979. Caderno especial, p. 1 – 8. Diário.

KALICHESKI, Daniela. Bandeira contra o Comunismo é colocada no Morro do Corcovado. **O Globo.** Rio de Janeiro, 06 maio de 2018: Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bandeira-contra-comunismo-colocada-no-morro-do-corcovado-22656732>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

MORAES, Dênis de. (Org.). **Prestes com a palavra:** uma seleção das principais entrevistas do líder comunista. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes:** Lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982.

O Globo, Rio de Janeiro, 21 maio 1980. Caderno: O país, p. 4. Diário.

PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos). São Paulo: Lech, 1980.

PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB**, 1922-1928. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

PRESTES, Anita Leocádia. A que herança os comunistas devem renunciar? **Revista Oitenta**, n. 2. Porto Alegre: L&PM, 1980.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes:** um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRESTES, Anita Leocádia. Uma intelectual da revolução. **Novos Temas** – Instituto Caio Prado Junior, n. 7, 2012.

PRESTES, Luiz Carlos. Luiz Carlos Prestes. **Novos Rumos**, São Paulo, n. 33, 5 ago. 2012. Entrevista.

REIS, Dinarco. **A luta de classes no Brasil e o PCB.** v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2011.

RESOLUÇÃO POLÍTICA DO V CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. In: CARONE, Edgard. **O PCB 1943 a 1964.** v. 2. São Paulo: Difel, 1982.

RESOLUÇÃO POLÍTICA DO VI CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. In: **PCB:** Vinte anos de política 1958 – 1979 (documentos). São Paulo: Lech, 1980.

RESOLUÇÃO POLÍTICA DO VII CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO DE 1984. In: DIAS, Gioncondo. **Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira.** São Paulo: Novos Rumos, 1984.

SANTOS, Raimundo. **O marxismo político de Armênio Guedes:** seleção de textos. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2012.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.

VOZ DA UNIDADE (semanário) as edições n. 1 de 30 de março a 5 de abril de 1980, ano I ao n. 279 de 13 a 19 de dezembro de 1985, ano VI.

VOZ OPERÁRIA (mensário) edições: setembro de 1975 edição especial, 8 páginas. Edição n.º 123 – abril de 1976, 8 páginas. Edição n.º 124 – maio de 1976, 8 páginas. Edição n.º 125 – junho de 1976, 8 páginas. Edição n.º 126 – julho de 1976, 8 páginas. Edição n.º 127 – agosto/setembro de 1976, 8 páginas. Edição n.º 128 – outubro/novembro, 8 páginas. Edição n.º 129 – dezembro de 1976, 8 páginas. Edição n.º 130 – janeiro de 1977, 8 páginas. Edição n.º 131 – fevereiro de 1977, 8 páginas. Edição n.º 132 – março de 1977, 8 páginas. Edição n.º 133 – abril de 1977, começa na página 1, faltam as páginas 2 e 3, retorna na página 4 e vai até à página 8. Edição n.º Especial de abril de 1977, 4 páginas. Edição n.º 134 – maio de 1977, 8 páginas. Edição n.º 135 – junho de 1977, 8 páginas. Edição n.º 136 – julho de 1977, 8 páginas. Edição n.º 137 – agosto de 1977, 8 páginas. Edição n.º 139 – outubro de 1977, 8 páginas. Edição n.º 140 – novembro de 1977, 8 páginas. Edição n.º 141 – dezembro de 1977, 8 páginas. Edição n.º 142 – janeiro de 1978, 8 páginas. Edição n.º 143 – fevereiro de 1978, 8 páginas. Edição n.º 144 – março de 1978, 8 páginas. Edição n.º 145 – abril de 1978, 8 páginas. Edição n.º 146 – maio de 1978, 8 páginas. Edição n.º 147 – junho de 1978, 8 páginas. Edição n.º 148 – julho de 1978, 8 páginas. Edição n.º 149 – agosto de 1978, 8 páginas. Edição n.º 150 – setembro de 1978, 8 páginas. Edição n.º 151 – outubro de 1978, 8 páginas. Edição n.º 152 – novembro de 1978, 8 páginas. Edição n.º 153 – dezembro de 1978, 8 páginas. Edição n.º 154 – janeiro de 1979, 8 páginas. Edição n.º 155 – fevereiro de 1979, 8 páginas. Edição n.º 156 – março de 1979, 8 páginas. Edição n.º 157 – abril de 1979, 8 páginas. Edição n.º 158 – maio de 1979, 8 páginas. Edição n.º 159 – junho de 1979, 8 páginas. Edição Suplemento ao N. 159 – junho de 1979.

ANEXO I – PARTICIPANTES DA COALISÃO PRESTISTA

Anita Leocádia Prestes: nasceu em 27 de novembro de 1936, na prisão de mulheres de Barnimstrasse, em Berlim, na Alemanha nazista, filha dos revolucionários comunistas Luiz Carlos Prestes, brasileiro, e Olga Benário Prestes, alemã. Autora de vasta obra sobre a atuação política de Luiz Carlos Prestes e a história do comunismo no Brasil, é doutora em história social pela Universidade Federal Fluminense, professora do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ e presidente do Instituto Luiz Carlos Prestes. Disponível em: <<https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/anita-leocadia-prestes-268>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Marly de Almeida Gomes Vianna: doutora em história pela USP, é professora aposentada da Universidade Federal de São Carlos. Iniciou sua militância no PCB em 1961. Teve uma militância intensa no movimento estudantil na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Com o golpe militar de 1964, Marly deixa a universidade e passa a viver clandestinamente. Em 1971, a pedido de Orlando Bonfim Junior (membro do Comitê Central, da Comissão Executiva é responsável pelo Jornal do Partido "Voz Operária"). Em 1974, vai para Moscou na intenção de realizar um curso de dois meses sobre O Capital de Karl Marx, entretanto só retorna ao Brasil em 1979. Marly vive na Franca de 1978 a abril de 1979. Ela compõe o secretariado do Comitê Central do Partido, entre 1976 e 1979. Em janeiro de 1979, em reunião do Comitê Central em Praga, pede afastamento dos órgãos de direção do Partido. Em 1980 retorna ao Brasil, e conclui seu curso em História pela UFRJ (1981). Retirado de: ANDRADE, Sofia Vendramini. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. História. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230589>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

Agliberto Vieira de Azevedo: nascido no dia 19 de outubro de 1906, falecido em 14 de dezembro de 1995. Ex-professor da Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Exilado na França em 1969, estabeleceu contato com o Partido Comunista Francês (PCF), em nome do Comitê Central do PCB, trabalhou na organização dos exilados políticos e em jornais comunistas, colaborando com artigos. Neste período, Agliberto participou de várias reuniões e congressos de PCs da Europa, viajando por todos os países socialistas. Em 1973, foi enviado para Praga, onde trabalhou na Revista Internacional. Neste mesmo ano, participa em Moscou das reuniões do Comitê Central do PCB, visando à sua reorganização, sendo confirmada sua posição naquele órgão partidário. Agliberto, retorna do exílio em 1980, aderindo ao grupo de Luís Carlos Prestes, que rompera com a direção do PCB. Em 1989, foi anistiado e promovido ao posto de coronel-aviador da reserva. Após o falecimento de Prestes, em março de 1990, afastou-se das atividades político-partidárias. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/azevedo-agliberto-vieira-de>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Gregório Bezerra (1900-1983): Nasceu na cidade de Panelas de Miranda, Pernambuco. Seus primeiros contatos com o marxismo se deram em 1927 e, em 1928, filia-se ao PCB. Teve uma trajetória política intensa, participou da insurreição de 1935 e condenado a 27 anos de prisão. Cumpriu parte de sua pena na Ilha Grande, litoral Fluminense. É anistiado em 1945. Em 1957 foi novamente preso por sua militância. Em 1960, é eleito para o Comitê Central. Em 1980 desliga-se do PCB, solidarizando-se com Luiz Carlos Prestes, afirmando que continuaria fiel ao Marxismo-Leninismo e lutando pela Anistia Plena, Geral e Irrestrita. Em 1982, candidata-se à Deputado Federal por Pernambuco, conseguindo a suplência. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/bezerra_gregorio.htm>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ANEXO II – PARTICIPANTES DA COALIZÃO PRAGMÁTICA

Giocondo Gerbasi Alves Dias (1913-1987): militar brasileiro, comunista, ex-secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro. Participou da insurreição de 1935, foi condenado a 8 anos e seis meses de prisão. De 1949 a 1957 - entre outras atividades - torna-se responsável pela segurança pessoal do então secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes. Em 1957 é eleito para compor o Secretariado e a Comissão Executiva do CC do PCB. Em 1958 é a figura central do movimento renovador que dá origem à "Declaração de Março de 1958". Em 1976 é eleito membro do Comitê Central do PCB no exterior. Anistiado, retorna ao país em 1979. Em maio de 1980, no auge das divergências com Prestes, a direção nacional elegeu Giocondo Dias secretário-geral, depois de declarar vago o cargo. Com a legalização do PCB, o cargo de secretário-geral é substituído pelo de presidente do Partido, função esta que Giocondo exerce até o VIII Congresso, em 1987, quando é substituído, por motivos de saúde, por Salomão Malina. Giocondo Dias faleceu em casa, aos 73 anos, como presidente de honra do PCB. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/d/dias_giocondo.htm>. Acesso em: 11 jan. 2022.

Hércules Correia dos Reis (1929 – 2008): filho de pai e mãe operários, teve seus primeiros contatos com o PCB em 1943, na cidade do Rio de Janeiro. Ingressou no PCB em janeiro de 1944. Em 1953 foi enviado pelo PCB para Moscou, para cursar a escola de quadros do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Em 1960 foi eleito como suplente do Comitê Central. No VI Congresso, realizado em 1967, Hércules foi eleito membro efetivo do comitê central e primeiro suplente da comissão executiva, cargos que acumulou com sua participação na seção sindical nacional do partido e no secretariado do comitê estadual paulista. Em junho de 1974 exilou-se na URSS, onde frequentou um curso sobre *O Capital*, de Karl Marx, na escola de formação de quadros do PCUS. Dessa forma, escapou à grande onda de repressão que, em 1974 e 1975, levou à prisão cerca de mil militantes do PCB. Em 1978 transferiu seu exílio para Lisboa. Em setembro 1979 retorna ao Brasil. Em 1980 é afastado da Comissão Executiva, mas mantido no Comitê Central. Em 1986 sai do PCB e se filia no PMDB. Em março de 1997, deixou o PMDB para se filiar ao Partido Popular Socialista (PPS), agremiação oriunda do PCB. Escreveu: *A classe operária e seu partido*, *O ABC de 1980* (ambos publicados em 1980), *Crise do socialismo* (1981) e *Memórias de um stalinista* (1995). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Partido Comunista Brasileiro** (PCB). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hercules-correia>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

Salomão Malina (1922-2002): Último Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ingressou no PCB no início dos anos 1940. Durante sua vida passou vários anos presos e 35 anos na clandestinidade. Combateu, como oficial, na Segunda Guerra Mundial, tendo sido condecorado, por sua bravura, com a Cruz de Combate de Primeira Classe, a maior condecoração do Exército brasileiro. Assumiu a direção do PCB em 1987, por ocasião do VIII Congresso do Partido. Foi diretor do jornal Imprensa Popular do PCB. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/malina_salomao.htm>. Acesso em: 11 jan. 2022.

Severino Teodoro de Mello: participou da insurreição de novembro de 1935, motivo pelo qual passou 7 anos na prisão. Foi responsável pela segurança pessoal do secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, com o qual morou durante anos. Foi apoiador das diretrizes expostas na "Declaração de Março de 1958". Após o Golpe de 64 passou cerca de 12 anos na clandestinidade, até que em 1976 partiu para a URSS. Com o fim da ditadura militar, assume um lugar na Comissão Executiva do Partido. Em 1992, logo após o desmoronamento da antiga União Soviética, Mello apoia resolutamente a transformação do PCB em PPS. Disponível em: <<https://gilvanmelo.blogspot.com/2012/09/severino-teodoro-de-mello-95-anos-da.html>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

Luiz Tenório de Lima (1914 – 2010): Foi um líder sindical com forte atuação nos anos 60 e 70. Foi integrante da direção nacional do PCB. Com o golpe militar de 1964 foi perseguido pela ditadura, levando-o a exilar-se em Moscou. Voltou ao País em 1979 com a anistia. Disponível em: <<https://metalurgicos.org.br/noticias/morre-o-sindicalista-ex-dirigente-do-pcb-luiz-tenorio-de-lima/>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

Givaldo Siqueira (1934 – 2013): foi um pernambucano criado no Rio de Janeiro, cidade onde iniciou sua militância nas fileiras do PCB. Foi aluno da Faculdade Nacional de Direito e um dos líderes da União da Juventude Comunista. Com o Golpe de 1964, foi para a clandestinidade. Em 1967 foi eleito membro do Comitê Central. Nos anos 1970, teve que exilar-se em Milão na Itália. Com a anistia, retornou ao Brasil, e, em 1980, elegeram-no para a Comissão Executiva Nacional, na qual foi mantido até sua morte. Disponível em: <<http://tv.pps.org.br/portal/showData/256057>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

ANEXO III – PARTICIPANTES DA COALISÃO RENOVADORA

Armênio Guedes (1918-2015): Jornalista, entrou para a célula comunista da Faculdade de Direito de Salvador em 1935 e, ao longo da vida, ocupou diferentes cargos de direção no PCB. Participou ativamente na organização e direção de revistas e jornais de esquerda: Seiva, Continental, Tribuna Popular, Estudos Sociais, Voz Operária e Voz da Unidade. Em 1945, foi secretário particular de Luiz Carlos Prestes. Com o Golpe de 64, teve seus direitos políticos cassados e acabou se exilando no Chile e na França. De volta ao Brasil, e depois de 43 anos de militância, desligou-se do partido em 1983.

Dicionário	Político	Marxista.	Disponível	em:
------------	----------	-----------	------------	-----

<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/guedes_armenio.htm>. Acesso em: 16 jan. 2022.

Ivan Ribeiro integrou a “corrente renovadora”, corrente pecebista que, ainda no tempo dos exílios, desde 1975, procuraria uma convergência entre o sentido da tática de frente com o renascimento do marxismo político brasileiro sob a influência do eurocomunismo. Com a derrota dos renovadores no VII Congresso de 1982/1983 deixou o PCB e participou da criação de vários periódicos, entre eles, a revista *Presença*. Faleceu no dia 08 de setembro de 1987, no acidente que vitimou Marcos Freire, ministro da Reforma Agrária da Nova República.

Disponível	em:
------------	-----

<<https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=582>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

Luiz Werneck Vianna: Nasceu em 1938, no Rio de Janeiro. Luiz Jorge Werneck Vianna descendente de uma família cujas origens remontam ao período áureo da economia cafeeira. Possui formação em Direito, Ciências Sociais e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1958), ingressou na faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ). Em 1960 entra no PCB. Em fins de 1970 partiu para o exílio no Chile. Em 1971 retorna ao Brasil e é preso. Em 1974 foi à União Soviética fazer um curso teórico na “Escola de Quadros”, com o professor Anastácio Mansilla, importante referência teórica dentro do Partido Comunista soviético à época. Durante a década de 1970, liderou um grupo de estudos gramiscianos. Em 1975, fugindo da repressão ao PCB em São Paulo, retornou ao Rio de Janeiro e, escondeu-se na casa do dramaturgo Paulo Pontes. Disponível em: <<https://www.sbsociologia.com.br/project/luiz-werneck-vianna/>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Carlos Nelson Coutinho (1943-2012): Intelectual marxista brasileiro, sempre articulou sua reflexão teórica com a prática militante. Dedicou-se à crítica cultural nos anos 1960 e 1970, e teve papel destacado na divulgação das obras de Lukács e Gramsci no Brasil. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro, do Partido dos Trabalhadores e do PSoL. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/coutinho_carlos.htm>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Leandro Konder (1936-2014): Filho de Valério Konder, médico sanitarista e líder comunista. Formado em Direito, Leandro exilou-se em 1972, após ser preso e torturado pelo regime militar, e morou na Alemanha e depois na França até seu regresso ao Brasil em 1978. Doutorou-se em Filosofia em 1987, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Foi professor do Departamento de Educação da PUC-RJ e do Departamento de História da UFF. Tem vasta produção como conferencista, articulista de jornais, ensaísta e ficcionista. Em 2002 foi eleito o Intelectual do Ano pelo Fórum do Rio de Janeiro, da UERJ. Um dos maiores estudiosos do marxismo no país, coordenou, em conjunto com Michael Löwy, a coleção *Marxismo e literatura*, da Editora Boitempo. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/k/konder_leandro.htm>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Aloísio Teixeira: foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante a ditadura militar e, ao longo de sua carreira de economista, se especializou em Programas de Bem-Estar Social. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2012/07/em-memoria-de-aloisio-teixeira/>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Leo Lince: foi militantes do PCB nos anos 1970 e início dos anos 1980.

Luis Sérgio Henriques: é um tradutor e ensaísta. Autor de *Reformismo de esquerda e democracia política*.

Marco Antônio Tavares Coelho: nasceu em 31 de maio de 1926, em Belo Horizonte. Ao ingressar na Faculdade de Direito, ligou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi eleito membro suplente da direção nacional do Partido. Viveu clandestinamente por quase uma década, cumprindo tarefas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Foi eleito deputado federal pelo estado da Guanabara e teve seu mandato cassado. Foi preso em 1975 pela ditadura militar, cumprindo pena de aproximadamente quatro anos, incurso na Lei de Segurança Nacional. Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <<http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/marco-antonio-tavares-coelho/>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Mauro Malin: foi um militante do PCB nos anos 1970 e início dos anos 1980.

Nemésio Salles: foi um militante do PCB nos anos 1970 e início de 1980.

Milton Freitas: foi um militante do PCB nos anos 1970 e início de 1980.

ANEXO IV – MEMBROS DO COMITÊ CENTRAL

Luiz Carlos Prestes Nasceu: em Porto Alegre, RS, filho de Antônio Pereira Prestes, um oficial do Exército, e Leocádia Felizardo Prestes. Em agosto de 1934 é admitido no Partido Comunista do Brasil. Em 1943 ocorre a II Conferência Nacional do PCB que elege Prestes, mesmo preso, seu Secretário-Geral. Em abril de 1945, com a anistia, Prestes é solto após passar 9 anos na cadeia. Empenha-se na campanha de legalização do PCB, o que ocorre em novembro de 1945, e elege-se senador pelo Partido em dezembro do mesmo ano, com mais de 160 mil votos, sendo o mais votado da República. É cassado em janeiro de 1948 e ingressa na clandestinidade, que dura até março de 1958. Em 1964, após o golpe e a implantação da ditadura militar, volta novamente à clandestinidade. Em 1971 exila-se na URSS, onde permanece até 1979, ano em que retorna ao Brasil após a decretação da anistia política. Em março de 1980 rompe com o Partido, através da sua "Carta aos Comunistas". Em 1980 perde o cargo de Secretário-Geral e deixa o PCB. Em 7 de março de 1990 falece no Rio de Janeiro, com 92 anos de idade. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/prestes_luiz_carlos.htm>. Acesso em: 07 fev. 2022.

Orlando Bonfim Júnior: era membro do CC do PCB em 1975. O nome de Orlando Bomfim consta no relatório da Comissão Nacional da Verdade, entre os mortos e desaparecidos políticos. Orlando Bonfim desapareceu no dia 08 de outubro de 1975, aos 59 anos, em uma operação conjunta das forças de repressão, denominada Operação Radar, cujo objetivo era aniquilar a militância do PCB. Desde essa data, apesar dos inúmeros esforços envvidados por familiares e amigos, não foi possível elucidar a trama que envolve o desaparecimento desse militante histórico do PCB. Disponível em: <<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/RelatriodaComissoEstadualdaMemriaeVerdade1.pdf/view>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

Walter de Souza Ribeiro (1924-1974): Natural de Minas Gerais. Oficial do Exército, Dirigente do Partido Comunista Brasileiro - PCB. Foi reformado como oficial do Exército pela Lei nº 1.507-A, de 28 de janeiro de 1950, por incompatibilidade com o oficialato. Foi considerado como "incompatibilidade" o fato de Walter haver assinado documento pela paz mundial, contra o uso de armas atômicas e o envio de tropas brasileiras para a guerra da Coréia. De acordo com declarações do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, à revista "Veja", de 18 de novembro de 1992, Walter de Souza Ribeiro foi capturado pelo DOI/CODI em São Paulo e levado para o Rio de Janeiro, onde foi assassinado e esquartejado, sendo as partes de seu corpo enterradas em lugares diferentes, para não ser identificado. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/r/ribeiro_walter.htm>. Acesso em: 14 mar. 2023.

Giocondo Gerbasi Alves Dias (1913-1987): militar brasileiro, comunista, ex-secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro. Participou da insurreição de 1935, foi condenado a 8 anos e seis meses de prisão. De 1949 a 1957 – entre outras atividades – torna-se responsável pela segurança pessoal do então secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes. Em 1957 é eleito para compor o Secretariado e a Comissão Executiva do CC do PCB. Em 1958 é a figura central do movimento renovador que dá origem à "Declaração de Março de 1958". Em 1976 é eleito membro do Comitê Central do PCB no exterior. Anistiado, retorna ao país em 1979. Em maio de 1980, no auge das divergências com Prestes, a direção nacional elegeu Giocondo Dias secretário-geral, depois de declarar vago o cargo. Com a legalização do PCB, o cargo de secretário-geral é substituído pelo de presidente do Partido, função esta que Giocondo exerce até o VIII Congresso, em 1987, quando é substituído, por motivos de saúde, por Salomão Malina. Giocondo Dias faleceu em casa aos 73 anos, como presidente de honra do PCB. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/d/dias_giocondo.htm>. Acesso em: 11 jan. 2022.

Zuleika Alambert (1922 – 2012): Foi uma escritora, jornalista e militante do PCB. Iniciou sua militância política nos anos 40, foi eleita aos 23 anos como deputada estadual, na cidade de Santos, pelo

PCB, tornando-se uma das primeiras mulheres a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo. Autora dos livros “Uma jovem brasileira na URSS”, “Estudantes fazem história”, “Feminismo: O Ponto de Vista Marxista”, entre outros. Zuleika se consagrou como uma líder feminista, que lutou pelos direitos sociais no Brasil, tendo projetos como um abono de Natal que seria o precursor do 13º salário e outro que instituía a remuneração sem distinção de gênero. Com a instauração da ditadura militar no Brasil, Zuleika foi perseguida por causa de sua atuação na UNE e teve os direitos políticos suspensos por 10 anos. Foi obrigada a sair do país em 1969, após a decretação do AI-5, passando pelo Uruguai, Paraguai e Argentina, até finalmente migrar para Budapeste, na Hungria. Lá passou a militar pela Federação Mundial da Juventude Democrática, ajudando a organizar a campanha pelo término da Guerra do Vietnã. Em 1971 mudou-se para Santiago no Chile, inicialmente para participar do Encontro da Juventude Mundial contra a Guerra no Vietnã. Ao se estabilizar na cidade, participou da criação do Comitê de Mulheres Brasileiras no Exílio e dos movimentos chilenos em defesa do governo de Salvador Allende. Além disso, trabalhou em uma fábrica de autopeças, na agricultura e deu curso sobre a experiência do golpe militar no Brasil. Antevendo o golpe de Estado no Chile, em 1973, Zuleika fugiu para um sítio nos arredores de Santiago e, posteriormente, se refugiou na embaixada da Venezuela. Após quatro meses em Caracas, buscou exílio novamente na União Soviética, onde tratou da saúde abalada por subnutrição e problemas renais. No ano de 1974, com proteção da ONU, se hospedou na casa de Oscar Niemeyer, em Paris. Na França, fundou o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, que congregava as exiladas na Europa. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/alambert/index.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

Severino Teodoro de Mello: participou da insurreição de novembro de 1935, motivo pelo qual passou 7 anos na prisão. Foi responsável pela segurança pessoal do secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, com o qual morou durante anos. Foi apoiador das diretrizes expostas na “Declaração de Março de 1958”. Após o Golpe de 64 passou cerca de 12 anos na clandestinidade, até que em 1976 partiu para a URSS. Com o fim da ditadura militar, assume um lugar na Comissão Executiva do Partido. Em 1992, logo após o desmoronamento da antiga União Soviética, Mello apoia resolutamente a transformação do PCB em PPS. Disponível em: <<https://gilvanmelo.blogspot.com/2012/09/severino-teodoro-de-mello-95-anos-da.html>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

Moisés Vinhas: aproximou-se do Partido Comunista Brasileiro através da Juventude Comunista, nos anos 30, passando a ter intensa atividade partidária. Participou dos acontecimentos de 1935 - a “Intentona Comunista”. Em 1946, foi eleito para o Comitê Central do PCB, numa Conferência Nacional, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Participou dos IV, V, VI e VII Congressos do Partido. Teve papel de relevância na chamada “frente ideológica”, escrevendo artigos para jornais e publicando trabalhos em revistas como “Brasiliense” e “Estudos Sociais”. Escreveu vários livros, tendo “Operários e Camponeses na Revolução Brasileira”, alcançado a 3ª edição em 1964. “Estudos Sobre o Proletariado Brasileiro”, um trabalho sobre classes sociais no Brasil, e “O Partidão 1922-1974”, respectivamente publicados em 1970 e 1982, são obras significativas na vida de Vinhas. Após longos anos de militância, foi afastado do Partido Comunista Brasileiro em 1983, por divergir da direção nacional ao “pugnar pela renovação política e organizativa do Partido”. Moisés Vinhas faleceu em 1991. Disponível em: <<https://amorj.ifcs.ufrj.br/arquivos/MOIS%C3%89S%20VINHAS.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

David Capistrano da Costa (1913 – 1974): era filho de pequenos proprietários rurais de uma família do povoado de Jacampari, distrito do município de Boa Viagem (CE). Por meio do tenente Ivan Ribeiro, chegou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual permaneceria filiado até o fim de sua vida. Participou do levante comunista de 1935, liderado por Luís Carlos Prestes, e após a derrota do movimento foi preso e condenado a sete anos de cadeia. Antes de cumprir a totalidade de sua pena, David Capistrano fugiu do presídio da Ilha Grande e partiu rumo à Europa, onde participou das lutas republicanas na Guerra Civil Espanhola e da resistência francesa contra os nazistas. Após a cassação do registro do PCB, em 1947, o mandato de David Capistrano foi impugnado e ele passou a desenvolver suas atividades políticas clandestinamente em diversos estados do país. Em 1953, foi enviado à União Soviética, onde passaria dois anos em curso de formação política, em Moscou. Ao retornar, foi eleito para compor o Comitê Central do PCB, no IV Congresso do partido, em novembro de 1954. Dirigente destacado no Nordeste, reelegeu-se para o Comitê Central do Partido no V Congresso, realizado em

1960. Após o golpe militar de abril de 1964, teve seus direitos políticos cassados e passou a viver na clandestinidade. Em 1972, viajou para a Tchecoslováquia como representante do PCB na revista Problemas da Paz e do Socialismo. Em 1974, alegando problemas de saúde, decidiu retornar ao Brasil, tendo desaparecido neste ano. O último contato feito por David Capistrano ocorreu no dia 19 de março de 1974, quando Lídia, esposa de José Roman, seu companheiro na viagem de retorno ao Brasil, recebeu um telegrama do marido afirmando que a operação de resgate de Capistrano, na fronteira entre Brasil e Argentina, havia sido bem-sucedida e ambos já se encontravam a caminho de São Paulo. Em 21 de março, o filho de José Roman, Luís, recebeu um telefonema comunicando que o pai estava preso. Os familiares registraram queixa do desaparecimento e fizeram pedidos de busca aos diversos órgãos de segurança, mas não obtiveram resposta satisfatória. Somente em novembro de 1992, o ex-sargento Marival Dias Chaves, em declaração à revista *Veja*, afirmou que depois de ter sido levado preso para o DOI-CODI/SP, Capistrano teria sido levado à “Casa da Morte de Petrópolis”. Torturado até a morte, David teria sido esquartejado e seus restos mortais jogados em um rio próximo ao local. Em março de 2004, Marival Chaves deu uma nova entrevista à revista *IstoÉ*, declarando que o caso de David Capistrano e de José Roman estava ligado a uma ofensiva dos órgãos de segurança para desmantelar o PCB. Segundo o relato de Marival, o comando da operação teria ficado a cargo do chefe do DOI, coronel Audir dos Santos Maciel, conhecido como doutor Silva. Maciel teria sido um dos responsáveis pela Operação Radar, que eliminou diversos militantes do PCB, entre 1974 e 1976. Disponível em: <<http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/david-capistrano-da-costa/>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

Marco Antônio Tavares Coelho: nasceu em 31 de maio de 1926, em Belo Horizonte. Ao ingressar na Faculdade de Direito ligou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi eleito membro suplente da direção nacional do Partido. Viveu clandestinamente por quase uma década, cumprindo tarefas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Foi eleito deputado federal pelo estado da Guanabara e teve seu mandato cassado. Foi preso em 1975 pela ditadura militar, cumprindo pena de aproximadamente quatro anos, incurso na Lei de Segurança Nacional. Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <<http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/marco-antonio-tavares-coelho/>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Elson Costa (1913 – 1975): foi militante histórico do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Jornalista de profissão, iniciou suas atividades políticas em Uberlândia (MG), onde liderou uma greve de caminhoneiros. Integrou o Comitê Central do partido, com a responsabilidade de produção e divulgação do jornal *Voz Operária*. Elson foi uma das vítimas da “Operação Radar”, ofensiva do Exército dedicada ao monitoramento e desestruturação do PCB. Ao menos 11 militantes do PCB foram vítimas dessa investida sistemática e direcionada entre 1974 e 1976. Em documento produzido em março de 1975, pela 2^a Seção do II Exército, revela as ações dos órgãos de informação e repressão para “Neutralização do PCB”, como foi intitulada a informação. Com o objetivo de desarticular o partido, foram elaborados estudos e monitoramentos de dirigentes, cujas prisões eram fundamentais para a eliminação do PCB. A “Operação Radar” esteve sob a orientação direta do DOI de São Paulo, com a colaboração de outros DOIs e do Centro de Informações do Exército (CIE). Assim, a operação focou em realizar prisões e perseguições em inúmeros estados, de dirigentes do PCB, levados a centros clandestinos para interrogatórios, onde desapareceram. A Casa de Itapevi, localizada na estrada da Granja, nº 20, que liga Barueri a Itapevi, na região metropolitana de São Paulo, é apontada como principal centro clandestino utilizado pelo DOI-CODI do II Exército e pelo CIE para tortura e execução dos presos desta operação. O ex-sargento Marival Chaves, em depoimento para a CNV, relatou algumas informações sobre as atividades ocorridas e sobre alguns agentes responsáveis que atuavam na Casa de Itapevi. Além disso, referiu-se aos nomes das vítimas que haviam sido torturadas e executadas no centro clandestino, entre elas, Elson Costa. Em 2004, uma matéria da *IstoÉ* divulgou outras revelações feitas pelo ex-sargento Marival Chaves, que acompanhou vários casos ocorridos no DOI-CODI de São Paulo, sobre a “Operação Radar”. Entre elas, destacou-se a referência ao nome do coronel Audir dos Santos Maciel, o “Doutor Silva”, como responsável pelas ações de desaparecimento dos dirigentes do PCB, além de declarar que as vítimas foram executadas em chácaras clandestinas utilizadas para a tortura, assassinato e ocultação de cadáver pelos agentes. Disponível em: <<http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/elson-costa/>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

Jayme Amorim Miranda (? – 1975) (????-1975): Natural de Alagoas. Jornalista, Advogado, Ex-Diretor do Jornal “Voz do Povo” de Maceió. Dirigente do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Preso no dia 1º de abril de 1964, em Maceió, logo depois do golpe militar. Ao ser libertado, oito meses depois, ele saiu de Alagoas para viver clandestinamente no Rio Janeiro. Foi preso no dia 4 de fevereiro de 1975 no Catumbi, Rio de Janeiro, ao sair de casa e nunca mais foi visto. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/miranda_jayme.htm>. Acesso em: 14 mar. 2023.

Antônio Ribeiro Granja (1913 – 2019): foi histórico ativista político ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Atuou no movimento sindical e entrou para o Partido Comunista em 1934. Trabalhou como pedreiro e operário em São Paulo, até ser chamado para a construção da ferrovia Brasil-Bolívia. Com a criação da Vale do Rio Doce, em 1942, veio para o Espírito Santo para trabalhar na oficina de vagões da companhia, em Cariacica. No Estado, liderou o movimento sindical dos ferroviários, acompanhou a criação das primeiras leis trabalhistas e participou do surgimento das primeiras centrais sindicais do Brasil. Depois do início da ditadura, ficaram 18 dirigentes do Comitê Central em todo o Brasil. Onze deles foram presos e assassinados. Naquela época, Granja teve mais de 40 nomes diferentes. José Amaro, Luiz, Baiano e Francisco foram alguns deles. Este último lhe rendeu o apelido de Chiquinho, nome que a atual esposa, Silnéia do Espírito Santo, de 68 anos, o chama até hoje. Só voltou a ser chamado de Antônio Ribeiro Granja com a Lei da Anistia (1979). Com o fim do regime, Granja voltou a trabalhar para jornais do partido e foi convidado a escrever para a revista “Internacional”, com sede em Praga, na antiga Tchecoslováquia, hoje República Tcheca. Lá, viveu os últimos anos da União Soviética, voltando para o Brasil no início da década de 1990. Com o fim da União Soviética, o Partido Comunista Brasileiro se dividiu em três correntes. Parte dos dirigentes defendia uma grande mudança, tirando da bandeira símbolos históricos como a cor vermelha e a foice com o martelo. Desse grupo surgiu o Partido Popular Socialista (PPS). Disponível em: <<https://www.seculodiarario.com.br/politica/granja-militante-historico-contra-a-ditadura-militar-morre-aos-106-anos>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

Ramiro Luchesi: ex-ferroviário, membro do PCB, foi eleito vereador em 1951 pela cidade de São Paulo, teve seu mandato cassado em 1952. Em 1980 participou do lançamento da *Voz da Unidade*.

Geraldo Rodrigues dos Santos (1923 – 2006): Conhecido como Geraldão, começou sua militância política como líder estivador em Santos, chegou a ser eleito deputado federal na década de 60, mas foi impedido de tomar posse. Morreu aos 83 anos vítimas de câncer de estômago. Mesmo doente, manteve suas atividades como dirigente do PPS. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/morre-no-rio-comunista-historico-geraldao-4553247>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Ivan Ribeiro: integrou a “corrente renovadora”, corrente pecebista que, ainda no tempo dos exílios, desde 1975, procuraria uma convergência entre o sentido da tática de frente com o renascimento do marxismo político brasileiro sob a influência do eurocomunismo. Com a derrota dos renovadores no VII Congresso de 1982/1983 deixou o PCB e participou da criação de vários periódicos, entre eles a revista Presença. Faleceu no dia 08 de setembro de 1987, no acidente que vitimou Marcos Freire, ministro da Reforma Agrária da Nova República. Disponível em: <<https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=582>>. Acesso em: 17 jan. 2022

Luiz Inácio Maranhão Filho (1921-1974): advogado, jornalista, professor, parlamentar e militante do PCB. Com o Golpe de estado, seu mandato de deputado estadual no Rio Grande do Norte foi cassado, sendo preso e libertado por um habeas corpus no final de 1964. Seguiu para o Rio de Janeiro, onde viveu na clandestinidade até ser, em 1974, capturado e assassinado sob tortura pela repressão, sendo que seu corpo jamais foi encontrado. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/maranhao_luis.htm>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Salomão Malina (1922-2002): último Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ingressou no PCB no início dos anos 1940. Durante sua vida passou vários anos presos e 35 anos na

clandestinidade. Combateu, como oficial, na Segunda Guerra Mundial, tendo sido condecorado, por sua bravura, com a Cruz de Combate de Primeira Classe, a maior condecoração do Exército brasileiro. Assumiu a direção do PCB em 1987, por ocasião do VIII Congresso do Partido. Foi diretor do jornal Imprensa Popular do PCB. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/malina_salomao.htm>. Acesso em: 11 jan. 2022.

Renato Motta: Infelizmente não foram encontradas mais informações sobre o militante.

João Massena Melo: nasceu em 16 de agosto de 1919, em Água Preta, distrito de Palmares (PE). Foi metalúrgico, vereador, deputado estadual e dirigente do PCB. Desapareceu em 3 de abril de 1974. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/joao-massena-melo>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Oswaldo Pacheco: nasceu em 4 de setembro de 1918, em Malhada dos Bois, SE. Iniciou sua vida política em 1935, como estivador do Porto de Santos (SP), tomando parte nas campanhas contra o fascismo. Após a vitória do franquismo na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), integrou o movimento deflagrado pelos estivadores de Santos, que se recusaram a descarregar os navios espanhóis. Tornando-se líder de seus companheiros de profissão, em 1945 tornou-se presidente do sindicato de sua categoria, cargo que exerceu até 1947. Em 1945, levado por Antônio Bernardino dos Santos, conhecido como Salim, filiou-se ao PCB, e elegeu-se, em dezembro do mesmo ano, deputado à Assembleia Nacional Constituinte, assumindo seu mandato em fevereiro de 1946. Foi Vice-Líder do PCB na Assembleia e um dos mais combativos e atuantes Constituintes na defesa dos interesses da classe trabalhadora, participou ativamente das várias fases do processo de elaboração constitucional, utilizando-se da palavra frequentemente, para apoiar reivindicações dos trabalhadores e denunciar violências e arbitrariedades contra eles. Osvaldo Pacheco foi preso e teve os seus direitos políticos suspensos pelo Ato Institucional nº 1, editado em 9 de abril seguinte pela junta militar que assumiu o poder. Posto em liberdade, exilou-se na embaixada do México, país para onde viajou em seguida. Ainda em 1964, visitou a União Soviética, a Tchecoslováquia, a Iugoslávia, a Bulgária, o Chile e o Uruguai. Regressou clandestinamente ao Brasil em 1967, entrando no país através das fronteiras do Sul e usando o nome de Ernesto Pereira Morais, esteve em Porto Alegre, de onde foi para São Paulo em 1971, tornando-se, de 1973 a 1974, responsável pelo trabalho do PCB junto aos sindicatos paulistas. Julgado em 1972 à revelia pela 1ª Auditoria de Guerra em São Paulo, foi condenado a quatro anos de prisão. Preso na capital paulista em abril de 1975, foi indiciado pela Justiça no Inquérito Policial-Militar (IPM) que apurava as atividades do PCB e a existência de gráficas clandestinas. Na ocasião, foi classificado como profissional do partido. Em novembro desse mesmo ano, foi condenado pela 2ª Auditoria de Guerra em São Paulo a três anos e meio de reclusão, acusado de, na condição de membro do Comitê Central do partido, usar falsa identidade e desenvolver atividades contrárias à Lei de Segurança Nacional. Em dezembro de 1978 foi posto em liberdade condicional, sendo anistiado em agosto de 1979 pelo governo do presidente João Batista Figueiredo. Foi ainda, durante seus últimos anos de militância sindical, fundador da União dos Sindicatos de Santos e membro do conselho administrativo da Cooperativa dos Trabalhadores Sindicalizados da mesma cidade. Participou ainda do Movimento em Defesa do PCB em 1992, lutou contra os liquidacionistas e faleceu em setembro de 1993. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/24708>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Dinarco Reis (1904-1988): Ingressou no exército aos 19, em 1933 filia-se ao PCB. Como os demais companheiros de Partido, participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em cuja direção havia inúmeros militares. Foi expulso das Forças Armadas após a derrota da insurreição armada de 1935 e preso. Na prisão, conheceu dirigentes do movimento comunista nacional e internacional, recebendo ensinamentos teóricos que permitiram que ele verificasse o acerto de sua decisão: a saída estava no socialismo. Como voluntário, Dinarco foi para a Espanha, em defesa da República, incorporando-se à Brigada Garibaldi, que se destaca na Batalha de Ebro. Vencidos os republicanos, Dinarco, como centenas de outros, passou à França, onde foi preso e internado num campo de concentração. Através de peripécias diversas, conseguiu voltar ao Brasil no final de 1942. Aqui, com a maior parte dos companheiros presos e a direção do PCB destruída, a tarefa principal consistia em reconstruir o Partido.

Dinarco participou ativamente desse esforço, viajando por diversos estados brasileiros. Na chamada Conferência da Mantiqueira (1943), em que foram traçados os rumos para a difícil etapa que se iniciava, foi eleito para o Comitê Central. No V Congresso do PCB, retornou ao Comitê Central e ascendeu à Executiva. Exilou-se em 1971 e foi um dos primeiros a retornar ao Brasil, voltando a atuar no PCB. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/r/reis_dinarco.htm>. Acesso em: 06 jul. 2022.

Orestes Timbaúva: Infelizmente não encontramos mais informações sobre o militante.

Luiz Tenório de Lima (1914 – 2010): Foi um líder sindical com forte atuação nos anos 60 e 70. Foi integrante da direção nacional do PCB. Com o golpe militar de 1964 foi perseguido pela ditadura, levando-o a exilar-se em Moscou. Voltou ao País em 1979 com a anistia. Disponível em: <<https://metalurgicos.org.br/noticias/morre-o-sindicalista-ex-dirigente-do-pcb-luiz-tenorio-de-lima/>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

Agliberto Vieira de Azevedo: nascido no dia 19 de outubro de 1906, falecido em 14 de dezembro de 1995. Ex-professor da Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Exilado na França em 1969, estabeleceu contato com o Partido Comunista Francês (PCF), em nome do Comitê Central do PCB, trabalhou na organização dos exilados políticos e em jornais comunistas, colaborando com artigos. Neste período, Agliberto participou de várias reuniões e congressos de PCs da Europa, viajando por todos os países socialistas. Em 1973, foi enviado para Praga, onde trabalhou na Revista Internacional. Neste mesmo ano, participa em Moscou das reuniões do Comitê Central do PCB, visando à sua reorganização, sendo confirmada sua posição naquele órgão partidário. Agliberto retornou do exílio em 1980, aderindo ao grupo de Luís Carlos Prestes, que rompera com a direção do PCB. Em 1989, foi anistiado e promovido ao posto de coronel-aviador da reserva. Após o falecimento de Prestes, em março de 1990, afastou-se das atividades político-partidárias. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/azevedo-agliberto-vieira-de>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Armando Ziller: Entrou no PCB em 1942 e liderava, em Minas, um movimento pela manutenção de ideais marxistas. Foi presidente do sindicato e da federação dos bancários e dirigente das confederações nacional e internacional da mesma categoria. Assim como Prestes, teve o mandato extinto em janeiro de 1948, quando o governo Dutra colocou o chamado “Partidão” de volta à clandestinidade. Fundado em 1922, o PCB foi colocado na ilegalidade já no ano de sua fundação. Anos depois, na década de 1940, já tendo Prestes em sua liderança, conseguiu o registro eleitoral e elegeu uma forte bancada. Em 1947, o PCB teve o registro cassado mais uma vez pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que comunicou às assembleias a destituição do Partidão. Ele era aposentado do Banco do Brasil em 1964 e atuava como professor em Genebra, na Suíça, quando foi deflagrado o golpe. Mesmo fora do país, foi julgado e condenado a anos de prisão e só pôde voltar ao país em 1980. Ziller morreu em maio de 1992 de ataque cardíaco. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/06/09/interna_politica,402063/membro-do-pc-brasileiro-desde-1942-armando-ziller-tera-de-volta-simbolicamente-o-mandato-de-deputado.shtml>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Adalberto Silva: Era natural de Alagoas; exerceu atividades no PCB desde 1950, quando passou a integrar o Comitê Estadual do Rio de Janeiro. Em 1956 foi eleito dirigente do Comitê Estadual do Rio de Janeiro. Além disso foi designado emissário do Comitê Central aos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Minas Gerais, para levantar a situação daqueles Comitês Estaduais após o golpe militar de 1964. Foi preso logo após o golpe e seu nome encontra-se nos arquivos do BRASIL NUNCA MAIS. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=116528>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Aristeu Nogueira: Foi membro do Comitê Estadual do PCB - BA, 1945-1985, e do Comitê Central do PCB, 1960; secretário do PCB, 1964; fundador do Partido PPS em Irará; delegado municipal do Partido

Popular Socialista-PPS, 1985-2006. Disponível em: <<https://www.al.ba.gov.br/deputados/ex-deputado-estadual/5000076>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Sebastião Vitorino: Infelizmente não foram encontradas mais informações sobre o militante.

Almir de Oliveira Neves: nasceu no município de São Mateus, no Espírito Santo, em 28 de junho de 1912, sendo um dos oito filhos de Eugênio dos Santos Neves e de Branca de Oliveira Neves. Casou-se com Diva Rodarte Neves em 1947, com quem teve duas filhas: Tânia Rodarte Neves Alves, nascida em 1949, e Arlete Rodarte Neves, em 1957. Ingressou no Partido Comunista Brasileiro em 1931 e participou da “Intentona Comunista” em 1935, no Rio de Janeiro. Esteve preso de 1940 a 1945, cumprindo pena no presídio de Ilha Grande, quando saiu beneficiado pela anistia “concedida” por Getúlio Vargas. A partir de então, até 1975, assumiu a responsabilidade pela organização do setor militar do Partido, tornando-se assim, o militante que mais tempo ficou na clandestinidade. Nesse período viajou para à União Soviética, onde fez um curso de um ano e seis meses (1952-1953). Em 1976, diante das perseguições que vinha sofrendo, é obrigado a exilar-se, primeiro na Itália, depois na França, onde permanece até 1979, quando saiu a anistia para todos os exilados políticos. De volta ao Brasil, foi eleito para o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro e lutou, juntamente com outros companheiros, pela legalização do Partido. Em 1982 foi preso em São Paulo, com vários dirigentes do PCB, durante cinco dias. Nessa ocasião, teve sua casa vasculhada por policiais em busca de documentos ou de armas que pudesse comprometê-lo. Participou do processo de mudança política do PCB, apoiando a troca do nome da legenda para Partido Popular Socialista (PPS). Na época de seu falecimento, em 07 de agosto de 1992, ocupava a presidência da Comissão Nacional de Ética do PPS. Disponível em: <<https://amorj.ifcs.ufrj.br/arquivos/almir.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Itair José Veloso: era natural de Faria Lemos. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando tinha 22 anos. Exerceu a profissão de montador de calçados e apontador de obras, tornando-se importante sindicalista. Em 1953, integrou a Juventude do Partido Comunista. Em 1957, entrou para o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados do Rio de Janeiro. Em 1961, foi eleito para a direção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Niterói e Nova Iguaçu. A seguir, foi secretário-geral da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil. Durante o governo de João Goulart, foi líder de delegações de sindicalistas brasileiros em encontros internacionais na União Soviética e na China. Após o golpe de 1964, Itair José Veloso foi perseguido pela repressão e sua residência foi invadida por agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Niterói (RJ). Foi processado pela Justiça Militar e passou à clandestinidade. Itair Veloso desapareceu no dia 25 de maio de 1975, a partir de uma operação conjunta das forças de repressão denominada Operação Radar, cujo objetivo era eliminar a militância do PCB. Desde essa data, apesar dos inúmeros esforços empreendidos por seus familiares e amigos, não foi possível elucidar as circunstâncias do seu desaparecimento. No dia de seu desaparecimento, de acordo com testemunho de sua esposa, Itair saiu de casa por volta das 7h30 para se encontrar com companheiros do PCB. Apesar dos pedidos de informação e dos recursos legais, as autoridades militares e judiciais não forneceram nenhuma informação à família a respeito da localização de Itair José Veloso. Em 1993, o Ministério da Marinha apresentou ao então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, relatório que informa apenas que Itair foi preso em setembro de 1975 e estava sendo processado por atividades subversivas do PCB. Desde meados da década de 1970, novas versões sobre a localização de Itair foram divulgadas. Nenhuma, entretanto, elucidou as circunstâncias de seu desaparecimento. Nos últimos meses de 1992, em entrevista à revista Veja, o ex-agente do Destacamento de Operações de Informações, do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, Marival Chaves Dias do Canto, apresentou novas informações sobre o caso. De acordo com o ex-sargento do Exército, Itair José Veloso teria sido preso no Rio de Janeiro por agentes do DOI-CODI de São Paulo, na Operação Radar. Nessa mesma entrevista, o ex-sargento Marival afirmou que Itair teria morrido de choque térmico, sob tortura, “imerso em água gelada, numa casa de Itapevi, na Grande São Paulo”. Seu corpo teria sido jogado nas imediações de Avaré, a 260 quilômetros de São Paulo (SP). Até a presente data, Itair José Veloso permanece desaparecido. Disponível em: <<http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/itair-jose-veloso/>>. Acesso em: 23 mar 2023.

Fued Saad: Foi um médico e militante do PCB. Saad acompanhou Prestes à URSS em 1971.

Nestor Veras (1915-1975): Natural de São Paulo, de origem camponesa. Dirigente do Partido Comunista Brasileiro - PCB. Foi integrante do Comitê Central do PCB, encarregado do setor camponês. Membro da direção da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e Tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. Cassado pelo AI-1. Condenado a 5 anos de reclusão pela LSN, passou a viver na clandestinidade. Foi preso em frente a uma drogaria, em Belo Horizonte, em abril de 1975 e desapareceu. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/v/veras_nestor.htm>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Armênio Guedes (1918-2015): Jornalista, entrou para a célula comunista da Faculdade de Direito de Salvador em 1935 e, ao longo da vida, ocupou diferentes cargos de direção no PCB. Participou ativamente na organização e direção de revistas e jornais de esquerda: Seiva, Continental, Tribuna Popular, Estudos Sociais, Voz Operária e Voz da Unidade. Em 1945, foi secretário particular de Luiz Carlos Prestes. Com o golpe de 64, teve seus direitos políticos cassados e acabou se exilando no Chile e na França. De volta ao Brasil, e depois de 43 anos de militância, desligou-se do partido em 1983. Dicionário Político Marxista. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/guedes_armenio.htm>. Acesso em: 16 jan. 2022.

Roberto Morena: nasceu no dia 07 de junho de 1902, no Rio de Janeiro. Em 1924, ingressou no PCB. Preso em 1932, em ilha Grande (RJ), em função de sua participação na organização da greve da São Paulo Railway, foi posto em liberdade em 1934, ano em que se exila no Uruguai – lá foi detido duas vezes. De volta ao Brasil, assume em fins de 1935 um posto na direção do PCB. Novamente preso em 1936, permanece detido no Rio de Janeiro até junho de 1937, quando segue para a Espanha para combater, ao lado das forças republicanas, na Guerra Civil Espanhola. Com a vitória dos franquistas, refugia-se na Argélia. Nesse mesmo ano, radica-se na União Soviética, onde passa a trabalhar em uma fábrica de tratores. De volta ao Brasil, assume em 1943, o trabalho de reorganização do PCB, sendo novamente preso. Eleito em 1945 para a direção do partido no Rio de Janeiro, torna-se secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), fundada na ocasião. Com a repressão proveniente da política anticomunista do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e o fechamento da CTB, exila-se em 1947 no México. Retornando ao Brasil em 1950, elege-se no pleito desse ano deputado federal na legenda do Partido Republicano Trabalhista. Ainda nesse ano, participou da Liga de Emancipação Nacional, entidade fundada no ano anterior e fechada em junho pelo presidente Juscelino Kubitschek, acusada de infiltração comunista. Atua no início da década de 1960 como membro do Comando Geral dos Trabalhadores e dirigente do Pacto de Unidade e Ação. Com o golpe de 1964, tem seus direitos políticos cassados através do Ato Institucional nº 1. Deixa o Brasil nesse mesmo ano, exilando-se no Uruguai, onde permanece por três anos. Eleito no VI Congresso do PCB para o Comitê Central, vive durante um ano no Chile, transferindo-se a seguir para a Tchecoslováquia, onde passou a representar o Brasil junto à Federação Sindical Mundial. Falece em Praga, em 5 de setembro de 1978, e seu corpo é cremado. As cinzas só foram sepultadas em solo brasileiro, como era seu desejo, em junho de 1980 – após decretação da Anistia. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/3496>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Humberto Lopes: Infelizmente não foram encontradas mais informações sobre o militante.

Dimas da Anunciação Perrin (1924-2002): jornalista, advogado e militante do PCB.

Manuel Isnard Teixeira (1912 – 1998): nasceu em Itapipoca, Ceará. Formou-se em medicina em 1933. Começou sua militância no PCB em 1934. No período da Ditadura Militar, continuou militando clandestinamente e participou da Comissão Jurídica Popular, organismo responsável pela apuração de crimes políticos. Em 1973, tornou-se diretor do Instituto Abreu Filho, sendo nomeado chefe de serviços da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/biossegurança/Bis/Biograf/ilustres/manuel.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Sérgio Holmos: Foi um militante do PCB e membro do Comitê Central em 1980.

Moacir Longo: foi um militante do PCB. No dia 2 de abril de 1964 teve seu mandato de vereador cassado pela Ditadura. Em 1972 foi preso e perdeu seus direitos políticos. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/12/1378302-vereador-comunista-perseguido-em-1964-volta-a-camara-e-preside-homenagem.shtml>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Givaldo Siqueira (1934 – 2013): foi um pernambucano criado no Rio de Janeiro, cidade onde iniciou sua militância nas fileiras do PCB. Foi aluno da Faculdade Nacional de Direito e um dos líderes da União da Juventude Comunista. Com o Golpe de 1964, foi para a clandestinidade. Em 1967 foi eleito membro do Comitê Central. Nos anos 1970, teve que exilar-se em Milão na Itália. Com a anistia, retornou ao Brasil, e, em 1980, elegeram-no para a Comissão Executiva Nacional, na qual foi mantido até sua morte. Disponível em: <<http://tv.pps.org.br/portal/showData/256057>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

Hiran de Lima Pereira: Nascido no Rio Grande do Norte, na passagem do ano de 1974 para 1975, esteve na residência da filha Sacha, em São Paulo (SP), no bairro de Campo Belo. Até o ano de 1975, Hiran participou das atividades políticas promovidas pelo PCB como jornalista. Hiran de Lima Pereira manteve contato com sua esposa até o dia 9 de janeiro de 1975, quando marcou encontros para três datas: 13, 15 e 17 de janeiro. Hiran não compareceu ao primeiro encontro. Célia, por sua vez, foi presa em sua residência no dia 15 de janeiro, por agentes do DOI-CODI/SP, onde permaneceu durante três dias sob interrogatório e torturas. Por esse motivo, não pôde comparecer aos outros dois encontros marcados. Célia afirma que viu diversas pessoas encapuzadas sendo torturadas no DOI-CODI, sendo um deles com características físicas semelhantes às de Hiran. Um mês depois foi presa novamente junto com sua filha Sacha, quando foram interrogadas e mantidas encapuzadas. Após as prisões, Célia procurou o II Exército, e lá foi informada de que Hiran estava detido no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). No DOPS, contudo, disseram-lhe que ele não estava lá. De acordo com o depoimento do sargento Marival Dias Chaves do Canto à Comissão Nacional da Verdade, Hiran de Lima teria sido levado a um centro clandestino de repressão, onde o torturaram e o mataram. Disponível em: <<http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/hiran-de-lima-pereira/>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Mário Schreber (1914 – 1990): além de ser um brilhante cientista, teve como marca também de sua vida, a militância política Comunista, foi membro do Partido Comunista Brasileiro. Foi eleito deputado em São Paulo, onde teve ativa participação na defesa de leis e projetos de interesses da classe trabalhadora e de incentivo a pesquisa e a ciência. Assim como os demais deputados do PCB, teve o mandato cassado. Durante a Ditadura foi perseguido, sendo preso duas vezes, e com o AI5 foi aposentado compulsoriamente e proibido de entrar na universidade. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/1710>> . Acesso em: 23 mar. 2023.

Carlos Lima Aveline: era bacharel em Direito e, em 1964, quando tinha 51 anos, era um político atuante que já havia sido vereador por dois mandatos, além de ter disputado a Prefeitura de Rio Grande. No momento do golpe de Estado, atuava como suplente de deputado pela Aliança Republicana Socialista (ARS), na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Devido a sua histórica ligação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), teve seu mandato cassado e passou a atuar na ilegalidade. Já na clandestinidade, Carlos Aveline passou a se chamar Jaime Freitas e, junto com o PCB, centrou suas ações contra a ditadura civil-militar na busca pela conscientização do “povo”. Criou a Rádio Liberdade, que entrou em funcionamento no dia 1º de maio de 1965; fez circular o jornal Vanguarda, que circulou por nove edições, e o Jornal Ação Revolucionária. Disponível em: <<https://oxarope.com/noticias/20152/carlos-lima-aveline-de-deputado-federal-a-desaparecido-politico-no-interior-da-bahia-04-102017/#:~:text=Carlos%20Lima%20Aveline%20era%20bacharel,a%20Prefeitura%20de%20Rio%20Grande>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

José de Albuquerque Salles: foi um ex-dirigente do PCB, que chegou a ser apontado como possível sucessor de Luís Carlos Prestes, no final dos anos 1970. Sua trajetória política no PCB ocorreu no início

dos anos 1960, quando iniciou o curso de Filosofia e Economia na Faculdade de Filosofia, no Rio de Janeiro. Em março de 1964 liderou militantes universitários no Comitê Central da Guanabara/RJ do PCB. Sua ascensão no PCB foi bastante rápida. Em fevereiro de 1979 esteve envolvido em acusações que levaram ao rompimento com Luiz Carlos Prestes. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/samuel/44075/o-resgate-secreto-de-giocondo-dias>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Arthur Mendes: Infelizmente não foram encontradas mais informações sobre o militante.

Oto Santos: Infelizmente não foram encontradas mais informações sobre o militante.

Octacílio Gomes (1922 – 1996): Nascido em Fortaleza em 1922. Filia-se ao Partido Comunista Brasileiro em 1945, no Ceará. Em fins da década de 1950 vem morar no Espírito Santo, por orientação da direção nacional do PCB, da qual foi membro de 1958 a 1969. Em 1956, viaja a União Soviética, onde passa um ano na escola de quadros do Partido Comunista Soviético. Veio para o estado trabalhar na organização partidária e no jornal comunista local - a Folha Capixaba. Em 1968 é preso e barbaramente torturado, após mais de um ano na prisão é libertado e se afasta completamente da política partidária, apesar de continuar seguindo a orientação partidária. Faleceu em Vila Velha em 1996. Disponível em: <<http://www.sefa.es.gov.br/painel/Vultos11.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Renato Guimarães: Infelizmente não foram encontradas mais informações sobre o militante.

Jarbas de Hollanda: Infelizmente não foram encontradas mais informações sobre o militante.

Theodoro Ghercov: ingressou no PCB em 1950. Foi deslocado de São Paulo para reestruturar o PCB/SC, recebendo, para tanto, cerca de Cr\$ 18.000,00. Era um membro remunerado pelo PCB. Era o responsável pela distribuição da “Voz Operária”, no Estado de Santa Catarina, onde também recolhia as importâncias em caderneta de poupança da APESC, no falso nome de Oscar Medeiros da Silva (há também outros codinomes: Raul, Nardo). Com esse nome falso e usando dinheiro do PCB, adquiriu um terreno na Praia de Pinheira-SC, em 1975. Era 1º Secretário do CE/PCB/SC e manteve inúmeros contatos pessoais com os militantes e colaboradores em Santa Catarina, no interesse da reestruturação dos quadros do PCB e obtenção de recursos financeiros para o Partido clandestino.

Vulpiano Cavalcanti (1911 – 1988): foi um médico ginecologista e obstetra e militante do Partido Comunista Brasileiro desde os anos 20. Em 1980 fazia parte do Comitê Nacional dos Dirigentes Comunistas.

Paulo Santana: infelizmente não foram encontradas mais informações sobre o militante.

Júlio Teixeira: infelizmente não foram encontradas mais informações sobre o militante.